



GEOGRAFIA NA AMAZÔNIA PARAENSE: TERRITÓRIOS E PAISAGENS

Christian Nunes da Silva
João Marcio Palheta da Silva
Clay Anderson Nunes Chagas

Organizadores



GAPTA/UFGA
2015



GEOGRAFIA NA AMAZÔNIA PARAENSE: TERRITÓRIOS E PAISAGENS

Christian Nunes da Silva
João Marcio Palheta da Silva
Clay Anderson Nunes Chagas

Organizadores

1ª. Edição

**GAPTA/UFPA
Belém – 2015**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
GRUPO ACADÊMICO PRODUÇÃO DO TERRITÓRIO E MEIO
AMBIENTE NA AMAZÔNIA

Reitor: Prof. Carlos Edilson de Almeida Maneschky
Vice-Reitor: Prof. Horácio Schneider
Coordenador do GAPTA: João Marcio Palheta da Silva
Editor de Publicações do GAPTA: Christian Nunes da Silva
Gerência e preparação da revisão: Joyce Caetano
Revisão Final: Albano Gomes
Gerência de produção gráfica: Joyce Caetano
Imagem da Capa: Christian Nunes da Silva

Comissão Editorial GAPTA

Prof. Dr. Christian Nunes da Silva
Prof. Dr. João Marcio Palheta da Silva
Prof. Dr. Clay Anderson Chagas Nunes

Conselho Editorial GAPTA

Prof. Dr. João dos Santos Carvalho
Prof. Dr. Carlos Alexandre Bordalo
Prof. Dr. João Santos Nahum

Conselho Consultivo GAPTA

Prof. Dr. Gilberto Rocha – UFPA
Prof. Dr. Eduardo Shiovone Cardoso – UFSM
Prof. Dr. Wanderley Messias da Costa – USP
Prof. Dr. Rui Moreira – UFF
Prof. Dr. David Gibbs McGrath – UFOPA
Profa. Dra. Lisandra Pereira Lamoso – UFGD
Prof. Dr. Eliseu Saverio Sposito – UNESP
Profa. Dra. Maria Célia Nunes Coelho – UFRJ
Profa. Dra. Oriana Trindade de Almeida – UFPA
Prof. Dr. Ricardo Ângelo Pereira de Lima – UNIFAP
Prof. Dr. Otavio José Lemos Costa – UECE
Prof. Dr. Antônio Carlos Freire Sampaio – UFU
Prof. Dr. Raúl Vincéns – UFF
Prof^ª. Dr^a. Cynthia Simmons - Michigan State University/MSU
Prof^ª. Dr^a. Judite Nascimento – Univ. Cabo Verde/UnicV

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca de Pós-Graduação do IFCH/UFPA, Belém-PA)

Geografia na Amazônia paraense: territórios e paisagens / Christian Nunes da Silva, João Marcio Palheta da Silva, Clay Anderson Nunes Chagas, Organizadores. 1. ed.. - Belém: GAPTA/UFPA, 2015.
411 p. : il.

Vários autores

ISBN : 978-85-63117-23-6

1. Geografia - Pará. 2. Recursos hídricos. 3. Urbanização. 4. Violência. 5. Natureza. 6. Agricultura familiar. I. Silva, Christian Nunes da. II. Silva, João Marcio Palheta da. III. Chagas, Clay Anderson Nunes.

CDD - 22. ed. 918.115

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610/1998

Todos os conceitos, declarações e opiniões emitidos nos manuscritos
são de responsabilidade exclusiva do(s) autor(es).

Todos os direitos reservados
GAPTA/UFPA
Impresso no Brasil

SUMÁRIO

	Páginas
Prefácio	7
<i>Debates sobre o Espaço Geográfico e a Dinâmica das Paisagens</i>	9
Espaço e técnica: da subsunção do território ao sistema técnico destrutivo – (Giovane da Silva MOTA)	11
A rede pelo espaço – (Mauro Emilio COSTA SILVA)	27
Considerações sobre os recursos hídricos: qual a relevância do debate que envolve o tema água? - (Michel Pacheco GUEDES; Carlos Alexandre Leão BORDALO)	45
Território e bacia hidrográfica: reflexões teóricas para um modelo de gestão dos recursos hídricos na Amazônia – (Diego Luiz do Nascimento FERREIRA)	59
<i>Dinâmicas e Alterações nos Territórios da Amazônia Paraense</i>	87
A cartografia dos homicídios na região metropolitana de belém: território, produção do espaço urbano e violência – (Clay Anderson Nunes CHAGAS)	89
Expansão urbana e segregação socioespacial em castanhal, Pará: os empreendimentos do programa minha casa minha vida – (Willame de Oliveira RIBEIRO)	115
A produção do espaço urbano na área de ocupação “portelinha”, na cidade de Portel-Pa – (Edinael PINHEIRO DA SILVA; Geovani Gonçalves FARIAS)	141
Mudanças estruturais no território paraense e a dinâmica populacional na região de integração (RI) Xingu-Pa – (Otávio do CANTO; Sérgio GOMES; Raymundo COSTA; Maria Gláucia Pacheco MOREIRA)	169
Importância e implicações da mineração em pequena escala (MPE) no estado do Pará: o caso do município de Capitão Poço – (Danusa di Paula Nascimento da ROCHA; João Márcio PALHETA DA SILVA)	205

Redes técnicas e organização do território paraense: telefonia celular e desigualdades territoriais – (<i>José Queiroz de MIRANDA NETO</i>)	225
Reflexões sobre as primeiras organizações patronais rurais no estado do Pará – (<i>Aluisio Fernandes da SILVA JÚNIOR</i>)	259
A implantação da rizicultura nos campos marajoaras-Pará: entre o uso monopolista e o uso coletivo do território – (<i>Benedito Ely Valente da CRUZ; Ana Regina FERREIRA DA SILVA</i>)	285
O uso do território rural pelas políticas públicas de agricultura familiar no baixo Tocantins paraense – (<i>Márcio Júnior Benassuly BARROS</i>)	303
A redistribuição espacial da população na área de influência da usina hidrelétrica Tucuruí (Pa) – (<i>Gilberto de Miranda ROCHA</i>)	327
Centro e centralidade urbana em uma cidade média paraense: reflexões a partir de Marabá, Pará – (<i>Jovenildo Cardoso RODRIGUES</i>)	353
Modo de vida, territorialidades e paisagens no baixo rio Meruí (Igarapé-Miri/Pará) – (<i>Rosemildo Santos LIMA; Christian NUNES DA SILVA</i>)	379

Prefácio

Se buscarmos compreender as relações entre sociedade e natureza ao longo da história, como processos que são reflexos dos modos de produção estabelecidos, verificaremos que com o surgimento das sociedades industriais o capital se tornou o elemento impulsionador deste processo, patrocinando modificações no meio ambiente de forma intensa e num ritmo super-acelerado, em comparação as sociedades pré-industriais. O ideal de progresso e desenvolvimento econômico promove ao mesmo tempo um processo de urbanização acelerada e um elevado consumo de energia e matérias-primas; requer também um estilo de vida altamente consumista para estimular o aumento da produção das atividades comerciais e financeiras. Consequentemente, esse ideal de desenvolvimento econômico gera grandes e graves problemas ambientais e sociais que vão desde o aumento do lixo produzido pelos indivíduos, que reflete na contaminação do ar, solo e das águas até a extinção de florestas, animais e na possibilidade de modificação climática global, além das altas taxas de desemprego, miséria, injustiça social, entre outros.

O agravamento destes problemas nas últimas décadas e o aparecimento e crescimento da mobilização de diversos segmentos populacionais organizados, como é o caso dos movimentos ambientalistas, feministas, pescadores, sindicais, etc, caracteriza o atual momento que vivemos e, ao mesmo tempo, indica o esgotamento do estilo de desenvolvimento predominante até então, sugerindo uma revisão crítica das teorias e das práticas de desenvolvimento econômico, industrial e tecnológico por qual

passamos, assim como dos indicadores socioambientais que representam o desenvolvimento de uma sociedade.

O conhecimento do espaço geográfico, bem como dos modos de vida das populações deve fornecer aos elaboradores/gestores de Políticas Públicas os indícios do que deverá ser modificado, para que possam ser melhorados os modos de vida das populações residentes e, uma determinada região. Esse (re)conhecimento permitirá prever algumas das reações provocadas com a introdução de novos elementos na região amazônica, por exemplo. Nessa perspectiva, o estudo do espaço amazônico auxilia no entendimento do comportamento e na busca por benefícios para os moradores de toda a região, onde os problemas enfrentados são similares como, por exemplo, da falta de infraestrutura técnica para a produção pesqueira, aquícola ou agropecuária, ausência do Estado e de apoio técnico na resolução de problemas relacionados com o meio ambiente, a falta de saneamento básico, além da melhoria no precário sistema de transporte e de segurança pública, entre outros.

Nesse sentido, este livro divide-se em duas frentes de análise, que são: 1) Debates sobre o Espaço Geográfico e a Dinâmica das Paisagens e; 2) Dinâmicas e Alterações nos Territórios da Amazônia Paraense, que buscam analisar, sob a ótica da Ciência Geográfica, as realidades que se apresentam na região enfocada.

Christian Nunes da Silva
Belém-PA., 10 de novembro de 2014

Debates sobre o Espaço Geográfico e a Dinâmica das Paisagens

ESPAÇO E TÉCNICA: DA SUBSUNÇÃO DO TERRITÓRIO AO SISTEMA TÉCNICO DESTRUTIVO

Giovane da Silva MOTA¹

SOCIEDADE E ESPAÇO

Há vinte anos o Brasil iniciava uma nova fase de sua estrutura produtiva, aberta então pela perspectiva sociopolítica iniciada pelo governo de Fernando Collor de Melo. As reformas constitucionais abriram espaço para mais um momento da expansão capitalista, em território brasileiro.

Do acesso ao subsolo ao controle de importantes setores e infraestruturas estratégicas, como energia, telecomunicação e transportes, a nova regulação do espaço brasileiro se faz sob as regras do padrão de acumulação, que passamos a conhecer como regime de acumulação flexível.

O Brasil montado entre os anos 1960 e 1980 – dos grandes projetos territoriais, dos grandes deslocamentos humanos, dos grandes eixos viários que rasgaram o espaço, permitindo acesso aos ‘confins do estranho’ – cede espaço para o padrão produtivo, que se impõe nesse momento, e de incorporação de novas porções do espaço brasileiro.

Enquanto os pactos políticos, entre as elites política e econômica, permitem os ajustes jurídicos da regulação que se estabelece, o capital busca se posicionar estrategicamente, seja por

¹ Professor da Faculdade de Geografia e Cartografia, Universidade Federal do Pará.
E-mail: giovanemota@hotmail.com

meio da compra de terras ou na aquisição da infraestrutura e do sistema técnico, montado pelo Estado no período anterior, via processo de privatização.

Os anos 1990, marco referencial desse período de passagem, vão ver acontecer essas alterações, reclamando-as como “novo”, afirmando assim todas as ideologias oportunas que negavam o modelo técnico-militar, recém-abolido, e a visão do Estado interventor que se exerceu no período compreendido pelos militares.

O discurso de liberdade, agilidade, livre iniciativa e velocidade, produzidos pelos ideólogos do capitalismo, socorre e recorre aos movimentos produzidos pelo capital industrial e financeiro internacional para garantir as novas formas do fazer e do existir no cotidiano capitalista.

Uma nova Geografia se desenha no espaço brasileiro nesse momento, uma Geografia que avança do litoral e das metrópoles em direção ao ‘Brasil profundo’. Da apropriação do território, marco das políticas de ocupação do período anterior, a nova fase expansão tem como marca a incorporação do valor, nas suas múltiplas formas fenomênicas.

Resultado de um trabalho permanente e, sobretudo, da progressiva incorporação de capitais fixos e constantes, com ênfase em certos pontos, o território brasileiro metamorfoseia-se em meio técnico-científico-informacional. Este é a cara geográfica da globalização. Os mencionados acréscimos de ciência, tecnologia e informação ao território são, ao mesmo tempo, produto e condição para o desenvolvimento de um trabalho material e de um trabalho intelectual, este

tornado indispensável, já que antecede a produção (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 101).

A paisagem começa a ser redefinida em obediência a essas novas determinações. A forma urbana avança, como forma por excelência dessa incorporação, os fluxos são acelerados e os sistemas técnicos iniciam seus processos de integração para a rápida geração de produtos e valores. No plano político, o mesmo discurso de liberdade e velocidade é introduzido nas várias reformas ou emendas constitucionais que flexibilizam o acesso, o controle e o uso do território pelo capital.

Essas mudanças vêm impulsionadas pelas transformações que foram processadas nos países do centro capitalista na década anterior, como resultado dos ajustes derivados das crises sistêmicas vividas pelos países centrais na década de 1970.

Ao atingir os países periféricos do sistema capitalista as orientações centrais devem ser reprocessadas, tendo em vista as realidades particulares de cada formação socioespacial. Os autoritarismos, os militarismos e os populismos centralizadores são as características que marcam e informam sobre os países da periferia do capitalismo, principalmente na América Latina.

Os movimentos que marcam e desfecham a década de 80, do século XX, vão referenciar os caminhos da periferia do sistema capitalista. Nos centros sistêmicos as reformas já vinham sendo executadas com as políticas alinhavadas entre Estados Unidos e Inglaterra, a partir dos governos de Ronald Reagan e Margareth

Thatcher, que impuseram aos seus países e aliados mais próximos um novo padrão de acumulação vinculado a uma nova regulação.

A recuperação das crises sistêmicas da década anterior iniciou uma nova formatação da ação do capital, preparando o espaço para um processo de distensão entre as principais potências bélicas, e para a substituição dos regimes autoritários que ainda dominavam o cenário político da América Latina e África, principalmente.

Aqueles Estados militares que, em tempos anteriores, haviam sido a base da expansão do imperialismo americano pela periferia do sistema, passavam agora a figurar como um ‘entrave ao desenvolvimento’, na maioria dos discursos proferidos pelos líderes dos principais países capitalistas do mundo. A mudança no discurso refletia a mudança nos mecanismos de reprodução do capital e a necessária mudança nas plataformas políticas de gestão do território.

Portanto, o rebatimento das orientações centrais vai depender inteiramente dos arranjos e acordos políticos com os grupos e representantes dessas realidades particulares sem, no entanto, negar as determinações do centro do sistema capitalista. Desse ajuste político e espacial é que nasce a nova espacialidade que se começa a arrumar nos países periféricos.

Entretanto, alguns elementos são chaves para que o capitalismo dos países centrais se exerça, com primazia na periferia do mundo, constituindo o novo campo de relações entre o Estado e o capital, conforme apresenta Harvey (1992, p. 158-59):

Na medida em que o aumento da competição internacional em condições de crescimento lento

forçou os Estados a se tornarem mais “empreendedores” e preocupados em manter um clima favorável aos negócios, a força do trabalho organizado e de outros movimentos sociais tinha de ser contida. Embora a política de resistência possa ter variado [...], a austeridade, as reduções fiscais e a erosão do compromisso social entre o grande trabalho e o grande governo se tornaram lemas de todos os Estados do mundo capitalista avançado.

Segue o autor,

Hoje, o Estado está numa posição muito mais problemática. É chamado a regular as atividades do capital corporativo no interesse da nação e é forçado, ao mesmo tempo, também no interesse nacional, a criar um “bom clima de negócios”, para atrair o capital financeiro transnacional e global e conter a fuga de capital para pastagens mais verdes e mais lucrativas.

Ao chegarmos às escalas local e regional, o problema que se apresenta no primeiro plano é o da viabilização dos projetos propostos nas escalas maiores e a da criação das estratégias que garantam a implantação e/ou manutenção da regulação que se apresenta.

Na periferia do sistema, os sistemas de ação e de objetos ainda não estão plenamente arrumados em obediência aos formatos da globalização financeira e tecnológica, ou ainda se apresentam como sínteses fragmentárias de divisões técnicas e de trabalho anteriores. A conformação do território assume a imagem de uma política de Estado, postando-se nessa esfera os debates políticos e técnicos que definirão os arranjos produtivos e as bases logísticas e estruturais da nova divisão territorial do trabalho.

Essa ação projetada e planejada irá atuar diretamente na cotidianidade dos indivíduos, buscando normatizar a ação coletiva de maneira a garantir a assimilação do plano de ação montado pelas grandes corporações e pelos Estados gerentes. Nesse movimento, o discurso técnico age como legitimador das novas proposições.

Está claro que os grupos sociais organizados e a coletividade em geral dispõem de elementos, constituídos objetiva ou subjetivamente ao longo de sua história, para contrapor, propor ou apor ao plano que se apresenta. Esse diálogo se fará tão tenso ou intenso quanto for a capacidade de resposta efetiva do lugar, como dito anteriormente.

A atual ação do Estado por meio da implantação de projetos logísticos, de infraestruturas e da montagem de sistemas técnicos e tecnológicos, objetiva estabelecer um novo marco regulatório para as demandas do território.

Ao reivindicar a ciência como norteadora dos parâmetros de uso dos espaços e ambientes, o Estado busca dar credibilidade e confiabilidade às suas ações, visto que as implantações de políticas e/ou sistemas técnicos por si só não são capazes de responder às questões dos conflitos e/ou demandas emanadas das contradições das ações das forças sociais que atuam na produção do espaço regional.

Em tese, a implementação dessas novas políticas de ação territorial estaria, então, fundada no discurso do equilíbrio possível do jogo de forças locais, visando garantir, com isso, a eficácia dos planos de ação de um projeto de governo.

Como em todos os períodos, o novo não é completamente difundido no território. Todavia os

objetos técnico-informacionais conhecem uma difusão mais generalizada e mais rápida do que os objetos técnicos de pretéritas divisões territoriais do trabalho. A área de abrangência dos objetos atuais e das ações associadas é mais ampla. Isso não impede que tanto objetos como ações modernos tendam a concentrar-se em certos pontos e áreas do país (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 140).

Concluem os autores,

A economia atual necessita de áreas contínuas, dotadas de infraestruturas coletivas, unitárias, realmente indissociáveis quanto ao seu uso produtivo. Mas esse equipamento chamado de coletivo é, na verdade, feito para o serviço das empresas hegemônicas. Construídas com o dinheiro público, essas infraestruturas aprofundam o uso seletivo do território, deixando excluída ou depreciada a maior parte da economia e da população (p. 140).

Os sistemas técnicos funcionariam como instrumentos arranjadores do moderno, ao mesmo tempo em que catalisam, via discurso da forma, as expectativas de melhorias de vida das populações locais e, no mesmo movimento, viabilizam a continuidade dos estabelecimentos de infraestruturas necessárias a uma melhor agilidade de uso e circulação aos donos da terra e ao grande capital.

Essa compreensão pode ser percebida claramente na observação aos objetivos de um projeto territorial de porte como, por exemplo, o Zoneamento Ecológico-Econômico, promovido pelo governo do estado do Pará:

Ampliar o nível de conhecimento dos meios físico-biótico, socioeconômico e cultural;

Subsidiar a formulação de políticas de ordenamento do território;
Orientar os diversos níveis decisórios para a adoção de políticas convergentes com as diretrizes do planejamento estratégico da Amazônia;
Propor soluções de proteção ambiental e de desenvolvimento que considerem a melhoria da qualidade de vida da população e redução de riscos de perda do patrimônio natural (ZEE).

Em projetos, com esse porte de intervenção territorial, estariam os principais sujeitos políticos e econômicos da região atuando diretamente no processo de reprodução da atual configuração política no espaço regional, ao mesmo tempo em que se criaria a faceta de modernização e cientificidade aos novos projetos de ação territorial. Nesse discurso, o espaço não seria o resultado da contradição de forças políticas e econômicas que agem na região, mas, seria simplesmente o resultado de uma acomodação de interesses, mediados e disciplinados, com o apoio do discurso e dos estudos científicos, via gestão do Estado.

Podemos facilmente visualizar essa ação política, por exemplo, na Amazônia paraense, a partir das proposições do governo do estado para a implementação do ZEE.

O Governo do Estado propõe-se a implementar um novo modelo de desenvolvimento, pautado no ordenamento territorial, na produção local e contínua do conhecimento, no uso qualificado dos recursos naturais, no fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico, no fortalecimento do capital humano e na participação popular. Neste contexto, ‘ordenamento territorial’ visa o planejamento do uso do solo (terra) no território do Estado segundo as novas diretrizes e a

aplicação de medidas adequadas para que o uso desejado seja adotado pelos atores (ZEE)

As mudanças recentes na história do país vêm marcadas por governos que apresentam perspectivas de novos planos de gestão pública e, derivados dessa nova concepção surgem os programas e planos de uso racional dos recursos e de gestão participativa do território. No entanto, no plano empírico, na Amazônia paraense, a implementação das políticas públicas ainda está subordinada aos acordos preliminares com a “elite da terra”, seja a nova ou a velha.

A história da Amazônia tem mostrado que as diversas políticas de modernização do espaço e de racionalização dos usos vêm sempre acompanhadas de instrumentos de exclusão de direitos e concentração fundiária, reforçando ciclicamente a reprodução das elites e a subordinação dos lugares. O desenvolvimento local tem sido caracterizado pela forma excludente e concentradora.

Dito desta maneira, podemos indagar se a introdução da modernidade científica e tecnológica, proposta pelas políticas de Estado não estaria sujeita às distorções da política local e, portanto, viria a contribuir para a garantia da reprodução das elites locais, em acordo com elites nacionais e internacionais, na manutenção da apropriação e determinação dos usos da terra e dos seus recursos? Por detrás desse discurso modernizador não estaria a implementação de sistemas técnicos agindo como um sistema de controle, atuando numa esfera de ação em que se estrapolaria o simples arranjo dos objetos tecnológicos ou infraestruturais, na direção de um controle

normativo da apropriação do território? Não estaríamos vivenciando, com a integração dos sistemas técnicos, a substituição do momento da subsunção formal para uma subsunção real do território ao capital, nesses espaços periféricos?

Portanto, a compreensão desse movimento e dessa ‘ação raciocinada’ do Estado Brasileiro para com suas áreas periféricas se coloca como condição para decifrar os rumos das políticas públicas locais, das estratégias adotadas na solução dos impasses e conflitos gerados nos diversos níveis escalares e sociais, bem como das respostas produzidas socialmente pelos diversos grupos e sujeitos sociais organizados.

Então, temos a questão das “assimilações locais” (MOTA, 2011) como ponto central do contato entre as estruturas e os sistemas técnicos, oriundos do acordo entre o Estado, o capital e as realidades locais. Dessa forma, a realização dessa materialização implica plasmar projetos e, sobretudo, impor uma lógica hegemônica sobre realidades locais.

O Estado, o espaço, o território e o trabalho serão questionados em suas bases primeiras, e uma nova ontologia do espaço deverá ser buscada para o entendimento dessa dinâmica que se constrói e propõe para a reorientação do caminho de desenvolvimento dos espaços produtivos.

Antes, era o Estado, afinal, que definia os lugares – de Colbert a Golbery – dois nomes paradigmáticos da subordinação eficaz do Território ao Estado. O Território era a base, o fundamento do Estado-Nação que, ao mesmo tempo, o moldava. Hoje, quando

vivemos uma dialética do mundo concreto, evoluímos da noção, tornada antiga, de Estado Territorial para a noção pós-moderna de transnacionalização do território (SANTOS, 1994, p. 15).

Há no processo de produção do espaço uma realidade ocultada pela realização do meio técnico-científico, nos termos de Milton Santos, a realidade da técnica. Não apenas a técnica como manifestação física do sistema de objetos, mas a técnica como uma realidade objetiva, que na fase atual do sistema capitalista garante não somente a disseminação e a articulação da ciência, informação e consumo, mas e principalmente, a técnica como uma estrutura *sine qua non* para os novos termos da normatização do espaço, e portanto, da sociedade.

Atualmente, essa objetividade da técnica se vê transfigurada em sua representação mais evidente - a tecnologia. Assim, no mundo atual, se confundem técnica e tecnologia, sem que detenhamos os instrumentos necessários para uma interpretação crítica do verdadeiro papel da técnica na atualidade. Vivemos mergulhados em um cotidiano técnico e tecnológico sem que sejamos capazes de interpretar as verdadeiras razões desse mundo, que se torna cada vez mais ‘estranhado’ para nós.

Assumimos o mundo técnico como uma natureza em si, como a natureza dada, a única que conhecemos e a única a partir do qual nos relacionamos e produzimos o viver. Nos tempos contemporâneos, da sociedade capitalista, pensar a construção da sociedade é pensá-la a partir de premissas técnicas, portanto, pensá-la a partir de uma base

primeira que, para esses tempos, é a incorporação do valor pela via técnica.

Cabe-nos aqui esse esforço em tentar distinguir esse olhar que produziu a transmutação de meio natural em meio técnico, bem como buscar identificar quais os mecanismos que levaram essa sociedade técnica, vinculada ao projeto capitalista, a apresentar esse meio técnico como a única forma viável de existência do real. Se sociedade é espaço, na perspectiva atual, a técnica aparece como uma de suas principais estruturas na constituição do arranjo espacial.

Se inicialmente nos propúnhamos a analisar o desenvolvimento e a reprodução das relações políticas a partir do incremento de tecnologias de uso e controle do território, o aprimoramento dos estudos nos permitiu detectar que os pontos centrais da questão se encontram noutro nível, qual seja, o da incorporação dos espaços ao desenvolvimento tecnológico, momento a partir do qual o meio técnico e seus incrementos assume a função de primazia na mediação das relações sociais e materiais, bem como de sua reprodução.

Não pensamos a apropriação do espaço apenas como a incorporação do território físico-jurídico, como se processou em espaços periféricos, tal qual na Amazônia entre as décadas de 1950 e 1980, buscaremos tratar das novas formas de apropriação em que o território se apresenta mais como controle e regulação de recursos e pessoas.

Portanto, uma reorientação de caminhos se fez necessária para buscar compreender o discurso de modernização do território a partir

da implementação e articulação dos sistemas técnicos, que visam a normatização dos sistemas de ações que orientam as formas e os mecanismos da apropriação do trabalho e do valor, de maneira que a única forma de desenvolvimento vislumbrada assuma essa característica tecnológica.

Ao fundir modernização e técnica, busca-se estabelecer um padrão de apropriação e uso do território e, portanto, redirecionar as estruturas produtivas e o trabalho para a geração de um novo tipo de valor na periferia do sistema. É aqui que encontramos o novo momento da problematização, em que a técnica e o desenvolvimento se fundem em um único discurso modernizador.

O desenvolvimento dos estudos nos permitiu perceber que estamos diante de um refinado mecanismo de controle social e gestão do território, e não somente de um sistema articulado de exploração e uso de recursos.

Se a imagem da modernização vem ligada à disseminação da urbanização; à ampliação da estrutura produtiva de base industrial ou articulada com a indústria; à implantação ou modernização de infraestruturas logísticas; à ampliação da malha viária; à ampliação dos sistemas técnicos de informação e comunicação; esses fatores em si mesmo ocultam uma compreensão mais profunda do real processo por qual vêm passando espaços periféricos, como no caso da Amazônia.

Ao produzir a tecnificação do território, as elites da terra e grupos de poder local e regional buscam “arremessar” para o ideal de

futuro tecnológico os anseios das comunidades locais e periféricas. A técnica se transmuta em norma, capaz de regular as ações do presente por meio de uma inversão de anseios e necessidade por equipamentos e infraestruturas. Essa inversão permite a elite hegemônica construir no discurso do sistema de objetos a sua reprodução, no mesmo movimento em que captura as expectativas sociais e as transmuta em objetos materiais. A estrada de asfalto, o porto, a fábrica de gelo, as reformas estruturais básicas dão conta do imediato vivido e postergam (as pulsões) as necessidades mais fundamentais.

O espaço, assim reorientado como norma, oculta por meio da modernização a manutenção da exploração do indivíduo pela apropriação do tempo, que lhe deveria ser excedente. A aceleração produzida por sistemas mais ágeis e velozes assume assim o seu compromisso com a exploração e a acumulação, mesmo que travestido de um discurso de liberdade e desenvolvimento.

O destaque nessa modernização das infraestruturas e sistemas logísticos não nos deixa perceber de imediato que estes ocultam e trazem implícitos em si e em sua articulação no território uma estratégia de gestão e controle, quer pelo Estado quer pelo grande capital. Entramos assim no campo de uma *ideologia técnica* que se impõe aos espaços.

Se inicialmente pontuamos alguns elementos da compreensão da expansão do fenômeno técnico pelo território e alguns dos arranjos políticos garantidores do ordenamento territorial na periferia

do sistema produtor de mercadorias, não devemos nos furtar ao enfrentamento e ao aprofundamento da temática da técnica bem como de sua transmutação em tecnologia e desta, na sua forma mais avançada, em sistema técnico.

São essas as premissas que fundamentam nossos estudos em busca da compreensão do fenômeno técnico e de sua manifestação na produção e organização dos espaços, bem como suas peculiaridades na produção dos espaços mais periféricos do sistema capitalista.

É na compreensão do processo que leva à transmutação da *mercadoria em técnica*, da *técnica em sistema de objetos*, e do *sistema de objetos e um sistema técnico desigual, articulado e destrutivo* que buscamos centrar nossa percepção de arranjo espacial e de ordenamento territorial. Assim, podemos superar a velha leitura entre uma *natura naturans* e a *natura naturata*, mas que visualizemos a superação na compreensão relacional entre a *natura naturata* e uma *natura téchne*.

REFERÊNCIAS

- HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
- MOTA, Giovane et al. (orgs). *Caminhos e lugares da Amazônia*. Ciência, natureza e territórios. Belém: GAPTA/UFPA, 2009.
- MOTA, Giovane. Do mundo ao lugar: técnica e assimilações locais. In: ROCHA, G. (Org.). *Município e território*. 1. ed. Belém: NUMA/UFPA, 2011. p. 15-34.
- PARÁ. Secretaria de Estado de Projetos Estratégicos. *Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Pará – Zona Leste e Calha Norte. Diagnóstico Socioeconômico*. Belém, 2010.

_____. Secretaria de Estado de Projetos Estratégicos. *Marco Referencial ZEE – Pará*. Belém, 2008.

_____. Secretaria Especial de Estado de Produção/SECTAM. *Zoneamento Ecológico-Econômico da Área de influência das Rodovias BR-163 (Cuiabá-Santarém) e BR-230 (Transamazônica) no Estado do Pará*. Belém, 2006.

_____. Secretaria Especial de Estado de Produção/SECTAM. *Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Pará*. Belém, 2004.

SANTOS, M. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: EDUSP, 2005.

_____. *A natureza do espaço*. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: HUCITEC, 1996.

_____. O retorno do território. In: _____. *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: HUCITEC; ANPUR, 1994. p. 15-28

_____. *Técnica, espaço e tempo (globalização e meio técnico-científico-informacional)*. São Paulo: HUCITEC, 1994.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil*. Território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2003.

A REDE PELO ESPAÇO

Mauro Emilio COSTA SILVA¹

INTRODUÇÃO

O espaço geográfico é por excelência onde o homem criou e aperfeiçoou as maiores inovações materiais, dadas estas condições concretas ensejou mudanças na relação do homem com o meio o desnaturalizando paulatinamente, a aparência espacial circunscrita pelo homem transmuta a relação entre si na essência, através no trabalho individual e coletivo normatizado por tempo e espaço objetivo, pautado necessariamente por elementos de compensação, a saber: função sociopolítica, alforria, salário, patrimônio etc. Organiza um modo vida adequado para a relação homem-meio.

As condições materiais concretizadas numa circunscrição espacial tida como cidade, imanente ao um modo de vida menos naturalizado e mais artificializado, aufere o fenômeno urbano, um caleidoscópio de lógicas que estruturam a cidade de tempos em tempos que perpassa os modos de produção.

O fenômeno urbano reifica as cidades e atualmente alcança a sociedade do campo, espraiamento decorrido pela efetivação de um fator essencial, a rede, que pelo pressuposto da Geografia, no entendimento de que os espaços habitados segmentaram-se, mas não se isolaram por relações ainda que enviesadas entre cidade-campo

¹ Docente da Universidade do Estado do Pará (UEPA) e doutorando pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) - Campus de Presidente Prudente. E-mail: maurobrasilgeo@yahoo.com.br

tornadas circuitos que levaram o homem à percepção de que a relação com outros povos relativizada pela dimensão do espectro da distancia facilitaria de seu interesse, como produtor (in) consciente do espaço geográfico, se utilizando da rede que melhor encontra sua base de sustentação na cidade.

As redes na atualidade se tornam um fenômeno imprescindível nas análises geográficas que necessitam tratar de qualquer relação interespacial, invariavelmente, pela articulação entre as escalas geográficas, local, regional, nacional e global de movimentos que tanto emite quanto recebe ordens, interações escalares que exige dos povos habitantes da superfície terrestre conhecimentos de eventos fora de sua escala por meio do aporte das redes de diversas naturezas e intensidade.

Não desejamos fazer neste ensaio uma sincronia histórica presa num tempo da civilização, pois os grupos humanos se encontravam em estágios de desenvolvimento societário, técnicos e substratos naturais diferentes nas porções da terra. Nosso intento é identificar a gênese e compreender o desenvolvimento das redes como ação do homem em distintos espaços-tempos, tendo a nodosidade como plenitude da rede, pois o nó indica intencionalidades exigindo acuidade geográfica para cognoscibilidade de suas relações.

Ao remontarmos as práticas dos homens nômades, vamos perceber que suas andanças sem a intenção de promover articulação entre espaços resultavam em conhecimentos espaciais e formação do

ecúmeno. A conexidade se dava, sobretudo, através do contato com outros grupos nos quais podia marcar sua contingência espacial.

O artefato de armas para guerra logo passa a ser condição e meio para as conquistas territoriais. Entretanto, as guerras prescindiam do contato entre os povos que mais tarde (como até hoje) continuam em guerras esporádicas pela posse da terra entre alguns povos. Assim, as relações também se direcionam para a troca, aditivo relacional de forte imanência espacial.

Ao elencarmos a categoria troca, na intermediação entre povos, enseja trazermos a concepção dialética na seguinte passagem de Marx (1996, p. 223), as trocas começam onde as comunidades terminam, através de seus contatos e com a repetição da troca, transformam-na em um processo social regular e necessário.

Assim, a conexidade ocorria, contudo não se formava a rede pela ausência da fixidez, que seria a base territorial de uma futura rede, a mobilidade populacional por vários fatores, a não permanência nos ambientes, efemeridade que não permitia os grupos se organizarem socialmente, impedindo tanto a elaboração de técnicas que pudessem acessar outros ambientes sem perder o comando do seu em decorrência da constante perspectiva de deslocamento.

O HOMEM NO ESPAÇO-TEMPO

A consciência do homem e seu potencial imagético de articular e antever situações são tributários de nossa diferenciação de outros

animais, o homem como um animal social, portador de tal potencial, não deixa de incluir em suas antevisões um espaço em que lhe garanta um bem-estar.

Em virtude de sermos animais sociais, logo, articuladores, o espaço pensado para sua melhor vivência é imanente de dois componentes justapostos e essenciais, a saber: o primeiro é a delimitação de um período temporal de vigência representativa de um grupo para que as suas intenções se concretizem, o espectro temporal a qual nos referimos é isento de normatização cronológica e muito mais aprisionada as ideias corporificadas em sujeitos com perspectivas espaciais.

Com intenções de disposição espacial, propiciado pelo trabalho corporificado, o trabalho sendo fator primordial para qualquer projeto que pode ou não ser auxiliado por técnica para sua melhor realização, implicando diretamente no tempo imaginado e os fins representativos. Contudo, o trabalho pode ou não ser subsumido por apropriações homem-homem. A ideia pode ser discutida a partir de Bordieu *apud* Harvey (2012, p. 198) que diz: “é através da relação dialética entre o corpo e uma organização estruturada do espaço e do tempo que as práticas e representações comuns são determinadas”.

A nossa complementação sobre a citação anterior se dá basicamente pela antecedência da relação dialética entre tempo-espaço-corpo. Pois uma sociedade antiga em que demarcou rascunhos em pedra, produziram artefatos, templos e cidades entre outros signos de certo período, determina, sobremaneira, suas

representações, não apenas como produto teleológico do trabalho puro, mas, sob o comando do trabalho por representações anteriormente estabelecidas.

As relações humanas nem sempre foram dialéticas, porém, prenhe de representações não apenas como elemento diferenciador entre os grupos sem definições espaciais, os imaginários e aspectos que animam um grupo são meramente metateorias se não houver fixidez espacial para Geografia, as representações são como a argamassa arдил que orienta a intervenção do homem coletivo na produção do espaço.

O segundo componente a ser elencado é o homem imerso de organicidade que se expressa na morfologia espacial produzida, o homem como ser social tende a incluir novos elementos identitários por meio de incrementos técnicos e/ou intervenções na natureza em seu grupo não apenas pela semiologia da reprodução-interação, condição biosocial necessária em qualquer estágio distintamente, seja anterior, seja posterior à civilização² para ampliação da interatividade social para o fortalecimento socioespacial.

Sendo assim, as ações que o homem foi realizando na conformação do espaço, em tempos pretéritos, tiveram uma emanção mais orgânica do que necessariamente produtiva. Atualmente se verifica o inverso. Desta forma, entendemos que o

² A civilização entendida não como a gênese do homem na terra e, sim com o advento de linguagens, técnicas etc. Para mais sobre o assunto consultar: MOREIRA, R. O pensamento geográfico brasileiro. vol 1.

advento dos modos de produção capitaneou o espaço pela força doutrinária das ações sociais engendradas.

O espaço produzido genuinamente exprime as representações de seu povo, ainda que o estrategema na sua elaboração não intencionasse unicamente para isso, porém com o saber e prática conforma a tessitura social tramada constantemente promove singularidade de cunho representativo conhecido internamente e reconhecida externamente.

Para ilustrar as áreas produzidas por aspirações pretéritas utilizamos a observação de Moreira (2004, p. 01), quando os geógrafos dos anos 1950 olhavam o mundo, o que viam era uma história humana passada que mal havia virado de página no trânsito do século XIX-XX. Viam a sombra das civilizações antigas, com suas paisagens regionais relativamente paradas, compartimentadas e distanciadas.

Com base da anterior observação, nos permitimos ponderar que os habitantes do ecúmeno sofrem uma intensa inflexão na virada do XIX para o XX, no qual tudo que foi produzido passa a ser reproduzido e o que ainda não foi deve seguir o reproduzido, extinguindo o tempo-espaço das sociedades em serviço do tempo-espaço para a sociedade planetária concebida nos quadrantes da terra.

A passagem de séculos referida facilita identificar os objetos espaciais de um tempo passado, com seu preterir no tempo hodierno, não pela sociedade e sim pelo sistema dominante, como no dizer de Moreira (2013):

A fábrica moderna, por exemplo, jamais seria um objeto espacial encontrado na paisagem de uma formação econômico-social feudal. Qualquer objeto espacial, a exemplo da fábrica, só pode ser apreendido quando visto no interior da totalidade social que faz parte. Desligado dessa totalidade perde completamente sua expressão e seu valor analítico (MOREIRA, 2013, p. 63).

Dito de outra forma, o tempo com sua normatização econômico-social passageiras é a baliza do espaço e os que melhor se perfilam ao dado tempo, comumente são os referenciais no reino do simulacro para os outros que tendem a segui-lo.

Os espaços que em momentos pretéritos identificavam as diversas representações, passam a ser emitidos com modelos, para o além-mar, além-terra, recaindo em dois quesitos latentes, ainda que os simulacros não alterem suas paisagens, permanecendo apenas nos tipos de consumo e/ou comportamento.

O primeiro quesito é o delgado tendendo à deserção das representações originais em qualquer formação geográfica que logra de uma inicial relação com o meio e, mesmo os que tenham sido produzidos por povos portadores de cultura herdada o que implica em ações e práticas já vividas/experenciadas em outros espaços, no entanto, ainda que, a ambiência não seja a mesma, complexificando a relação homem-meio e homem-homem personifica as áreas em formas representativas até então.

Na acepção de Marx (1996) “a existência precede a essência”. No entendimento de que pela existência o homem, se mune de influencias por meio de sua capacidade de apreensões dos fatos que

lhe cercam, formando a essência que é um processo de construção de saberes representado na produção espacial estabelecendo originalidade. E os reproduzidos tenderão a inserir-se no reino da troca no sentido marxiano³ do valor-preço-mercadoria justificando a ampliação ou a redução, pois, a manutenção das representações é pouco exitosa ao entendermos que o simulacro (no espaço da troca) é dissimulado por ideologia mercantil com força de normatizações sócio-econômico-político-superestruturais inerentes aos modos de produção capitalista.

Para ilustrar nossa ideia no que tange ao ardil da ideologia na reestruturação no modo do pensar, nos apoiamos na concepção de Gramsci (1980, p. 03), algo que opera não apenas sobre a estrutura econômica e sobre a organização política da sociedade, mas também sobre o modo de pensar, sobre as orientações ideológicas e inclusive sobre o modo de conhecer.

Com tais pressupostos, consideramos que os espaços e as sociedades do ecúmeno mesmo consciente que os grupos não avançavam na mesma proporção, dito de outra forma, metaforicamente como se todos os grupos “subissem os degraus de uma escada ao mesmo tempo” no que concerne ao incremento técnico, anexação territorial ou aumento populacional. Aqueles povos que se encontravam mais “adiantados” por sua envergadura era um fator modelar para outros povos em termos de paisagem e ideologia.

³ O termo “marxiano” se refere às concepções literais das obras de Karl Marx.

O segundo quesito são as relações sociais pautadas nas relações de classes, a práxis de segmentação social imediatamente nos relembra a biografia de Marx, lhe creditando mérito quando explicita que o capitalismo criou as classes sociais na medida em que o trabalho de um homem foi subsumido com o pagamento de salário tornando assim em trabalho morto e passado, identificando um instrumento de dominação classista.

Marx elucida que o salário é um mecanismo de exploração do trabalhador, pois é o esplendor da apropriação da força produtiva de um homem pelo outro consagrado pela teoria da mais-valia.

Não com a mesma concepção de classes, outros modos de produção também tinham desigualdades entre a sociedade em sentido *lato* verificado no feudalismo, escravismo, cada um obedecendo aos rigores de seu tempo.

Neste sentido, as relações sociais, seja na verificação de suas desigualdades, seja na observância de suas vicissitudes apoiado com a paisagem que consubstancia tais relações, formam modos de pensar para o *construto* da ideologia.

A terra habitada e conhecida tornou-se capitalista em virtude principalmente de os países que melhor o representam, lhe reproduzem ampliadamente com a difusão das paisagens e ideologias ou vice-versa, pois a paisagem e a ideologia podem se separar temporariamente e, quando juntas, têm uma imperiosa força de conformação socioespacial.

O TRILHAR DA REDE

Ao alcançar alguns estágios de organização do homem tanto entre si quanto com o meio, a exemplo do momento neolítico, possibilitou a criação de artefatos como forças produtivas para o arado e/ou para guerra, mas de importância substancial para sua própria manutenção sobre a terra.

Depois de conquistado certo domínio sobre um dado espaço, algumas necessidades não podiam ser totalmente supridas em seu interior a exemplo da água, forçando alguns homens a rumar na empreitada de captação do bem desejado.

A fixação nas ambiências diversas sobre o ecúmeno promovia depois do biológico o ser antropológico, engendrando a consciência de seu comportamento, bem como, suas ações que serão diretamente sentidas na natureza e na reprodução do grupo, advindo uma relação homem/natureza mediada não apenas pela necessidade imediata como futura.

Os comportamentos humanos sobre os diversos ambientes da terra eram mediados pelos elementos físicos como pedologia, geomorfologia, climatologia etc. Posteriormente, as técnicas nas quais melhor servia no lidar com o meio, é o que La Blache (1946) postulou: “Gênero de vida”, preconizado pela trilogia homem-meio-técnica.

Com as formações de fronteiras mais ou menos delimitadas, torna-se diligente contrair para o seu domínio a maior parte das substâncias essenciais para a vida do grupo, premindo desta maneira

a ampliação dos fatores que se tornaram recursos e, por com seguinte, a efetivação do território.

A necessidade de estabelecer vínculos sociais regulares de um grupo com um ou vários grupos para a circulação das mercadorias, estabelece dois parâmetros básicos integrados: a primeira é circulação do ir e vir de mercadorias, ideias, hábitos etc. A segunda é a hipóstasia do território por parte de quem nele habita, tal sentido ocorre com a fixação e o sentido relacional.

A conexidade tem o caráter de estabelecer contato, em geral pela troca de mercadorias, passa-se a ocorrer à circulação-comunicação, binômio não excluído de relações de poder pautado em possíveis conflitualidades conforme a consideração de Raffestin (1993):

A circulação e a comunicação são duas faces da mobilidade. Por serem complementares, estão presentes em todas as estratégias que os atores desencadeiam para dominar as superfícies e os pontos por meio da gestão e do controle (RAFFESTIN, 1993, p. 200).

A articulação de povos, seja pelas guerras, seja pelas trocas lhes levam ao conhecimento de novos espaços, e o que ele porta de elementos naturais ou construídos, traz desta forma, um espectro da rede desde sua gênese mantida até os dias atuais: inclusão e exclusão deliberada por quem deseja ou não a conexidade em tais espaços e povos.

É prudente percebermos que nem todos os povos têm o poder de se articular com o mesmo peso, isto é, uns são mais articulados,

outros são mais articuladores. A articulação e a conformação da rede, mesmo que incipiente e enviesado como no passado, concebe o *status* de superioridade de um dado povo, o mirante do poder.

A constituição das redes se delineou sob a égide principalmente do poder, este, é anterior à rede que se constituiu com o seu aporte tenaz e, por excelência o controla, hierarquiza os espaços segundo suas funções no interior da rede, conforme declara Castells (1999, p. 503), cada rede define seus locais de acordo com suas funções e hierarquia de cada local e segundo as características do produto ou serviço a ser processado na rede.

O poder de articulação exercido por um dado grupo amiúde, recrudescer seu poder assim definido por Stourdézé *apud* Raffestin (1993, p. 202) a circulação imprime sua ordem, a circulação é a imagem do poder.

Em que pese a conexidade na qualidade de liame entre os espaços em prol de um dado projeto, seja no passado longínquo com o intento de ampliação territorial para a constituição por exemplo do erigir impérios com o objetivo intencional de selecionar as terras para o vínculo num circuito de divisão territorial de trabalho determinado pelo sistema dominante.

As redes do passado e do presente mantêm tantas semelhanças quantas diferenças entre si, desta feita, se pode imputar o caráter de maior similaridade na dimensão socioespacial, a saber: tentativa nem sempre exitosa de inclusão e exclusão de certos espaços em um dado circuito, não necessariamente por quem a criou, mas por quem a

controla conforme Dupuy *apud* Dias (2006, p. 141) é antes de tudo pela conexidade que a rede solidariza os elementos. Mas ao mesmo tempo em que tem o potencial de solidarizar, de conectar, também tem de excluir.

O excluir de pessoas e espaços por certo tempo duradouro ou efêmero nos remete à compreensão de que a rede sempre esteve fortemente imbricada com decisões hierarquizantes, justificando que os equilíbrios e os desequilíbrios interesaciais não são criados pela rede, mas, pode ser através dela potencializado.

Ao tecermos a ideia de insucesso na constituição da rede pelo fato de que alguns espaços por ela incluídos não correspondem com o imaginado naquela temporalidade por motivos diversos, provocando sua retirada da esfera da rede. Dinâmica espacial assim definido por Corrêa (2011, p. 40), o valor atribuído a um dado lugar pode variar ao longo do tempo. Razões de ordem econômica, política ou cultural podem alterar sua importância e, no limite marginalizá-lo deixando-o à margem da rede de lugares a que se vinculava.

Ao passo que determinados espaços previamente excluídos podem obter um rápido crescimento econômico e conquistar sua inclusão num dado circuito em rede. Isto reforça a compreensão de que a rede não tem como característica a estática. Ao contrário, uma de suas principais características é o movimento.

As desigualdades espaciais foram se constituindo ao longo do processo histórico, obedecendo a ordens de várias naturezas e suas determinações temporais, as redes tiveram papel importante tanto

para reduzir quanto ampliar e, em alguns casos inalterar as assimetrias socioespaciais pré-existentes.

Neste entendimento de que as redes incluem e excluem pessoas e espaços temporalmente, o Estado do Pará em suas regiões é uma expressão cabal, quando no início da colonização a região bragantina tinha importância nodal numa relação entre o Pará e o Estado do Maranhão com o restante do país.

Enquanto na atualidade a região bragantina perdeu importância em termos de conexidade, logo, a nodosidade foi transferida para outras regiões com o advento da rede rodoviária, restando e ela conviver com seus processos socioeconômicos tradicionais.

Ainda no espaço paraense podemos mencionar a maior área insular do Estado, em que as diversas redes historicamente não lhe contemplaram o arquipélago marajoara que ainda guarda uma cornucópia de análises latentes ou pouco patentes. A descontinuidade continental com o restante do Estado, restringido sua inclusão em rede de transporte hidroviário e aéreo, a insularidade tornou-se um fator geográfico utilizado para justificar política e economicamente a atual debilidade social que assola a maioria dos habitantes do arquipélago.

Em face da situação social, houve a iniciativa do governo federal, o “Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável para o Arquipélago do Marajó”⁴, considerado como vetor de reestruturação regional, versa em sua agenda programar uma ampla instalação de

⁴ Consultar: GOVERNO FEDERAL Grupo Executivo Interministerial Decreto de 26 de julho de 2006.

sistema de objetos em setores de carências básicas da região, especialmente transporte, água potável e energia elétrica, considerados elementos cruciais para o ativar o sistema de ações e densificação tecnológica, mesmo sem a rede rodoviária para um melhor uso do espaço amazônico e desenvolvimento humano local.

Quanto à diferença entre as redes do passado e atual podemos mencionar o papel dos detentores do poder no passado, como os maiores produtores das redes e definidores de seu raio de alcance, produto de seu único e exclusivo desempenho extra-fronteiriço. Neste caso, o articulador, mormente era a governança em sentido *lato*, o articulador, criador e controlador de toda e qualquer manifestação da rede detentor máximo de seu conjunto e articulação.

No contexto presente em que apenas uma função anteriormente mencionada fica incumbida ao governo, o de viabilizador não denotando um sintoma de enfraquecimento governamental dos atuais estado-nações e, sim incluir outros entes que participam em comunhão com o poder político na produção e articulação da rede, entes concebidos como componentes da superestrutura marxiana.

As redes atuais têm como articuladores e controladores, notadamente as empresas e suas técnicas por elas ou por terceiros manuseadas que, sob a anuência do governo exercem tais funções. Entretanto, o ente governo com função viabilizadora tem o mérito da maior parte do (in) sucesso do funcionamento das redes, ao permitir que esta perfile em seu território ao dar-lhe o fulcro necessário para seu funcionamento.

A temática rede instiga um debate amplo e possuidor de valioso instrumento analítico para direcionar várias análises geográficas. Desde que, haja os rigores científicos alertados por Corrêa (2011, p. 200) é conveniente elucidar que entendemos por rede geográfica o conjunto de localizações humanas articuladas entre si por meio de vias e fluxos.

Para a ciência geográfica o estudo das redes ganha mais relevância, quando se debruça ao estudo de fenômeno natural ou social nas atuais circunstâncias técnicas que não apenas tornam conhecidos os eventos mundiais, como estas mesmas técnicas influencia na vida social e natural da escala local por parte da escala nacional ou global. Assim, o estudo da rede alcança maior inteligibilidade quando identifica a passagem das escalas pela rede de modo nem sempre patente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos importante ressaltar que na atualidade as redes são a expressão maior de logística material que necessita o capitalismo para executar seus projetos nacionais e internacionais a partir das áreas decisórias, estas áreas perfilam juntamente com as outras alcançadas pelas redes como os “nós” interligados, realizando as funções pré-estabelecidas para o sucesso da rede mundial.

Nossa observação recai na discussão de Haesbaert (2007), “Território-rede”, afirmando que esta territorialidade pode ser descontínua e, viver nela não precisa necessariamente se

desterritorializar é um dos componentes da polêmica pós-modernidade.

No que tange a Geografia podemos elencar vasto predicado ao termo rede, a saber: território-rede (HAESBAERT, 2007), rede de telecomunicações, sociedade em rede (CASTELLS, 1999), rede-urbana, rede-técnica, rede-empresa, rede do tráfico, rede de prostituição, rede-ferroviária (MONBEIG, 1984), entre outras acepções sobre as redes que resultaram em trabalhos seminais e referenciais.

Inferimos que as redes não são um fenômeno recente e que simultaneamente solidariza e/ou petrifica os espaços da terra num constante processo de rearranjo. A exemplo das empresas de serviços que seguiram em parte o percurso das indústrias por meio de suas redes ao se estender a países como o Brasil, país que apesar do subdesenvolvimento possui atributos materiais e humanos para a instalação destas em seu território, ainda percebe-se a ampliação de várias tipologias de redes por seus municípios que em tempo pretérito seria inimaginável recebê-las em seus espaços como vem ocorrendo em municípios da Amazônia oriental, campo aberto para pesquisas que tem a rede como instrumento de explicação.

REFERÊNCIAS

- CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1
- CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. *Geografia: conceitos e temas*. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CORRÊA, R. L. Redes geográficas: reflexões sobre um tema persistente. *Revista Cidades*, Presidente Prudente-SP, v. 9, n. 16, p. 199-218, 2011.

GRAMSCI, A. *Conceito de hegemonia em Gramsci*. Tradução: de Carlos Nelson Coutinho. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. Tradução: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 23. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

LA BLACHE, V. de. *Princípios da Geografia Humana*. Tradução: Fernandes Martins. 2 ed. Lisboa: Edições Cosmos, 1946. (Coleção A marcha da humanidade, v. 1)

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Tradução: Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996. v. 1

MONBEIG, P. A. *Os pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1984.

MOREIRA, R. *Pensar e ser em Geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

_____. *Da região à rede e ao lugar*. Niterói: Edições AGB, 2004.

RAFFESTIN, C. *Por uma Geografia do poder*. Tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993. 269p.

CONSIDERAÇÕES SOBRE OS RECURSOS HÍDRICOS: QUAL A RELEVÂNCIA DO DEBATE QUE ENVOLVE O TEMA ÁGUA?

Michel Pacheco GUEDES¹

Carlos Alexandre Leão BORDALO²

INTRODUÇÃO

Existe uma vasta literatura internacional que vem tratando da problemática da água no mundo. Tem sido inclusive uma preocupação da Organização das Nações Unidas (ONU) e suas coligadas, assim como de organismos multilaterais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e até do próprio *Federal Bureau of Investigation* (FBI) discutir sobre o interesse da nossa disponibilidade de água doce, seja por meio de financiamento de projetos de pesquisa nessa área de interesse, seja por meio de ONG's que atuam em nossa região.

Esse debate é salutar num contexto favorável, onde temáticas são relevantes na nossa região: 1) de se tratar de uma área onde se situa o maior reservatório de água doce em estado líquido do planeta; 2) os recentes conflitos que envolvem a construção de Usina Hidrelétrica de Belo Monte; 3) a recente publicação do *Relatório sobre Impactos, Adaptação e Vulnerabilidades às Mudanças Climáticas* pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) no último dia 31 de maio de 2014; 4) o paradoxo

¹ E-mail: professormichelguedes@yahoo.com.br

² E-mail: carlosbordalo@oi.com.br

da água na Amazônia⁵, rica em quantidade, mas sofredora de escassez no que tange ao abastecimento por parte do poder público, tensionado a um processo de privatização em 2009 para a capital Belém, até problemas cotidianos de falta de água dentro da própria região metropolitana.

Outrossim, faz-se necessário que a ciência geográfica venha a se apropriar dessa temática face ao conjunto de cenários que têm sido levantados por outros ramos da ciência, seja da Engenharia, da Geologia, da Sociologia, que têm refletido sobre essa problemática, num contexto que a Geografia vem discutindo intensamente: o uso e a apropriação dos recursos naturais, da gestão de bacias hidrográficas, do ordenamento territorial, dos usos e conflitos da terra onde também existem os chamados “conflitos pela água”. Neste sentido, temos visto que após 2003, quando aconteceu na Amazônia o seminário “Problemática do uso local da água na Amazônia”, promovido pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da Universidade Federal do Pará (UFPA), em parceria Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), nas dependências da própria UFPA. O tema água tem saído da pauta da mídia sendo lembrado em dia de sua comemoração mundial: 22 de março. Mapeando a existência dos grupos de pesquisa temos na Universidade Federal do Pará, atualmente existentes 6 (seis) grupos de pesquisa que apresentam como linha principal ou complementar à área de recursos hídricos.

No estado do Pará como um todo são 12 ao todo: 6 na UFPA, 2 na UEPA, 2 UFRA, 1 na UNAMA e 1 na UFOPA, importando ao Grupo de Pesquisa em Geografia das Águas na Amazônia (GGAM), o único grupo em Geografia, a tratar do tema água como objetivo de pesquisa. Não seria a água uma questão estratégica para a Amazônia?

ÁGUA UM DEBATE SALUTAR PARA A GEOGRAFIA

Em Geografia, quando estudamos a produção do espaço ou do território, ambos intimamente ligados, nos vem a ideia de disputa pelo poder, esse geralmente acontecendo pela manutenção do recurso, sobretudo quando este é escasso. Em tempos em que a água potável sofre com a escassez em diversos lugares do mundo, seja por questões físicas, econômicas e, sobretudo, pela ausência de uma gestão eficiente, pode a vir a demandar conflitos.

Ao mesmo tempo, há um conjunto de profissionais, entre engenheiros sanitaristas, geólogos, atuando no debate sobre o tema água. Todavia, a soma desses profissionais atuando com este tema é quantitativamente irrisória em face da tamanha complexidade é urgente necessidade que esse tema exige no universo amazônico carente de atuação mais enérgica dos Geógrafos nesse debate.

As temáticas que são caras à Geografia são: o processo da Demografia e o da Urbanização. Desde 31 de outubro de 2011, por

meio do³ Relatório sobre a Situação da População Mundial, o mundo já possui 7 bilhões de habitantes, apontado naquele ano de sua divulgação um fenômeno novo e raro: o crescimento da população mundial em um nível rápido desde 1950, num crescimento de 2,0% a taxa mundial anual⁴, revelando projeções para Ásia (onde se concentra mais da metade da população mundial), Europa (com 1,7 bilhão de habitantes em 2011 e projeções de 60 bilhões para 2060), América do Norte (países desenvolvidos onde a taxa per capita do consumo de água é uma das maiores do planeta) e América Latina e África, que de 1 bilhão de habitantes em 2011 triplicará em 2100. Portanto, o crescimento da população e suas alarmantes projeções, no mínimo apontam mais pessoas, logo, maiores as demandas por água. No ano seguinte, foi publicado o Novo Relatório da População Mundial⁵ (ONU, 2012) que ultrapassou os 7 bilhões indo para 7,2 bilhões e está projetada para alcançar 9 bilhões até 2050.

No caso brasileiro, segundo o IBGE, a projeção do crescimento da população é de 202.752.504 habitantes (População brasileira às 15:46:32, de 25.06.2014⁶). Para o Estado do Pará importa 8.066.912 habitantes (às 15:50:36, de 25.06.2014), uma vez que o aplicativo somente utiliza projeções para o Brasil e unidades da federação, porém, considerando o Pará, cuja capital é Belém, o gráfico do IBGE

³ Este relatório foi produzido pela Divisão de Informações e Relações Externas do UNFPA, o Fundo de População das Nações Unidas.

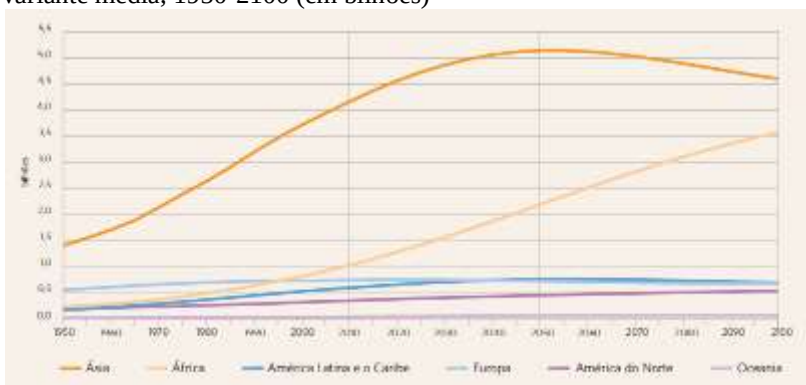
⁴ Fonte: Divisão de População do Departamento de Economia e Assuntos Sociais das Nações Unidas presente no mesmo Relatório.

⁵ Os relatórios são publicados anualmente.

⁶ Disponível no endereço eletrônico:
<http://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html>.

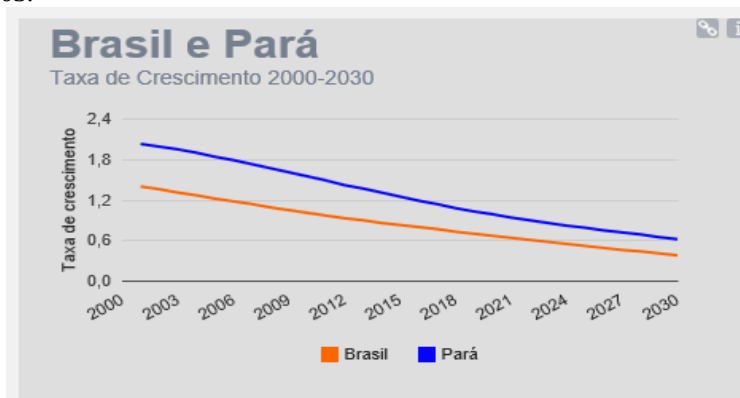
aponta um crescimento que se projeta e acompanha o crescimento do Brasil, logo, mais gente demanda mais água, num exemplo do segundo maior estado do Brasil, portador de 144 municípios, inserido na Amazônia.

Gráfico 1 – Estimativa e projeção da população por área geográfica, com variante média, 1950-2100 (em bilhões)



Fonte: Relatório sobre a Situação da População Mundial (2012)

Gráfico 2 – Comparativo da Taxa de Crescimento Brasil e Pará – 2000-2030.



Fonte: IBGE, 2014 - Projeção da população do Brasil e das unidades da federação

O *calcanhar de Aquiles* da problemática da água, segundo defendem alguns autores de publicações nacionais e internacionais, perpassa pela ineficiência da gestão dessas disputas por esse recurso natural finito. Porém, a água já vem sendo considerada como instrumento geopolítico e gerando o que alguns autores chamam de zonas hidroconflitivas, ou seja, regiões do mundo como no Oriente Médio, onde a escassez dela pode vir ser causa de lutas armadas.

No caso brasileiro, desde 1997⁷ a água passou a vigorar como um recurso hídrico, ou seja, dotada de precificação e deve ser tratada como mercadoria, logo, deve estar sujeita às regras do mercado. Mas não seria a água um direito universal? Sendo ela vital, o que aconteceria aos que não puderem pagar por tal recurso? Se há morte por fome no mundo, ampliaríamos aos “oito milhões de mortos por ano”⁸ os que morrem de sede por não terem acesso a ela? Ou aumentaria os 14 bilhões de pessoas que não tem acesso a água no mundo? (PETRELLA, 2001), ou simplesmente alargariamos o fosso entre a riqueza e a pobreza mundial ou as diferenças entre os países que têm acesso à água de qualidade ou negariamos a diferença entre os que consomem 200-300 l/d e os 50 l/d conforme já alertava o relatório do Programa Nacional de Desenvolvimento (PNUD⁹) de 2006.

⁷ Lei Federal 9.433 de 08 de janeiro de 1997

⁸ CANDESSUS, Michel et al. *Água: oito milhões de mortos por ano um escândalo mundial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

⁹ Os habitantes de Phoenix, no Arizona, uma cidade situada no deserto dos Estados Unidos, consomem mais de 1.000 litros por dia (PNUD, 2006).

No caso da crise de 2014 do Sistema de Abastecimento de água do Cantareira para a região metropolitana de São Paulo, a falta de água é mera culpa dos eventos climáticos, nesse caso, culpa da ausência de precipitação conforme apregoa a mídia nacional? Ou não seria uma crise anunciada pela ausência de gestão? Ou pelo aumento da demanda, especialmente por parte do conjunto de indústrias que são as maiores consumidoras de água dessa região?

No caso da Amazônia, vislumbra-se a cada dia a exploração de nossas riquezas naturais. Assim tem sido com o minério de ferro para a fabricação do aço, com a bauxita para auxílio na produção do alumínio, ambos exportados a preços irrisórios. No caso do minério, o jornalista Lúcio Flávio Pinto¹⁰ afirma que em meados de 2007 uma tonelada equivalia a U\$ 50,00, desde a Serra dos Carajás, no Pará, até o Porto de Itaqui, no Maranhão, valor irrisório para um recurso tão estratégico que vem permitindo a industrialização chinesa, por exemplo, ou quando compramos produtos importados e beneficiados com alto valor agregado muitas vezes fabricados com o recurso natural em estado bruto que nós exportamos.

O setor industrial de mineração utiliza uma grande quantidade de água para lavagem do minério. Não seria a água estratégica para esse tipo de indústria? Para a Amazônia ou para Brasil?

Outro tratamento que vem sendo dispensado à água é a adoção da mesma enquanto recurso hídrico ou aquilo que a geógrafa Becker (2003) chamou de “mercadoria fictícia”: quando o homem toma os

¹⁰ Jornal Povo, n. 403, v. XXI, 2007.

elementos da natureza e os converte em mercadorias tal como a terra, a vida e a própria água. Logo, a ideia de recurso hídrico impõe à água a condição de mercadoria, dotada de precificação, e sujeita às leis do mercado.

A água sendo tratada como recurso, quanto custará e como será precificado o custo da mesma? No caso do estado do Pará, é realizada uma remuneração (tarifação) sobre o serviço realizado pela Companhia de Saneamento do Estado do Pará pela captação, tratamento, distribuição e consumo, seja ele por captação superficial ou subterrânea. Nesse sentido, não há cobrança¹¹ pelo uso da água semelhantemente como já ocorre em outras regiões do Brasil.

Verifica-se hoje no Brasil, inclusive na Amazônia, essa precificação onde é grande o consumo de água envasada ou engarrafada, muitas delas com o rótulo de “mineral” quando muitas vezes não são. Para 2008 o consumo já era estimado em 206 bilhões de litros destacando-se como líderes mundiais do mercado de águas envasadas a Nestlé Waters, seguida por Danone, Coca-Cola e Pepsi, que detêm juntas 31% desse mercado¹², com a presença de uma indústria forte em território brasileiro, inclusive na Amazônia, mais precisamente no município de Benevides, Região Metropolitana de Belém (PA), com a presença da “água Schincariol” engarrafada pela Primo Schincariol Indústria de Cervejas e Refrigerantes.

¹¹ A cobrança aqui mencionada se refere a um dos instrumentos de gestão previsto nas leis estaduais e federais sobre os recursos hídricos.

¹² Lucio Carramillo Caetano – DNPM/RJ

Em termos de abastecimento, Belém já sofre a ausência de disponibilidade hídrica, pois tem sido corriqueiro noticiar na imprensa local a constante falta de água para a população, quando esta água lhe falta durante todo o dia e só retorna à noite. Na mídia digital, também circulam as manchetes que evidenciam essa falta: “Moradores de Icoaraci reclamam da falta de água¹³”, “Cinco bairros ficam sem água¹⁴”, “Falta de água afeta mais de dez bairros em Belém nesta manhã¹⁵”.

Todavia, em termos de abastecimento de água, outra questão é importante: o aumento do consumo de água engarrafada que se dá pela não confiança no serviço de abastecimento ao público, onde é comum em países desenvolvidos, e mesmo no Brasil, o acesso à água potável direto da torneira ao consumidor.

Consultando os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2000), por macrorregiões, observa-se que o Norte ainda é, entre todas as regiões do Brasil, a com menor índice de domicílios abastecidos por rede geral de água, com 44,3%, atrás do Nordeste (52,9%), do Sul (60,1%), do Centro-Oeste (63,35%), do Sudeste (70,5%), abaixo mesmo da média nacional que é 63,9%. Segundo estes dados, a região Nordeste, onde parcela de seu território sofre com situações de escassez de água, é mais bem atendida em termos de abastecimento que a região mais abundante em água do Brasil e do mundo.

¹³ Jornal o Diário do Pará - Sexta-Feira, 18.04.2014.

¹⁴ Amazônia Jornal - Edição de 15.01.2014

¹⁵ Jornal O Liberal: 11.10.2013 - 12:50 - Belém

No caso paraense, ainda não há um valor estipulado pela cobrança da água em si, apenas são tarifadas as quatro etapas já mencionadas desde a captação, o abastecimento e a distribuição de água no rio até a torneira do consumidor. Porém, há duas questões cruciais: a perda de água da captação até a casa do consumidor e o desperdício da mesma pelos próprios consumidores. Mendes (2005) aponta que uma das causas do desperdício é a forma de pagamento do recurso natural “água”, pois muitos moradores, pagam apenas taxas, que independem do volume consumido, gerando negligência no uso da água – o desperdício.

Ainda considerando a proporção do volume de água distribuída por dia, com tratamento e sem tratamento, a região Norte dispõe 32,4% que recebem água sem tratamento, contra 67,6 com tratamento.

A distribuição de água não somente implica no acesso ao recurso hídrico, este como bem vital, mas uma ordem de saúde pública, pois configura também ausência de saneamento básico, doenças epidêmicas (80% das doenças são de veiculação hídrica, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), efeitos comuns às mazelas apresentadas nas grandes cidades, associadas à favelização, aos ineficientes serviços de saúde e ao abastecimento de água).

Um aspecto que remete a uma urgente reflexão é quanto à privatização do serviço de abastecimento de água, ou melhor: deve haver uma taxação para termos acesso à água potável?

Nesse contexto, a utilização de instrumentos econômicos tais como impostos, taxas e cobranças pelo uso e mecanismos do mercado, de forma agregar a relação custo-benefício aliado a viés jurídico, haja vista que a própria lei prevê o instrumento da cobrança pelo uso da água mediante a outorga, a própria Lei é contraditória, pois, ao mesmo tempo em que ela garante prioridade de acesso à água para abastecimento humano, em seguida animal, em caso de escassez, ela legisla sobre a cobrança pelo uso dessa mesma água, cabendo ao próprio Estado a garantia de cobrar pelo seu uso, exploração, captação etc., portanto, garante ao Estado a transferência por meio de concessão do uso da água para a iniciativa privada mediante cobrança.

QUAL A RELEVÂNCIA DO DEBATE QUE ENVOLVE O TEMA ÁGUA?

Faz-se urgente e necessária uma ampliação da reflexão por parte da Geografia sobre as abordagens sobre a questão que envolve o consumo, o acesso e a distribuição de água. A partir do momento em que a água é dotada, enquanto recurso natural, de grande importância econômica, apenas atrás do petróleo, no caso amazônico, que temos a maior bacia hidrográfica do planeta, e somos possuidores, talvez, do maior aquífero subterrâneo do planeta – o aquífero Alter do Chão, ao mesmo tempo, que somos os maiores exportadores de energia bruta do Brasil, para o Brasil, o debate local exige uma maior atenção e uma (re)leitura da Amazônia em nível global sobre o tema “água”, tal como acontece com os nossos outros recursos naturais –

biodiversidade e minério. Pois, a água é no mínimo algo estratégico para nossa região.

O geógrafo Ribeiro (2008), em sua obra “Geografia política da água”, aponta que em caso de guerra é um consenso que os corpos d’água venham a ser preservados durante o conflito, pois os soldados de ambos os lados utilizarão a mesma água para beber, portanto, evidencia-se no texto a importância estratégica que a água tem mesmo em caso de um confronto militar.

Considerando que entre as dimensões de Globalização e os seus vieses militar, político e geográfico (BECKER apud TAYLOR; FLINT, 2000), há de refletirmos as inúmeras questões que envolvem a água, para além do caráter ecológico-ambiental. Diante de uma “crise” mundial de água, qual seria a posição do Brasil se sua soberania fosse ameaçada e se as águas amazônidas fossem captadas por navios estrangeiros? Pois é real essa preocupação com o “recurso água”, pelo menos por parte da ONU, que de tempos em tempos publica relatórios, como o mais recente, em comemoração ao Dia Mundial da Água (22 de março), em 2014, que de uma forma ou de outra trata do tema água, sinalizando que esse é um problema mundial, importando um caráter estratégico, muito embora não seja considerado assim no Brasil e nem na própria Amazônia, seja pela ausência de políticas públicas integradas voltadas para a questão hídrica, ou simplesmente para o ordenamento do território.

Em termos acadêmicos, a água tem sido discutida por geógrafos que fazem discussões sobre a Geomorfologia, ou por estudiosos da

Hidrografia e/ou a Geografia das águas. Já temos percebido publicações que se referem ao “Atlas das Águas”, logo, importando a uma cartografia das águas, ou seja, alguns que ousam travar essas discussões (BORDALO, 2009; RIBEIRO, 2008,2008; BECKER, 2003).

REFERÊNCIAS

ARAGÓN, Luis Eduardo; CLÜSENER-GODT, M. (Orgs) *Problemática do uso local e global da água na Amazônia*. Belém: UNESCO; NAEA, 2003.

BRASIL. Lei Nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Brasília. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 05 jan. 2013.

BORDALO, Carlos Alexandre Leão. Uma reflexão das Políticas de Proteção dos Mananciais da Região Metropolitana de Belém-PA (1984-2004). In: VASCONCELLOS, Mário; ROCHA, Gilberto Miranda; LADISLAU, Evandro. *O desafio político da sustentabilidade urbana*. Gestão socioambiental de Belém. Belém: NUMA/UFPA, EDUFPA, 2009. p. 186-199

BECKER, Bertha. Inserção da Amazônia na Geopolítica da Água. In: ARAGON, Luis Eduardo; CLÜSENER-GODT, M. (Orgs) *Problemática do uso local e global da água da Amazônia*. Belém: UNESCO; NAEA, 2003. p. 273-298.

FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (UNFPA). *Novo Relatório sobre a Situação da População Mundial 2012*. Divisão de Informações e Relações Externas do UNFPA, o Fundo de População das Nações Unidas, Moçambique, 2012. Disponível em: <http://www.unfpa.org.br>. Acesso em: 25 jun. 2014.

_____. *Relatório sobre a Situação da População Mundial 2011*. Divisão de Informações e Relações Externas do UNFPA, o Fundo de População das Nações Unidas, Moçambique, 2011. Disponível em: <http://www.unfpa.org.br>. Acesso em: 25 jun. 2014.

MENDES, Ronaldo Lopes Rodrigues. *Indicadores de sustentabilidade do uso doméstico da água*. 2005. Tese (Doutorado

em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.

PETRELLA, Ricardo. *O manifesto da água*: argumentos para um contrato mundial. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

RIBEIRO, Wagner Costa. *Geografia política da água*. São Paulo: Annablume, 2008.

SOUZA, Eliene Lopes; UHLY, Steven. *A questão da água na Grande Belém*. Belém: Casa de Estudos Germânicos/UFPA, 2004.

TERRITÓRIO E BACIA HIDROGRÁFICA: REFLEXÕES TEÓRICAS PARA UM MODELO DE GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS NA AMAZÔNIA

Diego Luiz do Nascimento FERREIRA¹

INTRODUÇÃO

Um conceito científico não é algo pronto, acabado. Desde sua origem este percorre um caminho, que por vezes pode sofrer influências que, conseqüentemente, poderão interferir no entendimento de seus conteúdos e aplicabilidade. Assim sendo, noções, categorias e conceitos são construções lógicas que estão em constante reformulação, sendo redefinidos e aprimorados a cada novo avanço do pensamento científico e filosófico ou forma de compreensão da materialidade concreta da vida humana.

Apreende-se a categoria e o conceito como construções sociais que colhem algum aspecto da realidade. Neste sentido, o presente artigo tem como objeto de estudo a categoria geográfica território e o conceito, não menos geográfico, de bacia hidrográfica.

Desta forma, buscar-se-á resgatar e explicitar algumas reflexões sobre a categoria território e o conceito de bacia hidrográfica, desenvolvido por alguns autores, com o objetivo de alcançar, a partir da relação entre a categoria e o conceito, um modelo de gestão dos recursos hídricos para a Amazônia, uma vez que a problemática

¹ Bacharel e licenciado em Geografia – Universidade Federal do Pará, especialista em Gestão Ambiental – Faculdade São Marcos e mestrando em Geografia – PPGEIO/IFCH/UFPA. Endereço: Travessa 09 de Janeiro, nº 2373, Bairro São Brás, Belém, Pará. E-mail: diegocapitao05@yahoo.com.br

ambiental na região ainda não está devidamente enfocada na relação entre o desenvolvimento da produção e o desenvolvimento sustentável da sociedade.

A partir de pesquisa bibliográfica, pode-se notar que existem trabalhos, sendo alguns deles de Geografia, que tratam da gestão dos recursos hídricos com base apenas no uso do conceito de bacia hidrográfica, porém não realizam um debate teórico-conceitual sobre a categoria território. Destaque para os trabalhos de: Almeida (2012) – Ordenamento territorial geoambiental da bacia hidrográfica do rio Taperoá/semiárido paraibano; Rodrigues (2010) – Território e soberania na globalização: Amazônia, jardim de águas sedento. Lacorte (1994) – Gestão de recursos hídricos e planejamento territorial: as experiências brasileiras no gerenciamento de bacias hidrográficas; Oliveira (2007) – Bacia hidrográfica e os territórios da gestão das águas-estudo de caso: a sub-bacia hidrográfica do Riacho Jacaré do Baixo São Francisco; Oliveira (2008) – Planejamento Municipal Integrado à Gestão de Recursos Hídricos. Estudo de Caso: Município de Seropédica; Sola (2012) – Gerenciamento integrado dos recursos hídricos compartilhados na bacia amazônica.

CATEGORIA TERRITÓRIO

Construção da categoria

A origem da expressão *território* e seu uso nas ciências não advêm dos estudos geográficos, muito menos das ciências humanas,

e sim das ciências naturais, em especial da Biologia e da Zoologia, a partir dos estudos ligados à Etologia.

Haesbaert (2004) esclarece que:

Etimologicamente falando, a palavra território, *territorium* em latim, é derivada diretamente do vocábulo latino terra e era utilizada pelo sistema jurídico romano dentro do chamado *jus terrendi* [...] como pedaço de terra apropriado dentro dos limites de uma determinada jurisdição político-administrativa (HAESBAERT, 2004, p. 43).

No entanto, a categoria território, pensada no interior das ciências modernas, está relacionada essencialmente a duas correntes filosóficas significativamente difundidas entre os ramos do conhecimento que se desenvolveram ao longo dos séculos XVIII e XIX: o *naturalismo* e a *política*.

Tradicionalmente nas ciências sociais, com destaque na história do pensamento geográfico, a expressão território vem sendo muito utilizada desde o século XIX. Os estudos sobre território, durante os séculos XVIII e XIX, enfatizavam a escala do território nacional e/ou do Estado-nação. Essa ideia de uma área sob domínio de uma nação ou onde uma nação possui soberania em relação a outras nações, este sentido político e jurídico ainda hoje permeia o significado de território e tem raízes, sobretudo, na constituição dos Estados modernos europeus a partir do Renascimento.

Neste contexto histórico de consolidação dos modernos Estados-nações, a categoria território passa a ter relevância para as ciências. Existem trabalhos realizados a respeito desta categoria que

são contemporâneos à própria sistematização e legitimação da Geografia como disciplina escolar acadêmica.

É nessa perspectiva que são desenvolvidas as obras de geógrafos como Friedrich Ratzel, preocupado com o papel desempenhado pelo Estado no controle do território; Como também Élisée Reclus, que procurava estabelecer as relações entre classes sociais e espaço ocupado e dominado.

Segundo Souza (2000), para Ratzel, o território é o espaço com seus elementos naturais e humanos, apropriado e ocupado por um grupo social ou pelo próprio Estado. Na interpretação de Ratzel, o território é a base de sustentação do Estado, pois este, sem aquele não existe, ou seja, o território é a própria condição de existência do Estado, pois é nele que se encontram os recursos naturais que sustentam a sociedade. Assim, a ideia de território iguala-se ao conceito de “espaço vital” estabelecido pelo próprio Ratzel.

Com o surgimento da escola possibilista francesa, no final do século XIX, e durante o período em que se destacaram a chamada Nova Geografia ou Geografia teórico-quantitativa e a Geografia Cultural, isto é, entre as décadas de 1950 a 1970, o conceito de território foi praticamente deixado de lado em favor dos conceitos de organização espacial e de paisagem. Assim, avançou-se muito pouco em relação às bases teóricas dessa categoria e, por conta disso, perdurou na Geografia uma leitura tradicional de território, segundo Souza (2000).

Com o advento da Geografia Crítica essa categoria foi retrabalhada com base na interpretação marxista de que a definição do território passa pelo uso que a sociedade faz de uma determinada porção do globo, a partir de uma relação de apropriação, qualificada pelo trabalho social.

Na perspectiva da Geografia Crítica, as novas e as antigas configurações territoriais decorrem da forma como os agentes que estão no poder apropriam-se do espaço, por meio das relações sociais de produção, ou seja, por meio das relações orientadas pelo modo de produção vigente em cada época.

Desta maneira, o território que reemerge não possui o mesmo conteúdo geopolítico da definição de Estado-Nação que lhe conferiu originalmente o geógrafo alemão Friedrich Ratzel. *O retorno do território*, como aludiu Milton Santos, está relacionado às mudanças socioespaciais e político-institucionais do capitalismo em sua fase pós-fordista (HARVEY, 1993). Trata-se dos efeitos gerados pela reestruturação dos processos produtivos, que não apenas se internacionalizam, mas também recompõem e afetam os territórios.

NOVAS ABORDAGENS

Recentemente, a partir dos anos 1990, a categoria território passou a ser utilizada com mais frequência por diferentes ramos das ciências, sobretudo na Geografia, concorrendo com termos como *espaço* e *região*. Nesse sentido, a expressão vem ganhando novas

interpretações, mais amplas e mais flexíveis, permitindo uma noção menos delimitada de território.

Diferentes concepções e abordagens podem ser utilizadas para compreender e conceituar território. De forma abrangente, o território deve sempre ser considerado dentro de um determinado contexto histórico. É nessa perspectiva que se pode traçar um panorama geral de diferentes autores da atualidade que abordam, dentro de suas óticas, a questão territorial e discutem essa categoria.

Claude Raffestin (1993) trata o território, principalmente, com uma ênfase político-administrativa, isto é, como o território nacional, espaço físico onde se localiza um Estado-nação; um espaço onde se delimita uma ordem jurídica e política; um espaço mensurado e marcado pela projeção do trabalho humano com suas linhas, limites e fronteiras.

Segundo Raffestin (1993), ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator territorializa o espaço. Neste sentido, entende o território como sendo:

um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. [...] o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Para o autor, a construção do território revela relações marcadas pelo poder. Então, faz-se necessário enfatizar uma categoria essencial para a compreensão do território, que é o poder exercido

por pessoas ou grupos sem o qual não se define o território. Poder e território, apesar da autonomia de cada um, serão enfocados conjuntamente para a consolidação da categoria território.

Rogério Haesbaert (2004) analisa o território com diferentes enfoques, elaborando uma classificação em que se verificam três vertentes básicas: 1) *jurídico-política*, segundo a qual “o território é visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder, especialmente o de caráter estatal”; 2) *cultural*, que “prioriza dimensões simbólicas e mais subjetivas, o território visto fundamentalmente como produto da apropriação feita através do imaginário e/ou identidade social sobre o espaço”; 3) *econômica*, “que destaca a desterritorialização em sua perspectiva material, como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho” (HAESBAERT, 2004).

No atual cenário mundial, com todas as suas complexidades e processos, muitas vezes excludentes, como a crescente globalização e a fragmentação a um nível micro ou local, servindo de refúgio à globalização, Haesbaert identifica uma multiterritorialidade reunida em três elementos: os territórios-zona, os territórios-rede e os aglomerados de exclusão. Para Haesbaert, nos territórios-zona prevalece a lógica política; nos territórios-rede prevalece a lógica econômica e nos aglomerados de exclusão ocorre uma lógica social de exclusão socioeconômica das pessoas. Assim, como em Claude Raffestin, a ideia de poder também é uma constante na discussão sobre território feita por Marcos Aurélio Saquet (2004):

O território é produzido espaço-temporalmente pelas relações de poder engendradas por um determinado grupo social. Dessa forma, pode ser temporário ou permanente e se efetiva em diferentes escalas, portanto, não apenas naquela convencionalmente conhecida como o “território nacional” sob gestão do Estado-Nação (SAQUET, 2004, p. 143).

Saquet (2004) faz um resgate das diferentes interpretações do conceito de território levando em consideração as três vertentes mencionadas por Haesbaert (jurídico-política, econômica e cultural), como sendo essenciais para realizar as interligações necessárias. No entanto, além das vertentes econômicas, políticas e culturais, Saquet também considera a vertente da natureza, que sempre estará presente dentro do território. A natureza está no território, é dele indissociável.

Milton Santos e Laura Silveira (2001) também fazem importantes contribuições para a construção da categoria território. Santos destaca a importância de compreender a categoria território, uma vez que é na base territorial que tudo acontece, mesmo as configurações e reconfigurações mundiais influenciando o espaço territorial.

Neste sentido, Santos e Silveira, no livro *O Brasil. Território e sociedade no início do século XXI*, apresenta a categoria de análise “território usado”. Assim, segundo os autores:

A partir desse ponto de vista, quando quisermos definir qualquer pedaço do território, deveremos levar em conta a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que

inclui a ação humana, isto é, o trabalho e a política (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 247).

Dessa maneira, o território apresenta-se vivo, mas também revela as ações passadas e presentes, porém congeladas nos objetos, e as ações presentes constituídas em ações. No território, segundo Santos e Silveira, devemos considerar os fixos e os fluxos e, principalmente, a maneira como ele está sendo utilizado.

Realizada a exposição das ideias de alguns dos principais autores da Geografia que discutem a categoria território, algumas considerações devem ser apontadas.

A primeira conclusão que deve ser mencionada é que a ideia de relação de poder aparece, direta ou indiretamente, nos ensinamentos de todos os autores apresentados neste artigo para a caracterização do território.

E a segunda conclusão é que a vertente política da categoria território está presente, de uma maneira ou outra, também nas ideias de todos os autores explicitados neste trabalho para a discussão do território.

Portanto, independentemente da maneira como será utilizada, a categoria território deve apresentar algum tipo de relação de poder e, também, no mínimo, a vertente política do território. Somente dessa forma, a categoria território poderá abarcar sua porção da totalidade, que está diretamente relacionada com a apropriação, o controle, o uso e a gestão de seus recursos.

Um bom exemplo que envolve gestão de recursos é a bacia hidrográfica. Com base no seu uso, a bacia hidrográfica pode apresentar-se como um território, a partir de suas vertentes natural e política, e de suas relações de poder que envolvem a gestão dos recursos hídricos. Agora, então, realiza-se uma breve reflexão sobre o conceito de bacia hidrográfica.

CONCEITO DE BACIA HIDROGRÁFICA

Determinar com exatidão quando e como surgiu *o conceito de bacia hidrográfica* é tarefa muito árdua. Deve-se buscar nos primórdios dos estudos hidrológicos e geomorfológicos, por volta dos séculos XVIII e XIX, a identificação da bacia como unidade fundamental de processos de escoamento hídrico e sedimentar, além da contribuição de profissionais como agrônomos e engenheiros.

Na década de 1920, W. Peck apresenta um sistema de referência que relaciona vertente e curso d'água, em cuja evolução a vertente e o comportamento do canal estão diretamente relacionados. Porém, não havia ainda um conceito que abarcasse vertente e curso d'água.

Neste sentido, logo em seguida, contribuições para a construção de um conceito que englobasse vertente e curso d'água foram apresentadas. Destaque, por exemplo, para Horton que, na década de 1940, contribuiu significativamente para a definição da bacia como um sistema individualizado, porém hierarquizado, quando identificou parâmetros de organização dos canais de drenagem. Nas décadas seguintes, a vertente se tornou o novo campo de pesquisa da

Geografia, sendo estudada a partir de duas visões: a visão compartimentada e a visão geossistêmica.

A visão compartimentada de bacia hidrográfica foi estudada em vários campos do conhecimento científico, principalmente na Geografia e na Geomorfologia fluvial com o desenvolvimento de estudos sobre os padrões de drenagem, a hierarquia e os tipos de rios. Nesse sentido, os trabalhos envolvendo bacia hidrográfica levavam em consideração somente os aspectos físicos da bacia. Os exemplos a seguir mostram como o conceito de bacia hidrográfica é abordado na visão compartimentada.

Na Geografia,

Bacia hidrográfica é o conjunto de terras drenadas por um rio e seus afluentes. [...] A noção de bacia hidrográfica obriga naturalmente a existência de cabeceiras ou nascentes, divisores d'água, cursos d'água principais, afluentes, subafluentes, etc. [...] O conceito de bacia hidrográfica deve conter uma noção de dinamismo [...] (GUERRA; GUERRA apud MOTA et. al., 2009, p. 201).

E na Engenharia Ambiental,

Uma bacia hidrográfica é uma unidade fisiográfica, limitada por divisores topográficos, que recolhe a precipitação, age como um reservatório de água e sedimentos, defluindo-os em uma seção fluvial única, denominada enxutório (VON SPERLING, 2007, p. 60).

O desenvolvimento dos estudos na ecologia, onde se verificou que a natureza é influenciada pela atividade humana, a introdução da Teoria Geral dos Sistemas na Geografia e a contribuição de geógrafos soviéticos na aplicação da Geografia Física, com destaque

para Sotchava, possibilitou o surgimento da visão geossistêmica de bacia hidrográfica. Com isso, a bacia hidrográfica é vista como um sistema no qual devem ser levadas em consideração a ação antrópica, as condições climáticas, geológicas, biogeográficas e morfogenéticas que compõem o seu ambiente, além de ter na rede de canais e nas vertentes seus dois principais elementos.

A abordagem geossistêmica possibilitou que autores, como Bertrand, por meio de seus estudos geossistêmicos da Paisagem, e Tricart, de seu conceito de Ecodinâmica, por exemplo, encontrassem um palco ideal de desenvolvimento utilizando a bacia como um recorte possível. Nessa perspectiva, a ação humana foi incorporada como mais um elemento do sistema, que condiciona fluxos de matéria e energia, alterando o comportamento ou equilíbrio natural do sistema. Portanto, o estudo da bacia hidrográfica tornou-se uma perfeita representação da análise geossistêmica, ou seja, o estudo da bacia hidrográfica engloba os aspectos físicos, ambientais, sociais, econômicos e políticos.

Sob o ponto de vista do auto-ajuste pode-se deduzir que as bacias hidrográficas integram uma visão conjunta do comportamento das condições naturais e das atividades humanas nelas desenvolvidas uma vez que mudanças significativas em qualquer dessas unidades podem gerar alterações, efeitos e/ou impactos a jusante e nos fluxos energéticos de saída (descarga, cargas sólidas e dissolvida). Pelo caráter integrador das dinâmicas ocorridas nas unidades ambientais e, entre elas, as bacias de drenagem revelam-se excelentes áreas de estudos para o planejamento (CUNHA; GUERRA, 1996, p. 353).

Diante da abordagem geossistêmica a bacia hidrográfica se torna a unidade territorial mais indicada para a gestão de recursos hídricos, visto que é na bacia hidrográfica onde se regulam as atividades da sociedade humana que dela se utiliza.

REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE A GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS NO BRASIL

Segundo Rebouças (2004), a água é considerada um recurso ou bem econômico, porque é finita, vulnerável e essencial para a conservação da vida e do meio ambiente. Além disso, sua escassez impede o desenvolvimento de diversas regiões. Por outro lado, é também tida como um recurso ambiental, pois a alteração adversa desse recurso pode contribuir para a degradação da qualidade ambiental. Já a degradação ambiental afeta, direta ou indiretamente, a saúde, a segurança e o bem-estar da população; as atividades sociais e econômicas; a fauna e a flora; as condições estéticas e sanitárias do meio; e a qualidade dos recursos ambientais.

A preocupação com a gestão dos recursos hídricos sucedeu a difusão da onda ambiental deflagrada após a Conferência Mundial sobre Meio Ambiente de Estocolmo, em 1972. Na época, já se fixava o princípio de que “deve-se confiar a instituições nacionais apropriadas a tarefa de planejar, administrar e controlar a utilização dos recursos ambientais, com vistas a melhorar a qualidade do meio ambiente”.

A Conferência Internacional sobre a Água e o Meio Ambiente de janeiro de 1992, realizada em Dublin, responsável pela

formulação das estratégias e programas de ação que seriam apresentados na *Rio-92*, estabeleceu os seguintes pontos principais: a água doce é um recurso finito e vulnerável, essencial para a conservação da vida, a manutenção do desenvolvimento e do meio ambiente; o desenvolvimento e a gestão da água devem ser baseados na participação dos usuários, dos planejadores e dos responsáveis políticos em todos os níveis; e a água tem valor econômico em todos os seus usos competitivos e deve ser reconhecida como um bem econômico. Nessa mesma conferência, foram acordados os *Princípios de Dublin*, documento este que afirma, em seu primeiro princípio, que a gestão dos recursos hídricos, para ser efetiva, deve ser integrada e considerar todos os aspectos, físicos, sociais e econômicos. Para que essa integração tenha o foco adequado, é sugerido que a gestão esteja baseada nas bacias hidrográficas.

Segundo Sousa Júnior (2004), a experiência brasileira em gestão de recursos hídricos teve início na década de 1930, a partir do *Código de Águas*. O Código de Águas foi estabelecido pelo Decreto 24.643, de 10 de julho de 1934 e, como outros instrumentos legais que disciplinam as atividades do setor, provém de um modelo de gerenciamento de águas orientado por tipos de uso.

Trata-se da etapa da administração dos recursos hídricos no Brasil denominada modelo burocrático. Nessa etapa, observa-se que a visão do processo de gestão era fragmentada, o desempenho estava restrito ao cumprimento de normas, havia dificuldade de adaptação a mudanças internas ou externas, centralização do poder decisório,

excesso de formalismo e pouca importância era dada ao ambiente externo. A inadequação desse modelo de gestão tinha como consequência o agravamento dos conflitos de uso e de proteção das águas e o crescimento na elaboração de novos instrumentos legais para reforçar o esquema legal. No fim, tinha-se um vasto conjunto de leis e normas, muitas vezes conflitantes e de difícil interpretação.

A segunda etapa da gestão dos recursos hídricos brasileiros, intitulada modelo econômico-financeiro, caracterizou-se pelo uso de instrumentos econômicos e financeiros, por parte do poder público, para a promoção do desenvolvimento nacional ou regional, além de induzir à obediência das normas legais vigentes. Essa etapa começou com a criação da Cia. de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codesvasf), em 1948.

O modelo econômico-financeiro foi marcado, em geral, por duas orientações: as prioridades setoriais do governo, constituídas pelos programas de investimento em setores usuários de água como irrigação, geração de energia, saneamento etc., e o desenvolvimento integral (multissetorial) da bacia hidrográfica - uma diretriz mais difícil de ser aplicada, pois as superintendências de bacia ficavam vinculadas a ministério ou secretaria estadual setorial, com atribuições limitadas ao segmento específico de atuação. A principal deficiência desse modelo era sua necessidade de criar um grande sistema para compatibilizar as ações temporais e as espaciais de uso e proteção das águas. Na prática, foram criados sistemas parciais que acabaram privilegiando determinados setores usuários de água,

ocorrendo até uma apropriação perdulária por parte de certos segmentos. Ao final, sem conseguir alcançar a utilização social e economicamente ótima da água, tinha-se a geração de conflitos entre os setores e até intra-setores, na mesma proporção do modelo burocrático de gestão.

A partir da promulgação da Constituição de 1988, foram criadas condições para inaugurar a terceira etapa da gestão de recursos hídricos, denominada modelo sistêmico de integração participativa. A diferença entre um modelo econômico-financeiro e um sistêmico de integração participativa é que o segundo, além de examinar o crescimento econômico, também verifica a equidade social e o equilíbrio ambiental. A integração desses objetivos deve dar-se na forma de uma negociação social, ainda no âmbito da unidade de planejamento da bacia hidrográfica.

O símbolo dessa terceira e atual fase de gestão de recursos hídricos no Brasil é a Lei 9.433, sancionada em 08 de janeiro de 1997, que estabelece a Política Nacional de Recursos Hídricos. Segundo Sousa Júnior (2004), essa lei representa um novo marco institucional no país, pois incorpora princípios, normas e padrões de gestão de água já aceitos e praticados em muitos países.

A Política Nacional de Recursos Hídricos baseia-se em um conjunto de princípios essenciais: a água como um bem de domínio público, dotado de valor econômico, cujos usos prioritários são o abastecimento humano e a dessedentação de animais e cuja gestão deve tomar como unidade territorial a bacia hidrográfica. Prevê,

como diretriz geral de ação, a gestão integrada, e como instrumentos para viabilizar sua implantação os planos de recursos hídricos, o enquadramento dos corpos de água em classes segundo os usos preponderantes, a outorga de direito de uso, a cobrança pelo uso da água e o sistema de informação sobre recursos hídricos.

O Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, por sua vez, também estabelecido pela Lei nº 9.433/97, deve cumprir os seguintes objetivos: a. coordenar a gestão integrada das águas; b. arbitrar administrativamente os conflitos ligados ao uso da água; c. implementar a Política Nacional de Recursos Hídricos; d. planejar, regular e controlar o uso, a preservação e a recuperação dos recursos hídricos; e. promover a cobrança pelo uso da água.

Para a consecução otimizada de tais objetivos, integram o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos: a. O Conselho Nacional de Recursos Hídricos; b. os Conselhos de Recursos Hídricos dos estados e do Distrito Federal; c. os Comitês de Bacia Hidrográfica; d. os órgãos de governo cujas competências se relacionem com a gestão de recursos hídricos; e. as Agências de Água. Em 2001 foi criada a Agência Nacional de Águas (ANA), de forma a complementar a estrutura institucional da gestão de recursos hídricos do país. É a entidade operacional do sistema com responsabilidade pela implantação da Política Nacional de Recursos Hídricos e que detém o poder outorgante de fiscalização e de cobrança pelo uso da água (nas bacias de rios federais).

Os instrumentos que a Lei 9.433 definiu como necessários à boa gestão do uso da água seguem a tendência da vanguarda mundial na administração dos recursos hídricos: *Plano Nacional de Recursos Hídricos* - consolida todos os planos diretores de recursos hídricos de cada bacia hidrográfica, sendo sua elaboração de responsabilidade da Secretaria de Recursos Hídricos (SRH), do Ministério do Meio Ambiente; *Outorga do Direito de Uso dos Recursos Hídricos* - instrumento pelo qual o usuário recebe uma autorização, concessão ou permissão, conforme o caso, para fazer uso da água. A outorga constitui o elemento central do controle para o uso racional dos recursos hídricos. Quando a outorga é sobre o direito de uso de águas de domínio da União, sua concessão é dada pela SRH; *Cobrança pelo uso da água* - instrumento necessário para o equilíbrio entre a oferta e a demanda; *Enquadramento dos corpos d'água em classes de uso* - mecanismo necessário à manutenção de um sistema de vigilância sobre a qualidade da água. A classificação será feita com base em legislação ambiental; e *Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos* - compreende a coleta, a organização, a crítica e a difusão da base de dados referente aos recursos hídricos, seus usos e o balanço hídrico de cada bacia, para prover os usuários e gestores com informações para o planejamento e a gestão. A centralização das informações desse sistema será na SRH.

Em termos de estrutura de gerenciamento, estão previstos o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) e seus equivalentes nos estados e no Distrito Federal, os Comitês de Bacias

Hidrográficas e as Agências de Água. O CNRH é o órgão superior da hierarquia administrativa da gestão de águas, responsável pelas grandes questões do setor e pela resolução de contendas maiores. Já os Comitês de Bacias Hidrográficas são um tipo novo de organização no Brasil, embora bastante conhecidos em países desenvolvidos com gestão de recursos hídricos, e contam com a participação de usuários, das prefeituras, de organizações civis e de representantes estaduais e federais. Os membros do comitê exercem o papel de um parlamento das águas da bacia, pois é o local de decisões sobre as questões relativas à bacia. E as Agências de Água são o órgão técnico dos respectivos comitês, destinadas a gerir os recursos oriundos da cobrança pelo uso da água.

MODELO DE GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA AMAZÔNIA

Imagine um pequeno rio (algo comum em muitos municípios da região amazônica): água limpa; sem cheiro; peixes de pequeno porte; com mata ciliar e, nas proximidades, uma vegetação típica da floresta amazônica; que abastece algumas comunidades ribeirinhas; e que passa dentro de uma *company town* (formação habitacional ligada a qualquer tipo de empresa ou companhia que demande formações habitacionais de apoio). Num certo dia, esse rio está totalmente alterado, pois sua água está turva, com uma coloração vermelha, com um cheiro forte e vários peixes mortos. Agora procure entender o impacto que o rio e a população que depende dele sofreram?

Esse rio, descrito acima, é o rio Murucupi. Em 27.05.2009, o rio Murucupi foi atingido pelo vazamento de lama vermelha (efluente do processo de beneficiamento de bauxita) devido o transbordamento do tanque de rejeito da empresa Alunorte, localizada em Barcarena. De acordo com o resultado do Laboratório de Química Analítica e Ambiental da Universidade Federal do Pará (UFPA) os índices de cloreto, a turbidez da água, os níveis de oxigênio dissolvidos no ambiente aquático e a concentração de metais – ferro, alumínio, cádmio e cobre – não estão em conformidade com os parâmetros estabelecidos pela legislação ambiental, a resolução 357/05 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama). Segundo os pesquisadores da Faculdade de Química da UFPA, foi identificada a mortandade de peixes em decorrência do desequilíbrio ambiental causado pelo vazamento. Esse é apenas um dos vários exemplos de como é bastante complexo a gestão dos recursos hídricos na Amazônia.

O conceito de bacia hidrográfica que serve como parâmetro para a gestão dos recursos hídricos no Brasil, e consequentemente na Amazônia, é insuficiente, por não apresentar regiões hidrográficas com limites bem definidos, deparando-se com grandes disparidades entre extensões, como a Bacia Hidrográfica Amazônica, onde o rio principal é, ao mesmo tempo, um rio federal, e a Microbacia Hidrográfica do rio Murucupi, no município de Barcarena no estado do Pará, por exemplo, que é um rio municipal.

Além do confuso conceito de bacia hidrográfica para a gestão dos recursos hídricos e da dificuldade de dimensionar sua extensão, revela-se como uma abordagem funcionalista, na qual a sustentabilidade do sistema está relacionada exclusivamente à função econômica. Ainda que exista movimento de reestruturação organizacional administrativa e política, traz outras construções lógicas que nem sempre estão em concordância com a realidade social, cultural e econômica da população local.

No contexto amazônico, então, faz-se necessário um novo modelo de gestão dos recursos hídricos, com ênfase no desenvolvimento sustentável. Assim, o *modelo de gestão do território por meio das bacias hidrográficas* se apresenta como um modelo de governança mais adequada para o futuro da região. Os componentes deste modelo são: a) *descentralização* (divisão do território em unidades com base nas bacias hidrográficas) com gestão através dos Comitês de Bacias; b) *participação tripartite* (comitês integrados por representantes do estado, dos municípios e da sociedade civil incluindo usuários da água) e c) *integrados* todos no espaço social do comitê. Compõem o perfil deste modelo também um plano de bacia construído com participação dos atores sociais, com apoio e fundamentação em câmaras técnicas, e um fundo financeiro. Tanto os recursos deste fundo como os originados da cobrança pelo uso da água em uma bacia têm decisão e aplicação descentralizada mediante diretrizes do Plano Estadual de Recursos Hídricos e do Plano de Bacia.

A peculiaridade do modelo de governança fortalece o “fator comunidade”, que é a inclusão em um mesmo espaço de decisão os representantes dos governos federal, estadual e municipal, com usuários e diversas categorias da sociedade civil organizada. O território da bacia hidrográfica é o espaço-objeto sobre o qual se pactuam acordos e se constrói o plano de uso dos recursos hídricos. O Plano da Bacia é a referência para estabelecer prioridades de investimentos, intervenção para o resgate das condições favoráveis de produção de quantidade, garantindo a qualidade e os critérios de uso da água. O salto qualitativo diante da atual conjuntura histórica é ampliar, fortalecer e aperfeiçoar este “modelo de gestão” do território e dos recursos hídricos. Isto significaria incorporar à visão técnica do atual eixo estruturador do plano com base nos recursos hídricos a inclusão dos três pilares da sustentabilidade: o desenvolvimento econômico, o social e o ambiental. Assim, no mesmo espaço, os diversos atores, incluiriam no plano, que tem os recursos hídricos como eixo, um capítulo de formulações e decisões sobre a estruturação da “economia verde”, social e ambientalmente sustentável com suporte no patrimônio do território. Este seria o embrião de um modelo de governança integrada a partir das bacias hidrográficas.

Nesta perspectiva, o planejamento territorial passa a considerar os aspectos físico-ambientais da bacia hidrográfica, bem como as condições socioeconômicas da população que habita a região. Tudo isso pode e deve ser pactuado pelos atores que interagem em cada

bacia hidrográfica, reconhecendo-se o Comitê de Bacia Hidrográfica como *locus* privilegiado para tal. Todavia, a viabilidade do processo está intrinsecamente ligada à qualidade das decisões tomadas, o que, por sua vez, remete à base de informações que serve de substrato ao processo de tomada de decisão. Não é difícil conceber mecanismos de incentivo à adoção de melhores práticas, mas definir que práticas são melhores é um exercício analítico que deve levar em conta os limites e as possibilidades da área específica que contempla, não admitindo a mera transposição de soluções empregadas em outros espaços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reconhecer a complexidade proveniente das interações sociais e naturais deve pautar as práticas sociais que ocorrem em determinado território e se complementa por suas características naturais, como a disponibilidade de água e de outros recursos. Assim, o conhecimento social e o natural se integrariam em um determinado território, com visão complexa, em um dinamismo que pode ser compreendido por meio da concepção política de território, no sentido de gerir os elementos que constituem o território.

Atualmente, no Brasil e, principalmente, na região amazônica, a água tornou-se fundamental para o desenvolvimento econômico com as ideias de que a terra é a única fonte de riqueza e o liberalismo econômico contribuiu para a expansão, a racionalização da produção agrícola e o desenvolvimento econômico. Produz-se, neste contexto,

a ação do Estado de estabelecer-se como único ator político, para tomar posse exclusivamente desse recurso e assumir o território para a sua normalização. Para fazer isso, o Estado busca a centralização por meio da ação legislativa e reguladora, com um governo central que detém a autoridade sobre os recursos hídricos.

Por causa de tamanha importância que a água tem no cenário nacional e mundial, é que o processo de gestão dos recursos hídricos em uma bacia hidrográfica merece destaque, pois possibilita o equacionamento dos fatores sociais e naturais e das ações, em busca das soluções para o uso adequado da sustentabilidade na localidade, viabiliza percepção interativa entre os elementos sistêmicos e propicia a busca do equilíbrio entre a demanda e a oferta de qualquer recurso natural nela contida. A gestão de uma bacia hidrográfica envolve o processo de planejamento, que compreende uma sistemática de organização e o uso múltiplo de recursos disponibilizados no seu território.

A motivação da escolha, para melhor gerir os recursos hídricos da Amazônia, do modelo de gestão do território a partir de bacias hidrográficas, encontra-se na fácil percepção dos seus limites superficiais e na grande importância que a bacia hidrográfica deve ter no planejamento e na gestão, seja na quantidade e/ou na qualidade, dos recursos sociais e naturais. Somado ao território compartilhado por tomada de decisões e responsabilidades políticas, assim, manifesta-se a abordagem sistêmica da bacia hidrográfica.

Neste sentido, a bacia hidrográfica se constitui no espaço de planejamento e de gestão não somente dos recursos hídricos, mas também de suas interações ambientais, em que se procura compatibilizar as múltiplas interações culturais, econômicas e sociais da região amazônica. A participação do poder público, dos usuários dos recursos naturais para fins econômicos e toda a sociedade, com seus múltiplos usos, é imprescindível na gestão hídrica democrática, que objetiva uma abordagem sistêmica, cuja gestão não desassocie as águas superficiais, subterrâneas e o uso racional dos recursos inerentes ao sistema.

Assim, a bacia hidrográfica passa a ser considerada como uma totalidade sistêmica, com atuações visando as interrelações e suas emergências circunstanciais, no intuito de garantir ações singulares na busca de sua sustentabilidade social e ambiental. Portanto, criam-se instrumentos mais apropriados para a gestão hídrica descentralizada, mais democrática e eficiente.

A descentralização e o reconhecimento da localidade como base das atividades humanas reforçam, consideravelmente, a territorialização da gestão hídrica sistêmica e complexa em bacia hidrográfica e adquire uma nova concepção de arranjo territorial. No cenário atual, esta tendência tem o compromisso de considerar o contexto das questões locais da Amazônia, buscando assegurar a eficácia da gestão hídrica descentralizada com o objetivo de proporcionar o desenvolvimento sustentável. Então, as territorialidades hídricas surgem como uma nova possibilidade

interpretativa e de intervenção, em que a água assume uma função integradora, dando novo sentido à complexidade sistêmica à qual estamos inseridos na Amazônia.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, N. V.; Ordenamento territorial geoambiental da bacia hidrográfica do rio Taperoá, semiárido paraibano. Dissertação (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2012.

CUNHA, S.B; GUERRA, A.J. Geomorfologia e Meio Ambiente. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

HAESBAERT, Rogério. *O Mito da desterritorialização*: do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand, 2004.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.

LACORTE, A. C. Gestão de Recursos Hídricos e Planejamento Territorial: As Experiências Brasileiras no Gerenciamento de Bacias Hidrográficas, Tese: Mestre em Planejamento Urbano e Regional, Rio de Janeiro, 1994.

MOTA, Giovane et al. *Caminhos e lugares da Amazônia*: ciência, natureza e território. Belém: GAPTA/UFGA, 2009.

OLIVEIRA, C. H. A. *Bacia hidrográfica e os territórios da gestão das águas-estudo de caso*: a sub-bacia hidrográfica do Riacho Jacaré do Baixo São Francisco. 254 f. Tese (Doutorado) – Núcleo de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2007.

OLIVEIRA, R. S. *Planejamento Municipal Integrado à Gestão de Recursos Hídricos*. Estudo de Caso: Município de Seropédica. 133 f. Dissertação (Mestrado em Ciências em Engenharia Civil) – Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do poder*. Trad.: Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

REBOUÇAS, Aldo. *Uso inteligente da água*. São Paulo: Escrituras Editora, 2004.

RODRIGUES, E. B. *Território e soberania na globalização: Amazônia, jardim de águas sedento*. 406 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil. Território e sociedade no início do século XXI*. São Paulo: Record, 2001.

SAQUET M. A. O território: diferentes interpretações na literatura italiana, In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. *Território e desenvolvimento: diferentes abordagens*. Francisco Beltrão-PR: Unioeste, 2004. p. 121-147.

SOLA, Fernanda. Gerenciamento integrado dos recursos hídricos compartilhados na bacia amazônica. 222f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

SOUSA JÚNIOR, Wilson Cabral. *Gestão das águas no Brasil: reflexões, diagnósticos e desafios*. São Paulo: Peirópolis, 2004.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O Território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 77 – 116.

VON SPERLING, Marcos. *Estudos e modelagem da qualidade da água de rios*. Belo Horizonte: DESA/UFGM, 2007.

Dinâmicas e Alterações nos Territórios da Amazônia Paraense

A CARTOGRAFIA DOS HOMICÍDIOS NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM: TERRITÓRIO, PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E VIOLÊNCIA

Clay Anderson Nunes CHAGAS¹

INTRODUÇÃO

O crescimento urbano acelerado e concentrado que as cidades brasileiras passaram nos últimos anos proporcionou entre outras coisas: uma precária infraestrutura urbana, associada às péssimas condições de moradia e precários indicadores sociais. Essa dinâmica empurra a população mais pobre para espaços periféricos, onde é facilmente perceptível a perda do direito à cidade, conforme ressaltam Lefebvre (2001) e Santos (2007) e a proliferação dos mais variados tipos de violência e crimes.

Há vários equívocos quando o assunto é a violência, pois existe muito preconceito em relação a esse tema, como por exemplo, sua mensuração é realizada por indicadores que quase sempre são exclusivamente socioeconômicos tentando demonstrar que os crimes são inerentes às regiões mais pobres da cidade. A violência dissemina-se por todas as classes sociais. Ricos e pobres são “agraciados” com sua presença. A diferença nesse contexto do espraio da violência é que os primeiros possuem condições econômicas de se protegerem com tecnologias que garantem uma falsa sensação de segurança, enquanto o segundo grupo por não ter

¹ Professor da Faculdade de Geografia e Cartografia da Universidade Federal do Pará e da Universidade do Estado do Pará. E-mail: claychagas@yahoo.com.br

esses diferenciais torna-se a parte mais vulnerável de todas as formas que a violência contém. O que se percebe é que existe uma tipificação do crime conforme o bairro estudado, nas áreas periféricas, os crimes violentos são mais comuns, enquanto que nas áreas mais elitizadas são perceptíveis os crimes contra o patrimônio, furto e roubo.

Assim nosso artigo justifica-se pela necessidade de compreender como acontece a disseminação da criminalidade e da violência na Região Metropolitana de Belém (RMB), em especial nos anos de 2011 a 2013, possibilitando assim a criação de uma cartografia da criminalidade e violência, destacando os homicídios. É importante ressaltar que essa cartografia será analisada a partir das discussões que estão ao entorno dos conceitos de produção do espaço urbano, território, territorialidade, violência e crime, o que permite pensar uma análise geográfica da criminalidade e da violência na RMB.

Nessa perspectiva, nosso objetivo consiste em analisar a criminalidade a partir do processo de reprodução do espaço urbano, com destaque para a periferização, compreendendo assim, a disputa pelo território e as novas territorialidades que produzem uma busca contínua pelo poder dos agentes envolvidos na nova dinâmica, o que acaba produzindo uma especificidade da criminalidade e violência na RMB, além de produzir uma cartografia dos homicídios, possibilitando a criação de *hot spots* – zonas vermelhas de homicídios.

PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E A CRIAÇÃO DE ÁREAS DE PERIFERIZAÇÃO

Podemos apontar diversos fatores dentro do espaço urbano que podem contribuir para o aumento da violência, como exclusão social, pobreza e favelização, que se apresentam intensamente em áreas periféricas, desvalorizadas e abandonadas pelo poder público, tornando assim o ambiente propício para difusão e estabelecimento da criminalidade.

Segundo Corrêa (1989), a especulação fundiária gera aumento no preço da terra e conseqüentemente aumenta o preço dos imóveis urbanos, o que influencia diretamente no salário dos trabalhadores que acabam fazendo pressão através de greves, o que às vezes acaba gerando violência, pois os trabalhadores reivindicam aumento de salários para acompanhar tal especulação. Devido à especulação imobiliária, a camada mais pobre acaba indo morar nas áreas menos valorizadas, que geralmente encontram-se nas periferias das grandes cidades, onde há uma carência muito grande de infraestrutura e equipamentos urbanos, tendo em vista que o Estado em grande parte exclui as periferias direcionando recursos sobre pressão e indicação das classes dominantes (MELO, 2012).

Essa dinâmica tem como consequência a queda dos salários dos trabalhadores industriais, imigração de gente pobre, oriundas das áreas rurais modernas e tradicionais e de outras áreas urbanas, que são acolhidas pelas grandes cidades, oferecendo-lhes uma espécie de ocupação, o que influencia diretamente para o desmantelamento do

estado do bem estar, que contribui para o empobrecimento ainda maior da população (SANTOS; SILVEIRA, 2001).

Para Lefebvre (2001) o espaço urbano inclui objetos naturais e sociais, os quais são também relações. Assim, a produção da cidade apresenta momentos distintos, com características e especificidades inerentes próprias do momento da produção do espaço. Com isso, é possível entender que uma cidade ou mesmo um bairro apresenta-se como um mosaico de formas e funções, que são a materialidade da temporalidade do processo de produção do espaço.

Os objetos possuem formas, que segundo Lefebvre (2001, p. 30):

O trabalho social os transforma, reorganizando suas posições dentro das configurações espaço-temporais sem afetar necessariamente suas materialidades, seus estados naturais, ou seja, altera sua função, sem altera sua forma. Tempo e espaço são inseparáveis [...], espaço implica em tempo e vice versa.

Podemos dizer então que o espaço urbano é um produto das relações e interações dentro dele próprio, antes, porém, é necessário definir quais concepções envolvem esses conceitos de espaço.

O aumento demasiado da violência nos últimos tempos possibilitou o surgimento da ideia de que nos espaços pobres e periféricos a violência aparece de forma mais intensa, quando comparada aos espaços elitizados, porém o que acontece é que a violência se apresenta em determinados lugares de acordo com a espacialidade e as peculiaridades dos mesmos, o que depende da relação do homem e da territorialidade. Geralmente, nestes espaços

elitizados, dependendo do tipo, a violência aparece de fora para dentro, oriunda da periferia, onde o indivíduo é facilmente influenciado e excluído socialmente e acaba levando a violência para outros lugares (lugares elitizados), ou seja, as organizações criminosas tomam o poder nos espaços periféricos e o indivíduo passa a cometer delitos também nos espaços elitizados com os indivíduos recrutados nas periferias pobres, difundindo para toda a cidade, principalmente para os espaços elitizados, onde existem as maiores atrações.

Dessa forma, os espaços onde há baixa estrutura organizacional de família, igrejas, centros comunitários e mesmo a participação do Estado, como é o caso de bairros pobres ou áreas de invasão, passam a ser um ponto propício para o surgimento da criminalidade e da violência. Assim, fica mais difícil o controle social e auxilia na proliferação da violência e da criminalidade, uma vez que a sociedade local não consegue se mobilizar para impedir tal situação, permitindo a proliferação da ação de grupos de criminosos que disputam o território.

Essa realidade é bastante presente na RMB, o que fica evidente, principalmente, pelo acelerado processo de horizontalização e periferização que as cidades que fazem parte da RMB apresentam. Há elevados índices de criminalidade e violência e cidades como Belém, Ananindeua e Marituba, que estão entre as mais violentas do país (WASELFISZ, 2010).

TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADE E FORMAÇÃO DE ZONAS DE TENSÃO

Partindo de uma percepção geográfica, quando falamos de violência e buscamos uma relação com o território, podemos perceber que a primeira é um recorte do segundo, ou seja, a violência é parte de um território como um todo, e pode ser identificada através do contexto e de suas peculiaridades (RAFFESTIN, 1996). O território é reflexo de diversas variáveis sociais (pobreza, desigualdade social e qualidade de vida), que estão relacionadas a valores culturais, sociais, econômicos, políticos e morais; a violência pode ser apontada como resultado dessa relação, o que pode justificar a territorialidade da violência.

Segundo Ferreira e Penna (2005, p. 5045):

No contexto da desorganização socioespacial do crescimento urbano, existe uma interação de processos (econômicos, sociais, espaciais, institucionais, políticos e culturais) que contém e estão contidos no cotidiano da vida urbana, que somente pode se realizar produzindo e consumindo um espaço.

O processo de periferização produz novas territorialidades, entre elas a territorialidade da violência e/ou criminalidades. Para Raffestin (1996), não existe vazio de poder, onde o Estado não se faz presente, os agentes tendem a ser territorializar, como: lideranças comunitárias, igrejas, pequenos agentes econômicos e mesmo grupos criminosos. O surgimento de um aglomerado subnormal, nessa perspectiva faz surgir um novo ponto no espaço a ser disputado e conquistado por esses agentes territoriais.

A interação desses processos origina o território da violência e/ou da criminalidade, constituído por grupos criminosos organizados ou não, que dominam áreas específicas de um bairro se estabelecendo para desenvolver suas atividades criminosas (tráfico de drogas, sequestros, assaltos, receptação de objetos roubados etc.). Neste contexto as áreas de periferização são locais propícios para o estabelecimento do território do crime, onde as peculiaridades como a ilegalidade, a ausência de segurança pública e das instituições de controle público e dos serviços públicos mínimos são fatores determinantes para a instalação e fixação de zonas de tensões. Nessa perspectiva, o crime, especialmente os violentos, passa a ser o instrumento coercitivo para a fixação e controle do território de grupos ligados à criminalidade, e daí articula suas ações no espaço urbano.

Nessas cidades e lugares sociopoliticamente, espacialmente fragmentados é que o medo generalizado toma conta, gerando uma “cidade do medo” (SOUZA, 2008) o que possibilita a proliferação de um ambiente com rastros de violência e medo, insegurança e desesperança, são esses fragmentos de cidade onde é conveniente a disseminação da criminalidade. Esses lugares onde prevalecem elevadas taxas de desemprego, baixa atuação do Estado, sensação de insegurança, precários indicadores sociais, entre outros, favorecem que os jovens, devido às poucas possibilidades de melhoria das condições de vida, acabem vinculados ao crime. Assim, as atividades ilegais, o adensamento e a expansão de redes ilícitas

articulando grandes pontos resultam em espaço local cada vez mais fraturado sociopoliticamente e menos vivenciado como um ambiente comum de socialização (SOUZA, 2008).

Para Beato (2012), a violência não pode ser considerada um fenômeno recente, contudo, como já foi abordado em um primeiro momento, com a urbanização houve um incremento significativo nos índices de violência e da criminalidade nas cidades. No Brasil, esse fenômeno é gerado por meio da desigualdade socioespacial e socioeconômica, pobreza, uso de drogas, participação incipiente do Estado nas áreas de periferização estão diretamente ligadas à elevação das taxas de crimes das mais variadas especificações.

Outro ponto bastante relevante se dá acerca do aparecimento cada vez maior dos jovens nos índices de violência, tanto como vítima, quanto como atores que contribuem para o aumento desta. Por isso, o Brasil vem sendo apontando como o país do genocídio dos jovens, sendo está mortandade diretamente relacionada à história da violência no país. A partir desta realidade, Beato (2012, p. 152) comenta:

As chances de morrer, vítima de homicídio quando se é um homem jovem habitante da periferia, chega a ser de até trezentas vezes mais do que para uma senhora de meia idade que habita bairros de classe média. No entanto todos os esforços de nosso sistema de justiça e de organizações às voltas com a segurança pública parece ser a de proteger justamente aqueles que estão menos expostos a violência.

Faz-se necessário enfatizar a relação entre a violência e o poder, vendo a primeira como uma das principais ferramentas para a

manutenção do segundo, alegando que “toda diminuição de poder é um convite à violência” (ARENDT, 2011, p. 54). Nesse sentido, o poder está por trás da violência, que serve como justificativa para manutenção do mesmo. A violência possui um diferencial no que tange a poder, força ou vigor, tendo como principal característica o meio e o objetivo pelo qual vai ser praticada. Quando levamos em consideração a atividade humana, há uma tendência em que os fins podem ser dominados pelos meios, ou seja, “os meios alcançados para se chegar a objetivos, na maioria das vezes podem ser de maior relevância para o mundo futuro, do que os objetivos pretendidos” (ARENDT, 2011, p. 55).

Assim, podemos dizer que a forma como a violência se apresenta para a sociedade depende do contexto histórico, que vai definir o tempo dos acontecimentos e como a violência se apresenta no espaço, ou seja, a violência pode variar de acordo com as tendências e o contexto da relação do homem com o espaço, onde o fator determinante é a busca de seus objetivos.

Precisamos entender a relação entre os processos sociais, espaciais, econômicos, institucionais, políticos e culturais, que estão contidos na vida urbana da sociedade e que são primordiais para a configuração do espaço e para definição da territorialidade da violência urbana em cada contexto. Quando falamos principalmente em percepção podemos chegar a um conceito bastante subjetivo, tendo em vista que o homem modifica constantemente o espaço, portanto a percepção e o conceito do espaço são fundamentais para a compreensão da realidade da violência e da criminalidade urbana (CHAGAS, 2012).

Segundo Alvarenga (2004), podemos diferenciar crime e criminalidade da seguinte forma: o primeiro é um fenômeno individual e singular, enquanto a segunda é um fenômeno social que compromete os processos comuns da vida em sociedade, podendo variar de acordo com o contexto em que está inserida. Logo, a criminalidade pode ser entendida como um conjunto de crimes característicos de um determinado tempo e lugar, e de acordo com as peculiaridades existentes, sendo estas, fundamentais para identificarmos a forma como se apresenta a criminalidade na sociedade, que é peculiar para cada espaço da cidade. Portanto, compreender a maneira como a referida criminalidade se apresenta, em diferentes lugares, é fundamental para análise e prevenção da mesma, pois os lugares apresentam processo de produção espacial e dinâmica territorial distinta, o que acaba permitindo compreender a existência de uma tipologia de criminalidade e violência específica dos lugares.

Neste sentido, ao relacionarmos conceitos simples de violência, com a cidade e ao conjunto de indicadores sociais (saúde, educação, moradia etc.), podemos observar que a deficiência destes ocasiona a transgressão de um conjunto de normas, valores, princípios, formas de pensar, traços culturais, entre outros. Todavia é necessário compreender a violência urbana voltada para o contexto e as peculiaridades locais. Não podemos limitar um conceito amplo, relativo e complexo como este; é importante ressaltar que estas práticas (transgressão das regras para vida em sociedade), para caracterizar este tipo de violência, ocorrem sempre no limite do espaço urbano, e acabam sendo referência na construção deste

espaço, onde se faz necessário focar a relação do homem com este, sendo assim, fundamental nos aproximarmos de uma visão geográfica do referido conceito.

Oliveira et al. (2004, p. 91) observam que:

As taxas altas de homicídios correspondem às capitais e às regiões metropolitanas, onde temos urbanização acelerada, alta concentração de moradores nos bairros periféricos, vivendo condições de desigualdade, como no caso da região Sudeste do Brasil (a mais rica e mais desigual) e que também apresenta taxas mais insistentemente elevadas de óbitos por causas violentas.

A Região Metropolitana de Belém aparece segundo estatísticas oficiais como uma das que tiveram o maior índice de crescimento de violência no Brasil, conforme demonstra o Quadro 1.

Quadro 1: Número de homicídios por região metropolitana, Brasil, 2000/2010

Região metropolitana	2000	2005	2010	Δ%
1. Salvador	359	1.372	2.129	493,0
2. Belém	339	837	1.639	383,5
3. São Luis	144	263	610	323,6
4. Vale do Itajaí	11	26	44	300,0
5. Natal	113	204	363	221,2
6. João Pessoa	261	414	814	211,9
7. Macéio	389	703	1.012	199,5
8. Maringá	37	72	106	186,5
9. Vale do Aço (MG)	40	68	114	185,0
10. Curitiba	694	1.313	1.880	159,9

Fonte: Adaptado pelo autor com base em Instituto Sangari (WAISELFISZ, 2012). As dez regiões metropolitanas que sofreram maior variação na taxa de homicídio no período 2000/2010.

A Região Metropolitana de Belém, conforme especificado anteriormente, apresenta taxa elevadíssima de criminalidade, no

entanto, acontece uma espacialização heterogênea da criminalidade, que se concentra em alguns bairros da RMB. Essa heterogeneidade e fragmentação proporciona o aparecimento de conflitos desencadeando a violência, criminalidade e consequentemente, o medo.

Com isso, é ratificada a ideia de que alguns bairros da cidade são mais violentos. De acordo com a classificação de maior índice de criminalidade (SEGUP, 2013), todos os bairros apresentados na Tabela 2 são predominantemente formados por áreas de intensa periferização, composto na sua maior parte de aglomerados subnormais, exceto o bairro Batista Campos. O que demonstra claramente a espacialidade da criminalidade em Belém, destacando principalmente os bairros mais pobres, como é caso de Guamá, Jurunas e Pedreira.

Quadro 2: Classificações dos bairros de maior incidência de criminalidade, na Região Metropolitana de Belém, 2011/2012

Bairros	Nº de crimes (2011)	Nº de crimes (2012)	População (2010)
Guamá	7.014	6.308	102.124
Marco	6.346	5.565	64.016
Pedreira	6.306	5.324	69.067
Cidade Nova 1, 2, 3, 4, 5, 8	6.236	5.640	70.000
Jurunas	5.857	5.700	62.740
Campina	5.685	4.694	5.407
São Brás	5.183	4.619	19.881
Marambaia	4.878	4.396	62.370
Coqueiro	4.369	Sem dados	36.963
Sacramenta	4.283	3.587	44.407
Terra Firme	3.114	2.450	61.439
Batista Campos	2.722	2.505	19.136

Fonte: Adaptado pelo autor de SEGUP (2013)

A partir da tabela dos crimes da RMB, podemos ratificar as colocações feitas por Cardoso (1972 apud BEATO, 2012, p. 32-3):

Existem vastas áreas e grupos sociais que não se encontram submetidos ao controle do estado de direito. São “sociedades naturais”, nas quais grupos e coalizões criminosas logram, por meio da violência, conquistar a hegemonia política em territórios específicos.

Assim, por meio destes fragmentos, para estabelecer a ordem e a diminuição nos índices de violência, há uma necessidade de que o Estado se faça presente no cotidiano das cidades e dos bairros, onde o crime e o medo generalizado imperam. No entanto, a mentalidade de combater a criminalidade e a violência somente como um caso de polícia, também provoca alguns equívocos na ação do Estado. É preciso entender a elevação dos índices de violência e criminalidade como um fenômeno social, marcado pela reduzida da presença do Estado, nas suas diversas ramificações, de promoção do bem-estar social, por meio de escolas, saúde, saneamento, infraestrutura, lazer etc.

A CARTOGRAFIA DOS HOMICÍDIOS NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM: A PARCERIA COM A SEGUP E A NECESSIDADE DE COMPREENDER A DINÂMICA CRIMINAL A PARTIR DE UM OLHAR GEOGRÁFICO

O ano de 2010, mais corretamente o mês de outubro, marca uma mudança nas discussões no Grupo Acadêmico Produção do Território e Meio Ambiente na Amazônia (GAPTA). Nesse ano fomos procurados pelo alto Comando da Polícia Militar do Pará. O

objetivo da visita naquele momento era ajudá-los a compreender o fenômeno da violência urbana a partir de um olhar geográfico – o maior interesse dos militares era, até então, a cartografia – mapas da cidade de Belém – que pudesse ajudar a entender a espacialidade dos crimes em Belém. A partir desse momento se inicia uma parceria da Faculdade de Geografia e Cartografia com a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Pará, especialmente com o Instituto de Segurança de Pública do Pará (IESP) e Secretaria Adjunta de Informação e Análise Criminal (SIAC) e no ano de 2012 a parceria é estendida com a entrada da Universidade do Estado do Pará (UEPA).

Nesses três últimos anos a parceria já teve como fruto a realização de uma especialização “em Gestão Ambiental e Segurança Pública”, no ano de 2012/2013. Com participação de 42 alunos na sua maioria capitães do Corpo de Bombeiro Militar e da Polícia Militar, de diversos estados do Brasil, militares de Brasília, Amapá, Amazonas e Maranhão, ocorreram diversos cursos de curta duração na capacitação de agentes de segurança pública na utilização de ferramentas de geoinformação, programas como ArcGis, TerraView, QuantunGis etc. capacitando mais de 200 agentes. Participação na reformulação da grade curricular dos cursos de formação policial, desde a formação do Soldado (CFSD), passando por Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO), destinado a capitães do Corpo de Bombeiro Militar, da Polícia Militar e delegados da Polícia Civil e Curso Superior de Polícia (CSP), destinado a major e tenentes-coronéis do Corpo de Bombeiro Militar, da Polícia Militar e delegados da Polícia Civil.

No ano de 2013 aprovamos dois projetos de pesquisa com o objetivo principal de analisar o comportamento criminal, especialmente de homicídios na Região Metropolitana de Belém e dois de extensão com o objetivo principal de criar um Atlas Geográfico Criminal de Homicídios da Região Metropolitana de Belém e secundariamente capacitação de agentes de segurança pública na utilização de ferramentas de geoinformação.

A pesquisa e o projeto de extensão encontram-se em uma fase intermediária, os mapas de homicídios já foram finalizados. Foram produzidos 198 mapas de localização de homicídios nos municípios de Belém, Ananindeua e Marituba, os anos escolhidos foram 2011-2013. Os dados criminais foram obtidos a partir da parceria com a SIAC, que nos forneceu as informações sobre homicídios. Os mapas foram produzidos respeitando o critério de regionalização utilizado pela SEGUP/PA, que é o de Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP). Como critério metodológico para a sobreposição de informações cartográficas foi utilizado o conceito de áreas Aglomerados Subnormais, que segundo o IBGE (1998, p. 17-18) seria:

[...] (favelas ou similares) é um conjunto constituído por no mínimo 51 (cinquenta e uma) unidades habitacionais (barracos, casas...) ocupando ou tendo ocupado até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) dispostas, em geral, de forma desordenada e densa; e carentes, em sua maioria de serviços públicos e essenciais.
A identificação dos aglomerados subnormais deve ser feita com base nos seguintes critérios:

1) Ocupação ilegal da terra, ou seja, construção em terrenos de propriedade alheia (pública ou particular), no momento atual ou em períodos recentes (obtenção do título de propriedade do terreno há dez anos ou menos).

2) Pelo menos uma (1) das seguintes características:

2.1) Urbanização fora dos padrões vigentes – refletido por vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, lotes de tamanhos e formas desiguais, e construções não regularizadas por órgãos públicos;

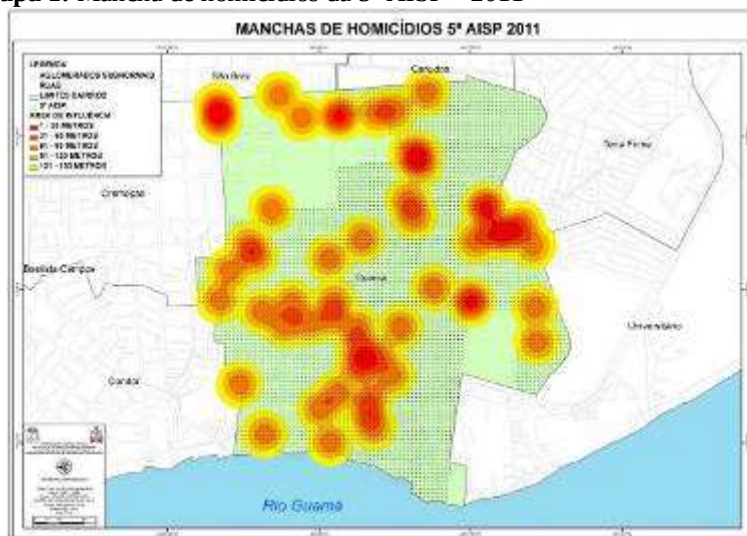
2.2) Precariedade de serviços públicos essenciais.

Os aglomerados Subnormais podem se enquadrar, observados os critérios de padrões de urbanização e/ou de precariedade de serviços públicos essenciais, nas seguintes categorias:

- invasão – loteamento irregular ou clandestino, - áreas invadidas e loteamentos irregulares ou clandestinos regularizados em período recente.

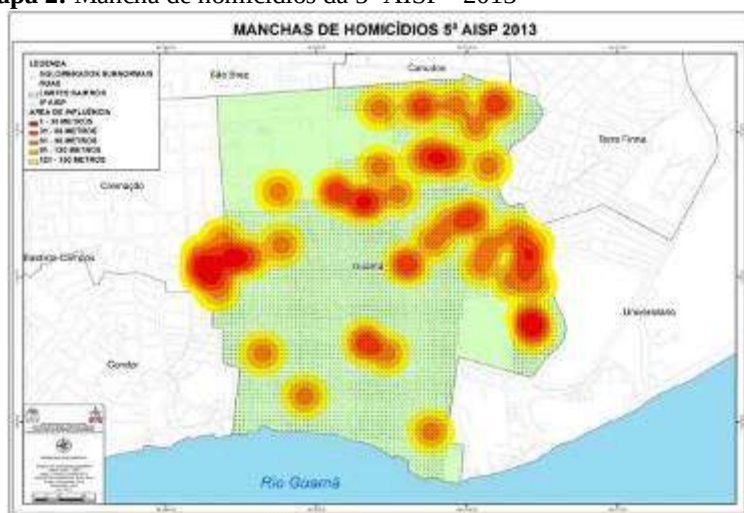
Mesmo sabendo que o conceito sofre uma série de críticas, precisamos apresentar um conceito que também disponibilize um *shape* das cidades pesquisadas, para podermos cruzar as informações de homicídios com a produção do espaço. Algumas áreas de Belém, Ananindeua e Marituba apresentam índices muito elevados de homicídios e são de difícil entrada, devido ao forte controle por alguns grupos criminosos. Assim, decidimos *a priori* utilizar esse conceito para fazer a relação entre produção do espaço e áreas de *hot spots*, - criação das zonas vermelhas de homicídios. Para efeito de demonstração, utilizaremos somente alguns mapas produzidos a partir das informações do banco de dados da 4^a AISP (bairros Jurunas e Batista Campos) e 5^a AISP (bairro do Guamá).

Mapa 1: Mancha de homicídios da 5ª AISP – 2011



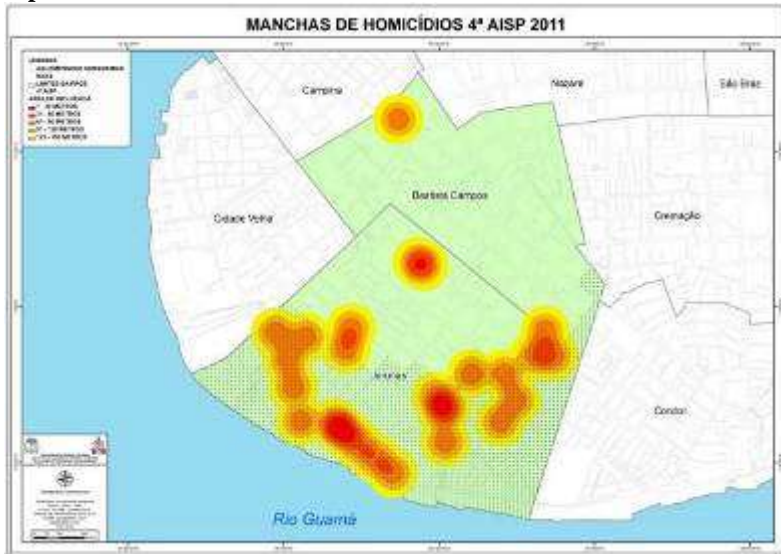
Fonte: GAPTA (2014). Dados obtidos a partir das informações de homicídios fornecidos pelo SIAC.

Mapa 2: Mancha de homicídios da 5ª AISP - 2013

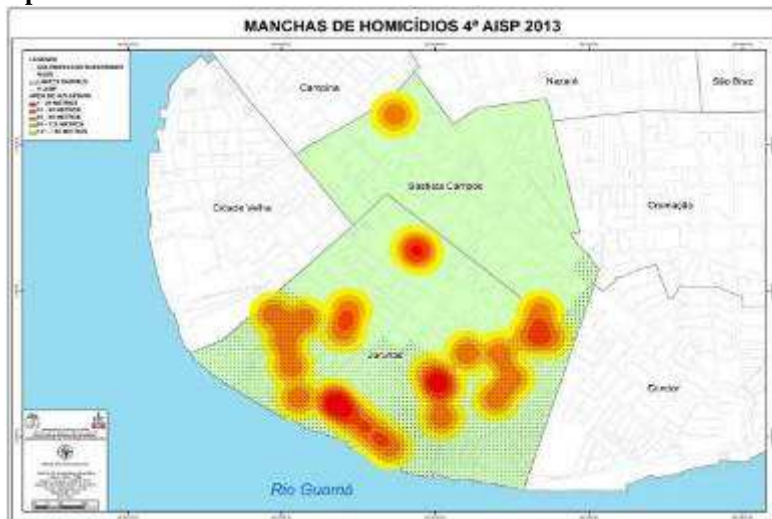


Fonte: GAPTA (2014). Dados obtidos a partir das informações de homicídios fornecidos pelo SIAC.

Mapa 3: Mancha de homicídios da 4ª AISP - 2011



Mapa 4: Mancha de Homicídios da 4ª AISP - 2013



Fonte: GAPTA (2014). Dados obtidos a partir das informações de homicídios fornecidos pelo SIAC.

Ao analisamos os mapas, levantamos uma questão primária, os aglomerados subnormais são áreas onde acontece a predominância de homicídios, tanto na 4^a quanto na 5^a AISP, predominante nos bairros Jurunas e Guamá. No entanto, no bairro Batista Campos ocorreu somente um homicídio no ano de 2011 e outro em 2013, os dois localizados no mesmo perímetro, nas adjacências com o bairro da Campinas. Ao contrário dos dois primeiros bairros, Batista Campos não apresenta aglomerados subnormais, tem população residente na sua maioria pertencente às classes alta e média alta, sendo um dos bairros mais elitizados de Belém.

Os dados do Quadro 3 mostram o número elevado da taxa de homicídios nas AISP trabalhadas. O Guamá apresenta a maior taxa de homicídio do estado do Pará e Jurunas encontra-se em segundo lugar. No entanto, no bairro Batista Campos esse número é insignificante para efeito das estatísticas de segurança pública, pois nos anos de 2011-2013 o bairro teve somente um homicídio por ano. Uma questão inerente para análise diz respeito à forma da produção do espaço (LEFEBVRE, 2001; SANTOS, 2008; SOUZA, 2008). Nesse caso, a produção do espaço e a dinâmica do território foram fatores determinantes para compreensão dos indicadores de violência. Os bairros Jurunas e Guamá configuram como os bairros mais populosos de Belém, apresentando precários indicadores socioeconômicos, enquanto o bairro Batista Campos é elitizado, o que nos remete à forma que cada grupo social encontra para se

proteger e o papel do Estado na proteção e prevenção de forma diferenciada.

Quadro 3: Número de Homicídios nas 4ª e 5ª AISP nos anos de 2011/2013

AISP/bairro		2011	2012	2013
4ª AISP	Jurunas	29	50	35
	Batista Campos	1	1	1
5ª AISP	Guamá	56	65	57

Fonte: GAPTA (2014). Dados obtidos a partir das informações de homicídios fornecidos pelo SIAC

Um fator ainda relevante diz respeito à disputa por território entre grupos que controlam o tráfico de drogas nos bairros Jurunas e Guamá. O crime não acontece simplesmente pela rivalidade entre grupos, mas do efeito que essa rivalidade provoca que consiste na necessidade constante da manutenção e expansão do consumo local de drogas. Ao analisarmos os dados de homicídios é visível que ele atinge principalmente a população jovem com idade entre 16-24 anos seguindo o padrão nacional. Muito desses jovens são mortos por acerto de contas com o “dono da boca”, por disputa entre grupos rivais, hoje em escala reduzida e em confronto com a polícia.

No entanto, mais duas questões merecem atenção. A primeira é que existe uma necessidade de manutenção de um *status* pelos jovens, que nem sempre estão relacionados com o tráfico, em uma sociedade marcada pelo medo, onde a ausência do Estado é fortemente sentida é de certa forma comum que aconteça homicídios, ligado a “rixas” entre rivais, por motivos banais, devido simplesmente pela necessidade da manutenção de *status*. Uma

segunda questão é que há indícios da existência de um grupo de extermínios no bairro do Guamá. No entanto, ainda não temos evidências totalmente claras para comprovar tal questão, nos últimos anos os homicídios praticados no bairro envolveram diretamente pessoas que tinham alguma relação com a criminalidade, tinham praticado crimes no bairro ou mesmo que tinham saído recentemente da prisão.

Ao analisamos a relação entre expansão do tráfico de drogas, dinâmica do território e a produção do espaço urbano, em especial para as áreas de periferização da Região Metropolitana de Belém, podemos fazer uma analogia como se fosse uma empresa, que disputa novas zonas de expansão da sua mercadoria, nesse caso, drogas. As novas aglomerações subnormais passam a ser, de modo geral, novas zonas de violência e criminalidade. Essa nova área de ocupação passa a ser ponto de disputa de diversos grupos de traficantes, que iniciam a escala da violência e crimes, quando:

a) Buscam aliciar jovens como consumidores de drogas, quase sempre maconha ou algum tipo de solvente, em um primeiro momento a droga é fornecida de graça ou a um baixo preço, quando o jovem se encontra viciado, o mesmo começa a praticar pequenos delitos na comunidade, como se fosse um “treinamento” para praticar crimes de maior gravidade em um segundo momento. Nessa perspectiva os traficantes começam a formar seu mercado consumidor interno e consequentemente a se preparar para ampliar o seu território.

b) Um segundo momento, o jovem viciado é forçado a roubar e/ou furtar para manter o seu vício, dependendo do nível de respeitabilidade na área, o mesmo passa a praticar esses delitos “a mão armada”, quase sempre a arma utilizada no crime é de um terceiro que foi “alugada”. O risco de acontecer um crime violento é ampliado, pois um jovem entre 13 a 16 anos com uma arma na mão é risco quase que certo de latrocínio.

c) Um terceiro momento da produção da violência e criminalidade diz respeito aos homicídios relacionados à dívida com o traficante local, a não realização e/ou “fracasso” nas atividades de roubo e furto muitas vezes acaba sendo a sua sentença de morte. O traficante local, devido a sua posição inferior na cadeia hierárquica do tráfico, é forçado a matar o viciado como forma de manter o controle do território e ao mesmo tempo serve de ameaça para os outros usuários de droga.

d) O quarto momento da produção da violência e criminalidade acontece quando os diversos grupos de traficantes, territorializados nas “bocas”, passam a disputar territórios com grupos rivais. Essa disputa acontece na microescala de poder, com a disputa de ruas, quarteirões, esquinas etc.

e) Um quinto momento da produção da violência e da criminalidade acontece quando ocorre a intervenção da ação do Estado, a entrada da polícia nesses novos territórios, muitas vezes amplia a violência, aumentando o número de homicídios por diversos motivos. Mas prioritariamente é a disputa entre o agente territorial

nato (Estado) representado pela polícia contra os grupos de traficantes que disputam o território, ressaltando que quase sempre a primeira ação estatal nesses aglomerados é realizada pela polícia, como forma de pacificar e acabar com violência. A ação policial antecede a ação em saneamento básico, a educação, a saúde, a transporte, lazer etc. Nessa perspectiva, o Estado entende e “combate” à violência e a criminalidade como caso de polícia e não como um fator social, que diz respeito a diversos seguimentos e demanda por serviços e equipamentos públicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisamos os dados e a produção cartográfica dos homicídios na Região Metropolitana de Belém, algumas questões nos chamam a atenção. Primeiramente, em todas as AISP dos municípios de Belém, Ananindeua e Marituba as *hot spots* – “zonas vermelhas” geradas coincidiram com os aglomerados subnormais, o que demonstra claramente que esse tipo de crime está diretamente associado à forma de produção do espaço, dinâmica do território, devido principalmente à precária presença do Estado nos serviços mais básicos e no processo de expansão da criminalidade para as áreas de periferização.

Outra questão que nos chama a atenção está na relação direta que o tráfico de drogas estabelece com a elevação da taxa de homicídios das áreas de periferização, pois o mesmo ao se expandir produz uma dinâmica de poder e conseqüentemente uma nova

territorialização. Não somente pela disputa de novas áreas de consumo e tráfico de drogas, mas também porque de forma indireta está associada ao aumento das taxas de roubo e furto e consequentemente a elevação do número de jovens que praticam esses crimes, o que acaba provocando o aumento das taxas de latrocínio e de homicídio de jovens delinquentes, pois morrem praticando assalto a partir do contato direto com as forças policiais ou mesmo foram vítimas “possivelmente” de grupo de justiceiros/extermínios, com destaque para o bairro do Guamá.

Uma terceira questão para análise da elevação das taxas de homicídio está na forma que o Estado trata a questão de criminalidade – ainda se trata a violência e o crime como mero caso de polícia. Nas áreas de periferização a primeira forma que o Estado se faz presente é pela ação das forças policiais, o que em um primeiro momento faz ampliar as taxas de homicídios da área. Nesse caso, a forma que o Estado se apresenta é pela ação coercitiva, impondo a ampliação do medo e da violência.

Outra questão pertinente diz respeito à necessidade de ampliação da parceria entre as instituições que compõem a Secretaria de Segurança Pública com as universidades, produzindo uma análise mais complexa dos problemas que envolvem temas de violência e criminalidade, buscando uma visão que supere a questão jurídica muito presente nas instituições policiais, permitindo, assim, uma visão das Ciências Sociais, em especial da Geografia.

A produção cartográfica e análise geográfica são “ferramentas” que estão sendo de grande importância para o entendimento do comportamento criminal e da violência, fato este que vem sendo evidenciado a partir de uma produção acadêmica, que envolveu diversos agentes de segurança pública, que participaram como agentes ativos na produção do conhecimento, por meio de artigos, monografias de especialização, dissertação de mestrado entre outras, juntamente com professores e discentes da UFPA e da UEPA, produzindo assim, um conhecimento mais próximo da realidade da Região Metropolitana de Belém.

REFERÊNCIAS

- ALVARENGA, D. P. D. *Crime e criminalidade*: distinção. 2004. Disponível em: <<http://jusvi.com/artigos/1954>> Acesso em: 25 nov. 2012.
- ARENDT, Hannah. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- BEATO, Claudio. *Crime e cidades*. Belo Horizonte: UFMG, 2012. 291p.
- CHAGAS, Clay Anderson Nunes et al. A produção do espaço e a formação de zonas de violência: a utilização das ferramentas de geotecnologias no uso de estratégias de prevenção e combate a criminalidade no município de Marituba-PA. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS BRASILEIROS, 17. Belo Horizonte, 2012. *Anais...* Belo Horizonte: UFMG, 2012.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Quem produz o espaço urbano? In: CORRÊA, R. L. (Org.). *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1989. p. 11-31.
- FERREIRA, I. C. B.; PENNA, N. A. Território da violência: um olhar geográfico sobre a violência urbana. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., São Paulo, 2005. *Anais...* São Paulo: USP, 2005. p. 5039-5056.

- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história de violência nas prisões*. 39. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1997.
- GOTTDIENER, Mark. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: EDUSP, 2010.
- HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- IBGE. *XI Recenseamento Geral do Brasil: Manual de delimitação dos setores de 2000*. Rio de Janeiro, 1998.
- LEFEBVRE, Henry. *Direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.
- MELO, Alberto de Castro. *Violência urbana na Região Metropolitana de Belém-PA: no período de 2006 a 2012: o caso dos bairros de Curuçambá, PAAR e Distrito Industrial*. 2012. 79f. Monografia (Graduação em Geografia) - FGC/IFCH/UFPA, Belém, 2012.
- NUNES, Christian da Silva et al. *Sociedade, espaço e políticas territoriais na Amazônia paraense*. Belém: GAPTA, 2012.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1996.
- SANTOS, Milton. *Urbanização brasileira*. São Paulo: EDUSP, 2008.
- _____. *O espaço do cidadão*. São Paulo: EDUSP, 2007.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. I. Brasil: Território e Sociedade no Início do Século XXI. São Paulo: Record, 2001.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. *Fobópole: o medo generalizado e a questão da militarização da questão urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapas da violência 2010: Anatomia dos homicídios no Brasil*. São Paulo: Instituto Sangari, 2010.

EXPANSÃO URBANA E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM CASTANHAL, PARÁ: OS EMPREENDIMENTOS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

*Willame de Oliveira RIBEIRO*¹

INTRODUÇÃO

Castanhal está localizada às margens da BR-316, que liga o estado do Pará ao restante do país (ver Figura 1). A cidade, que, de acordo com o IBGE (2014), possuía uma população de 173.149 habitantes em 2010, vem aprofundando, desde os anos 1990, sua relação com Belém, o que também se expressa no eixo rodoviário, com a duplicação da via entre as duas cidades, e é reafirmado com a inclusão em 2011 de Castanhal na Região Metropolitana de Belém.

Alves (2012) entende o crescimento e o dinamismo da cidade de Castanhal como resultado da dispersão metropolitana de Belém e destaca, entre outros fatores, as repercussões sobre a intensa dinâmica imobiliária verificada na cidade. De fato, a produção de habitações, seja pelos agentes privados, seja pelo poder público, possui importância marcante na cidade, evidenciando-se claramente na paisagem urbana. Um dos fatores que explica esse fortalecimento do setor imobiliário se refere às repercussões do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

¹ Geógrafo, mestre em Geografia pela Universidade Federal do Pará (UFPA), doutorando em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP)/FCT/Campus Presidente Prudente-SP e professor assistente II da Universidade do Estado do Pará (UEPA). E-mail: willame.geo@gmail.com

Este trabalho tem suas preocupações voltadas a uma das linhas de atuação do PMCMV em Castanhal, os empreendimentos relativos à faixa de renda de 0 a 3 salários mínimos e que têm participação direta da Prefeitura Municipal, especialmente na escolha dos beneficiários. Apesar de toda a positividade dessa política habitacional, alguns questionamentos têm sido realizados ao programa em Castanhal, cabendo destaque a sua característica segregadora. Neste sentido, a problemática dessa pesquisa se organiza em torno da seguinte indagação: Em que medida os Projetos do Programa Minha Casa Minha Vida em Castanhal estimulam o processo de segregação socioespacial na cidade?

Objetivando analisar as implicações dos projetos do Programa Minha Casa Minha Vida sobre o processo de segregação socioespacial em Castanhal, foram desenvolvidos os seguintes passos metodológicos: revisão teórica, especialmente sobre políticas públicas e segregação socioespacial; levantamentos documentais a respeito do Programa Minha Casa Minha Vida e sobre a política habitacional do município de Castanhal; entrevistas com gestores municipais e famílias beneficiadas pelo programa, neste caso, residentes no Parque dos Buritis, onde o processo de segregação é bem evidente.

O trabalho está organizado em quatro seções: a primeira se volta ao debate da expansão urbana de Castanhal, destacando a relevância dos eixos de circulação, o aumento populacional e a evolução da malha urbana; a segunda seção é dedicada à discussão das diretrizes

do PMCMV e a exposição de algumas avaliações gerais do programa; a terceira analisa os empreendimentos na cidade de Castanhal e o seu significado diante do processo de segregação socioespacial; e a quarta parte se detém ao exame da segregação em um dos empreendimentos, o Parque dos Buritis.

A EXPANSÃO URBANA DE CASTANHAL

Cortada pela BR-316, Castanhal tem sua dinâmica econômica diretamente atrelada à rodovia, porém, como elucida Souza (2008, p. 75), a origem do núcleo urbano está relacionada “[...] ao processo de colonização empreendido pela Província do Estado do Pará, entre 1875 e 1914, com o propósito de povoar a área [...]” entre as cidades de Bragança e Belém e, assim, garantir o fornecimento de produtos agrícolas a esta última.

O processo de colonização dessa região, conhecida como Região Bragantina, foi marcado pela instalação da Estrada de Ferro de Bragança, às margens da qual se desenvolveram diversos núcleos urbanos, como o de Castanhal e também de seu distrito, a Vila do Apeú.

De acordo com a PMC (2014), mesmo antes da chegada dos trilhos ao núcleo de Castanhal, já se verificava um grande crescimento da localidade motivado pelo comércio e pela agricultura ao passo que “[...] aumentava o número de famílias as quais se fixavam na esperança de que os trilhos chegassem a esse local ou mesmo a conclusão total da estrada” (p. 01). Com a chegada dos

trilhos e o consequente crescimento, o núcleo é logo elevado à categoria de Vila, por força da Lei nº 646, de 06 de junho de 1899, mas tendo sua instalação solene em 15 de agosto de 1901.

Entretanto, mediante a Lei nº 957, de 1º de novembro de 1905, o território da Vila foi reincorporado ao município de Belém. A autonomia municipal somente ocorreu em 28 de janeiro de 1932, por meio da Lei nº 600. Segundo a Conferência Nacional de Municípios (CNM, 2014, p. 01),

a reordenação dos quadros da divisão territorial do Estado, realizada nos anos de 1936 e 1937, assim como o anexo ao Decreto-Lei Estadual Nº 2.972, de 31 de março de 1938, reconhecem a existência do Município e lhe outorgam, como patrimônio, as áreas de sua sede, mais as de Apeú, Anhangá e Inhangapi.

Ainda de acordo com a CNM (2014), em 1943, devido o Decreto-Lei Estadual nº 4.505, que entrou em vigor em 1944, o município de Castanhal perdeu os territórios de Anhangá, atual São Francisco do Pará, e Inhangapi, que passaram a categoria de municípios; deixando Castanhal com apenas o distrito do Apeú, além de sua própria sede.

Mais tarde, em 1965, já no âmbito da política nacional de implantação de rodovias no Brasil, a Estrada de Ferro de Bragança é desinstalada e a partir de então a integração com Belém e demais áreas passa a ocorrer exclusivamente por meio da rodovia BR-316.

As modificações nos eixos de circulação responsáveis pela integração da cidade de Castanhal ao restante da região terão implicações decisivas sobre sua estrutura urbana. As quatro fases estabelecidas por Alves (2012) demonstram a relevância desses eixos

de integração na estruturação urbana de Castanhal, sendo a primeira fase, de 1870 a 1883, anterior à instalação da Ferrovia Belém-Bragança e representada pela constituição do embrião do núcleo urbano de Castanhal. A segunda fase, de 1883 a 1960, compreende o pleno funcionamento da ferrovia e teve grande importância na estruturação urbana, pois resultou em grande adensamento populacional e na implantação de equipamentos urbanos.

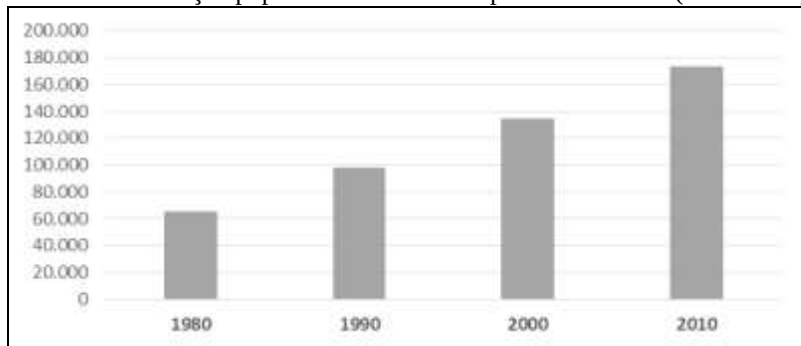
A terceira fase, de 1960 a 1990, marcada pela substituição do eixo ferroviário pelo rodoviário, é ainda mais relevante na formação da cidade, pois há um grande aumento do contingente populacional e da infraestrutura urbana, o que, inclusive, cria uma visibilidade regional para o processo de desenvolvimento de Castanhal, que passa então a ser conhecida como cidade modelo.

A quarta e atual fase, de 1990 aos dias atuais, se caracteriza pelo aprofundamento das inter-relações entre Castanhal e Belém, o que também se expressa no eixo rodoviário, com a duplicação da BR-316 no trecho entre as duas cidades citadas, e é formalmente reconhecido por meio da inclusão de Castanhal na Região Metropolitana de Belém, em 2011, por força da Lei Complementar nº 076, de 28 de dezembro de 2011, que altera a Lei nº 027, de 19 de outubro de 1995 (PARÁ, 2011). Com isso, a RMB passou a ser composta pelos municípios de Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Bárbara do Pará, Santa Isabel do Pará e Castanhal.

Um dado que chama bastante atenção em Castanhal nas décadas recentes é o aumento de sua população. Como pode ser observado no Gráfico 1, baseado nos censos do IBGE, em 1980, Castanhal contava com uma população de 65.246 habitantes; em 1990 a população

alcança o número de 98.452 habitantes e em 2000 já era da ordem de 134.496 habitantes. Em 2010 essa população chega a 173.149 habitantes, com uma densidade demográfica de 168,29 hab./km² (IBGE, 2014). Dessa forma, a população quase triplicou em três décadas, o que pode ser considerado um crescimento populacional bastante expressivo e que, inevitavelmente, possui reflexo sobre a malha urbana, que também se expande fortemente nas últimas décadas (ver Figura 1).

Gráfico 1 - Evolução populacional do Município de Castanhal (1980-2010)

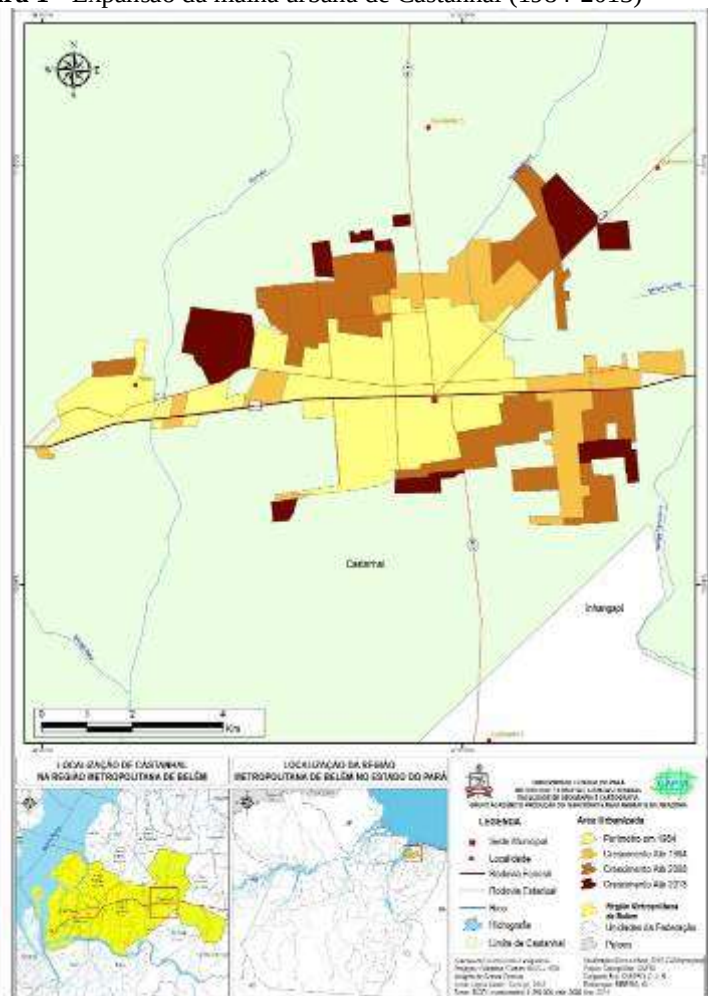


Fonte: IBGE (2014)

O mapa mostra que de 1984 a 1994, Castanhal expandiu sua área urbana em 18%, de 1994 a 2008, em 26%, e de 2008 a 2013, em 13%. A expansão dessa malha urbana ocorre a partir da ampliação dos espaços periféricos da cidade, cuja origem está na atuação de uma diversidade de agentes: o Estado, por meio da construção de conjuntos habitacionais na periferia; os promotores imobiliários, através da conversão de área rural em urbana a partir de loteamentos, em geral, com infraestrutura precária, e os grupos sociais excluídos

(CORRÊA, 1995), que por meio da ocupação de terras e do mecanismo da autoconstrução dão origem a assentamentos precários.

Figura 1 - Expansão da malha urbana de Castanhal (1984-2013)



Castanhal possui uma estrutura urbana relativamente simplificada, com apenas uma área central bem definida e que serve

de referência, com uma boa concentração de comércio e serviços, não apenas a toda a sua área urbana e rural, mas também às pequenas cidades do entorno, como São Francisco do Pará, Terra Alta, Inhangapi e Igarapé-Açu. A área central se estabelece nas intermediações de eixos rodoviários importantes, como a avenida Barão do Rio Branco, principal via da cidade, as rodovias BR-316, PA-136 e PA-320.

Para Whitacker (2007, p. 04), o centro e os subcentros são “uma concentração localizável e localizada na cidade, distinguindo-se entre si pela complexidade, abrangência e com a possibilidade de alguma hierarquia”. Já a centralidade não seria definida pela localização, “mas pelas articulações entre localizações”, desse modo, a centralidade possui uma natureza dinâmica e mutável.

No caso de Castanhal, não existem subcentros de comércio e serviços, contando a cidade apenas com centros de vizinhança, a exemplo do Jaderlândia e do distrito do Apeú; os fluxos de toda a cidade convergem para o centro, o que pode ser observado no transporte coletivo, cujos itinerários, sem exceção, percorrem o centro da cidade. Assim, apesar do rápido crescimento da cidade e do dinamismo econômico alcançado com a crescente integração ao restante da Região Metropolitana de Belém, não ocorreu em Castanhal movimento no sentido da configuração de outras centralidades intraurbanas, ao contrário, a dinâmica atual tem contribuído ao reforço da centralidade pré-existente.

O caráter polinuclear e o processo de reestruturação econômica podem ser percebidos em escala regional, ao se considerar a Região Metropolitana de Belém em sua totalidade. Num formato próximo ao descrito por Gottdiener (2010, p. 229), ao tratar da realidade norte-americana, “uma desconcentração em escala regional caracteriza os padrões de crescimento do espaço de assentamento [...]” envolvendo, concomitantemente, “[...] aglomeração e descentralização dispersas numa escala regional em expansão”. Nessa escala, se verifica uma lógica de expansão descontínua dos tecidos urbanos (SPOSITO, 2010), com reforço às diversas centralidades, entre as quais, Castanhal.

Mas em relação à expansão do espaço intraurbano do município em questão prevalece o caráter contínuo. Ao passo que a característica mononuclear da cidade acaba reforçando o perfil periférico de suas bordas. Chaveiro e Anjos (2007) explicam que a definição de periferia não se reduz à noção geométrica da distância em relação ao centro da cidade. Segundo eles, “a periferia possui um cotidiano específico, bem como uma modalidade de tempo social que define a vida dos sujeitos. Poder-se-ia dizer que é um lugar específico de dramas sociais, de problemas e vicissitudes humanas” (p. 183).

Na realidade brasileira atual, não são raros os casos em que a definição da periferia pela distância do centro se torna problemática, já que diversos processos atuam na valorização de áreas da cidade, criando atrativos em locais distantes do centro, deslocando

população de média e alta renda para essas áreas e, portanto, as desvirtuando enquanto periféricas. Entretanto, não é isso que se observa em Castanhal, onde, por enquanto, a distância para o Centro ainda é um bom critério na definição da periferia.

Em Castanhal, a expansão da malha urbana ocorre por meio da expansão das periferias, acompanhando os eixos de circulação, neste caso, três ganham destaque: o eixo da BR-316, a leste da cidade; o eixo da PA-320, em direção a São Francisco do Pará, a nordeste da malha urbana; e o eixo da rodovia Transcastanhal, a noroeste. Como se observa na Figura 1, os dois primeiros eixos têm muita importância na expansão urbana de 1984 a 1994, e estão relacionados tanto à constituição de conjuntos habitacionais quanto à expansão pela ocupação de grupos sociais excluídos e o desenvolvimento da autoconstrução. Nesse caso, vale frisar o bairro do Jaderlândia, eixo leste, originado de uma ocupação em 1985, um dos bairros mais populosos de Castanhal e que apresenta características típicas de uma periferia urbana, concentrando pobreza, violência, precários serviços públicos etc.

No período de 1994 a 2008 se verifica a importância dos três eixos de expansão anteriormente citados, mas com uma participação mais expressiva dos loteamentos privados e de conjuntos habitacionais estatais. Já na atualidade, nota-se uma redução expressiva das ocupações por grupos sociais excluídos e um fortalecimento da expansão da cidade a partir da promoção imobiliária de loteamentos e também por meio das políticas públicas

de habitação, agora, num novo momento, com a criação em 2009 do Programa Minha Casa Minha Vida. Os empreendimentos do programa têm forte impacto na expansão da malha urbana de Castanhal e seguem os mesmos eixos de expansão já implementados por outros agentes.

O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

O Programa Minha Casa Minha Vida foi lançado pelo governo federal em 2009 visando, de um lado, reduzir os efeitos nacionais da crise econômica internacional de 2008, que atingia o sistema financeiro e o mercado imobiliário; e, de outro lado, possibilitar o atendimento das famílias com renda de até 10 salários mínimos pelo mercado de habitações. O PMCMV, de acordo com Cardoso e Aragão (2013), “foi aprovado pela Medida Provisória nº 459, publicada em 25 de março de 2009, posteriormente convertida na Lei nº 11.977, de 7 de julho 2009, e pelo Decreto nº 6962, de 17 de setembro de 2009”.

Ainda segundo os autores, esse programa, que envolve aumento do volume de créditos para compra de habitações e redução de juros, pretendia construir um milhão de moradias em um curto período e tinha para isso a alocação de R\$ 34 bilhões. Possuindo metas estabelecidas a partir das várias faixas até 10 salários mínimos de renda, o programa previa para a faixa de 0 a 3 salários, a construção de 400 mil casas, utilizando-se do Fundo de Arrendamento Residencial, do PMCMV Entidades, do Programa Nacional de

Habitação Rural e do PMCMV para municípios com população de até 50 mil habitantes.

O PMCMV, na faixa de 0 a 3 salários mínimos, segundo Mercês (2013), prevê a proposição dos empreendimentos em duas modalidades: empresarial e entidades; e conta com a participação de vários agentes: o governo federal, por meio da Caixa Econômica Federal, é responsável pelo financiamento da produção e do consumo, pela definição do padrão mínimo do empreendimento, e pelo estabelecimento dos prazos de entrega; já a indicação dos beneficiários fica sob a responsabilidade de estados e municípios, mas obedecendo aos critérios previamente estabelecidos pelo programa. O funcionamento do programa para a faixa de 0 a 3 salários mínimos, que tem para as famílias prestação mensal simbólica de R\$ 50,00, está assim organizado, em sua modalidade empresarial:

Faixa 0 a 3 SM – execução via Fundo de Arrendamento Residencial - FAR: a produção é “por oferta”, o que significa que a construtora define o terreno e o projeto, aprova-o junto aos órgãos competentes e vende integralmente o que produzir para a CAIXA, sem gastos de incorporação imobiliária e comercialização, e sem risco de inadimplência dos compradores ou vacância das unidades. A CAIXA define o acesso às unidades a partir de listas de demanda, elaboradas pelas prefeituras. Os municípios têm como incumbência cadastrar as famílias com rendimento de 0 a 3 salários mínimos, além da participação por meio da doação de terrenos, isenção tributária e desburocratização nos processos de aprovação e licenciamento e também na flexibilização das normas urbanísticas para permitir aumentar os

índices de utilização do solo nos empreendimentos do MCMV (CARDOSO; ARAGÃO, 2013, p. 37).

O PMCMV, a partir do exposto, acaba por constituir uma contradição entre, de um lado, a busca de diminuir o déficit habitacional da população menos abastada e, de outro, o objetivo de aquecer o mercado imobiliário, o que fica evidente diante de sua constituição em um contexto de crise internacional.

Mercês (2013) vai ao encontro dessa análise e destaca que o PMCMV conta com uma forte participação e com grandes vantagens à iniciativa privada, a exemplo da dispensabilidade de grande capital próprio e da não preocupação com estratégias de venda. Nessas condições, produzir residências para as camadas populares passou a ser um bom negócio, o que representa uma mudança no perfil da promoção imobiliária, que, como destacava Corrêa (1995), voltava sua atenção inteiramente às camadas privilegiadas da sociedade. E esse favorecimento à iniciativa privada acaba dificultando o alcance do real problema a ser combatido pelo programa: o não acesso à moradia por parte dos grupos menos abastados.

Cardoso e Aragão (2013) verificam uma série de problemas no planejamento e na execução dos empreendimentos do PMCMV, entre os quais se pode destacar: a falta de articulação do programa com a política urbana; os problemas de localização dos novos empreendimentos; o excessivo privilégio concedido ao setor privado; a grande escala dos empreendimentos; a baixa qualidade arquitetônica e construtiva; e a perda do controle social sobre a sua implementação.

Com certa variação de intensidade, os problemas apontados pelos autores podem ser verificados nos empreendimentos do PMCMV em Castanhal, sendo que especial destaque merece a problemática da localização dos empreendimentos, uma vez que, sem exceção, estão alocados em áreas muito distantes do centro e que, em uma cidade sem subcentros como Castanhal, configura novos espaços periféricos, com várias dificuldades de acesso a serviços e bens essenciais à qualidade de vida da sociedade instalada.

A SEGREGAÇÃO COMO MARCA DO PMCMV EM CASTANHAL

Os empreendimentos do PMCMV que compõem a presente análise estão inseridos na modalidade de 0 a 3 salários mínimos, executada por meio do Fundo de Arrendamento Residencial. O processo é conduzido por pelo menos três agentes fundamentais: a construtora, responsável pelo projeto; a Caixa Econômica Federal, que administra os recursos financeiros; e a Prefeitura Municipal, que seleciona os beneficiários e informa a Caixa e, em alguns casos, também é responsável pela oferta do terreno.

Segundo a Secretaria Municipal de Habitação² de Castanhal a seleção das famílias a serem beneficiadas obedece a critérios pré-estabelecidos pelo PMCMV, como o limite de renda até três salários mínimos e a existência de dependentes (ou se tratar de idoso ou deficiente). O acesso ao programa ocorre por meio do seguinte trâmite: realização de cadastro no site da Prefeitura Municipal de

² Informação verbal obtida em entrevista realizada em 21 de maio de 2014 com representante da Secretaria.

Castanhal; contato por telefone da Secretaria de Habitação com o potencial beneficiário; realização de entrevista para identificar a situação de vulnerabilidade social; levantamento da documentação exigida pela Caixa. Ao final desse processo é composta uma lista de beneficiários que é enviada à Caixa e atendida à medida que os empreendimentos são materializados.

Desde o seu lançamento em 2009, foram entregues 7 empreendimentos do PMCMV/faixa 0 a 3 salários mínimos em Castanhal e existem mais três que estão em construção, como demonstra o Quadro 1.

Quadro 1 - Empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida em Castanhal

Empreendimento	Nº de unidades habitacionais	Localização	Situação
Parque dos Castanhais	499	Novo Estrela	Entregues
Parque dos Buritis	500		
Jardim dos Tangarás	496	Fonte Boa	
Jardim dos Ipês Amarelo	332		
Jardim dos Ipês Rosa	344		
Jardim dos Ipês Roxo	360		
Jardim dos Ipês Branco	376		
Residencial Japiim I e II	1000	Jardim Imperador	Em construção
Jardim das Flores	500	Bom Jesus	
Residencial Girassol II	688	Heliolândia	

Fonte: Secretaria Municipal de Habitação de Castanhal³

³ Informação verbal obtida em entrevista realizada em 21 de maio de 2014 com representante da Secretaria.

A quase totalidade dos empreendimentos é formada por casas de dimensões reduzidas, contendo os cômodos mais fundamentais. A exceção fica por conta dos Ipês Amarelo, Rosa, Roxo e Branco, que são constituídos tanto por casas quanto por apartamentos. Considerados em conjunto, o Jardim dos Ipês é o maior dos empreendimentos com 1412 unidades habitacionais (UH), sendo 332 casas e 1080 apartamentos. Individualmente, o maior ainda está em fase de construção, o Residencial Japiim I e II, com 1000 UH.

A despeito da inquestionável importância da oferta de habitações à parcela da sociedade que não consegue adquirir a moradia por meio do mercado imobiliário, existem problemas que precisam ser discutidos, como pressuposto à melhoria do próprio programa. Os principais pontos negativos já foram apontados e, neste momento, é conveniente retomar um deles, que, na realidade de Castanhal, ganha notoriedade: a localização dos empreendimentos.

Na cidade de Castanhal as áreas periféricas, ou seja, as áreas precárias em termos infraestruturais, são exatamente as mais afastadas em relação ao centro da cidade. Isso ocorre porque a cidade está estruturada em torno de um único centro, não existindo, assim, outras centralidades, como subcentros. O que se verifica são apenas centros de vizinhança. Desse modo, a localização dos empreendimentos do PMCMV nas extremidades da malha urbana fornece um caráter extremamente periférico a esses, ocasionando reforço ou promoção do processo de segregação socioespacial, já que a inserção dessas áreas no contexto urbano se apresenta bastante problemática por conta de sua localização, especialmente quando se

consideram as condições de acesso a bens e serviços, normalmente, centralizados.

A segregação materializa no espaço as desigualdades pertinentes às relações sociais e, a partir daí, se torna um fator de interferência nessas desigualdades, especialmente de reforço a elas. De acordo com Lefebvre (2008), a segregação faz parte da reprodução das relações sociais de produção e é, ao mesmo tempo, uma negação da cidade, porque se opõe a sua condição enquanto espaço de reunião, e sua revelação, já que expõe, no plano espacial, sua natureza desigual e contraditória.

O reforço a dinâmicas de segregação já largamente presentes na sociedade contemporânea se apresenta enquanto uma contradição importante de uma política, como o PMCMV, voltada à promoção do acesso a uma necessidade fundamental, a moradia, pois este acesso deveria diminuir as distâncias entre os grupos sociais formadores da cidade, mas, com a segregação, essa desigualdade acaba sendo potencializada.

Para Corrêa (1995), a segregação é marcada pela existência de forte homogeneidade social internamente a um determinado espaço e de grande diferenciação em relação aos espaços externos. Isso fica evidente nos empreendimentos em questão, porque existe um limite de renda até 3 salários mínimos para a inclusão nessa modalidade do programa, garantindo assim uma grande homogeneidade interna, já a diferenciação em relação ao entorno pode ser compreendida em dois níveis: num primeiro, o padrão construtivo promove a diferenciação em relação ao entorno imediato, as diferenças de renda aqui são pequenas uma vez que se tratam de grandes espaços periféricos; num

Claramente, os empreendimentos do PMCMV em Castanhal se configuram como segregação imposta (CORRÊA, 1995), já que o controle do processo não pertence aos grupos sociais residentes, mas, principalmente ao Estado, por meio da Caixa Econômica Federal, da prefeitura municipal e, em alguns casos, do governo do estado; e aos grupos privados, representados pela construtora. Nessa associação entre o Estado e o capital privado está a decisão sobre o formato da política, a dimensão, as características, a localização dos empreendimentos e, também, quem serão os beneficiários.

Como pode ser observado na Figura 2, os empreendimentos do PMCMV, na modalidade até 3 salários mínimos, estão, em Castanhal, sem exceção, localizados em áreas de expansão periférica da cidade. Alguns empreendimentos, como os Jardins dos Ipês, o Jardim dos Tangarás e o Residencial Girassol II, possuindo contiguidade com essas áreas periféricas; os demais, Parque dos Castanhais, Parque dos Buritis, Residencial Japiim I, II e Jardim das Flores, apresentando distanciamento em relação à malha urbana, mesmo a periférica. Aqui será destacado o Parque dos Buritis, no bairro Novo Estrela, cuja origem está em loteamentos privados recentes, compondo uma área de expansão ao norte da cidade, acompanhando o eixo da rodovia PA-136.

A EVIDENCIAÇÃO DO PROCESSO SEGREGADOR NO PARQUE DOS BURITIS

Para Sposito (2013), segregação socioespacial diz respeito não apenas à diferenciação entre os subespaços da cidade, mas à

separação destes, à quebra do contato. Está-se diante de um processo de segregação socioespacial quando as diferenciações provocam a “separação espacial radical e implicam rompimento, sempre relativo, entre a parte segregada e o conjunto do espaço urbano” (p. 65), o que dificulta o funcionamento convencional da cidade, a comunicação entre os diversos grupos sociais.

Essa realidade pode ser percebida nos vários empreendimentos PMCMV em Castanhal e especialmente no Parque dos Buritis. As 500 casas do empreendimento foram entregues em abril de 2012 e, pela distância de aproximadamente 7 km para o Centro da cidade e também por não serem contíguas à malha urbana, possuem destaque no processo de segregação socioespacial.

O limite de renda imposto pelo próprio PMCMV é um importante fator da segregação, pois constitui uma forte homogeneidade interna. Em entrevistas realizadas com as famílias se comprovou essa realidade da renda, estando 100% dos entrevistados na faixa até 3 salários mínimos, a maior parte, 60% tem renda entre R\$ 700,00 e R\$ 1100,00.

Quando indagados sobre a sua percepção da distância em relação ao Centro da cidade, 40% dos entrevistados consideram o Parque dos Buritis muito distante, os outros 60% não percebem como tão distante, principalmente, por estabelecerem correlação com suas localizações anteriores. As duas posições estão representadas, respectivamente, nas falas a seguir:

Acho muito, tudo o que a gente quer é no centro e pra ir no centro, tem que pegar ônibus e leva tempo e

dinheiro eu acho longe sim, assim porque aqui mesmo no conjunto não tem farmácia, se a gente quer um remédio tem que ir no centro, quer pagar contas tem que ir no centro, eu acho assim que deveria ter pelo menos uma farmácia.

Eu já não acho porque aonde eu morava era bem mais longe.⁴

As falas são bem representativas da realidade vivenciada no Parque dos Buritis, que exemplifica os demais empreendimentos, a distância em relação ao Centro existe especialmente por conta da fragilidade dos serviços próximos, contudo, em se tratando de uma população de baixa renda, que vivia em situação mais precária a percepção da melhoria é muito forte o que ameniza o drama dos problemas. Isso ficou evidente quando os entrevistados foram indagados se gostavam de morar no Parque dos Buritis, 90% responderam gostar contra apenas 10% que disseram não gostar, o que ratifica a importância do PMCMV a despeito de todas as críticas já abordadas aqui. A fala do morador a seguir é bastante representativa:

Quando minha mulher falou que tinha conseguido uma casa pra cá, disse pra ela que não tinha matado ninguém pra mim esconder, não quiria vim pra cá, mas morava de aluguel e tava desempregado aí acabei vindo e gostei, acho que me acostumei aqui, e é barato né a gente paga e nem sente.⁵

Nessa fala fica claro que os moradores percebem a dimensão segregadora da política pública e veem isso como um problema, no

⁴ Informação verbal obtida em entrevista realizada em maio de 2014.

⁵ Informação verbal obtida em entrevista realizada em maio de 2014.

entanto, existem outros atrativos que dão viabilidade à moradia, como o baixo custo. Isso mostra a importância do programa às camadas populares da sociedade, mas evidencia que os resultados poderiam ser ainda mais positivos caso se priorizasse a inserção dos beneficiários na dinâmica da cidade, sem promover o processo de segregação, buscando terrenos mais bem localizados, que não favorecessem a formação de estigmas negativos sobre os residenciais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Castanhal passa nas últimas décadas por uma rápida expansão urbana, que acompanha a centralidade econômica que o município tem alcançado e a modernização resultante de sua cada vez maior imbricação ao restante da Região Metropolitana de Belém. No âmbito do crescimento da cidade, tornam-se indispensáveis políticas públicas voltadas a um dos aspectos diretamente afetados pelo crescimento, a habitação.

Nesse contexto, a importância do Programa Minha Casa Minha Vida no município de Castanhal é inegável, pois se constitui enquanto uma efetiva política pública direcionada a uma necessidade básica, cujo alcance é muito difícil à população mais pobre, contudo, a localização isolada das áreas que receberam os projetos, sempre nas bordas da cidade, conformando dificuldades de acesso a determinados serviços, produz uma dinâmica de segregação socioespacial.

Dessa forma, os empreendimentos desse programa em Castanhal demonstram claros avanços na qualidade de vida da população pobre, uma vez que se amplia o acesso à moradia dotada de saneamento e infraestrutura básica, entretanto, ao promover dinâmicas segregacionistas se contradizem com os ideais de justiça social e ratificam a indispensabilidade de maior autonomia e participação dos grupos sociais na elaboração e implementação de políticas públicas (SOUZA, 2006).

Políticas como o PMCMV acabam por reduzir o surgimento de áreas de ocupação com infraestrutura precária e estabelecidas pelo mecanismo da autoconstrução, por absorver parte das famílias potenciais a esse tipo de ação e por ocupar áreas no entorno da cidade, que poderiam ser alvo dessa estratégia. Essa realidade, a princípio, positiva, já que diminui os assentamentos precários e, em termos paisagísticos, passa a impressão de um maior desenvolvimento urbano, pode ter um viés negativo, caso a política não se torne ampla o suficiente para absorver a demanda por habitação. Pois, assim, sem acesso via política pública e com dificuldade no estabelecimento das ocupações devido à falta de áreas, uma parte da população pode ficar sem alternativas para morar.

REFERÊNCIAS

ALVES, Cyntia S. Daltro. *Formas espaciais recentes da urbanização na Amazônia: a dinâmica socioespacial do município de Castanhal em face do processo de dispersão metropolitana de Belém.*

2012. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.
- CARDOSO, Adauto Lúcio; ARAGÃO, Thêmis Amorim. Do fim do BNH ao Programa Minha Casa Minha Vida: 25 anos da política habitacional no Brasil. In: CARDOSO, Adauto Lucio (org.). *O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. p. 17-66.
- CHAVEIRO, Eguimar Felício; ANJOS, Antonio Fernandes dos. A periferia urbana em questão: um estudo socioespacial de sua formação. *Boletim Goiano de Geografia*, Goiânia: UFG, v. 27, n. 2, 2007.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS – CNM. *História Castanhal – PA*. Disponível em: <http://www.cnm.org.br/dado_geral>. Acesso em: 10 maio 2014.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1995.
- GOTTDIENER, Mark. *A produção social do espaço urbano*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2010.
- IBGE. *Cidades@*. Rio de Janeiro, 2014.
- LEFEBVRE, Henri. *Espaço e política*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.
- MERCÊS, Simaia. Programa Minha Casa, Minha Vida na Região Metropolitana de Belém: localização dos empreendimentos e seus determinantes. In: CARDOSO, Adauto Lucio (org.). *O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. p. 187-204.
- PARÁ. Lei Complementar nº 076, de 28 de dezembro de 2011. Altera a Lei Complementar nº 027/95 e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado do Pará*, Belém: IOEPA, 28 de dezembro de 2011, Caderno 2, p. 8.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHAL – PMC. *De vila a município: 1899-1932*. Castanhal, 2014. Disponível em: <<http://www.castanhal.com.gov.br>>. Acesso em: 03 maio 2014.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. *A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- SOUZA, Narda M. C. Gomes de. *A trajetória da Companhia Têxtil de Castanhal: a mais pura fibra amazônica*. 2008. Dissertação

(Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Formas espaciais e papéis urbanos: as novas qualidades da cidade e do urbano. *Cidades*, Presidente Prudente-SP, v. 7, n. 11, p. 125-147, 2010.

_____. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (Orgs.). *A cidade contemporânea: segregação espacial*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 61-93.

WHITACKER, Arthur Magon. Inovações tecnológicas, mudanças nos padrões locacionais e na configuração da centralidade em cidades médias. In: COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 9.: Los problemas del mundo actual - soluciones y alternativas desde la geografía y las ciencias sociales. Porto Alegre, 2007. *Anais...* Porto Alegre: UFRGS, 2007.

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA ÁREA DE OCUPAÇÃO “PORTELINHA”, NA CIDADE DE PORTEL-PA

Edinael PINHEIRO DA SILVA¹

Geovani Gonçalves FARIAS²

INTRODUÇÃO

O espaço pertencente à Portelinha surge de uma ocupação em uma área privada da cidade de Portel que pertencia à empresa multinacional Amazônia Compensados e Laminados (AMACOL) e que atualmente é constituído em sua maioria, por famílias de baixa renda e um número expressivo de pessoas socialmente excluídas não se distanciando da realidade nacional que, conforme Singer apud Silva (2007), o Brasil é a terra das desigualdades.

A área de ocupação Portelinha possui apenas alguns caminhos que já existiam e que hoje são considerados como ruas, não possui saneamento básico, não existe escola e tão pouco unidade de saúde, não há serviço de tratamento de água no local, o consumo de energia elétrica é clandestina e precária, alto índice de analfabetismo e grande número de pessoas desempregadas, ou seja, é um espaço abandonado pelo Poder Público que, por não ter sido planejado, aumentou de forma desordenada a malha urbana do município e suas mazelas sociais. Ocupada em 2008 hoje a Portelinha já se apresenta com alguns títulos como: a nova área de expansão da cidade, a

¹ Licenciado pleno em Geografia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), 2010, Especialista em Geografia da Amazônia pela Faculdade São Marcos (FASAMAR), 2013.

² Licenciado pleno em Geografia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), 2010, Especialista em Geografia da Amazônia pela Faculdade São Marcos (FASAMAR), 2013. E-mail: fariasgggeo@yahoo.com.br.

primeira grande área ocupada na cidade de Portel e a mais desprovida de infraestrutura, pois não dispõe nem mesmo de saneamento básico.

O objetivo principal deste trabalho é identificar os atores responsáveis pela produção do espaço urbano na Portelinha e analisar em que medida o processo de urbanização³ contribuem com o crescimento desordenado da cidade.

A importância deste trabalho é contribuir para o entendimento da realidade vivenciada por parcela da população da área de ocupação Portelinha. E, também por mostrar em que proporções e intensidade se dão essas práticas, visando contribuir com embasamento teórico para as futuras discussões a respeito do tema em questão.

Os procedimentos metodológicos para a realização deste trabalho basearam-se em consultas bibliográficas de alguns autores que desenvolvem ou desenvolveram estudos sobre o espaço urbano, a realização de entrevistas com os moradores da Portelinha, assim como alguns instrumentos de pesquisa como fotos e questionários e a tabulação dos dados em tabelas que podem ser verificadas no corpo deste trabalho.

O ESPAÇO URBANO

Segundo Silveira (2003), a cidade é entendida como o espaço urbano, e por isso reconhece-se a dificuldade de sua definição, já que

³ **Processo de urbanização:** é o aumento da população urbana em relação à população rural, ou seja, é o resultado da transferência de pessoas do meio rural (campo) para o meio urbano (cidade) (VESENTINI, 2009).

os espaços urbanizados se diferem conforme o nível de desenvolvimento de cada lugar. No Brasil, por exemplo, toda sede municipal independentemente do tamanho de sua população ou de sua área territorial, é reconhecida como cidade ou espaço urbano. Mas sabe-se que em alguns países são levados em consideração um número mínimo de habitantes, na França, por exemplo, tem que ter pelo menos 2.000 habitantes.

De todo modo, de acordo com Baud et al. apud Silveira (2003), a cidade ou espaço urbano designa um espaço com extensão limitada, em antagonismo ao espaço rural circundante. Mais especificamente, pode-se defini-lo por meio de suas características demográficas, de sua morfologia e do seu papel econômico e social.

Seguindo nessa mesma direção, Carlos (2008, p. 60) vincula a existência da cidade a pelo menos seis elementos: a) Divisão do trabalho; b) Divisão da sociedade em classes; c) Acumulação tecnológica; d) Produção do excedente agrícola decorrente da evolução tecnológica; e) Um sistema de comunicação; f) Uma certa concentração espacial de atividades não agrícolas.

Ainda de acordo com Carlos (2008, p. 26), o urbano é mais que um modo de produção, é também uma maneira de se viver.

A ideia de urbano transcende aquela de mera concentração do processo produtivo stricto sensu; ele é um produto do processo de produção num determinado momento histórico, não só no que se refere à determinação econômica do processo (produção, distribuição, circulação e troca), mas também às determinações sociais, políticas, ideológicas, jurídicas, que se articulam na totalidade da formação econômica e social. Desta forma o urbano é mais que um modo de

produzir, é também um modo de vida.

Assim, pode-se considerar o espaço urbano como um local permanente de moradia e trabalho, ocorrendo principalmente quando a sociedade passa a apresentar uma estrutura social diferenciada e hierarquizada, a partir de melhores índices de produtividade e de desenvolvimento tecnológico.

O espaço urbano também pode ser compreendido como um produto social e histórico, pois, é resultado da realização humana, uma criação que vai se constituindo ao longo do processo histórico e que ganha materializações concretas e diferenciadas em função de determinações históricas e específicas (CORRÊA, 1995).

Dessa forma a produção do espaço urbano é o resultado da dinâmica social de determinada sociedade que, ao reproduzir-se através de um determinado modo de produção, imprime, na paisagem urbana, as suas marcas correspondentes. Sendo assim, o espaço urbano é caracterizado como condição, meio e produto do processo de reprodução da sociedade.

Nesse sentido, pode-se identificar um grupo de agentes sociais quase sempre presentes na produção dos diferentes espaços urbanos. Para Corrêa (1995), os principais agentes produtores do espaço urbano são: a) os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais; b) os proprietários fundiários; c) os promotores imobiliários, incluindo os que operam, parcialmente ou na totalidade, as atividades de incorporação, de financiamento, de estudo técnico, de construção e de comercialização; d) o Estado, em escala local, através, principalmente da Prefeitura Municipal; e) os grupos sociais

excluídos que são os principais agentes da produção do espaço na área de ocupação Portelinha.

Sabe-se que esses agentes se utilizam de estratégias que variam no tempo e no espaço e por isso suas práticas levam a um constante processo de reorganização espacial que acontece pela incorporação de novas áreas ao espaço urbano, resultado da densificação do uso do solo, deterioração de certas áreas, renovação urbana, relocação diferenciada da infraestrutura e mudança, coercitiva ou não, do conteúdo social e econômico de determinadas áreas da cidade.

Para Corrêa (1995), estes processos criam funções e formas espaciais, ou seja, criam atividades e suas materializações, cuja distribuição espacial constitui a própria organização espacial urbana.

Assim, entende-se a cidade como o lugar que pode ser concebido como uma entidade geográfica coerente, onde através do tempo, ocorrem uma grande variabilidade de processos espaciais e cada um com sua forma e função diferenciada (CORRÊA, 1995). Dentre os quais, podemos destacar a acumulação do capital e a produção do espaço urbano por meio dos grupos sociais excluídos que neste trabalho receberá mais ênfase.

A ação do ser humano sobre o espaço, ou seja, a relação entre homem e natureza se faz presente neste trabalho, tendo como eixo de reflexão a produção do espaço urbano na área de ocupação Portelinha, produto da ação da sociedade que se concretiza espacialmente à medida que o homem produz, consome, pensa, criando um processo dinâmico, responsável pelo desenho da

paisagem, e ainda, através do pensamento e da criatividade da origem, a enorme quantidade e variedade de forma de organização do espaço, que é particular de cada espaço ocupado e dentro de todas essas formas e processos, podemos destacar os agrupamentos denominados de cidades onde a industrialização é a principal indutora da urbanização, que se pressupõem transformações dos espaços, que resultam de migrações e do êxodo rural que conseqüentemente, transformam e reestruturam estes espaços, tornando-os espaços de concentração urbana. Assim sendo, pode-se considerar o espaço urbano como produto das diferentes manifestações ou maneiras de como o ser humano utiliza e transforma o lugar em que vive, já que o mesmo pode ser usado como local de trabalho, lugar de morada e locais de lazer, entre outros.

Nesse sentido, pode-se afirmar que o espaço é dividido de acordo com seus usos:

O espaço de uma grande cidade capitalista constitui-se, em primeiro momento de sua apreensão, no conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si, tais usos definem áreas, como o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviços e de gestão, áreas industriais, áreas residenciais [...]. Este complexo conjunto de usos da terra é, em realidade, a organização espacial da cidade ou, simplesmente, o espaço urbano, que aparece assim como o espaço fragmentado (CORRÊA, 1995, p. 7).

Pode-se perceber na citação anterior que a cidade é entendida como algo dividido, repartido, separado. Mas, ao mesmo tempo em que o espaço urbano é considerado fragmentado, apresenta um

conjunto de interligações entre as diversas partes, denominadas de relações espaciais, que são visíveis no cotidiano de cada habitante da cidade, por meio dos fluxos dos meios de transportes, pesquisas e passeios a órgãos públicos e particulares, visitas a parentes e amigos, o vai e vem aos locais de trabalho, compras no comércio etc. Portanto, pode-se afirmar que o espaço urbano é fragmentado, mas também é articulado como mostra o autor:

Mas o espaço urbano é simultaneamente fragmentado e articulado: cada uma de suas partes mantém relações espaciais com as demais, ainda que de intensidade muito variável. Estas relações manifestam-se empiricamente através de fluxos de veículos e de pessoas associados às operações de carga e descarga de mercadorias, aos deslocamentos cotidianos entre as áreas residenciais e os diversos locais de trabalho, aos deslocamentos menos frequentes para compras no centro da cidade ou nas lojas do bairro, as visitas aos parentes e amigos, e as idas ao cinema, culto religioso, praia e parques (CORRÊA, 1995, p. 7).

O espaço urbano, além de fragmentado e articulado, também se constitui como uma imagem da sociedade que vive nesse espaço, daqueles que o habitam, pode-se verificar a afirmação ao observar a divisão da cidade, que apresenta áreas estruturadas, áreas segregadas refletindo a complexa estrutura social em classes. Mas o espaço urbano se apresenta como reflexo das ações que acontecem no presente, quanto daquelas ações que aconteceram no passado e deixaram suas marcas na paisagem, através das formas espaciais.

Dessa forma:

O espaço urbano capitalista – fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e

campo de lutas – É um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço [...] a ação desses agentes é complexa, derivando da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de produção, das relações de produção e dos conflitos de classe que dela emergem (CORRÊA, 1995, p. 11).

Além disso, dois pontos devem ser considerados: primeiro o espaço urbano por ser reflexo social e fragmentado tendo como característica a complexa e desigual estrutura social em classes que é própria do espaço urbano capitalista. E segundo o espaço como campo de lutas, onde as perspectivas de futuro se encontram articuladas a um contexto de fragmentação desigual do espaço e de busca pela cidadania que reflete em conflitos sociais e embates políticos.

Carlos (2008) contribui nessa questão quando diz que “o espaço se produz com lutas e que é na luta que se criam os laços de união e solidariedade entre as pessoas envolvidas, e com isso, a consciência do coletivo como base de qualquer movimento social”.

Acrescenta-se ainda a análise de que o espaço urbano produzido através das aspirações e necessidades de uma sociedade dividida em classes que faz dele um campo de luta onde os interesses e as batalhas se resolvem pelo jogo político das forças sociais. Assim o urbano aparece como obra histórica que se reproduz continuamente a partir das contradições inerentes à sociedade (CARLOS, 2008).

Partindo-se do pressuposto de que o espaço se reproduz com lutas, então se pode afirmar que a produção do espaço urbano na área

de ocupação Portelinha é um produto dessa luta, haja vista que este é produto da sociedade, construído de forma desigual nos moldes do modo de produção capitalista.

Desta forma, partir-se-á do pressuposto de que o espaço é produto e produtor da sociedade que o habita e assim sendo, é parte integrante dessa sociedade e, portanto, atua como mediador das relações sociais que o circundam, relações estas que são de base capitalista e, portanto reproduzem a desigualdade. E é nesse espaço de reprodução da desigualdade que a vida do povo da Portelinha acontece.

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DA CIDADE DE PORTEL: URBANIZAÇÃO E CRESCIMENTO DESORDENADO

Sabe-se que ao longo da história das sociedades o processo de urbanização ocorreu à medida que se constatava a transferência de contingentes populacionais do campo para a cidade. Em âmbito nacional, nos últimos anos, o movimento populacional no sentido campo-cidade deu-se numa dinâmica sem precedentes, estabelecendo uma nova configuração quanto à redistribuição das atividades produtivas e da população no território. No estado do Pará, e mais especificamente no município de Portel, estas transformações se concretizam de maneiras particulares. A produção do espaço urbano acontece de forma desordenada tendo como vetor de crescimento urbano a área de ocupação Portelinha, que é um espaço de ocupação sem planejamento.

O município de Portel localiza-se onde primitivamente existiu uma aldeia de índios da tribo Assurinni, que em 1653, foi reorganizada pelo padre Antônio Vieira, com a introdução de alguns índios da tribo Nheengaíba, trazidos da ilha do Marajó, deixando sob a direção dos padres da Companhia de Jesus, com a denominação de Arucará. É bom que se atente para o detalhe de que Arucará foi o nome dado à missão e não o primeiro nome dado ao município (SEPOF, 2007).

Portel, com extensão territorial de 25.385,06 km² (IBGE, 2000), é um dos dez maiores municípios do Pará e maior que vários estados brasileiros como o estado de Pernambuco, por exemplo, também é maior que alguns países europeus como, por exemplo, Portugal.

Conforme a Lei nº 5.447, de 10 de maio de 1988, o município de Portel teve sua área desmembrada, para ser criado o município de Pacajá. Atualmente, o município é composto somente do distrito-sede (SEPOF, 2007).

Portel fica geograficamente localizado no estado do Pará, na zona fisiográfica Jacundá-Pacajá, pertence politicamente à mesorregião do Marajó e à microrregião de Portel. Limita-se geograficamente ao norte com os municípios de Melgaço; a oeste com os municípios de Porto de Moz e Senador José Porfírio; ao sul com os municípios de Anapu e Pacajá e a leste com os municípios de Baião e Bagre (SEPOF, 2007).

Em Portel a urbanização aconteceu de forma muito lenta durante as décadas de 1960 a 1980 (Tabela 1). No entanto, é a partir

da década 1990 que esse processo se acelera impulsionado pela instalação de uma empresa multinacional (AMACOL) na cidade onde as pessoas do meio rural e dos municípios vizinhos são atraídas à cidade de Portel para trabalhar nesta indústria madeireira. Antes disso ocorrer o povo se fixava mais no campo onde as possibilidades de sobrevivência eram mais propícias. Desta forma, pode-se afirmar que nesse período ocorreu a aceleração do processo de urbanização do município, onde, de acordo com o IBGE (2000), a taxa de urbanização neste ano já representava o número equivalente a 45,55%.

Tabela 1: Índice populacional dos moradores do município de Portel

Ano	População residente					km²	Dens. dem
	Tot.	Hom.	Mul.	Urb.	Rur.		
1960	10.830	Neste ano não houve contagem, foi feita uma estimativa.					
1970	16.438	8.609	7.829	5.833	10.605	42.966	0,38
1980	43.158	22.862	20.367	7.647	35.582	42.966	0,38
1991	29.452	15.096	14.356	11.852	17.600	25.385	0,38
1996	34.103	17.734	16.369	14.097	20.006	25.385	0,38
2002	38.043	19.738	18.234	17.329	20.643	25.385	1,50
2007	45.355					25.385	

Fonte: IBGE (2007)

Mas atualmente o que se percebe é que a urbanização está sendo impulsionada não mais pelo crescimento econômico do município, mas sim em virtude da decadência do setor madeireiro que afetou não só a cidade mais também o meio rural. E, nessa nova onda de expansão da cidade surge a Portelinha como vetor desse crescimento.

A Portelinha é o nome dado pelas pessoas que ocuparam uma

área privada da cidade de Portel que antes pertencia à AMACOL. Esta grande empresa explorou por aproximadamente 50 (cinquenta) anos as riquezas naturais do município, com maior destaque para a extração da madeira que era beneficiada apenas na forma de compensados e laminados e exportada. Vale ressaltar que a AMACOL contribuiu bastante para o desenvolvimento socioeconômico do município, pois, durante a década 1990, período do auge do setor madeireiro em Portel, pode-se observar um crescimento significativo da população urbana e de melhorias na infraestrutura da cidade. Mas como é de praxe de empresas multinacionais, procurar novos mercados após explorar determinado lugar até que seus recursos se tornem escassos e os lucros não satisfaçam mais seus interesses, aqui não foi diferente, com a escassez da madeira e a pressão de órgãos ambientais, a multinacional foi se retirando aos poucos, até fechar as portas em meados de 2006, deixando inúmeras pessoas desempregadas e todos os demais problemas sociais ao município; além de ficar, segundo pesquisa exploratória com ex-funcionários, “devendo a todos os seus trabalhadores”.

Dois anos após o fechamento da AMACOL, sua área foi ocupada por uma quantidade significativa de pessoas desempregadas que buscavam um pedaço de terra para morar, juntamente com boa parte dos ex-funcionários da empresa, e o nome Portelinha foi baseado na ficção novelística brasileira onde nesse período encontrava-se em cena a novela “Duas caras”, na qual apresentava-se

uma favela com essa denominação que também fora fruto de uma ocupação por pessoas sem um teto para morar, e que pode ter sido objeto de motivação para a população de Portel. Esse acontecimento foi motivado devido à empresa não ter acertado corretamente sua dívida com os trabalhadores e principalmente por ter “abandonado” suas instalações na cidade.

Um ano após a ocupação dessa área da cidade, muitas famílias ribeirinhas que trabalhavam na então decadente extração madeireira se deslocaram para a cidade abandonando suas moradias no meio rural para vir se abrigar na Portelinha, sempre com o discurso de encontrar na cidade melhores condições de vida, já que o município passa por uma crise em virtude do fechamento das indústrias madeireiras que era a sua principal fonte de renda. Ressalta-se também o tamanho da área ocupada, que é bastante extensa, cortando três bairros da cidade servindo também como atrativo para as migrações. Assim afirmamos que a Portelinha pode ser uma “nova” Portel.

No início da apropriação da Portelinha a maioria da população que lá residia era da cidade, mas atualmente, segundo pesquisa de campo realizada em maio de 2013, onde foram entrevistadas 50 (cinquenta) famílias, 70% afirmaram ter vindo do meio rural, ou seja, mais da metade das famílias entrevistadas deixaram suas casas no interior para vir morar na cidade. Os motivos relatados pelos entrevistados foram o enfraquecimento das atividades econômicas do campo, como por exemplo, a extração de madeira que era uma das

principais fontes de emprego e renda do município não só na cidade como no campo, pois esta utilizava a mão de obra ribeirinha e a apropriação das terras rurais por empresas madeireiras e grileiros, resultando muitas vezes na expulsão dos ribeirinhos de suas terras, que sem opção procuram a cidade como meio para sobreviver.

Todavia os motivos acima não foram os únicos. Em conversa informal com alguns moradores, ao indagarmos sobre os motivos que os levaram a vir residir no meio urbano, declararam: *Vimos para a cidade em busca de emprego e para colocar nossos filhos na escola.* Em pesquisa de campo realizada em junho de 2013 detectou-se que a Portelinha é completamente desprovida de infraestrutura e não há mercado de trabalho na cidade para atender a população. E apresentando vários problemas como afirma um morador que vive na área desde o início de sua apropriação: *A coisa aqui tá difícil, a gente sai para procurar algum bico na tentativa de arrumar alguma coisa pra comer, mas não sabemos se quando voltar ainda encontrará nosso quase nada, pois na Portelinha tem roubo todo dia.*

Como se pode perceber, a maioria da população que habita hoje a Portelinha veio do meio rural e o reflexo disso é um acentuado crescimento desordenado da cidade, pois esta área de ocupação já vem se configurando como um novo bairro na cidade de Portel que se concretizado será um dos maiores territorialmente e demograficamente, haja vista que a mesma é habitada por mais de 500 famílias, com um total de 4.446 (quatro mil quatrocentos e quarenta e seis) pessoas.

Figura 1: Vista das condições das casas na Portelinha



Fonte: Edinael Pinheiro (2010)

Por se apresentar como o vetor de expansão da cidade, os problemas sociais se destacam ainda mais nessa área, sendo o principal deles o desemprego, que obriga as pessoas a viver em casas que não oferecem o mínimo de conforto e de higiene (Figura 1). Além disso, se observa também um grande número de crianças fora da escola.

A esse respeito Corrêa (1995, p. 29) afirma que:

Na sociedade de classes verificam-se diferenças sociais no que se refere ao acesso aos bens e serviços produzidos socialmente. No capitalismo as diferenças são muito grandes, e maiores ainda em países como, entre outros, os da América Latina. A habitação é um desses bens cujo acesso é seletivo: parcela enorme da população não tem acesso, quer dizer, não possui renda para pagar o aluguel de uma habitação decente e, muito menos, comprar um imóvel. Este é um dos mais significativos sintomas de exclusão que, no entanto não corre isoladamente: correlatos a ela estão a subnutrição, as doenças, o baixo nível de escolaridade, o desemprego ou subemprego e mesmo o emprego mal remunerado.

A violência também preocupa os moradores da Portelinha, pois, aos poucos ela vem se destacando como um dos espaços mais perigosos da cidade. Destacam-se como os tipos de violências mais frequentes, os assaltos a mão armada, às vezes seguidos de morte, os furtos e os homicídios.

Desta forma a violência é um problema social preocupante para o povo da Portelinha e da cidade como um todo. Portanto afirma-se que esse alto índice de violência está relacionado às condições de vida dos moradores da Portelinha, ao alto índice de crianças e jovens fora da escola e ao grande número de pessoas desempregadas. Porém, segundo o delegado da cidade:

A Portelinha não é um espaço gerador de violência, ou seja, a violência não nasce lá, mas que a partir do momento que esse espaço foi ocupado, ele se tornou um lugar de refúgio para os criminosos que praticam atos de violências em outros locais da cidade e vão se esconder para lá. E como a Portelinha é totalmente desprovida de infraestrutura, isso só dificulta as ações da polícia até porque não temos exatidão dos endereços para fazer a apuração das denúncias (PESQUISA DE CAMPO, 2013).

Apesar de concordar com o delegado quando o mesmo diz que a Portelinha é um local de refúgio para os criminosos, o que nos leva ao pressuposto de que o alto índice de violência nesta área seja praticado pelos criminosos que lá estão refugiados. Porém, discorda-se quando afirma que a Portelinha não seja um espaço gerador de violência, pois de acordo com a pesquisa de campo detectou-se que neste espaço já ocorreram mais de dez homicídios desde o início de

sua ocupação, há furtos e assaltos quase todos os dias, Perguntamos a uma moradora se os crimes registrados na Portelinha eram cometidos por pessoas que lá residem, ela nos respondeu *“com certeza, são jovens daqui mesmo que não procuram estudar nem trabalhar e só querem saber de estar na bandidagem”*.

VIOLÊNCIA SOCIOECONÔMICA: O PERFIL DA POPULAÇÃO DA PORTELINHA

Sabe-se que a violência socioeconômica no Brasil é bastante acentuada devido à má distribuição de renda do país, porém esta é uma problemática que passa despercebida já que as atenções sempre estão voltadas para os casos que têm maiores repercussões midiáticas.

Nesse sentido, esse tipo de violência se faz presente também quando as condições de vida são pouco favoráveis para o desenvolvimento das realizações pessoais e acabam levando boa parte da sociedade a um mecanismo de autodestruição, passando a serem usuários de entorpecentes, álcool, drogas e outros vícios que levam as pessoas ao mundo do crime. Neste caso, o alvo principal são as crianças, jovens e adultos da Portelinha, que formam uma população relativamente grande se comparado a outros bairros.

Desta forma notou-se que a população residente neste espaço é desprovida dos seus principais direitos como educação, saúde, moradia, lazer, e outros.

Com relação à moradia, constatou-se que a maioria das casas na área de ocupação Portelinha são de madeira usada que pertencia à empresa dona da área. Portanto, são casas que não oferecem

condições adequadas à sobrevivência destas famílias, até porque a população é de baixa renda e sofre com a falta de emprego. Mas também se observou que já existem algumas moradias de alvenaria e de madeira com alvenaria, porém, muito poucas para o tamanho da população desta área. Vale ressaltar também que existem casas que apresentam condições subumanas para se viver, pois, são feitas com encerados e palhas. Assim, entende-se que esse problema está diretamente relacionado com os baixos salários desta população que não consegue ter o acesso a moradias decentes. Spósito apud Carvalho, Silva e Campos (2010, p. 34), afirma que “o acesso a uma moradia decente, não depende de se dar tempo para construção de mais casas, mas de se poder pagar por elas”.

De acordo com a pesquisa de campo, realizada em julho de 2013, foi possível identificar que as famílias na Portelinha são numerosas, pois, são mais de seis pessoas por família. E desta forma observa-se que em virtude desse alto número de pessoas na família, faz com que se tenha menos conforto nas moradias que já não são de boa qualidade, além de ter um gasto elevado com os bens de consumo coletivo. Desse modo, também se faz aumentar o número de pessoas sem emprego como mostra a Tabela 2. O resultado disso é uma grande quantidade de pessoas desocupadas e, portanto, mais vulneráveis ao mundo do crime.

O desemprego que não é algo específico do local em estudo (Tabela 2), mas também um problema estadual e nacional tem uma incidência muito significativa neste lugar, pois detectou-se que das 50 famílias entrevistadas, em apenas 86% delas há uma pessoa

trabalhando, fato que influencia diretamente na renda per capita e na educação das crianças e adolescentes destas famílias.

Tabela 2: Números de pessoas que trabalham por família

Famílias	Pessoas que trabalham	Nº total de pessoas	%
34	Uma	34	68 %
0	Duas	00	00 %
3	Três	09	6 %
0	Quatro ou mais	00	00 %
13	Nenhuma	00	26 %
50	Total	43	100 %

Fonte: Pesquisa de campo (2013)

O índice de pessoas fora da escola é preocupante, pois, analisando os dados da Tabela 3, verificou-se que o número médio de pessoas que estudam não chega a 2 pessoas por família. Este fato pode ser explicado pela falta de escolas no local, mas também atribui-se à pobreza vivenciada pelo povo da Portelinha e ao grande índice de violência naquele espaço, pois no entorno da Portelinha existem 4 escolas, mas devido o perigo de ser assaltado ou sofrer algum tipo de agressão as pessoas temem sair de suas casas, principalmente no horário da noite.

Tabela 3: Números de pessoas que estudam por família

Famílias	Pessoas que estudam	Nº total de pessoas que estudam	%
25	Uma	25	50 %
17	Duas	34	34 %
02	Três	6	4 %
03	Quatro ou mais	18	6 %
03	Nenhuma	0	6 %
50	Total	83	100 %

Fonte: Pesquisa de campo (2013)

Quanto à renda familiar, detectou-se que 52% das famílias têm a renda de menos de um salário mínimo por mês, 26% ganham um salário mínimo e apenas 22% ganham mais de um salário, ou seja, a renda dessas famílias é muito baixa como mostra a Tabela 4. Sendo assim, esses dados nos levam a afirmar que o desemprego se configura como um dos principais problemas da área da Portelinha.

Tabela 4: Renda familiar

Renda	Famílias	%
Sem renda até ½ salário mínimo	26	52 %
Um salário mínimo	13	26 %
Mais de 1 a 1 ½ salários mínimos	11	22 %
De 2 a 3 salários mínimos	00	00 %
Mais de 3 a 5 salários mínimos	00	00 %
Total	50	100 %

Fonte: Pesquisa de campo (2010)

Desta forma a Portelinha se encaixa perfeitamente nesta concepção, pois a mesma é marcada pela pobreza e demais carências além de habitar um número significativo de pessoas que migraram do meio rural. Sendo assim um espaço produzido por uma população pobre.

A INFRAESTRUTURA NA ÁREA DE OCUPAÇÃO “PORTELINHA”

Sabe-se que a infraestrutura é um problema em todo o Brasil, pois os investimentos nesta área são voltados mais para os lugares onde há a exploração de riquezas, grandes centros e população de maior renda ficando grande parte do país com o mínimo de aparatos

necessários a uma vida digna. Na cidade de Portel, no estado do Pará, e mais especificamente, na área da Portelinha, lócus da nossa pesquisa, essa realidade não só não se difere do restante do país, como a situação é ainda mais preocupante.

Como dito anteriormente, a Portelinha é a mais nova área de expansão urbana da cidade onde se encontram inúmeras famílias carentes de todos os tipos de aparelhos públicos e de infraestrutura que lhes viabilize melhores condições de vida. De acordo com dados mostrados no perfil socioeconômico dos moradores, nota-se que este espaço não se apresenta como um lugar adequado para que se tenha uma reprodução social com dignidade. Desta forma percebe-se o quanto o Poder público municipal está ausente dos principais problemas que o município enfrenta.

De acordo com o Artigo 6º da Constituição Brasileira – “são direitos sociais, a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência, a proteção à maternidade e a infância, a assistência aos desamparados” (BRASIL, 2004). Para os habitantes da Portelinha, esses direitos estão esquecidos ou não estão sendo respeitados. Entende-se que essa falta de respeito com o povo acontece devido à falta de conhecimento, pois como mostrado anteriormente apenas um terço dos entrevistados frequenta a escola; também pelo fato dos gestores tanto do Executivo quanto do Legislativo não estarem comprometidos com o desenvolvimento social, deixando o povo em situações deploráveis.

O abastecimento de água é muito precário e traz muitos

problemas inclusive de saúde para os moradores da Portelinha, pois não há fornecimento de água encanada, que na cidade é de responsabilidade da Companhia de Saneamento Básico do Pará (COSANPA) e, por estas razões 90% da população daquele local são obrigados a utilizar água de poço tradicional (Figura 2), que é totalmente desprovido de saneamento, e apenas 10% utiliza água de poço artesiano que já apresenta uma melhor qualidade (Pesquisa de Campo, 2013).

Figura 2: Vista de poço tradicional utilizado pelos moradores da Portelinha



Fonte: Geovani Farias (2010)

O lixo também se apresenta aos moradores desta área de ocupação como um problema muito sério, já que 100% dos entrevistados relataram que não existe coleta de lixo por parte da prefeitura no local, mas afirmaram que fazem a coleta individual do seu lixo e queimam (Figura 3). Sabe-se que esta ação não resolve o problema em questão, mas é uma forma de não estar sujeito a morar no meio do lixo.

Figura 3: Lixo sendo queimado na Portelinha



Fonte: Edinael Pinheiro (2010)

Nesse sentido, Rodrigues apud Carvalho, Silva e Campos (2010, p. 44) destaca que: “casas pobres ou sub-habitação e infraestrutura precária ou ausência desta, tem como consequência esgoto e lixo a céu aberto, contaminação hídrica e consequentemente saúde precária”.

Desta forma, pode-se afirmar que esses fatores são típicos de lugares como a Portelinha onde existe carência de infraestrutura e a população é de baixo poder aquisitivo.

Quanto ao abastecimento de energia, detectou-se que 100% das residências possuem energia elétrica, no entanto esta é utilizada de forma clandestina através dos chamados “gatos”, puxados de uma rede que fica na rua em frente à área em estudo. Desta maneira todos os moradores da área da Portelinha não pagam pela energia que consomem, além disso, ainda causam grandes transtornos aos moradores do Bairro do Pinho que pagam por um sistema de distribuição de energia elétrica de melhor qualidade e acabam

utilizando uma energia fraca e de má qualidade. Assim, observou-se que este problema que não é restrito apenas a população da Portelinha, mas preocupação também dos moradores do bairro do Pinho por ser muito perigoso, haja vista que pode provocar graves acidentes ou mesmo mortes, devido não haver o mínimo de segurança nos materiais que são utilizados para a condução de energia (Figura 4).

Figura 4: Condições dos postes de energia elétrica na Portelinha



Fonte: Pesquisa de campo (2010)

Com relação ao sistema de esgoto, 100% dos entrevistados relataram que o mesmo não existe na área da Portelinha, o que dificulta não só a qualidade de vida das pessoas, mas também o tráfego dos indivíduos no local, pois no período chuvoso os alagamentos são frequentes. Percebe-se, portanto, que a falta de esgoto prejudica bastante a vida dos moradores, pois, os sanitários são construídos próximo aos poços de abastecimento de água, contaminando os mesmos e assim, tornando as pessoas mais vulneráveis as doenças transmitidas pela água, fezes e urina de

animais como ratos, baratas etc. É importante ressaltar que a distância recomendada entre o poço de água e o sanitário é de 15 a 20 metros.

Quanto à presença da polícia na Portelinha constatou-se na pesquisa de campo que a ronda policial nesta área quase não existe, pois, 90% dos moradores entrevistados afirmaram que não há ronda policial no local, e 10% responderam que a mesma só se faz presente apenas quando são chamados em casos de denuncia. Assim, pode-se afirmar que a violência que assola não só a área da Portelinha, mas a cidade toda está atrelada à falta de policiamento nas ruas. Ressalta-se que o número de policiais na cidade é reduzido para o tamanho da população.

Os serviços públicos prestados na Portelinha são poucos, detectando-se na pesquisa de campo apenas dois que estão relacionados à saúde como o programa de Agentes Comunitários de Saúde e o de Agentes de Combate as Endemias (Dengue). Contudo pode-se salientar que em relação a esses programas a população da referida área está recebendo certa atenção, haja vista que as mazelas não se restringem apenas nestes fatores e sim a vários outros que já foram citados anteriormente. Na área não existe posto de saúde e tão pouco hospital ou outros serviços de utilidade pública.

De acordo com Santos apud Silva (2007, p. 27):

O simples nascer investe o indivíduo de uma soma inalienável de direitos, apenas pelo fato de ingressar na sociedade humana. Viver torna-se um ser no mundo, é assumir, com os demais, uma herança moral, que faz de cada qual um portador de prerrogativas sociais.

Direito a um teto, a moradia, a comida, a educação, a saúde, a proteção contra o frio, a chuva, intempéries; direito ao trabalho, a justiça, a liberdade e uma existência digna.

Nesse sentido, após as análises dos dados coletados, o que se observa é que neste espaço residem pessoas esquecidas pelo Poder público que não respeita os direitos citados acima que também são garantidos pela Constituição do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frente ao estudo realizado, percebeu-se que o processo de urbanização da cidade de Portel tem como vetor de expansão a área de ocupação da Portelinha, reflexo do êxodo rural que acontece no município devido à falta de alternativa das pessoas do interior, que não possuem condições de manter-se no meio rural, assim como do problema da regularização fundiária do município que por ser fraca facilita a grilagem de terras onde empresas e fazendeiros que se apropriam das posses dos ribeirinhos de forma irregular ou fazendo uso da força, obrigando as pessoas a migrarem em direção à cidade.

Nesse sentido, a Portelinha se tornou o alvo principal dessas migrações, o que resultou em um aglomerado de pessoas excluídas, e sendo a exclusão social um elemento que contribui significativamente para a produção de novos espaços principalmente em áreas urbanas. O difícil acesso à moradia na cidade, atrelado a pobreza vivenciada por grandes parcelas da sociedade brasileira, leva esses grupos excluídos dos seus direitos a buscar alternativas em

áreas que não têm o mínimo de infraestrutura como a área de ocupação Portelinha, em Portel-PA.

Portanto, baseado em pesquisa de campo e na afirmação de Corrêa (1995), conclui-se que os principais agentes de produção do espaço urbano na área de ocupação Portelinha são os grupos sociais excluídos, ou seja, aquelas pessoas pobres, seja por falta de emprego na cidade ou por falta de condições de trabalho no campo, são marginalizadas dentro da sociedade.

Contudo, sabe-se que é, pois pelas relações sociais de produção que a sociedade se reproduz, relações estas que são de base capitalista que, portanto reproduzem a desigualdade. E é nessa desigualdade que o espaço urbano vai se colocar como o principal vetor dos problemas sociais vivenciados pela população da Portelinha e parte do povo portelense.

Diante dos expostos afirma-se que os problemas sociais não é um caso isolado de um lugar, cidade, estado ou até mesmo da área em estudo, mas sim um mal que cresce exageradamente não só nos lugares citados acima, mas em âmbito nacional e também mundial.

Desta forma a produção do espaço urbano na cidade de Portel e principalmente na área de ocupação Portelinha se faz presente de forma excludente e desestruturada onde os problemas sociais se apresentam como entrave ao desenvolvimento do município que sofre com falta de geração de emprego e renda e melhor qualidade de vida para a população.

Assim, se espera que o Poder Público tenha uma atuação mais

eficaz e presente junto às mazelas vivenciadas pelo povo da Portelinha e também de Portel, pois é evidente que é preciso formular políticas públicas municipais voltadas ao resgate da cidadania e da dignidade da sociedade portelense.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. *Constituição de 1988*. Edição administrativa atualizada em setembro de 2004. Brasília: Senado Federal, 2004. (Contém as emendas constitucionais números de 1 a 44)
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A cidade*. 8. ed. 2. reimp. São Paulo: Contexto, 2008. (Repensando a Geografia)
- CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1995. (Série Princípios)
- CARVALHO, C. J. de; SILVA, F. A. V.; CAMPOS, R. N. da S. *Crescimento urbano no município de Santa Bárbara do Pará*. 2010. 62f. TCC (Curso de Licenciatura Plena em Geografia) – Universidade Estadual Vale do Acaraú, Belém, 2010.
- IBGE. *Dados Demográficos do Município de Portel-PA*. 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.com.br>> Acesso em: 15 ago. 2013.
- IBGE. *Dados Demográficos do Município de Portel-PA*. 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.com.br>> Acesso em: 15 ago. 2013.
- MICHAUD, Yves. *A violência*. 1. ed. 2. imp. São Paulo: Ática, 2001 (Série Fundamentos)
- PORTEL. Secretaria Municipal de Desenvolvimento – SEDE, 2009.
- SEPOF. *Historiografia do Município de Portel-PA*. 2007. Disponível em: <<http://www.sepof/pa.com.br>> Acesso em: 15 ago. 2013.
- SILVA, José Mendes Santana da. *A produção do espaço urbano e a questão da violência no Bairro da Cidade Nova I em Portel-PA*. 2007. 41f. TCC (Curso de Geografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.
- SILVEIRA, Rogério L. L. da. *Cidade, corporação e periferia urbana*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.
- VESENTINI, José W. *Geografia: Geografia Geral e do Brasil*. 1. ed. São Paulo: Ática, 2009.

MUDANÇAS ESTRUTURAIS NO TERRITÓRIO PARAENSE E A DINÂMICA POPULACIONAL NA REGIÃO DE INTEGRAÇÃO (RI) XINGU-PA

Otávio do CANTO¹

Sérgio GOMES²

Raymundo COSTA³

Maria Gláucia Pacheco MOREIRA⁴

INTRODUÇÃO

O presente estudo discute as principais características populacionais nos municípios da Região de Integração Xingu que decorreram, em grande medida, das mudanças estruturais ocorridas nas últimas cinco décadas na Região Amazônica com destaque aos grandes projetos de infraestrutura física de transportes, portos e hidrelétricas, o avanço da exploração e exportação de minérios, grãos e produtos florestais madeireiros.

Como forma de melhor qualificar a discussão sobre a dinâmica atual, resultante das mudanças ocorridas nos últimos anos, e as tendências futuras da população da RI Xingu, desenvolveu-se a estimação da população para o período de 2011 a 2030, considerando

¹ Geógrafo. Professor Doutor do Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará (NUMA/UFPA). Consultor do Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará (IDESP).

² Matemático. Diretor de Estatística do Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará (IDESP). Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPAD) da Universidade da Amazônia (UNAMA). E-mail: docanto@ufpa.br

³ Estatístico. Técnico da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças do Estado do Pará (SEPOF) e do Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará (IDESP).

⁴ Estatística. Coordenadora Técnica da Diretoria de Estatística, Tecnologia e Gestão da Informação do IDESP.

dois cenários: um conservador, que reflete as proporções da população dos municípios sobre as áreas maiores conforme o método dos coeficientes amplamente utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); e outro, incorporando a mobilidade da população que se deslocou para o município de Altamira em busca de trabalho, conforme registros do Consórcio Construtor de Belo Monte.

As informações demográficas são importantes na medida em que norteiam o planejamento dos territórios no que diz respeito a oferta de serviços públicos; a definição da quantidade produzida de alimentos, serviços privados de transporte, saúde, previdência e entretenimento, e das oportunidades que podem ser concretizadas em um mercado em constante ebulição, como o de Altamira, provocado pela elevação da demanda estimulada pelo processo de construção da hidrelétrica.

FONTES E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O conteúdo aqui apresentado faz parte do projeto intitulado “Evolução e tendências demográficas na Região de Integração Xingu, estado do Pará-Brasil” desenvolvido pelo Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará (IDESP). As principais fontes utilizadas neste estudo são os dados disponíveis e sistematizados a partir dos censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), correspondentes, fundamentalmente, aos anos de 2000 e 2010, referentes à dinâmica demográfica da

Região de Integração Xingu. Por essa via, buscou-se compreender as principais características populacionais recentes dessa região de integração do estado do Pará.

A metodologia utilizada constituiu-se na sistematização e análise de dados com base nos censos. Levantaram-se dados relativos ao estado do Pará e aos dez municípios que compõem a RI Xingu, ou seja: Altamira, Anapu, Brasil Novo, Medicilândia, Placas, Pacajá, Porto de Moz, Uruará e Vitória do Xingu. A escolha dos censos 2000 e 2010 se justifica de duas maneiras, em primeiro lugar, por serem os mais recentes e, em segundo, pelo fato de que três municípios foram criados somente na década de 1990 (Anapu, Brasil Novo e Vitória do Xingu), por isso, tornou inviável o uso dos censos anteriores para a análise do comportamento populacional dessa região de integração.

A estratégia metodológica foi concebida em três etapas: em primeiro lugar levantaram-se os dados referentes à população absoluta dos dez municípios e calculou-se a taxa média geométrica de crescimento anual para o período; em segundo, os dados foram sistematizados considerando a população residente no meio rural e no meio urbano; em terceiro, os dados da população residente por lugar de nascimento foi organizado como uma forma de identificar a população migrante residente na RI Xingu. O resumo dos dados e informações produzidas a partir deles foi apresentado utilizando-se tabelas e gráficos.

Como forma de subsidiar a discussão sobre a relação faixa etária por sexo, utilizaram-se as pirâmides etárias da RI Xingu, construídas

no “Projeto Série” (Série Evolutiva por Sexo e Faixa Etária da População dos Municípios Paraenses), do IDESP e da Universidade Federal do Pará (UFPA).

O estudo apresenta a projeção da população residente para o período de 2011 a 2030 que contribuirá no entendimento da dinâmica populacional no longo prazo e ofertará informações indispensáveis ao planejamento territorial dessas áreas em acelerada transformação socioeconômica, ambiental, política e cultural.

Ciente da importância da informação para subsidiar a produção do conhecimento, vetor preponderante no processo de transformação social e econômica que conduz os territórios ao desenvolvimento é que o IDESP vem estimulando estudos relativos à dinâmica populacional, principalmente nas áreas do estado que tem recebido grandes investimentos em infraestrutura, como é o caso da Usina Hidrelétrica de Belo Monte na RI Xingu.

Para realização da projeção populacional, concebeu-se um modelo híbrido conjugando métodos objetivos e subjetivos. No primeiro caso, aqui tomado como **cenário 1**, utilizou-se o método de razão (*ratio methods*) que estima a população de uma área menor considerando o crescimento da área maior, para tal, foi aplicada a técnica da Partição do Crescimento (*Share-of-Growth*), em que a projeção populacional da pequena área levou em consideração a sua contribuição no incremento absoluto da população esperada para a maior área (WALDVOGEL, 1998 apud SANTOS, 2010).

O método da partição do crescimento foi denominado no Brasil de “método dos coeficientes ou AiBi” em que o crescimento das áreas menores guarda relacionamento linear com o crescimento da área maior conforme Santos (2010) que aponta como vantagens a facilidade de interpretação dos coeficientes, a possibilidade de ajustes e a facilidade de replicação.

Em termos de formulação algébrica o modelo é representado por:

$$P_{it} = P_{il} + [(P_{il} - P_{ib}) / (P_{jl} - P_{jb})] (P_{jt} - P_{jl}) \quad (1)$$

Em que:

P_{it} = população a ser projetada para o município i no ano t

P_{il} = população inicial para o município i

P_{ib} = *população base do município i*

P_{jl} = população inicial para RI Xingu

P_{jb} = *população base para RI Xingu*

P_{it} = população a ser projetada RI Xingu no ano t

A equação 1 pode ser reescrita da seguinte forma:

$$P_{it} = A_i P_{jt} + B_i \quad (2)$$

Em que A_i é o coeficiente de proporcionalidade entre o crescimento da área menor e a maior e B_i funciona como um coeficiente linear de correção (SANTOS, 2010). Utilizou-se como base a Projeção da População do Brasil, Revisão 2008, realizada pelo IBGE.

No **cenário 2** considerou-se a atratividade populacional presente na RI Xingu por conta da concretização dos investimentos realizados na região, decorrentes do início das obras da Hidrelétrica de Belo

Monte (HBM) e que impôs mudanças estruturais no território com efeito imediato sobre o município de Altamira.

Neste cenário, parte-se do princípio que fatores econômicos locais orientam o processo migratório e impõem novo ritmo de crescimento demográfico nos territórios, em particular ao município de Altamira que aparece como polo de atração de migrantes vindos de outros municípios do Pará ou de outros estados do Brasil, com destaque para os da região Nordeste.

Os estudos de impacto ambiental elaborados pelo consórcio construtor indicaram a necessidade de um quantitativo de trabalhadores bem acima da força de trabalho disponível na região o que provocou uma elevação da dinâmica migratória no território e impôs ao cálculo da projeção do município de Altamira um fator de correção como forma de incorporar no processo a dinâmica acentuada de crescimento do contingente populacional resultante da migração de pessoas ao município atraídas pelo empreendimento.

Diante de tal situação, utilizaram-se os registros feitos pelos balcões de captação de mão-de-obra mantidos pelo consórcio ou por empresa contratada conforme análise do 1º, 2º e 3º Relatórios Semestrais de Andamento do Projeto Básico Ambiental e das Condicionantes da Licença e Instalação 795/2011, da Usina Hidrelétrica Belo Monte, processo 02001.001848/2006-75, disponibilizado no site do MMA. No entanto, os deslocamentos migratórios realizados por outros motivos e que não foram registrados nos balcões não foram inseridos no modelo.

O relatório n.1, de 2011, informa que do total de 18.091 pessoas registradas nos balcões de captação de mão-de-obra, 2.456 eram migrantes juntos com os seus acompanhantes. No relatório n. 3, de 2012, esse número chegou a 9.477, uma diferença absoluta de 7.021 pessoas que irão incrementar a população dos anos seguintes até 2016, período de maior concentração e finalização da obra. Essa diferença absoluta foi incrementada no coeficiente linear da equação 2.

Para os anos de 2017 a 2030 adotou-se uma taxa média anual de decrescimento de 10% no período de 2017 a 2021 e de 5% para os anos de 2022 a 2030. Essas taxas seguem o comportamento temporal observado para o município de Tucuruí quando da instalação da Hidrelétrica de Tucuruí. Este procedimento visa inserir na projeção a trajetória decrescente do tamanho da população após a finalização das obras de construção civil.

MUDANÇAS ESTRUTURAIS NO TERRITÓRIO PARAENSE

A partir da segunda metade do século passado, significativas mudanças estruturais têm decorrido das novas formas de uso do território amazônico. Neste contexto, uma de suas maiores expressões encontra-se no Pará. Becker (2007) destaca três aspectos dessas mudanças estruturais recentes: a conectividade, a econômica e a estrutura de povoamento.

A conectividade decorre da construção das estradas, nas décadas de 1960/1970, com destaque para Belém-Brasília (BR-010), Transamazônica (BR-230) e Cuiabá-Santarém (BR-163). No entanto,

o mais importante instrumento de conectividade se deu a partir das redes de energia e telecomunicações, permitindo ligação mais rápida e eficiente com o território nacional e com o exterior.

A segunda mudança estrutural importante encontra-se no plano econômico e foi promovida pela transformação de uma economia extrativista rudimentar para um extrativismo altamente tecnificado e também provocador de conflitos de grandes proporções. Como resultado desse processo, o Pará hoje apresenta uma das maiores explorações minerais do Brasil e do mundo, a exemplo da mineradora Vale, além de outras.

A terceira grande mudança está vinculada à estrutura de povoamento. Nesse aspecto, é importante observar que, de acordo com o Censo 1960, 38,5 milhões viviam no campo e 31,5 milhões nas cidades. Na década seguinte, passou a ter uma população urbana maior do que a rural - cerca de 52 milhões e 41 milhões respectivamente. Quatro décadas depois, o Censo 2010 indicou que, dos 190.732.694 milhões de habitantes, somente 29.852.986 (15,65%) viviam no campo e 160.879.708 (84,35%) nas cidades. Assim sendo, se for considerada a evolução da população brasileira, verifica-se que a população do campo retraiu, enquanto que a da cidade teve um expressivo crescimento.

A Região Amazônica segue o mesmo ritmo, embora a superação da população rural pela urbana tenha sido registrada somente no Censo 1991, quando a população urbana atingiu 9.580.105 (55,74%) habitantes e a rural, 7.607.935 (44,26%). No Censo 2010, essa diferença se acentuou ainda mais, ou seja, 18.294.459 (71,81%)

habitantes na zona urbana e 7.179.906 (28,19%) na rural. Portanto, a população rural retraiu entre os referidos censos.

Outro aspecto relevante do ponto de vista da estrutura de povoamento está vinculado à sua espacialização. No passado, ocorria principalmente nas margens dos rios, lagos e igarapés. Não obstante, ocorreu uma reorientação de povoamento a partir da abertura dos grandes eixos rodoviários, estradas vicinais e ramais. Uma nova forma de ocupação e dinamização econômica ajudou não só a mostrar as diferenças existentes, mas também produziu novas contradições, entre as quais o acirramento pelo uso da terra e apropriação dos “recursos naturais”.

Nas últimas décadas, o Pará é um dos estados da Amazônia que mais têm passado por acelerado processo de tecnificação do território. Os anos 1970 e 1980 foram marcados por grandes investimentos, em especial nos setores rodoviário, energético, agropecuário, comunicação e mineração. Nos anos de 1990 houve uma desaceleração dos investimentos estatais para esses setores, mas após esse período, o governo federal colocou em curso um novo modelo de investimento, agora em parceria com a iniciativa privada, prevendo a ampliação do sistema de transporte para dinamizar o fluxo econômico, no qual o cultivo de grãos e a mineração para a exportação passaram a ter enorme destaque, o que provocou a instalação de novos portos fluviais estratégicos ao sistema logístico planejado para a Região Amazônica.

Aliados aos interesses das grandes empresas, os governos estadual e federal estimularam a expansão do agronegócio e das atividades minerais com o uso de alta tecnologia em território

paraense. Esse processo, atualmente em curso, implica em mudanças radicais do ponto de vista do ordenamento territorial do Pará. Inclusive com asfaltamento de rodovias abertas na década de 1970 (BR-230 e BR-163). Além disso, o governo federal está construindo um dos maiores complexos hidrelétricos do Brasil (UHE Belo Monte), no rio Xingu, além de outras obras que fazem parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Interessados nos baixos preços das terras e reduzidas distâncias que representam em relação aos países importadores, além da expansão da linha de transmissão de energia da Hidrelétrica de Tucuruí, muitas empresas, principalmente, do setor de grãos, passaram a investir cada vez mais na tecnificação do território paraense. Além disso, existe uma grande expectativa, fundamentalmente empresarial, em torno da execução de obras públicas de grande porte, tal como: o complexo hidrelétrico do Tapajós; a hidrovía do Tapajós, do Araguaia-Tocantins (a construção das eclusas de Tucuruí, em curso, faz parte dessa estratégia), entre outras.

Esse processo em curso no Pará, produzido pela tecnificação do seu território, faz emergir novas (re)organizações territoriais, migrações, projetos de colonização, agropecuários, madeireiros, energéticos e de mineração. O último caso se aplica aos mais recentes empreendimentos de mineração da ALCOA em Juruti e da VALE em Canaã dos Carajás, além de outros em curso.

Acredita-se que o processo de tecnificação recente vinculado à expansão do cultivo de soja, atividade mineradora e energética poderá agravar ainda mais os problemas territoriais, caso não seja

estabelecido, de modo urgente, um maior controle sobre essas atividades. Nesse contexto observa-se que, conforme os dados dos censos IBGE, a região conhecida como RI Xingu tem sua dinâmica populacional fortemente marcada pelo processo de tecnificação do seu território, principalmente com o advento da Transamazônica e, nos últimos tempos, o processo de licenciamento e construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

A REGIÃO DE INTEGRAÇÃO (RI) NO TERRITÓRIO PARAENSE

Em diferentes épocas, muitos geógrafos se debruçaram sobre a temática regional, situação muito bem colocada por Corrêa (1990), ao afirmar que o termo região faz parte do linguajar comum e é um dos mais tradicionais na linguagem geográfica e que o conceito de região está ligado à noção fundamental de diferenciação de área, desse modo aceita-se a da ideia de que a superfície da Terra é constituída por áreas diferentes entre si.

Do seu lado, Becker (1990) entende que as regiões não são entidades autônomas. Elas se constituem a partir das diferenças de suas relações e do papel diferenciado que exercem no conjunto da sociedade. Portanto, as diversas formas de conflitos existentes na Amazônia decorrem das contradições resultantes do processo de inserção do Brasil no sistema capitalista mundial e da reorganização acelerada da sociedade brasileira.

Em “Metamorfose do espaço habitado”, Santos (1988) afirma que estudar uma região significa penetrar num mar de relações,

formas, funções, organizações, estruturas com seus mais distintos níveis de interação e contradição.

O Governo do Pará, através do Decreto Estadual nº 1.066, de 19 de junho de 2008, oficializou a regionalização do estado. Assim o referido decreto traz como objetivo o seguinte:

Art. 1º A regionalização do Estado do Pará tem como objetivo definir regiões que possam representar espaços com semelhanças de ocupação, de nível social e de dinamismo econômico e cujos municípios mantenham integração entre si, quer física quer economicamente, com a finalidade de definir espaços que possam se integrar de forma a serem partícipes do processo de diminuição das desigualdades regionais (PARÁ, 2008).

O Pará é o segundo maior estado brasileiro em extensão territorial, sendo superado apenas pelo Amazonas, que também está localizado na região Norte. Sua dimensão é de 1.247.689 km² (IBGE, 2010), ou seja, cerca de 13 vezes o de Portugal, uma das razões pelas quais existem reivindicações sistemáticas defendendo a sua divisão. Se, por um lado os setores que reivindicam tais divisões alegam a incapacidade do estado em promover políticas de gestão territorial eficientes devido a sua grande extensão territorial, por outro lado, o Pará carece de políticas que pensem e reflitam os problemas territoriais do estado como todo e não de políticas que privilegiam um ou outro ponto do seu território, dando a sensação de abandono frente aos desafios colocados pelas especificidades dos lugares e pela ordem dos desafios que cada vez mais são globais.

O grande território paraense está dividido em 12 Regiões de Integração (RI)⁵ e comporta no seu interior várias Amazonas. Cada uma delas apresenta ambientes e construções territoriais muito distintas. Por essa razão se torna importante realizar estudos que valorizem essas especificidades, adentrando na dinâmica dos lugares, sem deixar, é claro, de valorizar as indispensáveis conexões existentes entre o lugar e o mundo.

Nas últimas décadas, o território paraense tem passado por um significativo processo de criação de novos municípios, estimulados, dentre outros fatores, pela instalação de grandes projetos de infraestrutura, mineração, madeireiros, agropecuários, além de outros. Em 1960, o estado apresentava 63 municípios, na década seguinte chegou a 83 e assim se manteve até a década de 1980. No censo de 1991, já contava com 105 e atualmente já são 144 (com a recente criação do município de Mojuí dos Campos).

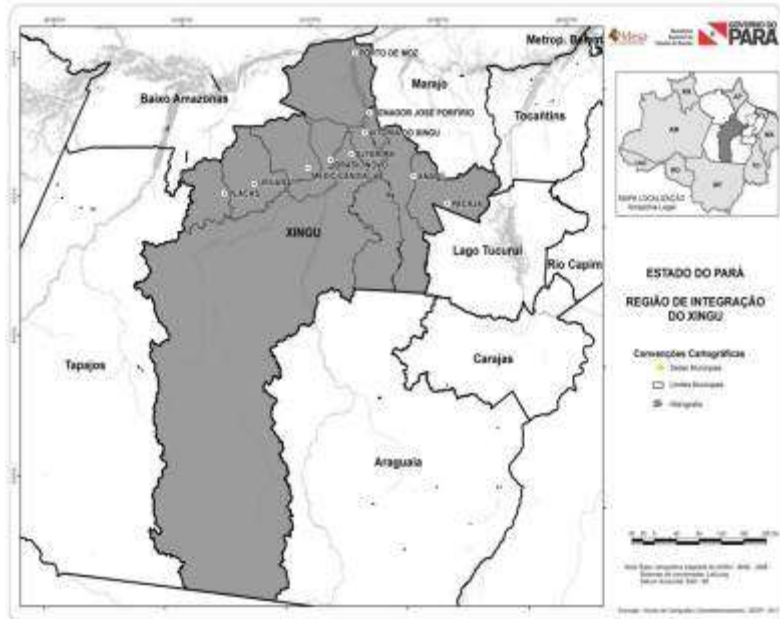
REGIÃO DE INTEGRAÇÃO (RI) XINGU

A Região de Integração Xingu é constituída por dez municípios (Mapa 1), cujas origens remontam ao período de ocupação colonial do rio Xingu e, mais recentemente, a colonização via abertura da rodovia Transamazônica (BR-230). Portanto, são processos muito

⁵ A nova proposta de regionalização para o estado do Pará surgiu da constatação de que as regionalizações estabelecidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Mesorregião e Microrregião – não mais refletiam a realidade estadual. A identificação das 12 Regiões de Integração levou em consideração as características de concentração populacional, acessibilidade, complementaridade e interdependência econômica. (Disponível em: <http://www.seir.pa.gov.br>. Acesso em: dez. 2009).

distintos que deram origem aos componentes dessa Região de Integração (RI).

Mapa 1: Mapa da Região de Integração Xingu



Fonte: base cartográfica adaptada IBGE, 2006. Elaboração: IDESP, 2011

Do ponto de vista da criação oficial, pode-se observar no Quadro 1 que os municípios mais antigos são Altamira e Porto de Moz e, os mais recentes são Anapu e Placas. As sedes dos primeiros com origem às margens do rio Xingu e, as sedes dos dois últimos às margens da rodovia Transamazônica.

Os municípios instalados às margens da rodovia Transamazônica (Anapu, Brasil Novo, Medicilândia, Pacajá, Placas e Uruará) têm as suas origens relacionadas ao Programa de Integração

Nacional (PIN), instituído em 1970 e implantado de modo autoritário, a partir de 1971, pelo governo federal na época da ditadura militar. Sua meta era promover a colonização e reforma agrária dirigida para a Amazônia, com a ideia da necessidade de ocupar e promover povoamento de uma região que, no entendimento dos militares e de seus estrategistas, era um grande vazio demográfico. Portanto, foi nessa perspectiva que a emblemática Transamazônica foi aberta no seio da grande floresta densa. No estado do Pará, dois trechos dessa rodovia têm grande destaque: o eixo que liga Marabá - Altamira (onde se originaram os municípios de Anapu, Pacajá e Novo Repartimento) e o eixo Altamira - Itaituba (os municípios de Brasil Novo, Medicilândia, Uruará, Placas e Rurópolis).

Quadro 1: Municípios que compõem a RI Xingu

Município	Criação	Ext. territorial (km²)
Altamira	Dec. nº 1.234/1911	159.533,73
Anapu	Lei nº 5.929/1995	11.899,00
Brasil Novo	Lei nº 5.692/1991	6.368,30
Medicilândia	Lei nº 5.438/1988	8.272,70
Pacajá	Lei nº 5.447/1988	11.832,10
Placas	Lei nº 5.783/1993	7.162,25
Porto de Moz	Dec. nº 2.805/1937	17.423,10
Senador José Porfírio	Lei nº 2.460/1961	13.287,10
Uruará	Lei nº 5.435/1988	10.791,20
Vitória do Xingu	Lei nº 5.701/1991	2.958,40

Fonte: IBGE (2010); IDESP (2012)

Dentre outros elementos que faziam parte do escopo do PIN tinha destaque a construção da rodovia Transamazônica e um complexo sistema que associava o assentamento de colonos em lotes rurais e urbanos, onde a prioridade era de pequenos proprietários e o assentamento se estabelecia nos dez quilômetros tanto da margem direita quanto da margem esquerda do eixo rodoviário. O projeto de colonização ainda previa um sistema composto por três pequenos núcleos urbanos e ordem crescente de infraestrutura de serviços, ou seja: agrovilas, agrópolis e rurópolis, um sistema que poderia ter funcionado bem, caso o abandono não tivesse ocorrido por parte do governo responsável pela sua implantação e pelos que se sucederam.

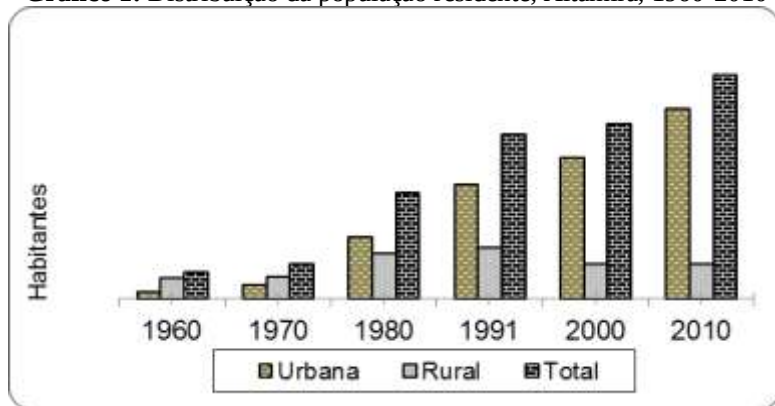
Altamira é o município mais antigo da RI Xingu, instalado em 1º de janeiro de 1912. Embora o seu território tenha sofrido desmembramento para dar lugar a novos, continua sendo o maior do país, com 159.533,73 km², de acordo com o Censo IBGE, 2010. Destaca-se ainda que Altamira tornou-se município incorporando o antigo município de Souzel, criado pela Lei n.º 811, de 14 de abril de 1874. Dessa maneira Souzel passou a ser distrito de Altamira, pelo menos até a década de 1960, quando foi recriado com o nome de Senador José Porfírio.

A colonização oficial promoveu mudanças estruturais muito importantes, dado o peso econômico dos investimentos e da grande migração que promoveu para a Região do Xingu, em que Altamira já ocupava uma condição de liderança desde a época da exploração de castanha-do-pará e de outros recursos florestais. Do mesmo modo sua liderança populacional respondeu à sua condição estratégica frente aos projetos que foram implantados no seu entorno, a exemplo

da Transamazônica, projetos de assentamentos rurais e mais recentemente o processo de instalação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Nesse aspecto, pode-se observar a evolução da população absoluta desse município nas últimas décadas.

Nas décadas de 1940-1970, há redução do peso demográfico das pequenas cidades e uma maior concentração nas duas maiores da Amazônia (Belém e Manaus). Altamira, nesse mesmo período, contrariou essa lógica, uma vez que a população residente cresceu 35% média/década. Entretanto, no período de 70-80, com o advento da Transamazônica, o crescimento populacional foi de 203%. Entre 2000-2010 embalado pela perspectiva de construção da UHE Kararaô (Hoje Hidrelétrica de Belo Monte), o crescimento foi de 28%. Isso, portanto, demonstra que, considerando o efeito migratório para a região, a construção da rodovia Transamazônica foi muito mais expressiva que a atual construção da UHE Belo Monte (Gráfico 1).

Gráfico 1: Distribuição da população residente, Altamira, 1960-2010



Fonte: IBGE (1960-2010)

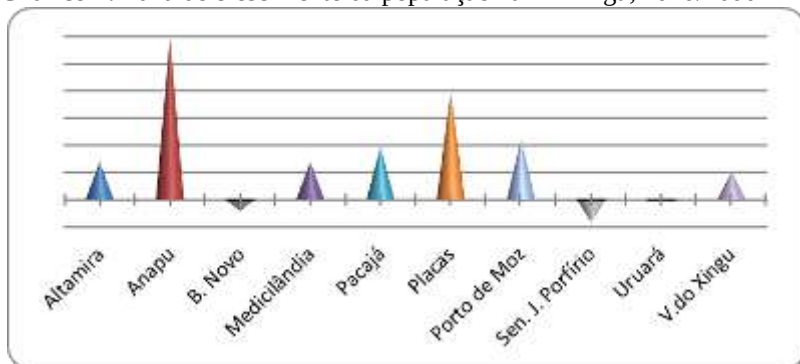
A DINÂMICA POPULACIONAL DA RI XINGU NO PERÍODO 2000-2010

Nesta seção serão apresentadas, de modo sistemático, as principais características demográficas da RI Xingu para o período 2000-2010. Desse modo foram destacados a evolução da população residente; urbana e rural; crescimento populacional urbano e rural; população residente por lugar de nascimento; evolução e distribuição da população por faixa etária e sexo da RI Xingu.

Evolução da população residente da RI Xingu

A população residente da RI Xingu, de acordo com o Censo 2000, era de 263.309 habitantes e 331.770 para o Censo 2010, portanto seu crescimento foi de aproximadamente 26%. Nesse mesmo período houve certa equidade com o crescimento da população residente de Altamira e Vitória do Xingu (municípios que estão no epicentro da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte), ou seja, 27,90%, saindo de 77.439 para 99.075 habitantes, no primeiro, e 20,50%, de 11.142 para 13.431 no segundo.

Gráfico 2: Taxa de crescimento da população na RI Xingu, 2010/2000



Fonte: IBGE (2010)

Nos municípios de Placas e Anapu o crescimento populacional foi exponencial, assim, o primeiro teve crescimento de 78,70% e o segundo atingiu o teto da RI Xingu, ou seja, 118,40%, de acordo com o censo 2010. Por outro lado, os municípios de Uruará, Brasil Novo e Senador José Porfírio tiveram crescimento negativo de 0,90%, 8,70% e 17,00%, respectivamente, como pode ser observado no Gráfico 2, relativo ao crescimento populacional dos dez municípios que compõem a RI Xingu.

Essa condição, dentre outros aspectos, denota a diferenciação espacial da mobilidade da força de trabalho, destacadamente estimulada pela atração populacional exercida pelo maior empreendimento hidroelétrico do Brasil na atualidade – Usina Hidrelétrica de Belo Monte no rio Xingu. Nesse sentido, as políticas de compensação financeira derivadas da instalação e funcionamento da Usina devem considerar as demandas derivadas dessas rápidas mudanças que geralmente se impõem às populações locais com acentuada vulnerabilidade sociais.

Por outro lado, o ritmo de crescimento populacional urbano para o período 2000-2010 foi cerca de 43% superior ao crescimento da população rural, ou seja, enquanto a população urbana cresceu cerca de 49% a rural cresceu apenas cerca de 6%. No caso de Altamira, maior população da RI Xingu, a população urbana cresceu 35% e a rural decresceu em 1,10%, no mesmo período.

Destaca-se que dos dez municípios que compõe a RI Xingu, somente dois (Placas e Porto de Moz) apresentaram taxa de

crescimento populacional rural superior à urbana. Anapu bateu recorde de crescimento da população urbana (218,90%), seguido por Uruará com 85,60%, Pacajá com 80,80% e Brasil Novo com 57,80%, acompanhando a tendência de urbanização da população brasileira que de acordo com o Censo de 1960 era de aproximadamente 38,5 milhões vivendo no campo e 31,5 milhões na cidade. No Censo seguinte a mudança substancial, ou seja, pela primeira vez a população urbana se mostrou superior à população rural, 52.084.984 e 41.054.053, respectivamente. Duas décadas depois, o Censo 1991, demonstrou pela primeira vez que a Amazônia Legal havia passado a ter população urbana maior que a rural, 9.580.105 (55,74%) e 7.607.935 (44,26%). O Pará, de acordo com o Censo 2010, a população atingiu 7.581.051, dos quais 68,48% vivendo nas áreas urbanas e 31,52% nas rurais. Assim sendo, conclui-se que a RI Xingu acompanha a tendência de urbanização da população brasileira, embora de maneira retardatária, demonstrando os nexos da dinâmica populacional local com os processos globais, uma vez que essa é uma tendência mundial, que expressivamente vem se desenvolvendo desde a Revolução Industrial.

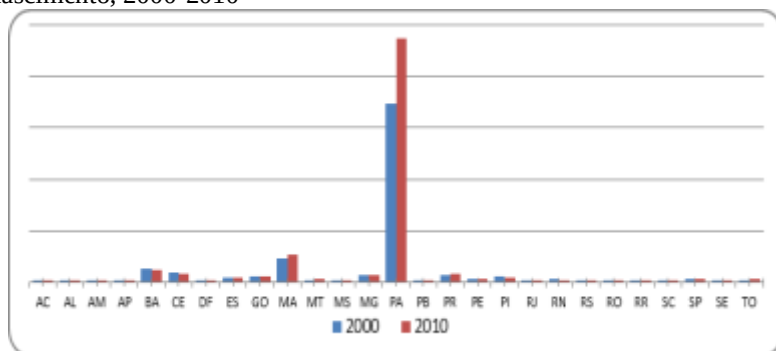
ORIGEM DOS MIGRANTES RESIDENTES NA RI XINGU

Conforme os Censos 2000 e 2010 a população residente da RI Xingu era respectivamente, constituída de 33,83% e 28,11% de imigrantes. Em números absolutos isso equivale, respectivamente a 89.091 e 93.277 habitantes. Entretanto, é importante ressaltar que

enquanto o crescimento da população total foi de 26%, o crescimento de imigrantes foi apenas em 5%.

Na década em foco, a soma do crescimento natural ou vegetativo, acrescido da mobilidade interna da população do estado do Pará foi mais expressiva que a imigração derivada de outros estados brasileiros. Tal condição pode ser observada no Gráfico 3, onde os indivíduos nascidos no Pará passaram de 66,10%, em 2000, para 71,73%, em 2010, da população total que compõe a RI Xingu.

Gráfico 3: RI Xingu: População residente (com o Pará) por lugar de nascimento, 2000-2010



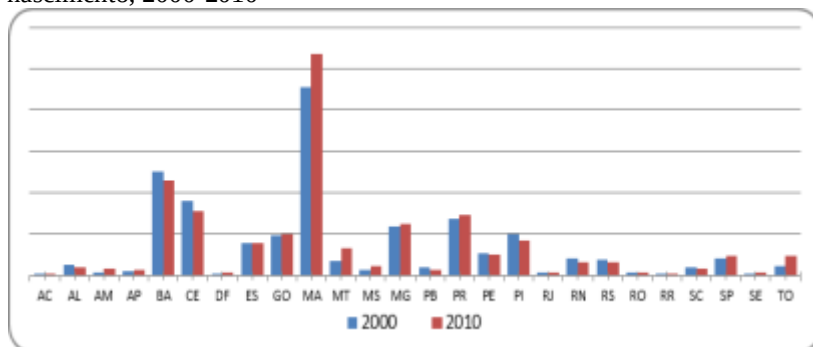
Fonte: IBGE (2000-2010)

Do conjunto dos migrantes para a RI Xingu, cinco estados têm maior destaque em ordem decrescente, são eles: Maranhão, Bahia, Ceará, Paraná e Minas Gerais. O maior grupo, representado pelos maranhenses, em 2010 representavam 26.848 migrantes, ou seja, 28,78%, do total de migrantes para a região.

No mesmo período, o município de Altamira teve um crescimento de 13,5% de imigrantes, passando de 25.334 para

28.763 imigrantes na composição da sua população total. Portanto, seu crescimento não está entre os maiores destaques da RI Xingu (Anapu e Placas), situação que pode indicar que o empreendimento Belo Monte não atrai população apenas para os municípios em que ocorre a sua instalação, ele cria muitas outras expectativas gerando diversificadas formas de mobilidade de força de trabalho.

Gráfico 4: RI Xingu: População residente (sem o Pará) por lugar de nascimento, 2000-2010

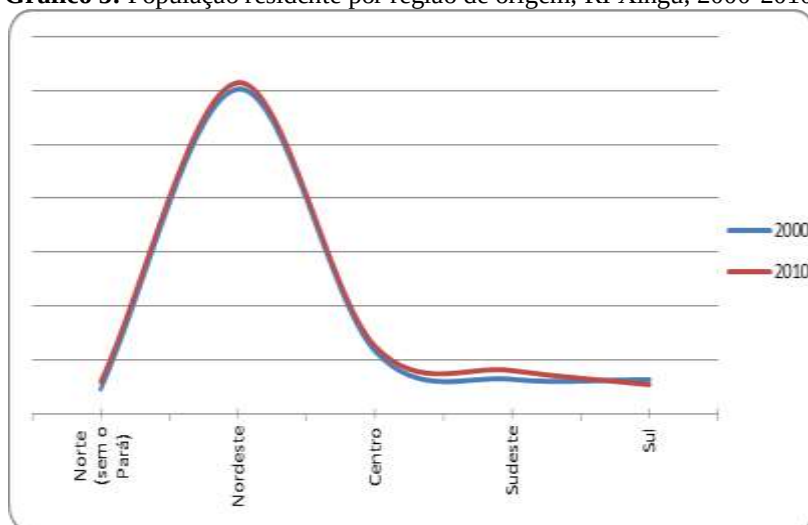


Fonte: IBGE (2000-2010)

Outro aspecto importante, obtido por meio da sistematização e análise dos dados do censo IBGE 2000 e 2010, foi não só a confirmação de que a principal origem dos imigrantes para a RI Xingu é procedente da região Nordeste e a menor é da Norte (sem contar com a migração interna do estado do Pará), seguida pelas regiões Sul e Sudeste. A migração nordestina lidera com 67,69% e 65,93% para os anos de 2000 e 2010, respectivamente. Entretanto, no período em questão, como mostra o Gráfico 5, o crescimento da migração por região foi mínimo para a RI Xingu, embora o período

do Censo (2010) tenha coincidido com o início das instalações da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Nesse mesmo período apenas a migração originária da região Sul apresentou queda de aproximadamente 15%. Vale lembrar que nesse mesmo período muitos migrantes da região Sul se dirigiram para os municípios de Santarém e Belterra em busca de terras e logística que permitissem o cultivo de soja.

Gráfico 5: População residente por região de origem, RI Xingu, 2000-2010



Fonte: IBGE (2000-2010)

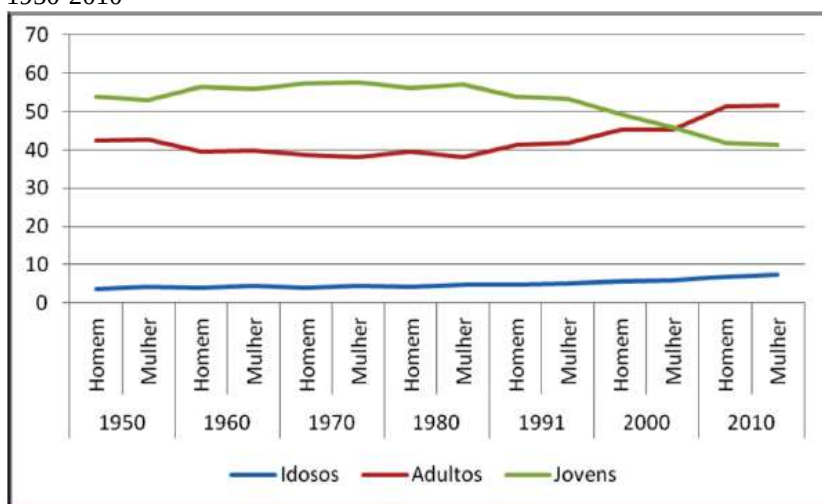
Evolução e distribuição da população por faixa etária e sexo da RI Xingu, 2000-2010

Considerando como base a sistematização de dados relativos à faixa de idade e sexo realizada pelo Projeto Série do IDESP, observou-se que nas últimas décadas a população paraense passou

gradativamente por um amadurecimento, de tal maneira que, em 1950, o percentual de idosos homens era de 3,69 e de mulheres 4,34, mantendo-se estável até a década de 1980. Porém a partir da década de 1990 o crescimento se tornou mais expressivo, chegando, em 2010, a 6,84% de idosos masculinos e 7,29% femininos.

Por outro lado, a população paraense de jovens e adultos, da década de 1950 a de 1990 se manteve, respectivamente, acima de 50% e por volta de 40%. Situação que tem rápida mudança a partir dos dados do censo 2000, provocando a inversão dos percentuais da população jovem e adulta que, em 2010, ficou em 41,75% de jovens homens e 41,12% mulheres, ao passo que os adultos passaram a ter a maior participação no total da população do Estado, ou seja, 51,41% homens e 51,59% mulheres (Gráfico).

Gráfico 6: Composição por sexo e idade da população residente no Pará, 1950-2010



Fonte: IBGE (1950-2010)

De modo geral, é possível afirmar que o comportamento da população paraense nas últimas décadas seguiu a trajetória da população brasileira, ou seja, de acordo com o IBGE, o Censo de 1991 apontou que o grupo de crianças de zero a quatro anos representava 5,7% homens e 5,5% mulheres. Porém, o Censo 2000 caiu para 4,9% e 4,7% e, em 2010, registrou 3,7% e 3,6%, respectivamente. Ao mesmo tempo, a população de 65 anos ou mais saiu de 4,8% em 1991, 5,9%, em 2000, e 7,4, em 2010.

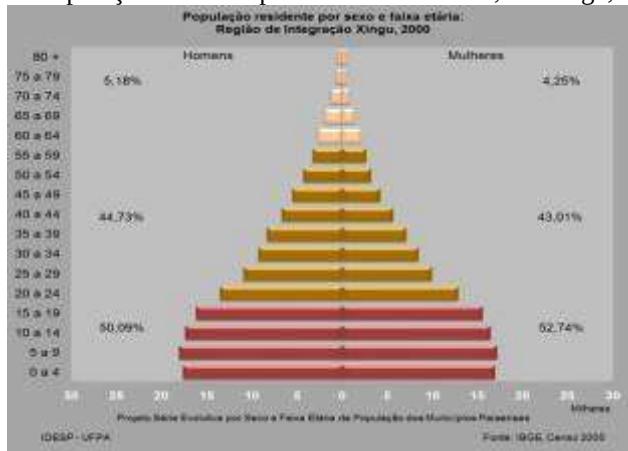
Comparando-se os dados da pirâmide de idade e sexo da RI Xingu, tanto a equivalente ao Censo 2000 como a de 2010, com as pirâmides do estado do Pará e do Brasil, observa-se praticamente a mesma tendência, ou seja, o avanço dos percentuais relativos à população adulta e idosa, ao mesmo tempo em que ocorre a diminuição da população jovem, exigindo cada vez mais preocupações e planejamentos relativos à previdência social.

Por outro lado, embora a RI Xingu, em 2010, apresente pirâmide etária com maior destaque para adultos e idosos, superior a 50% da população total, a população jovem ainda é muito expressiva, demandando serviços de investimentos em longo prazo como a educação e preparação para o futuro mercado de trabalho. Essa é uma condição comum às sociedades que apresentam má distribuição de renda, baixo nível educacional e reduzido acesso aos serviços e infraestrutura social.

Assim sendo, a atual pirâmide etária da RI Xingu reflete de maneira geral um baixo nível de desenvolvimento social, denunciando a necessidade de investimentos urgentes, condição que, pelos dados utilizados (2000 e 2010), antecede as mazelas sociais

derivadas da implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte que, caso não se efetive uma política firme de investimento e compensação para a sociedade local, tenderá a se agravar ainda mais os problemas sociais pré-existentes, inclusive com aqueles decorrentes da forma de ocupação desordenada, estimulada pelo governo federal a partir do início da década de 1970, com a construção da Transamazônica e dos projetos de colonização.

Gráfico 7: População residente por sexo e faixa etária, RI Xingu, 2000

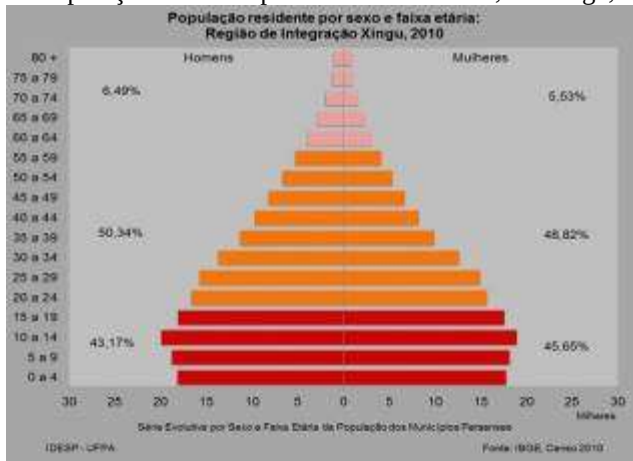


Fonte: IBGE (2000)

Em 2000, a distribuição por sexo e faixa etária da população residente da RI Xingu era constituída de 52,51% da população masculina e 47,49% da feminina. Em 2010 a distribuição foi registrada em 52,35% e 47,65%, respectivamente. Portanto, a situação permaneceu praticamente inalterada entre sexos. Porém, é significativa a mudança quando se observa os percentuais nas faixas de idades entre os censos 2000 e 2010, mostrando que a população

em dez anos passou por acentuado processo de amadurecimento. Assim, a população jovem, de zero a 19 anos, que em 2000 era 50,09% constituída de homens e 52,74% de mulheres; em 2010, caiu para 43,17% e 45,65%; os adultos, de 20 a 59 anos 44,73% homens e 43,01% mulheres subiu para 50,34% e 48,82% e, finalmente os idosos, de 60 ou mais anos também subiu de 5,18% homens e 4,25% mulheres para 6,49% e 5,53%. Essas informações podem ser visualizadas nas pirâmides etárias apresentadas nos Gráficos 7 e 8.

Gráfico 8: População residente por sexo e faixa etária, RI Xingu, 2010



Fonte: IBGE (2010)

Outro aspecto importante decorre do fato de que, embora a população idosa tenha crescido, a sua participação ainda é muito pequena na população absoluta. Dessa maneira, verifica-se que na área em foco ocorre uma baixa expectativa de vida, reproduzindo o perfil das pirâmides de sociedades com baixo nível de desenvolvimento social.

Por outro lado, o uso de métodos inadequados do ponto de vista da higiene, como aqueles que derivam da criação de animais localizados às proximidades das áreas de captação de água para consumo doméstico, principalmente, nas zonas rurais, a falta de acompanhamento pré-natal e informações médicas adequadas, ainda, são responsáveis por provocar óbito na RI Xingu.

Resultados da estimação da população residente nos municípios da RI Xingu para o período de 2011 a 2030

- **Cenário 1**

Mantidas as condições dos parâmetros conforme as características do modelo AiBi, os resultados mostram que a população da RI do Xingu chegaria, em 2030, com 416 mil habitantes contra 331,7 mil registrados em 2010, de acordo com o censo demográfico. A população estimada, em 2030, para o município de Altamira deverá ser de 125,6 mil habitantes com uma participação de 30,0% no total da população da RI Xingu, conforme os dados da Tabela 1.

- **Cenário 2**

Segundo os resultados da estimativa apresentada na Tabela 2 a RI do Xingu, em 2016, contará com um contingente populacional de 406,7 mil habitantes, cerca de 4,88% da população do estado que contará com 8,3 milhões de pessoas e o município de Altamira chegará ao total de 148,4 mil pessoas, em torno de 36,50% da população da RI.

Tabela 1 – Estimativa da população residente nos municípios da RI Xingu 2010-2030

Ano estim.	Altamira	Anapu	Medicilândia	Pacajá	Placas	Porto de M	Vitória do	Brasil Novo	Senador Jo	Uruará
2010	99080	20540	27330	39980	23930	33960	13430	15690	13050	44790
2011	103.387	22.763	28.514	42.190	26.035	36.031	13.887	15.390	12.512	44.707
2012	105.033	23.609	28.966	43.033	26.836	36.823	14.061	15.276	12.308	44.676
2013	106.599	24.415	29.397	43.836	27.599	37.576	14.227	15.167	12.114	44.646
2014	108.095	25.186	29.808	44.603	28.328	38.296	14.385	15.063	11.929	44.617
2015	109.529	25.924	30.202	45.338	29.027	38.986	14.537	14.964	11.752	44.590
2016	110.910	26.634	30.582	46.046	29.699	39.651	14.683	14.868	11.581	44.564
2017	112.243	27.321	30.949	46.729	30.349	40.292	14.824	14.775	11.416	44.538
2018	113.533	27.985	31.303	47.391	30.977	40.913	14.961	14.686	11.257	44.514
2019	114.783	28.628	31.647	48.031	31.586	41.514	15.093	14.599	11.102	44.490
2020	115.994	29.251	31.980	48.652	32.176	42.097	15.221	14.515	10.952	44.467
2021	117.168	29.855	32.303	49.254	32.748	42.662	15.345	14.433	10.807	44.444
2022	118.303	30.440	32.615	49.836	33.301	43.208	15.465	14.354	10.667	44.423
2023	119.399	31.004	32.916	50.397	33.835	43.736	15.581	14.278	10.531	44.402
2024	120.450	31.545	33.205	50.936	34.347	44.241	15.692	14.205	10.401	44.382
2025	121.452	32.060	33.481	51.450	34.835	44.724	15.798	14.136	10.277	44.363
2026	122.400	32.548	33.741	51.936	35.297	45.180	15.899	14.070	10.160	44.345
2027	123.289	33.006	33.986	52.391	35.730	45.607	15.993	14.008	10.050	44.328
2028	124.114	33.431	34.213	52.815	36.132	46.005	16.080	13.951	9.948	44.312
2029	124.873	33.821	34.421	53.203	36.501	46.370	16.160	13.898	9.854	44.298
2030	125.561	34.175	34.611	53.556	36.837	46.701	16.233	13.850	9.769	44.285

Fonte: Elaboração do IDESP a partir de dados do IBGE

Tabela 2 – Estimativa da população residente nos municípios da RI Xingu 2010-2030

Ano estimativa	Altamira	Anapu	Medicilândia	Pacajá	Placas	Porto de Moz	Vitória do Xingu	Brasil Novo	Senador José Porfírio	Uruará
2010	99.080	20.540	27.330	39.980	23.930	33.960	13.430	15.690	13.050	44.790
2011	105.843	22.763	28.514	42.190	26.035	36.031	13.887	15.390	12.512	44.707
2012	114.510	23.609	28.966	43.033	26.836	36.823	14.061	15.276	12.308	44.676
2013	123.097	24.415	29.397	43.836	27.599	37.576	14.227	15.167	12.114	44.646
2014	131.614	25.186	29.808	44.603	28.328	38.296	14.385	15.063	11.929	44.617
2015	140.069	25.924	30.202	45.338	29.027	38.986	14.537	14.964	11.752	44.590
2016	148.471	26.634	30.582	46.046	29.699	39.651	14.683	14.868	11.581	44.564
2017	146.048	27.321	30.949	46.729	30.349	40.292	14.824	14.775	11.416	44.538
2018	143.958	27.985	31.303	47.391	30.977	40.913	14.961	14.686	11.257	44.514
2019	142.165	28.628	31.647	48.031	31.586	41.514	15.093	14.599	11.102	44.490
2020	140.637	29.251	31.980	48.652	32.176	42.097	15.221	14.515	10.952	44.467
2021	139.347	29.855	32.303	49.254	32.748	42.662	15.345	14.433	10.807	44.444
2022	138.708	30.440	32.615	49.836	33.301	43.208	15.465	14.354	10.667	44.423
2023	138.171	31.004	32.916	50.397	33.835	43.736	15.581	14.278	10.531	44.402
2024	137.721	31.545	33.205	50.936	34.347	44.241	15.692	14.205	10.401	44.382
2025	137.341	32.060	33.481	51.450	34.835	44.724	15.798	14.136	10.277	44.363
2026	137.018	32.548	33.741	51.936	35.297	45.180	15.899	14.070	10.160	44.345
2027	136.738	33.006	33.986	52.391	35.730	45.607	15.993	14.008	10.050	44.328
2028	136.487	33.431	34.213	52.815	36.132	46.005	16.080	13.951	9.948	44.312
2029	136.256	33.821	34.421	53.203	36.501	46.370	16.160	13.898	9.854	44.298
2030	136.033	34.175	34.611	53.556	36.837	46.701	16.233	13.850	9.769	44.285

Fonte: IBGE (2010); Elaboração e cálculos: IDESP (2013)

Em comparação ao cenário 1 cuja população estimada para 2016 ficará em 369,2 mil habitantes, haverá neste ano, um acréscimo de 37,5 mil pessoas residindo na RI do Xingu e, em relação ao município de Altamira esse *plus* será de 36,2 mil pessoas, ou seja, quase a totalidade do incremento populacional deverá habitar o território desse município, conforme as premissas do estudo.

A partir de 2017 é esperada uma desaceleração no ritmo de crescimento da população que deverá refletir, a partir de 2025, o fluxo vegetativo da região, em especial do município de Altamira, porém mantendo-se o nível populacional acima do verificado no censo de 2010.

Vale ressaltar que a estimativa realizada poderá não refletir a realidade futura e o distanciamento dos valores reais dependerá do sucesso das políticas implementadas na RI Xingu, com destaque para o Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável da Região de Integração do Xingu (PDRS), dos programas e projetos associados.

Gráfico 9 – Trajetória da população residente no município de Altamira, 2010-2030



Fonte: IBGE (2010); Elaboração e cálculos: IDESP (2013)

Os números estimados para população contribuem para a elaboração, a implementação e a efetivação das ações governamentais integradas e expostas no PDRS do Xingu de maneira a construir as bases do desenvolvimento sustentável em suas dimensões econômica, social, ambiental, institucional e cultural.

O contingente populacional estimado para as próximas duas décadas, mantidas as características dos componentes populacionais – natalidade, mortalidade, migração e emigração, e das estruturas etária, de localização e de gênero, indica que a RI Xingu deverá ser dotada de infraestrutura física urbana e rural capaz de atender as demandas dessa população no que se refere a quantidade de escolas, postos de saúde, delegacias, transporte coletivo urbano e rural, equipamentos culturais, entre outros itens necessários ao bem-estar da população, daí a importância do presente estudo para o planejamento regional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção do conhecimento sobre a realidade amazônica, em todas as suas especificidades, requer a produção da informação elaborada de maneira sistemática, ancorada nos pressupostos da produção científica e nos princípios da ética e da moral, para que os seus resultados reflitam fielmente os fatos registrados nos territórios em que eles acontecem.

As informações aqui apresentadas resultaram, inicialmente, da sistematização dos dados demográficos disponíveis nas duas

principais fontes de dados primários e secundários, quais sejam: o IBGE e o IDESP. E da aplicação de técnicas demográficas de projeção da população para pequenas áreas considerando os efeitos exógenos provocados pelo processo de tecnificação de algumas áreas da região amazônica, como é o caso da RI Xingu que, por conta de seu potencial hidrográfico e condição geopolítica, foi escolhida para receber a Hidrelétrica de Belo Monte (HBM).

Diante dos resultados foi possível perceber que a dinâmica demográfica observada na RI foi alterada a partir de meados da primeira década de 2000, em decorrência das especulações de construção da HBM o que motivou a mobilidade de pessoas de outros municípios do Pará e de estados vizinhos, com destaque para o Maranhão, cujo deslocamento se deu por conta das oportunidades de emprego na construção da hidrelétrica demandante de elevado contingente de trabalhadores na fase inicial de construção civil.

Vale ressaltar que esses imigrantes trouxeram consigo pelo menos uma pessoa que em alguns casos foram as esposas, ou elas e seus filhos, ou amigos e parentes. Esse processo de mobilidade, conforme registros do Consórcio Construtor e dos gestores municipais provocou a elevação da demanda por serviços na região e a redução da qualidade dos serviços prestados no que tange a oferta da educação, saúde, transporte, segurança, habitação, entre outros tantos problemas.

O deslocamento da população rural para o meio urbano foi observado no Norte e que também é fato em todas as regiões

brasileiras. No entanto, a redução da mão-de-obra rural compromete a produção de culturas importantes para o controle da segurança alimentar no município e que impõe aos moradores locais o consumo de produtos alimentícios básicos procedentes das regiões Nordeste e do Centro-Oeste do Brasil e que adquiridos a preços elevados que refletem as falhas existentes no mercado local.

As projeções mostram que em 2016 deverá ocorrer o pico do incremento populacional, coincidindo com o fim da etapa de construção civil e início de uma etapa que requer mão-de-obra com maior qualificação cuja demanda deve ser suprida por trabalhadores da região Sudeste do país.

A implementação das diretrizes formuladas no PDRS Xingu poderá contribuir para formação de uma economia local sustentável estabelecida na exploração adequada dos recursos existentes na região. No entanto, o Estado, no seu dever de promover o desenvolvimento, dar segurança e educação básica em seu território, deverá estabelecer ações para garantir as necessidades básicas da população da região que chegará a quase meio milhão de pessoas em 2030.

REFERÊNCIAS

- BECKER, B. *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- _____. A Amazônia e a política ambiental brasileira. In: SANTOS, M. et al. *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 22-40. (Col. Espaço, Território e Paisagem)

_____. *Fronteira Amazônica: questões de gestão do território*. UNS-URRS, 1992.

_____. *Amazônia*. São Paulo: Ática, 1990.

CORREIA, R. *Região e organização espacial*. São Paulo: Ática, 1990.

GARCIA, A. *Terra de trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

IBGE. *Censo 2010*. Rio de Janeiro, 2010.

IBGE. *Censo 2000*. Rio de Janeiro, 2000.

IBGE. *Censo 1991*. Rio de Janeiro, 1991.

IBGE. *Censo 1980*. Rio de Janeiro, 1980.

IBGE. *Censo 1970*. Rio de Janeiro, 1970.

MARTINS, J. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. São Paulo: Hucitec, 1991.

MELLO, A. O tamanho do Pará. *Revista de Estudos Paraenses*, Belém, v. 1, n. 2, p. 9-10, 2008.

PARÁ. Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará. *Estatística municipal: Juruti*. Belém: IDESP, 2011.

_____. Decreto Estadual nº 1.066, de 19 de junho de 2008. Dispõe sobre a regionalização do Estado do Pará e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado do Pará*, Belém, 19.06.2008.

SANTOS, M. *Metamorfose do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, R. O. *Projeções populacionais para pequenas áreas a partir de cenários econômicos: aplicação de ratio methods para a região do Alto Paraopeba-MG, 2010-2025*. 2010. 104f. Dissertação (Mestrado em Demografia) – CEDEPLAR/Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

SANTOS, R. *História econômica da Amazônia (1800/1920)*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

VELHO, O. *Capitalismo autoritário e campesinato*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1979.

WALDVOGEL, B. *Técnicas de projeção populacional para o planejamento regional*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1998. 162p. (Estudos CEDEPLAR, n. 1)

IMPORTÂNCIA E IMPLICAÇÕES DA MINERAÇÃO EM PEQUENA ESCALA (MPE) NO ESTADO DO PARÁ: O CASO DO MUNICÍPIO DE CAPITÃO POÇO

Danusa di Paula Nascimento da ROCHA¹

João Márcio PALHETA DA SILVA²

INTRODUÇÃO

O presente trabalho faz parte de uma pesquisa que visa analisar a importância e as implicações das atividades de mineração em pequena escala (MPE) no município de Capitão Poço (PA) (valorização dos recursos minerais de uso imediato na construção civil), Nordeste Paraense. Nossa motivação origina-se da constatação mercadológica de que os recursos minerais estão diretamente relacionados aos processos de grande funcionalidade social, do crescimento da produção mercantil, de desenvolvimento local, entropias e de produção territorial. Contudo, no estado do Pará, o setor de atividades de mineração em pequena escala vivencia um afrouxamento fiscal dos gestores públicos para as mineradoras desse porte. Neste contexto, esta pesquisa constitui uma proposta de análise sobre as territorialidades (práticas e elementos da construção e controle de territórios) que envolvem relações sociais, econômicas

¹ Técnica em mineração, geógrafa, mestre em Geografia (PPGEO/UFPA). Geógrafa no projeto Zoneamento Econômico e Ambiental nas ilhas do entorno da cidade de Belém em escala local – dimensão socioeconômica e de uso do solo (BNDES; Fundo Amazônia; FADESP). Docente das Faculdades Integradas Ipiranga. E-mail: danusa_paula@yahoo.com.br

² Doutor em Geografia – Professor Associado II/Universidade Federal do Pará. Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Pará. Líder do Grupo Acadêmico Produção do Território e Meio Ambiente na Amazônia (GAPTA/CNPq). E-mail: jmpalheta@ufpa.br

e ambientais associadas à valorização dos agregados minerais seixo e areia no município de Capitão Poço.

Dessa forma, justifica-se esta análise no sentido de ser uma contribuição geográfica, logo, social, para a identificação e julgamento das territorialidades da MPE no Pará, assim como, da gestão dos recursos minerais que possa ser útil de duas maneiras. Primeiro, aos governos municipais, que têm de arcar com o ônus das dinâmicas não previstas ou que escapam à responsabilidade das pequenas empresas mineradoras, das cooperativas ou de atores individuais. E, segundo, aos ambientes e às comunidades diretamente afetadas por esta atividade sobretudo em Capitão Poço (PA), uma vez que as necessidades básicas do ser humano - alimentação, moradia e vestuário - são atendidas essencialmente por estes recursos.

DO TERRITÓRIO ÀS TERRITORIALIDADES

A matéria-prima que a natureza produz, quando valorizada e modelada espacialmente a fim de atender a um objetivo social, dá origem a uma construção conceitual geográfica, o território, nele se relacionam sociedade e espaço cuja dominação se condiciona a um poder soberano, o qual demarca suas fronteiras no objetivo de se individualizar. No entanto, esta informação está condicionada ao aproveitamento e à valorização das potencialidades naturais contidas no território ou em recortes territoriais, logo, a formação destes recortes vem conceber a *territorialidade*, ou uma autossegregação espacial com valores individuais. Assim, a territorialidade resultaria

de uma construção social a partir da valorização do território, que por sua vez, exige níveis de controle jurídico-administrativos (SACK, 1986).

Neste contexto, entendemos que a territorialidade adquire um valor bem característico, pois, reflete a multidimensionalidade do “vivido” determinada pelos atores sociais, sendo caracterizada por relações e influências sociais no exercício de uma expressão de poder, integrando a materialidade e as representações sociais construídas historicamente a fim de controlar o uso social do espaço. Desta maneira, podemos então afirmar que a territorialidade é um tipo de organização social que deve ser entendida a partir das relações sociais e históricas que existe enquanto uma estratégia de influenciar ou controlar pessoas, áreas ou recursos naturais, caso bastante evidenciado no território paraense, assim como no recorte analítico desta pesquisa, o município de Capitão Poço.

OS BENS MINERAIS NO PARÁ E OS (DES) INTERESSES (ADOS)

A importância do setor de agregados minerais³ para a sociedade é destacada por estar diretamente ligado à qualidade de vida das pessoas tais como: para a construção de moradias, saneamento básico, pavimentação e construção de rodovias, vias públicas,

³ O termo “agregados para a construção civil” é empregado no Brasil para identificar um segmento do setor mineral que produz matéria-prima mineral bruta ou beneficiada de emprego imediato na indústria da construção civil. São basicamente a areia e a rocha britada. O termo “emprego imediato na construção civil” – que consta da legislação mineral para definir uma classe de substâncias minerais – não é muito exato, já que nem sempre são usadas dessa forma. Muitas vezes entram em misturas – tais como o concreto e a argamassa – antes de serem empregadas na construção civil (DNPM (1999; 2000; 2011).

ferrovias, hidrovias, portos, aeroportos, pontes etc. Deste modo, são as substâncias minerais mais valorizadas pelo setor econômico mineral e consideravelmente consumidas pelos centros urbanos e, portanto, as mais significativas em termos de quantidades produzidas.

No estado do Pará, a região nordeste se destaca na produção de agregados minerais e, o município de Capitão Poço é um dos que mais produzem as substâncias seixo e areia, sendo estas abundantes de natureza e de baixo valor unitário. No entanto, seu alto consumo estabelece um importante indicador do perfil socioeconômico municipal.

A organização do território menciona, fundamentalmente, a gestão da interação entre homem/espço natural. E, consiste no planejamento e compartimentação das ocupações, na energia do aproveitamento das infraestruturas existentes e no uso responsável dos recursos naturais. No caso particular da organização do território que compreende o Nordeste Paraense, este é composto por um total de 49 municípios (IBGE, 2010) e cinco microrregiões (Bragantina, Cametá, Guamá, Salgado e Tomé-Açu). A microrregião do Guamá apresenta como destaque os agregados minerais, sendo estes, em função da geologia local, bastante encontrados no município de Capitão Poço, alvo de vários atores econômicos com o objetivo de produzir e comercializar estes bens minerais principalmente para o mercado da construção civil.

O MUNICÍPIO DE CAPITÃO POÇO E AS ESTRATÉGIAS DE CONTROLE DAS EMPRESAS

O município de Capitão Poço é constituído, principalmente, por pequenas e médias empresas de mineração, contando com parcela significativa de atividades informais, o que acarreta profundos impactos socioeconômicos e ambientais.

As territorialidades das empresas que atuam no município entendemos ser uma estratégia espacial para influenciar ou controlar os recursos e as pessoas em benefício dos seus interesses, logo, estimulando um determinado comportamento espacial que por sua vez ocasiona mudanças nas relações com o espaço, com o meio ambiente e com a sociedade.

O Quadro 1 ilustra um cenário voltado para os interesses dos principais agregados minerais em Capitão Poço, assim como as substâncias requeridas para prospecção, o uso e o tempo que as mesmas estão territorializadas no município.

Observando o Quadro 1, notamos que existem várias substâncias minerais, requeridas por pequenas empresas de mineração, que não estão inseridas na geologia local do município como ouro, prata e diamante (encontradas em grandes profundidades), porém, no objetivo de driblar o protocolo mineiro estas empresas alegam ao final do processo mineiro - *em fase de autorização de pesquisa* - que a substância requerida não foi encontrada, contudo, havendo o aproveitamento econômico de agregados minerais para a construção civil como seixo, areia entre outras ocorrências encontradas em menor profundidade.

Quadro 1 - Principais substâncias minerais requeridas ao DNPM, Capitão Poço (PA)

Empresa	Substância	Uso	Início	Fase
1	Quartzo	Industrial	2010	Req. de pesquisa
2	Diamante	Industrial	2012	Req. de pesquisa
3	Areia, quartzo	Industrial	2011	Licenciamento
4	Bauxita	Industrial	2009	Req. de pesquisa
5	Nióbio, prata	Não informado	1984	Aut. de pesquisa
6	Minério de silício	Industrial	2005	Autorização de pesquisa
7	Areia	Construção civil	2009	Requerimento de lavra
8	Gnaisse	Brita	2011	Autorização de pesquisa
9	Sienito	Industrial	2007	Autorização de pesquisa
10	Nefelina	Não informado	1978	Concessão de lavra
11	Quartzo	Industrial	2012	Req.de pesquisa
12	Areia	Construção civil	2012	Req.de licenciamento
13	Granito	Não informado	1983	Licenciamento
14	Areia, quartzo	Industrial	2007	Autorização de pesquisa
15	Bauxita	Industrial	1972	Autorização de pesquisa
16	Minério de ouro	Não informado	1996	Req.de pesquisa
17	Diamante	Industrial	2008	Autorização de pesquisa
18	Areia	Construção civil	2008	Req.de licenciamento
19	Granito	Revestimento	2009	Autorização de pesquisa
20	Argila	Industrial	2012	Requerimento de pesquisa
21	Minério de ouro	Industrial	2011	Requerimento de pesquisa
22	Granito	Industrial	2008	Requerimento de pesquisa
23	Granito	Revestimento	2010	Requerimento de pesquisa
24	Ouro	Não informado	1993	Req.de lavra garimpeira
25	Ouro	Industrial	2003	Disponibilidade
26	Granito	Revestimento	2012	Requerimento de pesquisa

Fonte: Elaborado pelos autores (2013) com base em DNPM (2012)

O VALOR DO MINÉRIO: PARA QUEM FICA?

Estas substâncias possuem aspectos legais, taxas e percentagens diferenciadas (Quadro 2), pois as alíquotas aplicadas sobre o faturamento líquido para a obtenção do valor da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), variam de acordo com a substância mineral. Assim, esta realidade trará impactos negativos, como por exemplo, nas percentagens aplicadas sobre o cálculo das substâncias. Deste modo, o valor repassado pelas empresas será menor, assim como os recursos que serão distribuídos entre União, estado e município.

Embora esta seja uma prática contrária aos benefícios sociais, a mesma encontra respaldo no artigo 17, da Lei 7.805, de 18 de julho de 1989, logo, permitindo uma “abertura” favorável aos interesses dos atores econômicos atuantes nesta prática e contrária ao bem comum social.

Quadro 2 - Alíquotas aplicadas para o cálculo da CFEM

Alíquota	Substâncias
3%	Minério de alumínio, manganês, sal-gema e potássio
2%	Ferro, fertilizante, carvão e demais substâncias
0,2%	Pedras preciosas, pedras coradas lapidáveis, carbonatos e metais nobres
1%	Ouro

Fonte: DNPM (2012)

Como pode ser notado, no caso das pequenas empresas de mineração que atuam no município de Capitão Poço extraíndo e comercializando seixo e areia, porém, com processos mineiros requerendo outras substâncias, estas repassam aos cofres públicos

valores inferiores no pagamento de suas taxas. Assim, este cenário rotineiro vem revelar uma força externa que trabalha em função de uma regulação que possui a sua própria ordem espacial, ou seja, a territorialidade do mercado vem se sobrepor aos interesses da população local. E, esta realidade pode ser ratificada por meio do Relato Gerencial do município de Capitão Poço, realizado pela Controladoria Geral da União do Estado do Pará no ano de 2004 (ver Relatório de Fiscalização nº 128 - Município de Capitão Poço-PA).

De acordo com este documento, publicado pela Presidência da República (2004), notamos que existem problemas referentes ao recolhimento da CFEM⁴, de assistência técnica e de fiscalização do DNPM, logo, estas questões implicam em um desfavorecimento social, econômico e ambiental à comunidade local. Dessa forma, podemos mensurar o grau de importância sobre a regulação das pequenas empresas de mineração, assim como o benefício que as mesmas podem proporcionar se trabalhando em concordância com o desenvolvimento social.

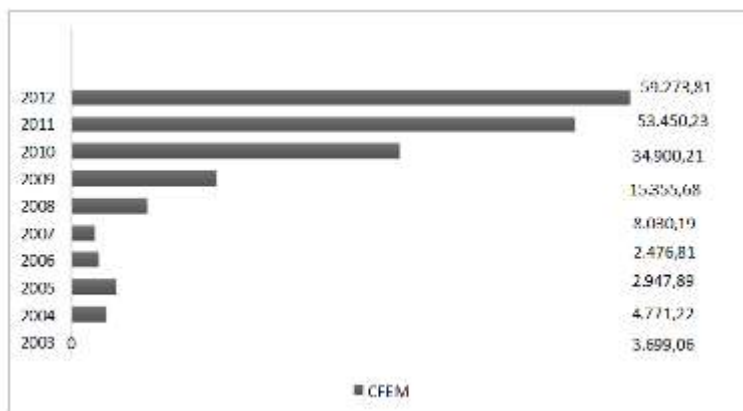
A Diretoria de Procedimentos Arrecadatários (DIPAR)/DNPM, em sua página na internet diariamente, disponibiliza ao público, a arrecadação dos valores da CFEM por estado e município. E, para o município referido apresentamos o gráfico de arrecadação da CFEM nos últimos dez anos.

O Gráfico 1 mostra um crescimento de 32% em arrecadações de bens minerais explorados no município no período de 2004 a 2012

⁴ 2% para a União (DNPM, IBAMA e MCT); 23% para o estado onde for extraída a substância mineral; 65% para o município produtor.

somando um total de R\$ 184.905,10, porém, não se tem conhecimento público de quais benefícios sociais foram realizados com o recolhimento da CFEM neste período.

Gráfico 1: Arrecadação CFEM - Município de Capitão Poço (PA), 2003 a 2012



Fonte: Elaborada pela autora com base em DIPAR/DNPM (2013)

Na oportunidade de uma entrevista realizada - em companhia do Superintendente do DNPM - na sede da prefeitura, o secretário de planejamento informou que nunca recebeu nenhum recurso referente à atividade de Mineração e que ainda desconhece a existência da atividade de Mineração em Pequena Escala (MPE), assim como a CFEM para o município. Nesta oportunidade foi apresentado o material cartográfico desta pesquisa, assim como, gráficos, quadros e tabelas referentes à atividade de MPE na área de estudo.

A resposta do secretário foi que iria repassar as informações para a prefeita em exercício, assim como para a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (criada no ano de 2012 e em exercício no ano

seguinte). O superintendente do DNPM, na ocasião, informou ao secretário que a prefeitura não poderia alegar o desconhecimento sobre os recursos arrecadados com a CFEM, haja vista que os mesmos estão disponíveis ao acesso do público no endereço eletrônico do Departamento e os mesmos foram repassados para prefeitura. E, caso a gestão municipal esteja agindo em conivência com os mineradores locais, esta deverá responder por crime ambiental previsto no artigo 60, da Lei de Crimes Ambientais (9.605/98), a qual dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências (BRASIL, 1988).

O superintendente finalizou informando que em breve enviará uma equipe para fiscalizar as atividades de mineração no município.

APROPRIAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DAS SUBSTÂNCIAS MINERAIS NO MUNICÍPIO DE CAPITÃO POÇO (PA)

Para o processo de extração de seixo e areia, em evidência no município, é empregado o método de lavra a céu aberto o qual promove grande degradação ambiental, pois, os depósitos sedimentares se localizam nas proximidades da superfície, e são cobertos por camadas de solo de pequena espessura.

A Fotografia 1 ilustra a extração de seixo no município, assim como o seu processo de beneficiamento até a comercialização do produto.

Fotografia 1: Depósito e beneficiamento do seixo, município de Capitão Poço (PA)



Fonte: Trabalho de campo, em parceria com o DNPM (2012)

O procedimento mineral referente à valorização do seixo é ilustrado na Fotografia 1, a qual inicia com o processo de extração do

bem mineral (1) passando por uma peneiração (2) para a lavagem e classificação (3) e em seguida é realizada a (4) estocagem para a posterior (5) comercialização. E, a (6) areia resultante da peneiração é armazenada na própria mina, a qual também será destinada principalmente para o consumo, entre os compradores estão algumas concreteiras sediadas em Belém.

Os seixos encontrados e comercializados no município apresentam de um modo geral uma boa resistência mecânica, logo, possuindo propriedades adequadas para as obras de engenharia. Deste modo, a produção e o beneficiamento de seixo são principalmente destinados à indústria da construção civil, obedecendo a um procedimento iniciado com a supressão vegetal, seguindo com a extração e/ou desmonte do depósito mineral - normalmente por meio de retroescavadeiras - alcançando profundidades de 4 a 15 metros.

Contudo, esta atividade ocasiona diversas alterações na espacialização do município por meio da oferta de emprego, de modificações na paisagem com a atração de serviços comerciais que têm o objetivo de atender necessidades dos trabalhadores, como alimentação, transporte, lazer, entre outras, geralmente localizadas no entorno da atividade e envolvendo relações diretas com as territorialidades já existentes à chegada das pequenas empresas.

A CLANDESTINIDADE: O MAIOR DESAFIO

No município de Capitão Poço, alguns depósitos minerais de seixo e areia estão sendo explorados para o uso em concreto, pavimentação de rodovias, calçamentos e para uso decorativo,

porém, o índice de clandestinidade dessa atividade é bastante significativo, configurando-se no maior desafio dos gestores públicos, tanto em questões socioeconômicas, devido aos recursos da CFEM que não são arrecadados, quanto às questões ambientais.

Fotografia 2: Placa anunciando a venda de seixo no município de Capitão Poço (PA)



Fonte: Trabalho de campo (2012)

A Fotografia 2 identifica o anúncio do comércio (clandestino) de seixo. A sua valorização se constitui em um setor peculiar da mineração, pois constitui uma forte relação com o espaço urbano. E, por esta razão necessita operar com um dinamismo que caracteriza toda a cadeia da construção civil, sendo o ciclo de produção e entrega para consumo, um dos mais curtos entre todos os bens minerais (SILVA, 2007) daí ser esta uma das razões que conduzem o entendimento da clandestinidade em grande evidência no município.

A comercialização irregular de seixo e areia no município vem se tornando uma vocação econômica alternativa, realidade que gera uma série de preocupações socioambientais. Não obstante, a sua expansão correlacionada com a urbana precisa ser delineada com mais responsabilidade, pois, é notado que há um relativo despreparo quando na consolidação de uma gestão ambiental em que as políticas de planejamento sejam mais atuantes para esta evidência.

Os impactos ambientais causados pela extração mineral são maiores quando ocorrem de forma clandestina, sem qualquer planejamento social ou físico para a área a ser lavrada. As principais entropias iniciam com a alteração da paisagem; na supressão da vegetação, principalmente da mata ciliar; na alteração na calha dos cursos d'água, especialmente no rio Guamá; na instabilidade de margens e taludes; na turbidez da água; e no lançamento de efluentes, poluição de lençol freático, degradação do solo, da vegetação nativa, assim como na qualidade de vida das pessoas que estão localizadas no entorno da atividade. É importante salientar ainda que o município está inserido totalmente no arco do desflorestamento, fato que deve reforçar a atenção sobre os impactos causados neste recorte, pois as alterações no meio físico provenientes, tanto do desmatamento, quanto da mineração, têm afetado exponencialmente o modo de vida das comunidades que por lá se localizam, dessa maneira, desencadeando alguns conflitos.

É perceptível que os impactos ambientais gerados a partir da extração mineral no município são bem expressivos. E a mineração de seixo e areia é uma das mais atuantes no município, pois vem degradando ambientes de suave equilíbrio ecológico, alterando

canais naturais de rios, assim como as feições paisagísticas. Muito embora, a carência de seixo e areia prejudica a indústria da construção civil, logo, ocasionando impactos negativos tanto no mercado consumidor quanto em benefícios sociais como habitação, saneamento básico etc. Dessa forma, é necessário que ocorra, em curtos intervalos, uma fiscalização atuante dos órgãos responsáveis na busca pela otimização deste serviço, para que assim, a sua oferta não se torne mais um entrave socioeconômico.

Neste cenário, é importante salientar que além do planejamento ambiental e da recuperação de áreas degradadas de acordo com o Decreto nº 97.632, de 10 de abril de 1989 (BRASIL, 1989), há também a necessidade das pequenas empresas de mineração que atuam no município introduzirem princípios que incorporem as territorialidades locais, sem anulá-las, mas, com elas se somando. E que o Poder público municipal insira em seu plano de governo metas para a atividade de mineração, haja vista que o Plano Diretor do município não prevê nenhuma medida regulamentadora para o setor, logo, passe a ser mais atuante quando na regulação do seu território, amenizando e controlando os conflitos pelo uso do solo entre as empresas e a sociedade os quais surgem a partir da atividade de MPE.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso do espaço mineiro, assim como o planejamento da atividade de MPE para o município em questão permanece preocupante em questões de responsabilidade socioambiental, fazendo com que este setor atravesse uma fase de caóticas

expectativas tanto ambientais quanto sociais. Porém, a economia do setor está cada vez mais aquecida em função do alto consumo dos minerais de uso imediato para a construção civil, pois a demanda aumentou vertiginosamente em função das melhorias das condições gerais de infraestrutura do espaço urbano.

O segmento da MPE se apresenta como um fator indutor para a economia das microrregiões do Nordeste Paraense, sobretudo, para estrutura e fluxo comercial de seixo e areia na microrregião do Guamá, desempenhando um papel importante no emprego da mão-de-obra em todas as suas fases (pesquisa, lavra e transporte), representando um dos setores privados que mais deverá investir em produção e em extração mineral (IBRAM, 2011).

É importante salientar que diante deste cenário de alto consumo dos bens minerais de uso na construção civil, as pequenas empresas de mineração também devem levar em consideração a mitigação de riscos ambientais, além de apoiar planos mais concretos de investimento junto às territorialidades locais. Esta atitude pode ajudar a facilitar a tomada de decisões com mais informações sobre as iniciativas proporcionando retornos sociais mais consideráveis.

Os impactos causados pela mineração, como o desmatamento, associados à competição pelo uso e ocupação do solo, ocasionam cada vez mais conflitos socioambientais. E, estes ocorrem, entre outros fatores, em função da carência de intervenções públicas que apresentem como meta o reconhecimento dos interesses envolvidos entre as territorialidades existentes. Assim, os impactos ambientais e

os conflitos gerados pela mineração devem o quanto antes receber mais intervenções tanto do poder público quanto das empresas, a fim de interferir positivamente no processo de gerenciamento dos impactos socioambientais, para a busca de soluções que minimizem as situações conflitantes.

REFERÊNCIAS

ARAÃO, N. S. *CFEM*: o maior desafio não é reajustar seu valor, mas ordenar sua gestão, 2011.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 12 abr. 2012.

_____. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 – Crimes e infrações administrativas contra o meio ambiente. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19605.htm>. Acesso em: 12 abr. 2012.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. *Plano Nacional de Mineração 2030* (PNM-2030) Brasília: MME, 2010 1 v.: Il. Anexos.

_____. Ministério do Meio Ambiente. *Causas e dinâmicas do desmatamento na Amazônia*. Brasília, 2010. 436 p.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. *O desafio do planejamento governamental*. Brasília, 2003.

_____. Ministério das Minas e Energia. *Avaliação da carga tributária incidente sobre o setor mineral*. Por Eduardo Vale, Eliezer Brás e Ozires Carvalho (Estudos de Política Mineral, n. 06). Brasília: DNPM, 1992. 204p.

_____. Decreto nº 97.632, de 31 de abril de 1989. Dispõe sobre a regulamentação do artigo 2º, inciso VIII, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, e dá outras providências. *Diário oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília/DF, 31 de abr. 1989. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D97632.htm>. Acesso em: 17 out. 2012.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Resolução CONAMA nº 001/1986. Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para o Relatório de Impacto Ambiental - RIMA. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/index.cfm>>. Acesso em: 14 out. 2011.

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (Orgs). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

COELHO, M. C.; MONTEIRO, M. de A.; LIRA, S. B. Regiões do entorno dos projetos de extração e transformação mineral na Amazônia Oriental. *Novos Cadernos NAEA*, Belém, v. 8, n. 2, p. 73-107, 2005.

DA SILVA, João Marcio Palheta. Território e mineração na Amazônia paraense norte do Brasil. In: ENCUESTRO DE GEOGRAFOS DE AMÉRICA LATINA: Caminando en una America Latina en Transformación, 12. Montevideo, Uruguay, 2009. *Anais...* 2009.

_____. *Análise econômica das pequenas e médias empresas de mineração*. Relatório Final, 2010. Ministério de Minas e Energia. Secretaria de Minas e Metalurgia. Serviço Geológico do Brasil. Brasília, 2010. 124p. Disponível em: <<http://www.natural-resources.org/minerals/latam/docs/pdf/Analise%20Economic%20%20Eduardo%20Vale.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2012.

DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral. *Boletim Informativo da Compensação Financeira*. Brasília: Divisão de Economia Mineral, dez., 2012.

_____. *Cadastro de Controle de Áreas*. Quinto Distrito. PA, Brasil, 2008.

_____. *Sumário Mineral – Índice acumulado*. Brasília: Ed. 2001 a 2012.

_____. *Sumário Mineral*. Agregados para a construção civil. Brasília: Ed. 1999 a 2001.

FIPE; SETRAN-PA. *Análise espacial da mineração no Pará*. São Paulo, mar. 2009.

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. *Avaliação de Impacto Ambiental: agentes*

sociais, procedimentos e ferramentas. Coord. Miriam L. Absy et al. Brasília, 1995.

IBGE. *Geologia*, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.com.br/geologiat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 25 jan. 2012.

_____. *Cidades*, 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.com.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 19 jun. 2011.

IBRAM - Instituto Brasileiro de Mineração. *Informações e análises da economia mineral brasileira*, 6. ed. 2011. Disponível em: <<http://www.ibram.org.br>>. Acesso em: 17 dez. 2012.

IDESP - Instituto do Desenvolvimento Econômico-Social do Pará. *Boletim Estatístico*, Belém, 2010, 2011, 2012.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RÜCKERT, Aldomar Arnaldo. *Reforma do Estado e tendências de reestruturação territorial*. Cenários contemporâneos no Rio Grande do Sul. 2001. 662f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

SACK, R. D. *Human territoriality: its theory and history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SILVA, J. P. S. Impactos Ambientais Causados por Mineração. *Revista Espaço da Sophia*, ed. 8, nov. 2007, ano 1. Brasília: UnB, 2007.

REDES TÉCNICAS E ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO PARAENSE: TELEFONIA CELULAR E DESIGUALDADES TERRITORIAIS

José Queiroz de MIRANDA NETO¹

INTRODUÇÃO

Antes da década de 1970, o estado do Pará era servido por algumas redes locais de telefonia que pouco influíam sobre o comportamento geral da sociedade e sobre as lógicas de acumulação de riquezas. Tratava-se de um privilégio de poucos agentes econômicos, em lugares restritos do território. A mudança definitiva na configuração das redes técnicas e institucionais se processou no território paraense a partir da mobilização dos agentes políticos e econômicos sob o princípio da integração nacional. Tais agentes começaram a produzir uma difusão de redes modernas na Amazônia, segundo o viés do modelo estatal, modernizador e desenvolvimentista que, por meio do monopólio, conduzia as estratégias quanto à ampliação dos serviços de telecomunicações em todo território nacional.

Na década de 1990, porém, a concessão dos serviços de telecomunicações e sua posterior regulação produziram uma

¹ Bacharel e licenciado em Geografia pela Universidade Federal do Pará, mestre em Geografia pelo Programa de Pós Graduação em Geografia (PPGEO/UFPA) na área de concentração Gestão Urbana e Regional. Estuda as redefinições territoriais resultantes das políticas de desenvolvimento econômico viabilizadas pelo Estado e por agentes privados na Amazônia. É professor de ensino superior e compõe o quadro efetivo da Universidade Federal do Pará (UFPA). Atualmente está cursando o programa de doutorado acadêmico em Geografia na Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Campus de Presidente Prudente. E-mail: mirandaneto@ufpa.br

alteração do papel do Estado diante do setor, com a ampliação de ações, ao mesmo tempo, competitivas e cooperativas, gerando um ambiente cada vez mais dinâmico, complexo e favorável aos agentes que conseguem mobilizar fluxos e comandar redes. Nesse contexto, as empresas de telefonia celular representam um grande exemplo de como essas novas configurações se moldam ao território, gerando desigualdades e pontuando suas ações.

Este trabalho procura estudar as desigualdades territoriais resultantes da ação das empresas de telefonia móvel no estado do Pará. Para atingir os objetivos propostos, procurou-se, primeiramente, estabelecer a relação teórica entre redes e territórios. Depois, com base no cadastro nacional de estações radiobase da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), foi possível entender como se processa a dinâmica desigual e combinada da ação destas empresas a partir dos estudos da localização, quantidade e densidade que estabelecem no território.

O estado do Pará é aqui utilizado para explicar uma realidade que é evidente em praticamente todo o território nacional, ou seja, do uso de bens públicos para fins privados, onde as empresas priorizam os lugares que apresentam maior potencial de mercado numa relação entre a possibilidade de consumo e os custos do serviço em cada localidade.

Como fundamento teórico desse estudo, a seção a seguir tenta desfazer a ambiguidade histórica entre redes e territórios e definir com mais clareza a relação entre esses dois conceitos, que

permanecerão até final deste estudo. Realiza-se, igualmente, uma reflexão sobre comportamento de alguns agentes econômicos na atualidade, com destaque para a atuação das empresas de telefonia, situadas entre a materialidade dos fixos (pela própria definição de sua infraestrutura física) e a dinâmica dos fluxos (graças aos novos sistemas de gerenciamento à distância).

REDES, TERRITÓRIOS E CIRCUITOS DE PODER

O debate entre redes e territórios institui um caminho teórico pelo qual muitos autores têm percorrido em tom de dicotomia, enquanto realidades opostas, desconectadas, que coexistem mas que não se completam. Esse princípio dualista é compartilhado pelo sociólogo Bertrand Badie, ao desenvolver seu raciocínio sobre o “fim dos territórios”, onde afirma que o mundo das redes opõe dois modos distintos de articulação dos indivíduos e dos grupos:

O primeiro é fundado sobre a contigüidade e a exaustividade, o segundo sobre relações livres dos constrangimentos espaciais. Um explica o fechamento e a exclusão, o outro, a abertura e a inclusão. Num caso, as relações construídas são eminentemente políticas, fundadas sobre a fidelidade cidadã, no outro elas são funcionais e supõe fidelidades móveis, não hierarquizadas, frequentemente setoriais e voláteis (BADIE, 1995, p. 135).

Compartilhando essa visão, Castells (2003) trata do “espaço de fluxos”, que organiza a função e o poder em nossas sociedades, e o “espaço de lugares”, relacionado à experiência no lugar, cuja forma, função e significado são independentes dentro das fronteiras da

contiguidade física. Nessa concepção, as redes agem com finalidades ligadas ao capitalismo global, padronizando relações e suprimindo identidades. O lugar (ou o território) seria, portanto, a resistência ao movimento, o receptáculo de identidades “puras” em vias de dissipação pela interposição cosmopolita das redes.

Essa vertente dualista, muito presente no contexto das ciências sociais, apresenta um problema teórico-metodológico quando associada aos estudos geográficos que, por vezes, se deparam com a realidade constante dos fluxos de bens, pessoas, energia e informação, ou seja, com o caráter imprescindível da mobilidade. Nesse sentido, vários autores introduziram formulações teóricas importantes para lidar com determinados desafios analíticos relacionados ao espaço. Santos (1996; 1998), por exemplo, buscou explicações na análise dos “sistemas de objetos” e “sistema de ações”. Raffestin (1993), na perspectiva do território, trabalhou com as “invariantes territoriais”, Dupuy (1987) preferiu tratar da relação dialética entre “redes técnicas” e “redes territoriais” e, por último, Haesbaert (2002; 2004) buscou atenuar a oposição tradicional entre o que chamou de “territórios-zona” e “territórios rede”.

Santos (1996, p. 221) afirma que as redes são estáveis e, ao mesmo tempo, dinâmicas, que têm no movimento social, e não na técnica em si, o seu princípio ativo. Nessa mesma direção, Offner e Pumain (1996, p. 41), analisando as redes de transportes, assinalam que elas são mais do que um suporte de funcionamento dos territórios, “elas são também um fator de seu desenvolvimento, na

medida em que suscitam solidariedades territoriais e sociais entre homens, grupos e comunidades”.

Em “Por uma Geografia do poder”, Raffestin (1993, p. 45) define o sistema territorial em tessitura (limites), nós (pontos que simbolizam a posição dos atores) e redes (sistema de linhas que desenham tramas), que chamou de “invariantes territoriais”. As redes assegurariam o controle do espaço e o controle no espaço através de uma função circulação-comunicação, onde os atores projetam suas ações e determinam o desenho de sua territorialidade. Sintetizando, a rede seria um “instrumento” pelo qual se torna possível a projeção do poder, daí ela ser um instrumento por excelência do poder.

Dupuy (1987) separa redes técnicas de redes de tramas sociais, sendo que considera esta última como um modo de organização flexível, diversificada, rica de possibilidades, eminentemente evolutiva. Em Geografia, por exemplo, a rede se faz e se desfaz ao mesmo tempo em que evolui o espaço econômico e social. Nesse sentido, o autor define, de um lado, redes técnicas (infraestrutura física com gerenciamento específico por parte de uma companhia) e, de outro, redes territoriais (organização evolutiva que permite servir uma unidade geográfica humana). Contudo, afirma que esta oposição é nada mais que aparente, ressaltando a necessidade de pensar redes técnicas como redes territoriais, já que construções como usinas, barragens, habitações, centrais elétricas, estações de depuração etc. estão no mesmo patamar de outras expressões coletivas enquanto nodosidades territoriais, lugares de poder e de referência.

Para amenizar imprecisões e ambiguidades entre redes e territórios, cabe especial destaque à definição de Haesbaert (2004, p. 301) e que deverá ser tomada como referencia nesse estudo, quando assegura que se territorializar hoje, implica

a ação de controlar fluxos, de estabelecer e comandar redes. Como vimos, elas jamais são completamente desmaterializadas, estão sempre, de uma forma ou de outra, desenhando materialmente territórios, novos territórios com uma carga muito maior de imaterialidade, é verdade, mas nem por isso “não-territoriais”. As referencias espaciais se difundem por todo o canto, e o espaço/território é assim dotado de uma carga simbólica inédita, criando-se e recriando-se imagens espaciais muitas vezes na própria velocidade e volatilidade imposta pela lógica de mercado.

Controlar fluxos não é um privilégio desse tempo (como já sucedia nas rotas comerciais do Mediterrâneo controladas por importantes entrepostos, como Constantinopla), mas agora é, de fato, uma especialidade. Desse modo, se antes os fluxos eram em sua maioria materiais (pessoas e mercadorias), atualmente as relações de poder mais relevantes envolvem o controle sobre fluxos de informações, cuja materialidade, na maioria das vezes, se restringe simplesmente a pontos de conexão. Dessa forma, os limites dos territórios-rede não estão restritos a fronteiras bem demarcadas.

Com base nos conceitos acima apresentados, cabe desenvolver algumas definições no sentido de aproximar o entendimento das redes enquanto realidade inseparável do território e vice-versa. Para tanto serão tomados alguns argumentos fundamentais, a saber:

(I) Toda rede social depende, de uma forma ou de outra, de um meio material que lhe sirva de conduto, assim como toda rede técnica depende de um meio social que lhe dê significado.

(II) “Redes técnicas” (como de transporte, energia e telecomunicações) podem também ser definidas como “redes territoriais” quando tomadas no âmbito da estruturação de territórios, como no caso específico dos limites de um país, de uma província, de um estado, de um município ou qualquer domínio territorial pautado sob o ponto de vista jurídico-político, onde os limites são bem precisos.

(III) Os territórios podem se comportar ora como zonas ora como redes ou, ainda, podem conter as duas realidades simultaneamente. Diacronicamente, tomando como referência os processos históricos, o território pode passar de “mais enraizado” para “mais reticulado” ou, sincronicamente, dependendo da escala de observação, pode-se visualizar mais o seu aspecto zonal ou mais o seu aspecto reticular. Essa última feição pode ser evidenciada pelo desempenho do Estado-nação na atualidade, que para manter a integridade e legitimidade de seu território necessita estabelecer conexões em rede, tornando-se, ao mesmo tempo, um território zonal e reticulado.

Tais afirmações permitem tanto entender o papel crucial das redes técnicas na estruturação dos territórios como, também, refletir sobre a lógica desigual que elas estabelecem. No caso deste estudo, as ações mediadas pelas empresas de telefonia celular, por um lado, não implicam um deslocamento em sentido *strictu*, mais uma

mobilidade que está na própria rede de relações estabelecidas entre essas empresas e seus usuários, mediadas por inúmeros conflitos de interesse (concorrentes, poder público, grandes empresas etc.). Por outro lado, entende-se que as bases materiais para o estabelecimento da fluidez (linhas, antenas, e demais objetos fixos), são necessárias e precedem à própria dinâmica dos fluxos. Nesse entremeio, diferentes sujeitos estabelecem suas estratégias de ação, manifestando relações desiguais e de difícil discernimento.

Para a geógrafa Doreen Massey, diferentes indivíduos e grupos sociais estão situados de forma muito distinta com relação aos fluxos e interconexões, definindo o espaço a partir de uma “teia complexa de relações de dominação e subordinação, de solidariedade e cooperação” (MASSEY, 1993, p. 157). Desse pressuposto, Massey desenvolve o conceito de “geometrias do poder da compreensão espaço tempo”, revelando a enorme desigualdade dos atores envolvidos e as diferenciações entre distintos setores da sociedade e da economia. Como afirma Massey (1993):

Diferentes grupos sociais têm distintas relações com esta mobilidade igualmente diferenciada; alguns são mais implicados do que outros; alguns iniciam fluxos e movimentos, outros não; alguns estão mais na extremidade receptora do que outros; alguns estão efetivamente aprisionados por ela (p. 61).

Segundo a autora, enquanto o capital, materializado pelas ações de empresas transnacionais, pode usufruir de uma espécie de redução total das distâncias pela circulação em tempo real, mercadorias de consumo cotidiano precisam de um tempo razoável para serem

transportadas de um ponto a outro. Com os fluxos de informações acontece o mesmo, pois os dados necessitam, cada vez mais, de infraestruturas específicas ou serviços especializados que são instalados apenas em áreas que possibilitam maior retorno econômico.

Segundo Becker (1988, p. 1), “o espaço global é também fragmentado porque é apropriado em parcelas por diferentes atores, parcelas que são localizadas no espaço, territorializadas”, sendo que as formas de apropriação e gestão dessas parcelas do espaço estão na essência das relações de poder e constituem um componente fundamental do processo de produção do espaço global/fragmentado. Essas parcelas do espaço definidas por Becker (1988) implicam em uma “nova geopolítica” onde predomina uma gestão compartilhada do território, como definem Vieira e Vieira (2003, p. 116):

Os centros de poder político concedem à fragmentação dos territórios os espaços globais, incentivando a articulação em termos de gestão do território. Isto significa que ao se formarem círculos de poder nas novas formas espaciais propostas pela globalização, cada um deles teria sua parcela de participação na gestão do território. Essa articulação entre o global e o local pressupõe uma concepção de poder compartilhado entre as diversas categorias jurídico-administrativas dos novos espaços econômicos ou dos espaços em definição.

Essa gestão compartilhada do território implica numa relação dialética entre a cooperação e o conflito, na qual agentes públicos e privados criam e gerenciam projetos em comum acordo, porém com

estratégias diferenciadas. Como afirmam Vieira e Vieira (2003, p. 118).

os círculos de poder atuam num sistema de forças que representam interesses comuns, mas com percepções distintas da realidade. Isso produz posições divergentes quanto ao modo de gestão do território, principalmente em relação á prática estratégica para realizar um objetivo econômico, de um lado, e de outro, o interesse público, social e ambiental².

Trata-se, portanto, de solidariedades organizacionais que se tornaram muito mais evidentes em função da nova configuração do Estado, potencializadas pela quebra de monopólios estatais.

Sobre esse aspecto, Santos (1996, p. 219) comenta que a fluidez, operada por intermédio das redes, “não alcançaria as consequências atuais, se, ao lado das inovações técnicas, não estivessem operando novas normas de ação, a começar, paradoxalmente, pela chamada desregulação”. Desregulação, ao contrário do imaginário, não implica suprimir as normas, mas multiplicá-las, ou seja, constituir condições necessárias para o estabelecimento da fluidez de modo a prover aos novos sistemas de ações um funcionamento mais preciso, cuja eficácia exige, além de uma vigilância contínua e instantânea, uma legislação com expressão mundial. Ainda sobre esse assunto, Vieira e Vieira (2003), em seus estudos sobre as mudanças operadas a partir da redefinição institucional no Porto de Rio Grande (RS), insistem que o tipo de organização que se impôs pela metodologia da

² Ressalta-se que o conceito de gestão do território definido aqui pelos autores está relacionado ao conjunto de ações estratégicas combinadas e aplicadas nos espaços urbanos.

privatização é fundamentado na parceria, uma vez que a privatização se dá muitas vezes “na operacionalização produtiva e na concessão de serviços com participação pública direta ou indireta do poder público sob a forma de ativos financeiros ou de controle por agências reguladoras” (VIEIRA; VIEIRA, 2003, p. 85).

Mas objetivamente, Santos e Silveira (2001)³ definem estes territórios superpostos como “espaços corporativos” à medida que o território (nacional) se torna mais fluido e uma cooperação entre as empresas se impõe, “produzindo-se topologias de empresas de geometria variável, que cobrem vastas porções do território, unindo pontos distantes sob uma mesma lógica particularista” (p. 291). Nessa lógica, o poder público tem um duplo papel estratégico. Primeiro, fornecer recursos necessários a esses relacionamentos, materializados pelos chamados “sistemas de engenharia” e, segundo, criar mecanismos de regulação, objetivadas por agências reguladoras como a ANATEL.

Embora as relações aconteçam, portanto, em caráter de cooperação, percebe-se a proeminência de diferentes geometrias do poder, nas quais algumas empresas (sobretudo as empresas globais) têm um poder muito maior de articulação e controle dos fluxos. Santos e Silveira (2001, p. 292-293) perseguem este aspecto ao definirem uma nova lógica territorial para essas empresas, onde “o

³ Deve-se ter cuidado redobrado quanto às definições de território em Milton Santos, que ora podem estar relacionadas a zonas (o território de um estado ou país, não raro entendido como subespaços) ora a relações local-globais (território como ponto de encontro entre o vertical e o horizontal) ora ao que denomina território usado (com apropriação material ou simbólica por parte de uma sociedade).

território do seu interesse imediato é formado pelo conjunto de pontos essenciais ao exercício de sua atividade, nos seus aspectos mais fortes”. Desse modo, a expressão tão comumente usada de divisão territorial do trabalho acaba tendo um sentido plural, uma vez que cada empresa ou cada atividade necessita de pontos e áreas que constituem a base territorial de sua existência e o território aparece como uma espécie de rendilhado formado pelas respectivas topologias.

Taylor e Thrift (1982, p. 1.601-4) afirmam que “o poder pode ser definido como a capacidade de uma organização para controlar os recursos que lhes são necessários, mas que também são necessários a outras organizações”. Desse modo, o uso do espaço se dá, simultaneamente, em caráter de cooperação e de competição hierárquica, uma vez que algumas empresas possuem maiores possibilidades para utilização dos mesmos recursos materiais, as quais, cada uma em seu tempo-espaço, definem suas próprias metas na busca por parcelas do mercado, segundo as regras fluidas e volúveis da competitividade.

Pode-se, portanto, inferir que diferentes empresas possuem formas distintas de agir diante dos fluxos e conexões, ou seja, diferentes territorialidades em rede, algumas mais extrovertidas que outras, além daquelas que são incapazes de mobilizar fluxos.

Assim como se fez na seção anterior, visando desatar alguns nós que porventura podem ter surgido em função das muitas acepções expostas acima, tomar-se-ão como base algumas definições

importantes: Circuitos ou círculos de poder referem-se à contradição dialética entre a cooperação solidária e a competitividade hierárquica que sucede entre as próprias empresas (ao utilizarem os mesmos recursos materiais), entre empresas e o poder público (nos processos de concessão de serviços ou regulação) e entre as empresas e os demais agentes do território (capazes de mobilizar para si a atenção dos fluxos). No que concerne à competitividade hierárquica, o uso corporativo do espaço é também competitivo, quando algumas empresas (as mais fortes) têm maior capacidade de utilizar os mesmos recursos materiais, justamente por suas habilidades de produzir e/ou controlar fluxos.

O PARÁ NO CONTEXTO DAS REDES TÉCNICO-INFORMACIONAIS

Neste item tratar-se-á de como o sistema de telefonia se estabeleceu e se consolidou no território paraense. Ressalta-se, contudo, que o estado do Pará se insere no contexto maior da região amazônica, onde as vias fluviais deixam gradativamente sua importância como principais meios de transporte e comunicação para dar lugar às novas redes técnicas. Entretanto, as primeiras redes de telefonia que se estabelecem no território atendem demandas isoladas de alguns agentes econômicos, evidenciando um sistema de comunicação com princípios bem definidos, diferentemente da rede difusa e heterogênea que se estabeleceu após a década de 1960.

Até o final da década de 1960, a telefonia no estado do Pará era marcada por uma ação fragmentada, uma vez que as instâncias

regionais detinham o papel efetivo na regulação da telefonia em seus respectivos territórios, enquanto o Estado possuía somente uma função normativa referente à regularização dos serviços, porém com pouca ou nenhuma participação na execução dos mesmos.

No início dos anos 1970, contudo, o setor de telecomunicações, com destaque à telefonia fixa, começa a ganhar papel preponderante enquanto política nacional. Com a criação das Telecomunicações Brasileiras S. A. (Telebrás) em 1972, o antigo quadro fragmentado da telefonia no Pará começa a ser substituído por um novo sistema unificado, onde as porções territoriais passam a agir atendendo metas e interesses ligados à economia nacional. Começam, então, os processos de integração da Amazônia ao contexto do Brasil e do mundo, sob os ditames de uma globalização já em andamento, onde a telefonia é considerada não apenas importante, mas essencial e estratégica.

A lei nº. 6.896, de 19 de junho de 1972, autorizou a fusão entre a Companhia Telefônica do Município de Belém (Cotembel) e a Companhia Telefônica do Pará (Cotelpa) formando uma nova empresa de economia mista. Surgia, assim, neste mesmo ano, a Companhia de Telecomunicações do Pará S. A. (Telepasa), que em 1973 tomou a denominação de Telepará. A empresa representa a nova orientação estatal da política econômica brasileira.

O período que marca a implantação de novos sistemas de engenharia de telecomunicações no território paraense coincide, portanto, com a maior incidência de capitais na região amazônica,

por meio da penetração dos grandes projetos agrominerais proeminentes nas décadas de 1970 e 1980. O esforço exportador, desenvolvido pelo Estado brasileiro em função da crise mundial que abalou esse período, fez com que o governo militar dinamizasse o tripé fundamental da infraestrutura – transporte, energia e telecomunicações – para atração de empresas nacionais e estrangeiras. O objetivo seria ampliar a capacidade de extração mineral na Amazônia e suprir o crescente débito junto aos credores internacionais.

A partir de então, novas soluções tecnológicas são introduzidas visando quebrar o isolamento da região em relação ao Brasil e ao mundo, uma dessas alternativas foi a implantação do sistema de comunicação em micro-ondas⁴. Em 1972, por meio da atuação da Embratel, tivemos um sistema de comunicação interurbana funcionado no estado do Pará com 35 circuitos e 5.824 km de extensão.

Segundo Becker (2001), as redes de telecomunicações constituem uma malha de grande importância tanto para articulação da Amazônia aos grandes centros mundiais do capitalismo, quanto para a própria integração entre os sujeitos sociais presentes na região. De forma recorrente, a autora se utiliza dos argumentos de Lefebvre (1991) ao evidenciar a existência de uma malha de duplo controle:

⁴ Sistema de transmissão interurbana, em alta frequência (VHF) por meio de antenas parabólicas, sem uso de fio, ocupando número determinado de canais ou circuito. Cada canal ou circuito completa uma chamada telefônica. O número de circuitos é o número de canais ligados à mesa em condições de serem utilizados (IBGE, 1978).

técnico e político. No caso específico das telecomunicações, podemos afirmar que essa malha de controle político esteve atribuída ao importante papel normativo do Estado brasileiro entre as décadas de 1960 e 1980 no que diz respeito às telecomunicações. Quanto à malha de controle técnico, podemos citar o grande aparato tecnológico baseado na comunicação via satélite, que permitiu articulações locais/nacionais, bem como locais/globais, tornando mais eficiente a conectividade regional.

A modernização conservadora do governo militar, alicerçada no monopólio estatal, começa a refletir suas contradições na década de 1980, evidenciando uma série de problemas que se alastram nas décadas seguintes. Diante desse contexto desfavorável à ingerência estatal, iniciam-se nos primeiros anos da década de 1990 as discussões políticas sobre o processo de privatização do setor de telefonia e, no plano global, começam a ser costuradas as estratégias entre as “gigantes” do ramo (Portugal Telecom, MCI WordCom, IBM). A reestruturação do setor vai acontecer a partir de 1995, com a quebra do monopólio estatal, e se define nos anos subsequentes com a venda das operadoras estatais (1998). A Telebrás é, então, dividida em três grandes *holdings*, das quais a Tele Norte-leste (que em 1999 passa a se chamar Telemar S. A.) recebe os direitos para execução dos serviços da Telecomunicações do Pará S. A. (Telepará).

A Anatel, criada em agosto de 1997, tem como papel fundamental uma ação aparentemente contraditória, pois ao mesmo tempo em que introduz a competição na exploração dos serviços de

telecomunicações, tenta promover a universalização do acesso aos serviços básicos.

A partir dessa reestruturação, os números da telefonia passam a evoluir exponencialmente tanto no território nacional, quanto no estado do Pará. No caso deste último, os números saltam de 189.700 acessos fixos instalados em 1994, para 442.763 em 1999, crescendo 3,4 vezes. Os números da telefonia celular, no entanto, são bem mais surpreendentes, passando de 4.200 acessos em 1994 para 152.200 em 1999, crescendo mais de 36 vezes (SANTOS; SILVEIRA, 2001).

No caso das regiões menos dinâmicas quanto à alocação de objetos técnicos no espaço, a exemplo da Amazônia, o sistema celular tem funcionado como alternativa à falta de infraestruturas para a telefonia fixa, que demanda mais investimentos. Nesse caso, com a modernização e a difusão em larga escala da telefonia celular, essa tecnologia foi rapidamente absorvida por diversas cidades do interior e se tornou um dos principais sistemas de comunicação da região. As estações radiobase (ERB)⁵ passaram, rapidamente, a compor a nova paisagem das cidades amazônicas e a simbolizar uma nova dinâmica, em que a comunicação à distância é o elemento chave.

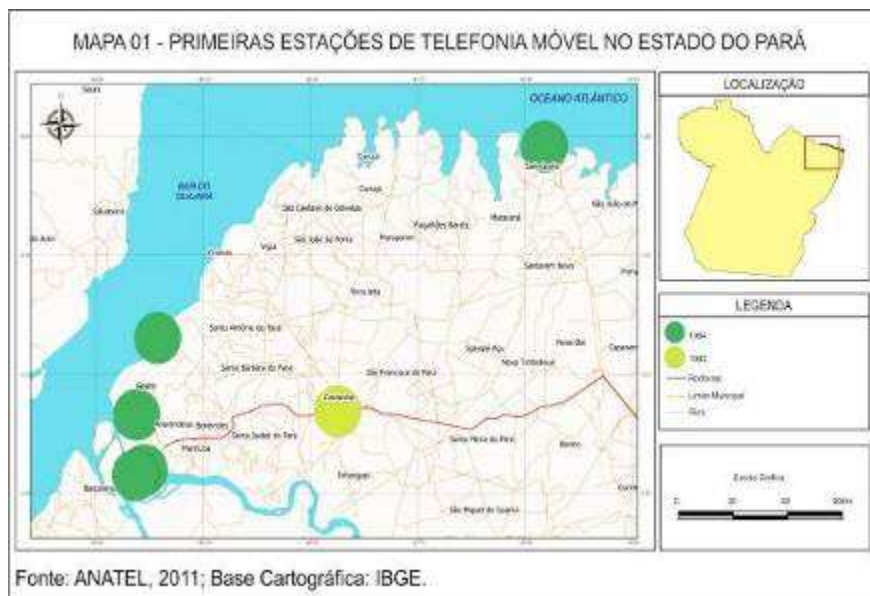
No estado do Pará, as primeiras estações para captação de ondas de rádio em funcionamento para o sistema celular entraram em

⁵ Estação Rádio Base (ERB) ou “Cell site” é a denominação dada em um sistema de telefonia celular para a Estação Fixa (Antena) com que os terminais móveis se comunicam. As ERB recebem e transmitem o sinal entre os terminais móveis (aparelhos celulares e similares) numa área denominada célula.

operação em 11 de agosto de 1994 – a primeira localizada à travessa do Chaco, nº 2115, bairro do Marco (Estação São Brás-SBS), e a segunda localizada à travessa. Dr. Moraes, nº 121, no bairro de Nazaré (Estação Abraham Levy-Aly), ambas no município de Belém. Entre 1994 e 1998, o número de terminais era bastante rarefeito, mesmo na área metropolitana, e tanto os aparelhos quanto os serviços eram extremamente caros e inacessíveis à maioria da população.

O segundo município a receber o sistema de telefonia celular no estado do Pará foi Salinópolis, em 6 de outubro de 1994. A razão para essa súbita mudança de eixo (de uma área central para uma periférica) é explicada pelos períodos de veraneio, onde grande parte da população de médio/alto poder aquisitivo, que dispõe de terminais celulares no município de Belém, desloca-se para as zonas de praia. Em 1995, o único município a receber o serviço neste ano foi Castanhal, em função da demanda gerada pelo crescente setor industrial e de serviços e também pela acessibilidade técnica às proximidades de Belém. Entre 1995 e 1997 somente Belém, Salinópolis e Castanhal possuíam sistemas celulares em funcionamento.

Segundo dados da Anatel, entre 1996 e 1997, não houve cadastro de novas estações radiobase no estado. Acredita-se que essa situação se deva ao momento da reestruturação da telefonia, que estava em processo de mudança no seu padrão de financiamento. Somente em 1998 novas estações entraram em funcionamento.



Ressalta-se, também, que nessa época, o serviço de telefonia móvel era inacessível à maioria da população em função do alto custo dos aparelhos e também da tarifa paga à Telepará. A tecnologia adotada era analógica, o que impossibilitava até mesmo a utilização do serviço de mensagens curtas (*Short Message Service* – SMS) entre os usuários. Os recursos multimídia (como fotos e vídeos) eram inexistentes nesses equipamentos, os quais ainda se tornavam pouco discretos devido ao tamanho e não muito práticos em função do peso. Não havia, portanto, grandes motivos para justificar a utilização em massa do celular por parte da população e, por consequência, a Telebrás não apontava um cenário de maiores investimentos na difusão do sistema no restante do território.

Com a desestatização e a reestruturação do setor de telecomunicações, as áreas de atuação da extinta Telepará foram concedidas à Amazônia Celular S. A., do grupo Tele Norte Participações, com frequência na banda A, que manteve o monopólio do Sistema Celular no Pará até 10 de agosto de 1999 (ver Mapa 1).

No município de Barcarena, verificamos que a primeira localidade a receber o serviço, em 1998, foi Vila dos Cabanos, uma *company town* destinada a abrigar a mão-de-obra do complexo de alumínio e empresas adjacentes. Até então, em todas as cidades onde a telefonia celular iniciou, as ERB eram primeiramente instaladas na sede municipal ou centros de maior concentração populacional. Isso demonstra que a telefonia móvel, enquanto vetor da modernidade, agrega-se em áreas mais receptíveis à introdução de sistemas técnicos novos. Essas áreas são marcadas pela presença de sujeitos vinculados às redes mundiais do capitalismo.

Somente entre maio e setembro de 1998, ano que a empresa começa a atuar no Estado, a Amazônia Celular investe em 55 novas estações radiobase, 26 somente em Belém e outras 29 ao longo de 23 municípios. Começa, então, o processo de difusão acelerada da telefonia móvel no estado do Pará sobre o padrão de financiamento privado, onde as empresas buscam atingir uma equação aceitável entre a demanda social de telefonia, a manutenção das metas de qualidade da Anatel e a obtenção de lucros.

O monopólio da Amazônia Celular termina quando entra em operação a Norte Brasil Telecom (NBT), do Grupo TCO (após ajuste

acionário, esta empresa passa a ser denominada VIVO), atuando na banda B. Entre 1999 e 2001, tem-se, no estado do Pará, um grande embate comercial entre essas duas empresas. A Amazônia Celular se vale do fato de já possuir, em 1999, a maior cobertura da região (27 municípios), enquanto a NBT busca compensar o atraso em relação à concorrente, a partir de uma ação concentrada nos principais centros urbanos do Pará, sendo que, em 1999, das 30 estações radiobase cadastradas pela NBT, 19 se localizam em Belém, 2 em Salinópolis, 2 em Ananindeua e 2 em Santarém.

Com a venda das bandas D e E, a partir de 2001, temos a atuação de mais duas empresas: a OI, que pertence à Tele Norte-Leste Participações (Telemar) – com atuação na banda D, e a TIM Rio Norte, do grupo Telecom Itália – com atuação na Banda E, consolidando a primeira fase da composição institucional e competição entre as empresas a partir de 2002, conforme quadro abaixo:

Quadro 1 - Dados sobre as operadoras de telefonia móvel no estado do Pará - 2002

Empresa	Banda	Tecnologia	Municípios	Localid.*	% pop.
Amazônia Celular S.A	A	TDMA/GSM	70	39	76
NBT (VIVO)	B	TDMA/CDMA	57	29	73
TNL Part. (OI)	D	GSM	32	13	51
TIM Norte	E	GSM	23	2	68

*As localidades somam-se aos municípios para definir a área de cobertura de cada operadora.

Fonte: Elaboração própria com dados das operadoras de celular e TELECO (2011b)

O padrão GSM, consolidado como a principal tecnologia de 2^a geração, fez com que empresas como TIM e OI ascendessem rapidamente. A TIM, oferecendo uma gama maior de produtos, serviços e promoções, fez com que sua presença fosse marcante nos principais centros urbanos. Sua estratégia inicial se deu de forma concentrada, uma vez que privilegiou Belém, Região Metropolitana e Nordeste Paraense como seus nichos preferenciais, dominando atualmente as parcelas mais significativas do mercado e superando todas as demais em rendimento.

A OI, como uma das mais novas operadoras de telefonia móvel a adentrar no território brasileiro, resolveu buscar mecanismos para atenuar os anos de atraso em relação às demais empresas. Por esse motivo suas ações se concentraram, evidentemente, em Belém e região metropolitana. Das 152 ERB da empresa no Pará até 2006, 87 localizavam-se em Belém (57,2%) e 108 em toda região metropolitana (71%), sendo que fora do Nordeste Paraense apenas 5 municípios eram atendidos. Com as estratégias de concentração, a empresa conseguiu ampliar significativamente sua capacidade de atuação no Nordeste Paraense.

Em 2007 se estabelece outra fase de composição institucional e de competitividade entre as empresas instaladas no Pará, notadamente a partir da aprovação, por parte da Anatel, da compra da Amazônia Celular pela TNL Participações (OI). Com essa incorporação, a OI passa a congrega mais de 200 estações radiobase

e, ainda, uma ampliação significativa do atendimento em todas as regiões do estado.

No ano seguinte, a Claro, empresa controlada pela mexicana América Movil, um dos cinco maiores grupos de telefonia móvel do mundo, passou a atuar no Pará com o leilão das novas bandas de operação em todo o Brasil. Esse novo cenário constitui a consolidação atual das operadoras no estado, conforme pode ser visualizado no quadro a seguir:

Quadro 2 - Dados sobre as operadoras de telefonia móvel no estado do Pará - 2011

Empresa	Banda	Tecnologia	Municípios	% Pop.
TNL Part. (OI)	D	GSM/3G	68	78,67
NBT (VIVO)	B	GSM/3G	96	86,04
CLARO	L	GSM/3G	80	82,16
TIM Norte	E	GSM/3G	69	77,42

Fonte: Elaboração própria com dados das operadoras de celular e TELECO (2011a)

De 2007 a 2011, o número de estações radiobase no Pará passou de 688 para 1197, representando um aumento de 42%. Destas, 405 encontram-se no município de Belém e 87 em Ananindeua, que são as unidades mais bem servidas do estado tanto em relação à área de cobertura quanto à presença de concessionárias em atuação. Somando os números da Região Metropolitana⁶ são mais de 534 estações, correspondendo a 55,3% do total.

⁶ Foram contabilizados os municípios de Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Bárbara do Pará e Santa Izabel do Pará.

Fazendo um coeficiente entre número de estações radiobase e a população do estado, pode-se atingir uma densidade total de 6.339 habitantes por ERB, sendo que no município de Belém esse número cai quase à metade (3.437) e na RMB sobe para 3.933. No resto do território, excetuando somente os seis municípios da RMB, têm-se 8.277 por ERB, ou seja, a alta concentração de ERB na RMB não se justifica pelo fato de haver um maior contingente populacional nessa área, uma vez que a densidade obtida é 2,4 vezes maior que a densidade do resto do território e 1,6 vezes maior que a densidade do todo estado do Pará.

Com base no Mapa 2 que mede o número de ERB por unidade político-administrativa no estado do Pará, podemos visualizar nitidamente uma concentração tanto na RM de Belém quanto no Nordeste Paraense, revelando os nichos de mercado preferenciais das concessionárias de telefonia móvel. Pode-se destacar, portanto, alguns fatores que se tornam relevantes:

- a) Trata-se da área onde se concentra a população de maior poder aquisitivo, manifestando um mercado consumidor real capaz de potencializar as vendas de aparelhos celulares e reduzir os prazos para obtenção de lucros por parte das empresas. Tal situação é empreendida pelos crescentes investimentos em propaganda presentes no centro urbano, realimentando a todo instante novas necessidades de consumo.
- b) A construção, transporte e manutenção das estações é favorecida pela disponibilidade de recursos técnicos presentes às proximidades

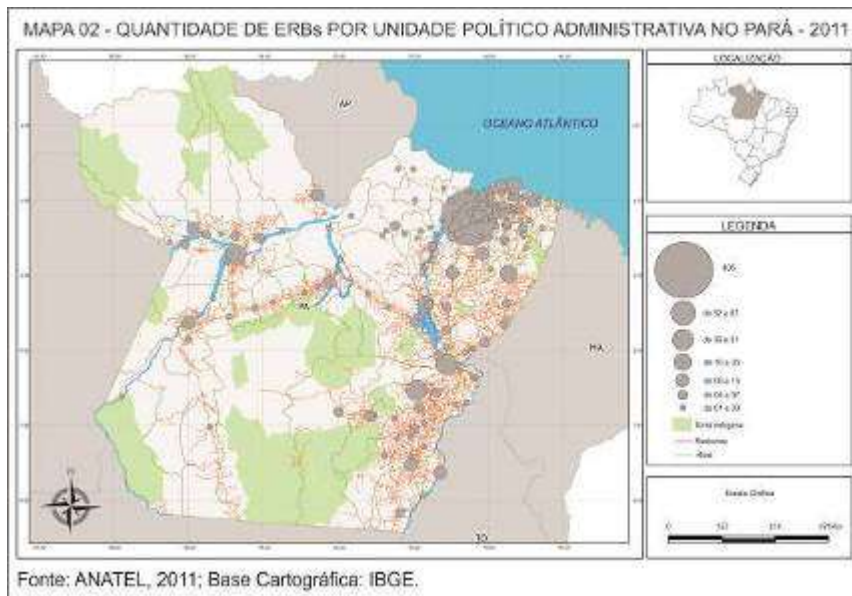
dos centros urbanos mais dinâmicos, como Belém. A verticalização também contribui a esse serviço, uma vez que muitas antenas são instaladas em terraços de prédios (ERB do tipo Roof Top), diminuindo os custos quanto a montagens das estruturas metálicas.

c) Nos centros urbanos mais dinâmicos do território nacional, em que os setores industrial e de serviços demandam um conjunto de sistemas técnicos para o exercício da fluidez, existe uma tendência à padronização das telecomunicações e de suas respectivas tecnologias. Desta feita, Belém e Região Metropolitana seguem as tendências dessa unificação, funcionando como um dos centros de articulação do território nacional no que concerne a introdução de novas tecnologias, como a GPRS/EDGE, adotada por algumas empresas somente em centros urbanos importantes.

d) Outra característica reflete a própria condição do território enquanto acúmulo sucessivo de tempos, cada qual dotado de um conjunto articulado de objetos técnicos. Tal condição fez com que Belém, como uma das primeiras cidades dotadas de infraestruturas de telecomunicações na Amazônia, fosse mais flexível às mudanças de ordem nacional e internacional relativas a esse setor.

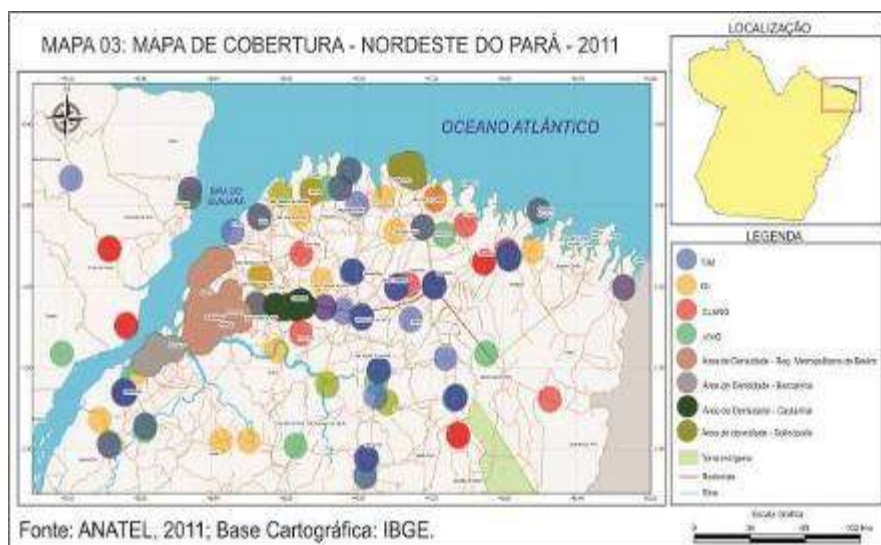
A importância em se tratar da quantidade de estações por município no estado do Pará consiste no esforço de tentar atribuir características quanto a maior ou menor presença de sistemas técnicos nessas unidades político-administrativas. No caso do sistema celular, a ERB é o dado fixo sobre o qual incidirá a capacidade de abrangência do serviço, sendo, portanto, o indicativo

mais importante para se definir as características de fluidez no território quanto à presença de redes técnico-informacionais da telefonia móvel.



No que diz respeito à competitividade entre as empresas, a VIVO, maior empresa do setor a atuar no território brasileiro, conseguiu superar, de longe, a concorrência que manteve durante os primeiros anos da concessão como a Amazônia Celular (nesta época a VIVO se chamava Norte Brasil Telecom – NBT). Se estendendo atualmente ao longo de 96 municípios do Pará, é também dominante no Oeste (18 municípios), no Sudeste (31 municípios) e no Nordeste Paraense (47 municípios), tanto em rendimento quanto em atendimento à população.

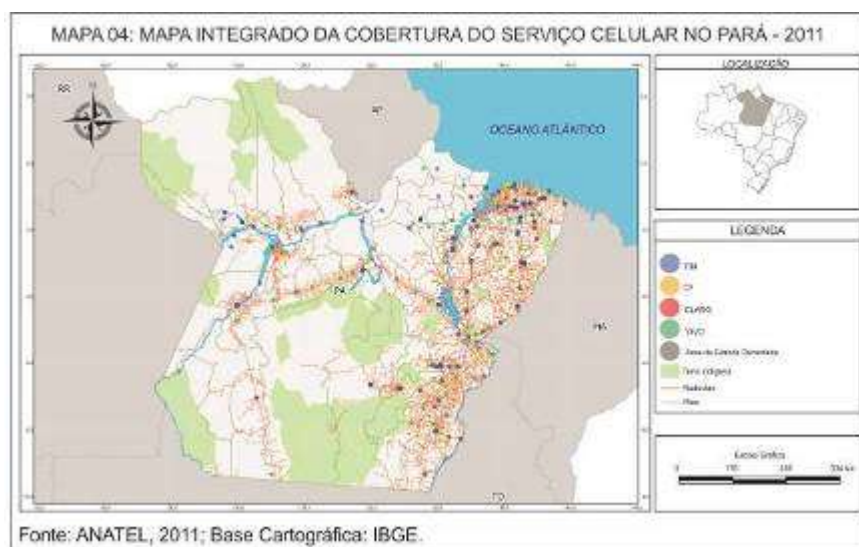
Dentre as áreas definidas neste estudo, o Nordeste Paraense é a mais concentrada, principalmente na Região Metropolitana de Belém (Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Bárbara do Pará e Santa Izabel do Pará) e os municípios de Castanhal, Salinópolis e Barcarena (Mapa 3). Verifica-se, nesse caso, a presença de fluxos de comunicação que servem a outros fluxos, como se observa no curso das rodovias federais (BR-310/BR-010). Essa estratégia é recorrente em outras zonas, mas não tão evidente quanto nessa, que se estende por mais de 100 km quase sem interrupção.



Nesta região, cabe especial atenção às áreas de veraneio, como é o caso do município de Salinópolis, que é abrangido por todas as operadoras. Somente na praia de Atalaia, por exemplo, verifica-se a presença três ERB de empresas diferentes. Isso demonstra que esses sujeitos preferem instalar suas redes em localidades competitivas,

mesmo em modo redundante, tornando o território um segmento econômico fragmentado em áreas de menor ou menor potencial para a acumulação de capitais.

Contudo, uma das principais formas de exemplificação para nossa análise será o mapa integrado da área de cobertura do serviço celular no estado do Pará – 2011 (Mapa 4), que congrega informações sobre a rede hídrica e rodoviária, bem como a localização das terras indígenas e projetos econômicos importantes. Esse esforço foi necessário para inserir as redes numa amplitude que vai além de seu caráter técnico, mas traduz intenções de um conjunto articulado de agentes no território. As redes de que tratamos não são, portanto, redes virtuais, visto que acompanham dinâmicas físicas, atendem interesses específicos e possuem localização com padrões determinados.



O cenário da competitividade revela que as empresas adotam estratégias que estão relacionadas, sobretudo, à capacidade técnico-financeira das mesmas e ao tempo em que ambas se instalam no território. Dependendo dessa relação, as empresas se apresentam de forma concentrada ou dispersa. Podem, também, privilegiar certas regiões de maior interesse econômico, como as áreas metropolitanas.

Pela análise do Mapa 4, podemos destacar algumas questões importantes:

- a) As áreas da telefonia celular onde se verifica a presença de projetos econômicos estão dispostas em vários pontos do território, com destaque à região de Carajás, no sudeste paraense e em Barcarena, no nordeste. Verificamos, nesses espaços, um direcionamento pontual da telefonia móvel, onde locais específicos são atendidos em favor de um grupo determinado de pessoas. As firmas que aí se instalam são grandes empresas globais de lógicas extrovertidas, que atraem para si uma grande quantidade de fluxos e, pela sua presença marcante, exigem a afirmação imprescindível da modernidade. Os sistemas técnicos passam a ser instalados, então, de forma pontual, com prioridade para as áreas dos grandes projetos, em detrimento do resto do território.
- b) Pode-se definir como destaque o município de Canaã dos Carajás, área de extração de Cobre e de forte presença agropecuária. Observa-se nessa unidade a presença de pontos de cobertura não contíguos, divididos entre as quatro operadoras (ver Mapa 4), as quais visam atender a Vila do Sossego, o Centro e as áreas rurais.

c) Os centros urbanos de Marabá e Santarém destacam sua posição entre os demais municípios do Estado, com forte participação no Produto Interno Bruto (PIB) regional. As empresas de telefonia móvel agem, portando, como base em condições territoriais consolidadas historicamente. Percebe-se, por exemplo, a valorização de áreas ao longo da malha rodoviária, onde se observa um maior número de pontos (ver Mapa 3) e, igualmente, a supervalorização de localidades situadas no interfluxo entre o rio e a rodovia: os centros urbanos regionais.

d) Percebe-se no estado do Pará uma porção muito grande de áreas não atendidas pela telefonia celular, com destaque ao Marajó e grande parte do Sul e Oeste do Pará. Essas zonas possuem como características comuns: a) a ausência de infraestrutura moderna de transporte, com acesso precário ou dificultoso; b) o caráter tradicional das localidades, com a presença de sujeitos ainda não completamente integrados às lógicas capitalistas; c) são locais onde os modos de vida baseiam-se, ainda, em atividades tradicionais, como a pesca, a coleta e a agricultura familiar.

Com essa análise, nota-se que a ação das operadoras no estado do Pará privilegia as formações territoriais resultantes dos empreendimentos novos na Amazônia, sobretudo ligados à atividade mineral. Esse fenômeno justifica o argumento anterior de que as estratégias territoriais das empresas de telefonia móvel manifestam uma ação aprimorada, cirúrgica, escolhendo pontualmente os lugares que serão as bases de sua ação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base em nossa análise sobre as desigualdades territoriais da telefonia móvel, foi possível observar que as firmas não se instalam em determinadas localidades obedecendo somente a critérios técnicos. Mas, sobretudo, decidem os melhores pontos de sua localização obedecendo a padrões territoriais historicamente definidos. Os circuitos de poder ocorrem, portanto, pela relação corporativa entre as empresas de telefonia e um conjunto de outros sujeitos dispostos em lugares específicos do território.

Por conseguinte, alguns lugares concentrados constituem verdadeiros círculos de solidariedades organizacionais, com agentes capazes de atrair para si fluxos de comunicação com grande intensidade, ao passo que, em inúmeros outros pontos do território, as redes parecem agir compulsoriamente.

Observamos que um novo conjunto articulado de sistemas técnicos adentra o território após a reestruturação do setor de telecomunicações, causando rápidas e significativas mudanças, dentre as quais a emergência de um território corporativo, em que prevalece uma obstinada competição entre as empresas em detrimento do interesse público. Tal competição, apesar de gerar novas possibilidades de acesso, incluindo áreas há muito afastadas dos centros mais dinâmicos no estado, acaba transformando territórios em segmentos de mercado, gerando um sistema técnico redundante e desigual.

A ação territorial das empresas de telefonia no território paraense pode ser entendida pela formação de verdadeiros territórios-rede, em que o mais importante são as conexões entre os pontos de comunicação. Porém, as empresas, ao definirem suas redes, não desconsideram o aspecto contínuo do espaço, ou seja, as zonas, que são utilizadas para estabelecer novas relações e traçar outras estratégias.

REFERÊNCIAS

- BADIE, B. *Le fin des territoires*. Paris: Fayard, 1995.
- BECKER, B. A. A Geografia e o resgate da geopolítica. *Revista Brasileira de Geografia*, edição especial, Rio de Janeiro, v. 50, t. 2, p. 99-125, 1988.
- BECKER, B. A. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? *Parcerias Estratégicas* - Número 12, 2001.
- CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2003. v. 1
- _____. Rumo ao estado-rede. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOCIEDADE E REFORMA DO ESTADO. São Paulo, 1996. *Anais...* São Paulo: MARE, 1996.
- DIAS, L. C. Os sentidos da rede: notas para discussão. In: DIAS, L. C; SILVEIRA, L. L. S (Orgs). *Redes, sociedades e territórios*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005. p. 11-28
- DUPUY, G. Les effets spatiaux des techniques de télécommunications: ouvrons la boîte noire! *Bulletin de l'IDATE*, n. 7, p.77-83, 1982.
- HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- _____. *Territórios alternativos*. São Paulo: Contexto, 2002.
- LEFEBVRE, H. *The production of space*. Oxford/Cambridge, Mass: Blackwell, 1991

- MASSEY, D. Power-geometry and a progressive sense of place. In: BIRD, J. et al. (eds.). *Mapping the futures, local cultures, global change*. Londres e Nova York: Routledge, 1993. p. 59-69
- MIRANDA NETO, J. Q. *Redes técnico-informacionais na Amazônia: a difusão da rede de telefonia no território paraense – de 1994 a 2004*. 2004. 147 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2004.
- OFFNER, J-M.; PUMAIN, D. *Réseaux et territoires: Significations croisées*. Paris: Ed. de l'Aube, 1996.
- RAFFESTIN, C. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.
- SANTOS, M. *Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico, científico, informacional*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.
- _____. Por uma Geografia das redes. In: _____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 208-222.
- _____. *Por uma Geografia nova*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 3. ed. São Paulo: Record, 2001.
- TAYLOR, M. J.; THRIFT, N. J. Industrial linkage and segmented economy: 1. Some theoretical problems. *Environment and Planning A*, v. 14, n. 12, p. 1601-1613, 1982.
- TELECO. *Frequências Brasil*. 2011a. Disponível em: <<http://www.teleco.com.br>>. Acesso em: 14 jan. 2011.
- _____. *Operadoras de celulares*. 2011b. Disponível em: <<http://www.tele-co.com.br>>. Acesso em: 14 jan. 2011.
- VIEIRA, A. F.; VIEIRA, M. M. F. *Espaços econômicos: geoestratégia, poder e gestão do território*. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2003.

REFLEXÕES SOBRE AS PRIMEIRAS ORGANIZAÇÕES PATRONAIS RURAIS NO ESTADO DO PARÁ

Aluisio Fernandes da SILVA JÚNIOR¹

AS PRIMEIRAS ORGANIZAÇÕES PATRONAIS RURAIS DO ESTADO DO PARÁ

Na região Norte do Brasil, desde tempos coloniais, a ilha de Marajó destacou-se por apresentar grandes proprietários de terras, como Antônio de Sousa Macedo, secretário de Estado do rei D. Afonso VI, que recebeu a capitania por doação de juro e herdade. O sucessor de Antônio de Sousa Macedo foi seu filho, Luís Gonçalo de Sousa Macedo, considerado o primeiro barão da Ilha Grande de Joanes, em 1754. Sucedeu a este na donataria² e no título de barão, seu filho Antônio de Sousa Macedo, o segundo barão da Ilha Grande de Joanes, que foi substituído pelo filho Luís de Sousa Macedo, considerado o terceiro e último barão da Ilha Grande de Joanes, conservando a estrutura familiar e fundiária de posse da ilha (TEIXEIRA, 1953, p. 34).

¹ Bacharel e licenciado pleno em Geografia pela Universidade Federal do Pará (UFPA), 2000; licenciado pleno em Pedagogia pela Universidade do Estado do Pará (UEPA), 1996; especialista em Educação Ambiental PROFIMA VI/NUMA/UFPA, 2001; mestre em Agricultras Familiares e Desenvolvimento Sustentável MAFDS/NEAF/CA/UFPA, 2008; doutorando em Estudios Sociales Agrários, Centro de Estudios Avanzados, Universidad Nacional de Córdoba (CEA/UNC), Argentina; professor da Escola de Aplicação da UFPA. E-mail: junior@ufpa.br.

² No texto entendemos como um sistema administrativo aplicado às terras possuídas pela Coroa Portuguesa além-mar, onde o rei recorreu para delegar os seus poderes, com certas restrições, a pessoas de sua inteira confiança.

O Decreto de 29 de abril de 1754, que extinguiu a donataria e reuniu a capitania aos bens da Coroa e Fazenda Real, criou o cargo de inspetor geral da ilha, nomeando em 1757, Florentino da Silveira Frade. No século seguinte, de acordo com Teixeira (1953, p. 38), em meados de 1825, o número de fazendas na costa norte correspondia a 56 e nos campos 92, destacando-se como proprietários instituições religiosas como as ordens dos mercedários e jesuítas e cidadãos de famílias ilustres da ilha, considerados fazendeiros. A indústria pastoril crescia e concomitante a este crescimento ocorria o furto de gado, situação que proporcionou, entre outras medidas, a criação de grandes sindicatos e poderosas milícias privadas, lideradas por fazendeiros, com destaque para a Associação de Fazendeiros de Marajó, de Muaná e Cachoeira do Arari (TEIXEIRA, 1953, p. 34). O Quadro 1 e a Figura 1 destacam os municípios e os principais fazendeiros da ilha de Marajó, com registro de presença do *Syndicato Industrial e Agrícola Paraense* em 1908, responsáveis por 405.431 reses bovinas.

Devido não termos acesso às informações referentes à área apresentada, no Quadro 1 estabeleceu-se uma estimativa (1U.A/5 ha/ano) com relação à capacidade de suporte das pastagens, por intermédio da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa Amazônia Oriental), sob orientação do engenheiro agrônomo Guilherme Calandrini de Azevedo. De acordo com o pesquisador, a estimativa levou em consideração o período apresentado no quadro (1908), a pastagem nativa do arquipélago e o deslocamento do gado.

Quadro 1 - Proprietários rurais da ilha de Marajó, 1908

Proprietário Rural	Município	Reses bovinas	Número de fazendas	Área em ha
Manuel Emídio Marques	Muaná	13.140	58	65700
Simão Ferreira Monteiro	Muaná			
Rodrigo Lopes de Azevedo	Muaná			
João Cândia da Silva Brito	Muaná			
Joaquim Pereira Boulhosa	Ponta de Pedras	9.173	33	45865
Leonardo Lobato Tavares	Ponta de Pedras			
Henrique Lobato	Ponta de Pedras			
Bento Lobato de Miranda	Cachoeira do Arari	162.572	116	812860
Vicente José de Miranda	Cachoeira do Arari			
José Maria da Cunha	Cachoeira do Arari			
Manuel Lobato	Cachoeira do Arari			
Raimundo Bezerra da Rocha Moraes	Soure	101.050	64	505250
Artur Bezerra da Rocha Moraes	Soure			
Antonino da Cunha Mendes	Soure			
Francisco de Paula Mendes	Chaves	112.021	55	560105
Manuel Rui Sêco	Chaves			
Carlos Hesketh	Chaves			
Antônio de Sousa Baraúna	Afuá	7.475	22	37395
Francisco Antônio de Resende	Anajás			
Vicente Ferreira Brito	Anajás			
TOTAL		405.431	348	2027175

Fonte: Teixeira (1953). Elaborado pelo autor, com a colaboração de Guilherme Calandrini de Azevedo para os dados de área.

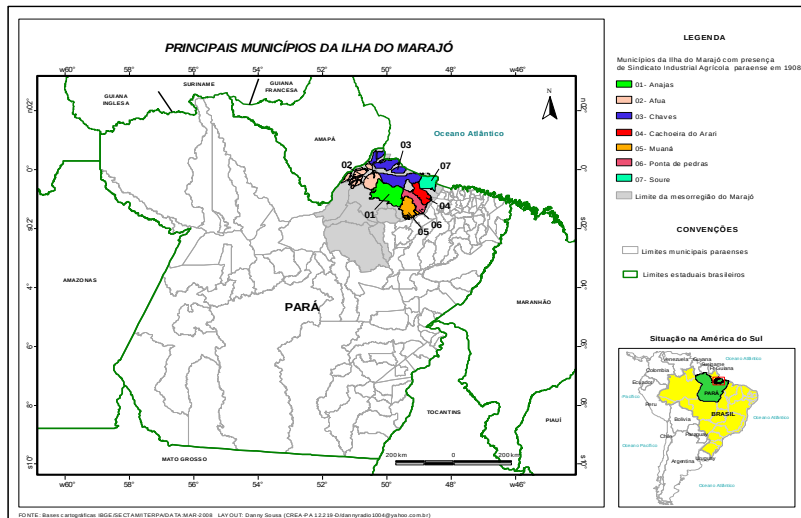
O pesquisador frisou que com a utilização de tecnologia recomendada para um período mais recente do que o quadro faz referência na década de 1970, houve um aumento da taxa de fertilidade, redução da mortalidade do rebanho, obtenção de novilhos para abate com 350 kg aos três anos e meio de idade e aumento da capacidade de suporte das pastagens nativas para (1U.A/2,5 ha ano). Atualmente (2008), o aumento da produção por área tem sido substancial, podendo ultrapassar 800 kg peso vivo/ha/ano, em função do clima, da forrageira utilizada e da fertilidade do solo. Esta última estimativa atende outras áreas do estado do Pará.

O fato é que, em estimativa baseada na relação entre efetivo bovino e área, as fazendas ocupavam mais de 2 milhões de hectares, o que é demonstração cabal do domínio territorial dos criadores de bovinos da ilha de Marajó.

Durante o período mencionado as atividades pastoris eram desencadeadas com maior frequência no arquipélago Marajoara e em algumas áreas do baixo Amazonas, devido às condições físicas e climáticas da região propícias à criação de gado, privilegiada posição geográfica e ao tipo de transporte utilizado (embarcações de vapor e de velas), que proporcionavam a condução de gado, legal e ilegal, em pé e charqueado. A falta de linhas rodoviárias e ferroviárias dificultava o acesso a outras regiões do estado. Os núcleos populacionais estavam às margens dos rios, fator importante para destacar a supremacia dos meios de transporte aquático utilizados nestas regiões. Outro fator determinante voltou-se para a organização

da estrutura fundiária, sendo o fazendeiro personagem central deste processo.

Figura 1 - Principais municípios da ilha de Marajó com registro de presença do *Syndicato Industrial e Agrícola Paraense* - 1908



Fonte: Base Cartográfica do IBGE (2007), dados da FAEPA (2004).
Elaborado por AFSJ e DSS.

A partir de 1905, no governo de Augusto Montenegro (1901-1909) a oligarquia do arquipélago de Marajó, por intermédio do senador José Ferreira Teixeira funda e preside o *Syndicato Industrial e Agrícola Paraense*. Merece atenção o fato da fundação desta organização ocorrer no auge da exploração da borracha (*Hevea brasiliensis* Willd. ex Adr. de Juss), quando a Amazônia representara importante contribuição à economia nacional por uma atividade que associava a exploração extrativa na floresta à transformação

industrial mais avançada em termos de sofisticação tecnológica. O caráter extrativo da *Hevea* não aparece representado no nome do sindicato que se pretende primeiro industrial e depois agrícola. É o caráter de indústria, que ocorre no beneficiamento da *Hevea*, que toma relevo, demonstrando a preocupação com a representação de modernidade que a atividade agropecuária pode assumir. Ao assumir o cargo de senador, José Ferreira Teixeira beneficiou a indústria agropecuária, com a realização de congressos de fazendeiros, cujos trabalhos resumidos em conclusões foram publicados pela revista *A Lavoura Paraense* (1907), boletim da diretoria de Agricultura do Estado.

Essas conclusões traziam resultados para estimular e orientar a indústria pecuária paraense. No que se refere à atividade agropecuária, o senador José Ferreira Teixeira defendeu a criação de 3 (três) campos experimentais agrícolas, no baixo Amazonas, no Marajó, e no Tocantins, em que promoveu o fomento, a organização e a regulação da produção do algodão no Pará; estimulou a criação de posto de seleção de gado nacional “crioulo”; envolveu-se na organização do serviço de defesa sanitária animal do Pará; promoveu a concessão de terras devolutas a quem se obrigasse a instalar e manter fazendas de criação na Guiana brasileira; engajou-se na organização e instalação de indústrias de aproveitamento de sementes oleaginosas; auxiliou o sindicato agropecuário de Soure-Marajó, para instalação de um posto zootécnico; instalou uma escola doméstica para formação de “donas de casa”; proporcionou a criação

de um patronato agrícola; entre outros serviços que beneficiavam os grandes proprietários de terras. Aumentou a confiança dos capitalistas na indústria de criação e novos elementos conquistaram a pecuária marajoara e de outras zonas do Pará (TEIXEIRA, 1953, p. VIII).

EXPANSÃO DA PECUÁRIA E A INSERÇÃO DE NOVOS MUNICÍPIOS NO *SYNDICATO INDUSTRIAL E AGRÍCOLA PARAENSE*

O *Syndicato Industrial e Agrícola Paraense* promoveu a propaganda da agropecuária no estado, resultando na criação dos sindicatos agrícolas de Ourém, Irituia, Abaetetuba, Cametá, Maracanã e Bragança. Em 1907, o sindicato reuniu o Congresso dos Fazendeiros do Pará, cujas conclusões serviram de orientação para intervenções na Pecuária do estado. Este sindicato fundou a Estação Experimental de Igarapé-Açu e estimulou a criação da Secção de Agricultura do Estado do Pará, proporcionando a expansão significativa desta atividade que, a priori, estava voltado para o arquipélago Marajoara. A Figura 2 indica os municípios associados ao *Syndicato Industrial e Agrícola Paraense*, em 1905, destacando no início deste século a expansão da atividade pastoril, outrora situada no arquipélago Marajoara, agora em direção ao Nordeste Paraense e ao baixo Tocantins (TEIXEIRA, 1953, p. 43-44).

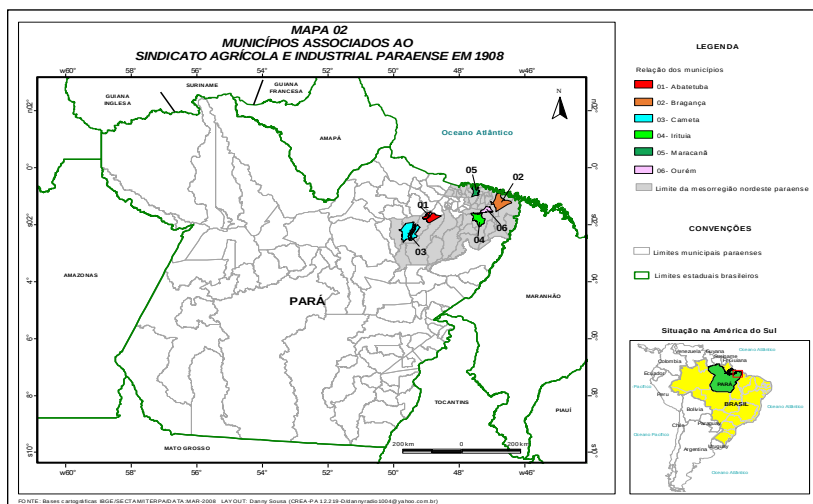
A expansão não estagnou a produção de gado no arquipélago Marajoara, mas dinamizou esta atividade em outras regiões do estado. O Nordeste Paraense, assim como a Amazônia em geral

ganhou relevância devido à produção de látex, matéria-prima utilizada em função do processo de vulcanização que ocorrera nos Estados Unidos e a Inglaterra, em 1839. Os países citados passaram a industrializar produtos derivados da borracha (*Hevea brasiliensis* Willd. ex Adr. de Juss) como os pneus dos automóveis e bicicletas e outros acessórios importantes para a montagem desses bens, proporcionando a construção da estrada de ferro Belém-Bragança, concluída no governo de Augusto Montenegro (1901-1909), sendo implantados vários núcleos ao longo da mesma.

Desta forma, a substituição do barco pela locomotiva modificou a dinâmica de ocupação do Nordeste Paraense, transferindo milhares de pessoas brasileiras e estrangeiras para esta região. A crise do comércio da borracha acelerou o processo de ocupação. As atividades secundárias à extração da borracha (*Hevea brasiliensis* Willd. ex Adr. de Juss) desenvolvidas pelos seringueiros passam a atuar como atividade principal, com destaque para a agricultura, utilizada por meio do sistema de corte-e-queima que, segundo Ludovino (2002) apud Veiga et al. (2004, p. 39), a maioria das propriedades têm menos de 50 hectares, ou seja, predominando a agricultura familiar. A partir dos anos 1930, a construção de rodovias locais facilitou a integração entre esta região e Belém, além das rodovias federais BR-010 (Belém-Brasília) e BR-316 (Pará-Maranhão) em meados de 1959 (ver a Figura 5), impulsionando o fluxo migratório na região pela segunda vez. Os fazendeiros do arquipélago de Marajó e de outras regiões do estado optaram pelo

Nordeste Paraense, devido à facilidade de escoamento do gado e sua distribuição nas redes de açougues em Belém, aumentando a concentração fundiária e a sindicalização dos municípios do Nordeste Paraense (VEIGA et al., 2004, p. 41).

Figura 2 - Municípios associados ao *Sindicato Industrial e Agrícola Paraense* em 1905



Fonte: Teixeira (1953). Elaborado por AFSJ e DSS.

A relação entre a patronagem rural e o Estado foi fortalecida desde o início do século XX, na República Velha, como demonstra *A Lavoura Paraense*, publicada mensalmente e editada durante cinco anos, entre 1907 e 1912. Os técnicos e produtores rurais manifestavam interesses enquanto categorias profissionais, geralmente vinculadas a órgão público. Organizavam-se em prol de seus interesses, ou seja, uma preocupação pelo aumento da produtividade incorporando novas tecnologias, elemento importante

para aproximar as referidas categorias em nível nacional e internacional por meio das representações de maquinários agrícolas e sementes selecionadas originárias de outros estados ou países. Desta forma, a Figura 3 e o Quadro 2 ressaltam a difusão de tecnologias, com a fundação de sedes municipais via *Syndicato Industrial e Agrícola Paraense*, aumentando a sua representatividade no estado. A aquisição de arados, arames, sementes e a compra de uma usina de descaroçar e enfardar algodão representa a utilização de novas tecnologias no estado, descentralizando as atividades agropastoris desenvolvidas na ilha de Marajó (GUERRA, 1999, p. 3 e 4).

Fotografia 1 - Projeto geral do posto Zootechnico, Soure/Marajó, 1918

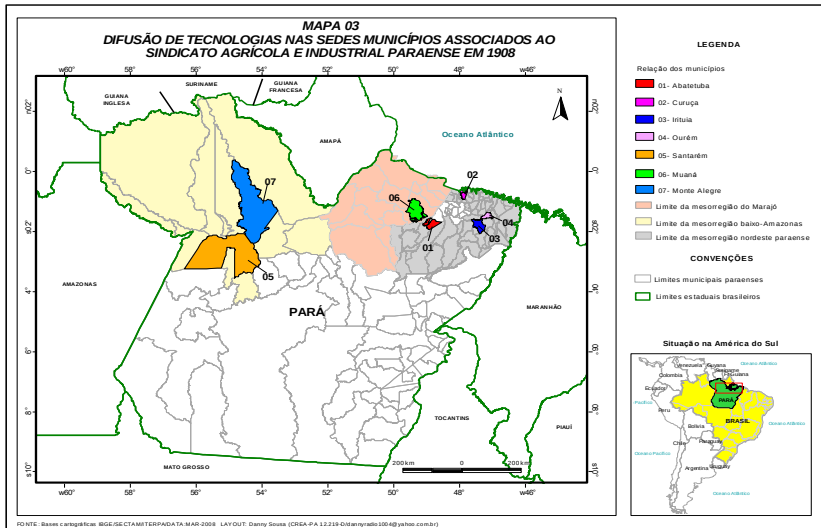


Fonte: Revista Comercial do Pará (1918)

Se as preocupações com melhorias tecnológicas são evidenciadas pelas matérias produzidas e publicadas em *A Lavoura Paraense* (1912) e na *Revista Comercial do Pará* (1918), não existem indicadores de transformações sociais importantes, demonstrando o crescimento do assalariamento e respeito às leis

trabalhistas no campo. A oligarquia absorve tecnologia, mas não há indicativo de mudanças nas situações de dominação.

Figura 3 - Difusão de tecnologias nas sedes municipais vinculadas ao *Sindicato Industrial e Agrícola Paraense*, 1908



Fonte: Base cartográfica do IBGE (2007). Dados de Guerra (1999). Elaborado por AFSJ e DSS.

Durante o período 1910-1930, no qual ocorreu intenso processo de descentralização da pecuária no estado, os municípios da ilha de Marajó mantiveram sua produção e receberam incentivos do governo, por intermédio da ação parlamentar do senador José Ferreira Teixeira em 2 (dois) mandatos compreendidos entre 1913 e 1930. Nascido em 22 de julho de 1865, no município de Muaná, bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Recife (PE), em 1889 tornou-se este senador representante dos interesses dos pecuaristas no estado e no país. Durante sua vida pública

assumiu vários cargos, como já citamos anteriormente quando nos referimos ao *Syndicato Agrícola e Industrial Paraense*, com destaque para o projeto do *Posto Zootechnico do Syndicato Agro-Pecuário Soure-Marajó* (1918), (ver Fotografia 1) e campos anexos de demonstrações e experiências de agricultura, voltado para a construção da primeira escola prática de agricultura mecânica, criação racional e leiteira do estado do Pará. Esta benemérita associação se propôs a criar postos de monta em todos os municípios que os auxiliasse com cessão de 30 (trinta) hectares de terras e certo número de sócios (REVISTA COMERCIAL DO PARÁ, 1918).

Quadro 2 - Difusão de tecnologias no estado do Pará, junho de 1908 a maio de 1909

<i>Local</i>	<i>Tipos de tecnologias</i>
Ourém	Aquisição de arados
Irituia	Aquisição de arados
Abaeté	Aquisição de arados e sementes
Muaná	Aquisição de arados e sementes
Monte Alegre	Usina de descaroçar e enfardar algodão
Santarém	Usina de descaroçar e enfardar algodão
Curuçá	Aquisição de sementes
Marajó	Arames e materiais para construção de cercas

Fonte: Guerra (1999). Elaborado pelo autor.

A economia do período era sustentada basicamente pela produção da borracha (*Hevea brasiliensis* Willd. ex Adr. de Juss), castanha-do-pará (*Bertholletia excelsa* H. B e K) e cacau (*Theobroma cacao* L). Entretanto, a partir de 1920 com a abrupta queda dos preços da borracha (*Hevea brasiliensis* Willd. ex Adr. de

Juss) no mercado internacional, que proporcionou em 1921 que a castanha-do-pará (*Bertholletia excelsa* H. B e K) passasse à frente da borracha (*Hevea brasiliensis* Willd. ex Adr. de Juss) como produto de exportação mais valioso do Pará. Para Weinstein (1993, p. 289):

O Estado do Pará, e a Amazônia como um todo, não sofreu qualquer transformação social ou econômica fundamental em consequência da expansão da borracha. A região saiu da era da borracha ainda por um sistema de produção que se assemelhava muito aos modelos coloniais de exploração econômica e por um conjunto hierárquico de relações sociais, que de modo algum, representava um distanciamento significativo da estrutura de classe tradicional. Contudo, a ausência de uma “grande transformação” não nos deve levar ao equívoco de crer que não haja ocorrido mudança alguma de importância duradoura no correr do período de sessenta anos (60), durante os quais a borracha foi o principal produto de exportação da Amazônia. Em primeiro lugar, mudou-se sensivelmente a composição da própria elite, embora não drasticamente. Fora os pecuaristas de Marajó e do baixo Amazonas e de um punhado de produtores de cana-de-açúcar nas proximidades da capital, a classe alta do Pará voltou-se predominantemente para atividade mercantil. Quer fossem importadores, exportadores, varejistas ou pequenos industriais com interesses comerciais paralelos, os cidadãos mais ricos do Pará, quase sem exceção, antes obtinham sua riqueza do comércio do que da terra. Até mesmo os mais destacados pecuaristas participavam amplamente do mercado de carne e de outros produtos, em vez de apenas criarem gado.

No que diz respeito ao reconhecimento e apoio governamental aos pecuaristas durante o período mencionado não era equivalente aos problemas financeiros e ecológicos herdados pela queda da borracha (*Hevea brasiliensis* Willd. ex Adr. de Juss) e que

precisavam ser sanados. Os problemas mencionados vão desde a falta de recursos financeiros por parte dos seringalistas, bem como as péssimas condições acesso aos seringais e a ausência de um plantio racional. Desta forma, houve incentivo maior do governo para este ramo da economia. A pecuária só recebera financiamento governamental caso houvesse uma “fazenda modelo” e pelo subsídio a uma linha de navegação entre Marajó e Belém como cita Weinstein (1993, p. 285), o governo abandonou de vez os criadores a seus próprios recursos. Este fato proporcionou aos pecuaristas um controle do rebanho e a especulação do preço da carne, desencadeando em 1923 a grave escassez do produto em Belém (WEINSTEIN, 1993, p. 285).

Embora a produção e a comercialização da carne no estado não se aproximassem dos lucros advindos do negócio da borracha (*Hevea brasiliensis* Willd. ex Adr. de Juss), a pecuária se firmou como fonte de renda firme e segura, sendo que os pecuaristas de Marajó prosperaram graças à inflação do preço da carne, servindo de fonte de empréstimos para socorrer os envolvidos com a produção da borracha já em baixa. Entre os pecuaristas tradicionais de Marajó, Weinstein (1993, p. 285) cita as famílias tradicionais dos Lobato, dos Pombo e dos Bezerra.

Durante o período descrito a produção e comercialização da borracha (*Hevea brasiliensis* Willd. ex Adr. de Juss), da castanha-do-pará (*Bertholletia excelsa* H. B e K), do cacau (*Theobroma cacao* L) e da pecuária, ou seja, a economia local esteve centralizada nas mãos

das famílias tradicionais denominadas oligarquias, regime político ou forma de dominação de qualquer tipo, no qual o poder está nas mãos de um grupo pequeno de pessoas que dele se apossaram sendo exercido apenas por elementos desse grupo. Do ponto de vista puramente formal, distingue-se da democracia e monarquia (SANDRONI, 2001), sendo substituídas paulatinamente a partir dos anos de 1930 por outra categoria político-social denominada de patronato, conhecidos como empresários, produtores rurais, ruralistas, fazendeiros, pessoas físicas ou jurídicas com extensões de terras superiores a 3 (três) módulos rurais, empregadores de mão-de-obra assalariada, cultivos e criações especializadas voltados para o mercado exterior. Até os anos de 1930 as famílias tradicionais, grupos familiares que se denominou de oligarquia eram os grandes detentores de terras na região (EMMI, 1999).

A partir de 1940, o patronato rural era representado pelas cooperativas agrícolas e a Associação dos Seringalistas da Amazônia, envolvidos na reativação da produção da borracha (*Hevea brasiliensis* Willd. ex Adr. de Juss) na Amazônia durante a Segunda Guerra Mundial em função dos denominados acordos de Washington. De acordo com Petit (2003, p. 62) em março de 1942, os governos dos EUA, da Grã-Bretanha e do Brasil assinaram diferentes tratados de cooperação militar e econômica, que ficaram conhecidos como os Acordos de Washington. Num desses tratados, estabelecia-se a importância de incentivar a produção de borracha na Amazônia brasileira para suprir as necessidades civis e militares

desse produto dos Países Aliados que tinham perdido, para o Japão, o controle dos seringais asiáticos. A formação de Cooperativas se realiza com apoio do Serviço de Assistência ao Cooperativismo (SAC), órgão do Departamento da Agricultura do Estado do Pará, dirigido respectivamente pelo agrônomo Luiz Fernando Ribeiro³ e o seringalista José Manoel Ferreira Reis, este último presidente da Associação dos Seringalistas da Amazônia. Dentre as cooperativas criadas durante este período, a mais importante foram a Sociedade Cooperativa da Pecuária do Pará (SOCIPE), em 1932, e as cooperativas agrícolas da Região Bragantina e do Baixo Amazonas (FERNANDES, 1999, p. 85-86).

Durante o Estado Novo (1937-1945), o país passou por um reordenamento econômico e político, proporcionando um projeto de desenvolvimento, pautado no desenvolvimento urbano-industrial, por intermédio da Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA), com o objetivo de integração econômica da região ao restante do país. Os produtores rurais não satisfeitos com o novo modelo estabeleceram diretriz voltada para mobilizar seus representantes, criando novas organizações de proprietários rurais, abrindo novas fronteiras no Sul e Sudeste do Pará. De acordo com Fernandes (1999, p. 87), o Quadro 3 retrata as associações rurais do estado do Pará em 1950 e a Figura 4 demonstra a distribuição espacial das associações rurais do Pará, no período de 1951 a 1954,

³ Diretor-presidente da Cooperativa Central de Créditos, diretor geral do Departamento de Agricultura do Estado do Pará na década de 1940. Consultar Fernandes (1999).

destacando-se o município de Marabá como nova fronteira, no Sudeste do estado.

Quadro 3 - Associações rurais do estado do Pará na década de 1950

Nome da entidade	Data da fundação
Associação Rural de Ananindeua	01.04.1951
Associação Rural de Igarapé-Açu	24.05.1951
Associação Rural de Marabá	17.07.1951
Associação Rural de Vigia	02.03.1952
Associação Rural de São Caetano de Odivelas	14.03.1952
Associação Rural de Curuçá	24.05.1954

Fonte: Fernandes (1999)

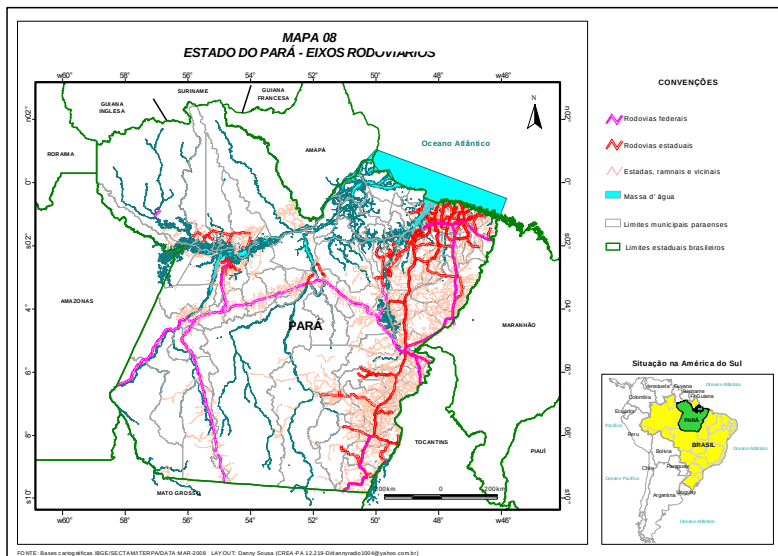
A razão central da formação das entidades do setor rural não era a defesa da estrutura agrária, mas a necessidade desses grupos interferirem no processo econômico que se estruturava, em novas bases naquele momento, para a região, alavancado pelo Plano de Valorização da Amazônia. A organização política representada pelas associações municipais do Nordeste do Pará e as organizações provenientes de Marajó, não correspondiam aos interesses da categoria patronal localizada em outras áreas de atuação, como o Sul e Sudeste do estado.

Em 1964, sob comando dos militares, alteram-se as normas que regiam as organizações classistas no Brasil. Em decorrência disso, as associações rurais municipais se transformam em sindicatos e a Federação das Associações Rurais assume a denominação de Federação da Agricultura do Estado do Pará. Em 25 de maio de 1968, o patronato rural de Paragominas, Sul do Pará e Vale do Araguaia consideradas novas fronteiras, criam a Associação dos

A substituição das atividades pastoris desencadeadas no Nordeste Paraense para as áreas consideradas novas fronteiras ocorre, de fato, entre 1951 e 1954, quando Getúlio Vargas reassumiu o governo, estruturando o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, por meio da SPVEA, pautado em um programa do governo federal voltado para impulsionar a industrialização no país. A década de 1960 ocasiona grandes retrocessos à luta dos camponeses, que vê na ascensão do regime militar seu sonho frustrado, em detrimento de uma política econômica voltada para incentivos e políticas de mercado, políticas creditícias de juros baixos, política de ocupação do território nacional, com acesso fácil à terra, política fiscal que contemplou proprietários inadimplentes. Todas as medidas acima beneficiaram grandes proprietários de terras ligados ao setor industrial de outras regiões do país, que adquiriram grandes extensões de terras no estado do Pará.

Na década seguinte os projetos de infraestrutura dinamizaram a economia da região, facilitando a entrada e saída de produtos pelas rodovias PA-150, Transamazônica (BR-230), BR-158 (trecho Mato Grosso-Pará), Belém-Brasília (BR-010) e uma rede de estradas secundárias (Ver Figura 5). Segundo Emmi (1999, p. 17), durante esta década a conjuntura regional indica sintomas de decadência das oligarquias locais enquanto grupos dominantes, cedendo espaço para empresas estatais e privadas que se instalaram na região e para camponeses ávidos por terra, disputando o espaço por ocupações e apossamento.

Figura 5 - Eixos rodoviários do Pará



Fonte: ITERPA (2008)

Neste momento se tornam evidentes as transformações do perfil das classes dominantes no estado do Pará. De atividades organizadas sobre contratos verbais, pagamentos em gêneros e mecanismos de dominação baseados em uma dívida imaginária para atividades assalariadas, seja na base de diárias, seja de empreitada, define-se uma relação capital e trabalho baseado em padrões contemporâneos. Isto não elimina a ocorrência de trabalho em condições aviltantes, assemelhadas ao escravismo. O financiamento oficial de ocupação regional ocorre sob a égide da modernização das relações de trabalho. As oligarquias se convertem em patronato. Entretanto, faz-se necessário estabelecer uma relação entre as categorias mencionadas, pois os termos são empregados com o mesmo

significado neste trabalho, somente quando retrata os donos dos meios de produção e a parcela da sociedade que ao longo dos anos sempre foi beneficiada com políticas oriundas do Estado, aumentando a concentração de terras e as desigualdades sociais no campo. Na região estudada, os termos apresentam peculiaridades e características diferentes, quando submetidos a uma análise crítica. A oligarquia é formada de famílias tradicionais, detentora de enormes áreas de castanhais que utilizaram instrumentos políticos e econômicos para aumentar os seus domínios, tendo seus laços presos ao capitalismo comercial e fortalecidos pelo domínio de terras (EMMI, 1999). Os grupos de famílias tradicionais vão perdendo espaço para pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas em nossa região a partir da década de 1970, resultado da Política de Integração Nacional (PIN), a terra deixa de ser monopólio dos comerciantes da castanha para ser compartilhada com empresas públicas e privadas pautadas em um capitalismo financeiro, o que justifica a afirmação: as oligarquias se convertem em patronato.

Entende-se patronato rural como uma categoria política representada por entidades (confederação, sociedade, sindicato, associação, cooperativa) que congregam diferentes atores sociais como produtor rural, ruralista, fazendeiro, empresário agropecuário e proprietário rural, com o objetivo de defender os direitos, reivindicações e interesses comuns, independentemente do tamanho da propriedade e do ramo de atividade de cada um, seja na lavoura ou pecuária, extrativismo vegetal, pesca ou exploração florestal. Esta

categoria instituiu a figura do latifúndio produtivo, associado ao termo moderno como sinônimo de produção e reprodução cada vez mais subordinada ao capital, voltado para os padrões produtivos da agroindústria. Este discurso defende a tecnologia como modelo de desenvolvimento agrícola.

PARA NÃO CONCLUIR

O estudo das primeiras organizações patronais rurais do estado do Pará possibilitou um recuo histórico demonstrando que a formação dessas organizações ocorreu a partir de meados de 1825, ou seja, ainda no século XIX, com a formação de milícias privadas e a associações de fazendeiros do Marajó, de Muaná e Cachoeira do Arari.

A partir da criação do *Syndicato Industrial e Agrícola Paraense* em 1905, alguns municípios do arquipélago Marajoara como Soure, Anajás, Afuá, Chaves, Cachoeira do Arari, Muaná e Ponta de Pedras obtiveram privilégios por intermédio do então presidente e fundador deste sindicato, o Senador José Ferreira Teixeira que beneficiou a indústria agropecuária e reuniu a patronagem marajoara e paraense via organização de encontros, os congressos de fazendeiros, bem como promoveu políticas de interesses dos fazendeiros, proporcionando a expansão da agropecuária.

Em meados de 1908, o *Syndicato Industrial e agrícola Paraense* amplia sua base associando municípios localizados no Nordeste Paraense e Baixo Tocantins, com destaque para Bragança, Irituia,

Maracanã, Ourém, Abaetetuba e Cametá, situação que não estagnou a produção bovina no arquipélago de Marajó. A expansão para as referidas regiões está relacionada ao projeto de infraestrutura da ferrovia Belém-Bragança concluída no governo de Augusto Montenegro (1901-1909). Vale ressaltar que a expansão da atividade agropecuária no estado ocorre no momento em que a produção da *hevea* entra em colapso, sendo esta atividade a principal fonte de renda do país e do estado.

O *Sindicato Industrial e Agrícola Paraense* dinamizou as atividades econômicas no estado, principalmente a agropecuária e possibilitou o incremento de tecnologias para os municípios filiados como Santarém, Monte Alegre, Muaná, Ourém, Irituia, Curuçá e Abaetetuba. Entretanto, verificou-se na relação patrão/empregado que não houve conquistas para os trabalhadores que desenvolviam suas atividades de labor nas fazendas desses municípios, em situações desfavoráveis.

A rigor, as primeiras organizações patronais rurais do estado do Pará surgiram no arquipélago Marajoara fortemente influenciadas pela atividade econômica da pecuária. A partir do período de 1910-1930, ocorreu a descentralização desta atividade econômica e obviamente a inserção de novos municípios situados no Nordeste Paraense (1910-1930) e posteriormente no Sudeste Paraense (a partir de 1950).

No que concerne à inserção de novos municípios, esta foi possível em função de políticas desencadeadas pelo governo federal

visando a integração da região Norte ao restante do país, o que possibilitou a construção de rodovias federais, estaduais e locais dinamizando a economia da região e fortalecendo os conflitos sociais entre as diferentes personagens que compõem a estrutura agrária desta região.

A organização do patronato rural paraense, ora apresentada pela oligarquia, outrora conduzido pelo patronato não é um fato recente como foi demonstrado no início deste trabalho. O fortalecimento do patronato ocorre de acordo com o processo de expansão e a inserção de novas regiões do estado, aglutinando atores sociais diversos como produtores rurais, ruralistas, fazendeiros, empresários rurais, empregador rural que foram representados ao longo dos anos pelos sindicatos, milícias privadas e associações que contribuíram de forma crucial para a formação dos atuais sindicatos de produtores rurais vinculados a atual Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Pará (FAEPA).

Enfim, o documento propõe relativizar a uma discussão a respeito das primeiras organizações patronais rurais no estado do Pará, destacando mudanças significativas e a evolução das representações patronais que culminaram na formação da FAEPA, destacando o caráter concentrador do patronato rural paraense, seja ele expresso pelas oligarquias do passado, seja pelas empresas do presente. A concentração se expressa pela extensão das terras, pela especialização das atividades restritas à exploração extrativa (comércio e indústria de madeiras, seringais e castanhais), à pecuária

bovina, e a soja, cada vez menos empregadora de mão-de-obra e dependente de capital intensivo em maquinários, sementes selecionadas e produtos químicos.

O caráter excludente destas atividades favorece o conflito, tornando o Pará um dos estados mais conflituosos da federação. Os conflitos se traduzem em ações violentas, das quais os assassinatos de lideranças sindicais camponesas são os indicadores mais evidentes. Ainda que se altere o foco de ação territorial do patronato rural paraense, não se modifica o seu caráter excludente e violento, o que requer novos estudos e investimentos teóricos para a compreensão de sua permanência histórica.

REFERÊNCIAS

A LAVOURA PARAENSE. *Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação, Oficinas do Instituto Lauro Sodré*. Belém, 15 nov. 1907 e 31 abr. 1912.

EMMI, M. *A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais*. 2. ed. Belém: NAEA, 1999.

FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO ESTADO DO PARÁ. *53 anos valorizando o homem e a produção rural*. Belém: L&A Editora, 2004.

FERNANDES, M. *Donos de terras: trajetória da União Democrática Ruralista - UDR*. Belém: UFPA/NAEA, 1999.

_____. *Estrutura fundiária e atuação política dos donos de terra no Pará: uma abordagem sobre a União Democrática Ruralista - UDR*. 1993. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Núcleo de altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1993.

GUERRA, G. A. D. *Sindicatos rurais versus sindicatos de trabalhadores rurais no estado do Pará. Novas estratégias de*

representação política. *Paper do NAEA*, Belém, n. 124, 19p., ago. 1999.

IBGE. *Mesorregiões e microrregiões paraenses*. Belém, 2007.

INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ. *Base Cartográfica*. Belém, 2008.

LUDOVINO, R. M. R. *Evolução e viabilidade dos sistemas de agricultura familiar na Região Bragantina, Para/Brasil*. 2002. 370f. Tese (Doutorado em Agronomia) - Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa, Portugal, 2002.

PETIT, P. *Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964*. Belém: Paka-Tatu, 2003.

REVISTA COMERCIAL DO PARÁ. *Syndicatos Agro-Pecuário Soure-Marajó*. Belém, v. 4, n. 7, 31 dez. 1918.

SANDRONI, P. *Novíssimo dicionário de economia*. 6. ed. São Paulo: Círculo do Livro, 2001.

TEIXEIRA, J. F. *O arquipélago de Marajó*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1953.

VEIGA, J. B. da et al. *Expansão e trajetória da pecuária na Amazônia: Pará, Brasil*. Brasília: UNB, 2004.

WEINSTEIN, B. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: Hucitec; USP, 1993.

A IMPLANTAÇÃO DA RIZICULTURA NOS CAMPOS MARAJOARAS-PARÁ: ENTRE O USO MONOPOLISTA E O USO COLETIVO DO TERRITÓRIO¹

Benedito Ely Valente da CRUZ²

Ana Regina FERREIRA DA SILVA³

INTRODUÇÃO

A região do Marajó, estado do Pará, na Amazônia brasileira, tem passado nos últimos anos, por visíveis transformações socioespaciais, sobretudo, pela implantação da cultura do arroz em grande escala no seu território, implicando em conflitos entre distintos sujeitos sociais pelo uso da terra. A disponibilidade de terras a preços baixos atrai o investimento privado de rizicultores que se apropriam de grandes áreas para implementar um monocultivo que concorre com a sobrevivência de comunidades quilombolas, ribeirinhas e demais moradores do Marajó.

Mesmo podendo apresentar potencial de investimento para a economia local, essa atividade impulsiona negativamente processos

¹ Esta pesquisa está vinculada ao “Projeto de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas para gestão de Territórios na Amazônia paraense” realizado em parceria entre a Universidade Federal do Pará (UFPA), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e deverá ser desenvolvida por meio do acompanhamento sistemático e presencial na avaliação das políticas públicas territoriais ora voltadas para serem implementadas na região em estudo.

² Geógrafo, doutorando em Geografia pela UNESP-Campus Presidente Prudente (SP), professor assistente do curso de Geografia da Universidade do Estado do Pará (UEPA). Atualmente coordena o Núcleo de Extensão e Desenvolvimento Territorial (NEDET-Marajó), projeto financiado pelo CNPq-MDA. E-mail: bvalente7@yahoo.com.br

³ Geógrafa, mestre em Geografia pela UFPA, atua no NEDET-Marajó como assessora de Gestão Social. E-mail: areginageo@gmail.com

como a concentração fundiária, mudanças no consumo, perdas de identidade e da biodiversidade regional, entre outros, os quais devem ser analisados à luz do conhecimento geográfico.

Portanto, objetiva-se neste trabalho analisar o contexto de intensificação da disputa pelo uso do território na ilha do Marajó, ora agravado pela implantação da rizicultura no município de Cachoeira do Arari. Esta pesquisa está em andamento e será investigada metodologicamente a partir de levantamentos bibliográfico, documental e em campo, buscando, respectivamente, aporte teórico notadamente em autores da área da Geografia para discutir o conceito de território, e, em documentos institucionais que conformam socioeconomicamente a região em estudo.

ABORDAGENS E CONCEPÇÕES DO CONCEITO DE TERRITÓRIO

O conceito de território é um dos mais clássicos utilizados pela Geografia. É usado para evidenciar as relações de poder entre indivíduos e grupos sociais em um determinado espaço, ou seja, em outras palavras versa sobre a espacialidade da política e o exercício do poder, apresentando uma dimensão material e simbólica, que expressa o processo de dominação e apropriação do espaço.

Haesbaert (2004), num esforço de sistematização da concepção de território, propõe uma análise a partir de duas dimensões de referência, uma tendo os fundamentos epistemológicos e a outra, os fundamentos filosóficos. Do ponto de vista epistemológico, ou seja,

das mudanças ocorridas na acepção do conceito de território, Haesbaert (2004, p. 40) o agrupa em três grandes matrizes:

Política (referida às relações espaço-poder em geral) ou jurídico-política (relativa a todas as relações espaço-poder institucionalizada): a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado. **Cultural** (muita vezes culturalista) ou simbólica-cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido; **Econômica** (muitas vezes economicista): menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recurso e/ou incorporado no embate entre as classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho, por exemplo (grifo nosso).

Estas três concepções podem ser facilmente encontradas nos estudos geográficos e acompanham as transformações teórico-metodológicas pelas quais a ciência geográfica vem passando desde sua institucionalização. Assim, encontramos concepções de território fundadas no método positivista, a exemplo da concepção unidimensional de poder encontrada nos estudos de Ratzel, bem como, encontramos a concepção a partir do método dialético, enfatizando a multidimensionalidade do poder, sobre o qual Raffestin é uma grande referência. Temos também mais recentemente a abordagem fenomenológica de território, que enfatiza mais seus aspectos simbólicos e imateriais, principalmente trabalhada por Yi-Fu Tuan.

Para Haesbaert (2004), pode-se analisar também o conceito de território a partir das seguintes perspectivas: materialista, idealista e integradora, sendo esta última um esforço de conceituação do próprio autor. Das três, a perspectiva materialista é a mais utilizada na Geografia, principalmente a dimensão jurídico-política do território. Ainda, segundo Haesbaert (2004) uma forma de ultrapassar as limitações e dicotomias no uso deste conceito é trabalharmos com a sua perspectiva integradora (relacional), haja vista que o território para além de constructo do intelecto tem uma dimensão ontológica.

Pensar na referida perspectiva integradora, segundo Haesbaert (2004, p. 79), requer uma “ideia de território como uma ‘experiência total do espaço’, que conjuga num mesmo local os principais componentes da vida social (atividade econômica, poder político e criação de significado, de cultura)”, mas para isso é preciso ultrapassar a noção de território-zona e chegar à noção de território-rede, em outras palavras, interpretar o território numa perspectiva multi-escalar.

Para Haesbaert (2004, p. 78), o conceito de território nesta visão integradora responde “pelo conjunto de nossas experiências ou, em outras palavras relações de domínio e apropriação, no/com/através do espaço”, sendo que os elementos-chave responsáveis por essas relações diferem consideravelmente através do tempo. No entanto, o autor alerta que para que esta concepção seja viável é preciso que se tenha uma “visão de território a partir de uma concepção de espaço como híbrido - híbrido entre sociedade e natureza, entre política,

economia e cultura, e entre materialidade e ‘idealidade’, numa complexa interação tempo-espaço” (HAESBAERT, 2004, p. 79).

Essa visão de território está presente nos trabalhos de Jean Gottman e Milton Santos, principalmente nos mais recentes desenvolvidos por este último autor. Apesar da centralidade do conceito de espaço em sua obra, a partir da década de 1990, num esforço de renovação e aperfeiçoamento da sua teoria, Santos propõe uma nova abordagem conceitual para o conceito de território.

Ao abordar o uso do território é possível compreender melhor a forma como o espaço-território vem sendo apropriado pela sociedade, principalmente no final do século XX, com a emergência do processo de globalização, que na visão do autor tem proporcionado um processo de alienação e uso corporativo do território (SANTOS, 1996; 2001).

A partir desta abordagem do conceito de território, Santos (2001) questiona a dialética sociedade-natureza. Para ele, esta dialética não existe, pois a sociedade não atua sobre a natureza, mas mediatizada pelo trabalho, ou seja, através da natureza valorada. Desta forma “O que há na realidade é relação sociedade e sociedade enquanto território, sociedade enquanto espaço” (2001, p. 18). Sendo assim, na visão de Santos *o território não pode ser considerado uma categoria de análise, e sim território usado* (grifo nosso).

Ainda segundo Santos, a ideia de território usado é mais adequada à noção de um território em mudança, de um território em processo. Só assim poderemos captar os conflitos envolvendo os

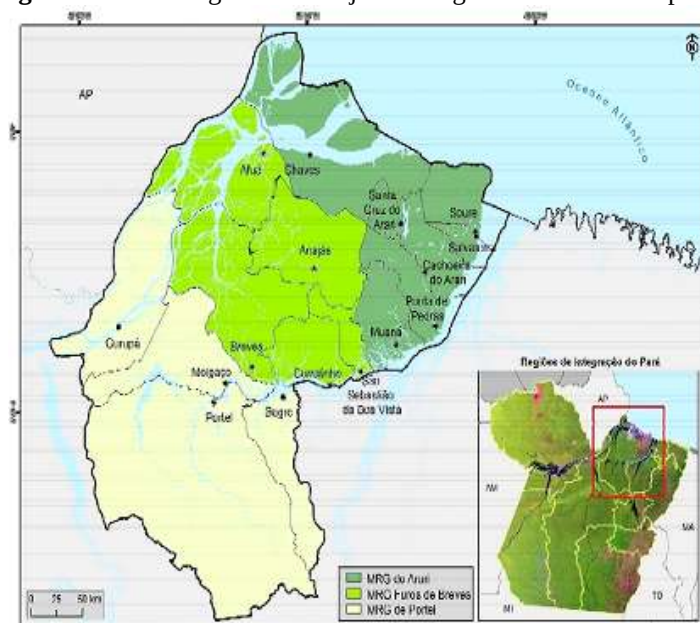
múltiplos usos presentes no território, ou seja, a relação dialética entre o uso do território como recurso (funcional) e o uso do território como abrigo (social). É a partir desta perspectiva conceitual que iremos abordar neste trabalho a expansão da rizicultura nos campos marajoaras.

TERRITÓRIO: USO E CONFLITO NA MICRORREGIÃO DO ARARI-MARAJÓ

O arquipélago do Marajó, região brasileira rica em recursos hídricos e biodiversidade, contraditoriamente, apresenta um quadro alarmante em termos de indicadores sociais: concentração de renda, elevado índice de mortalidade infantil, desnutrição, malária e óbitos por doenças parasitárias, péssimas condições de moradia, falta de saneamento ambiental, serviços de saúde e de educação pública.

Essa mesorregião possui uma área de mais de 104.140 km² distribuídos por 16 municípios em 3 (três) microrregiões - Arari, Furos de Breves e Portel (Figura 1). Apesar de ser uma das regiões mais belas, conhecida internacionalmente, e possuindo potencial extraordinário de desenvolvimento, é uma das mais pobres do Pará e do Brasil. Tem o menor índice de desenvolvimento humano (IDH) do estado do Pará (0,63%) e também o menor produto interno bruto (PIB) per capita, R\$ 2.923,39 (dois mil e novecentos e vinte e três reais e trinta e nove centavos), bem distante dos R\$ 9.910,48 (nove mil e novecentos e dez reais e quarenta oito centavos) da Região Metropolitana de Belém (PARÁ, 2013a).

Figura 1 – Mesorregião do Marajó - abrangência territorial do plano



Fonte: GeoPará (2007)

É nesse contexto de contradições socioeconômicas que a sociedade marajoara imprime suas marcas no espaço, por meio de atividades de produção, ações políticas, redes de circulação e comunicação, representações simbólicas, malhas, enfim, produzindo relações de todo tipo, constituindo “territorialidades”, ou seja, manifestações coletivas e subjetivas marcadas pelo movimento de apropriação e reprodução das relações sociais sobre o território (SAQUET, 2007).

Foi dessa forma que, segundo Acevedo Marin (2009), a elite tradicional da ilha do Marajó originou-se: das famílias proprietárias de fazendas escravocratas do século XIX descendentes de militares,

de funcionários e de colonos detentores das sesmarias no Brasil colonial. Com a expulsão das antigas ordens religiosas no Pará no século XVIII, as fazendas expropriadas no Marajó foram distribuídas entre os “contemplados” que, posteriormente se tornaram criadores e multiplicaram a criação de gado na região.

Para a mesma autora, o padrão de poder que se instalou no baixo curso do rio Arari desde o período colonial é reproduzido até o presente e se originou no final do século XVIII tendo como expoente uma elite econômica composta pelos proprietários dos meios de produção que também eram detentores dos poderes político e o militar, ordem que se consolida no século XX; e que atualmente mesclada por grandes proprietários de terras e pecuaristas continua no controle de imensas extensões de terras destinadas à pecuária e é acusada de monopolizar o acesso de comunidades quilombolas dos rios Arari e Gurupá aos recursos naturais na região.

Segundo Acevedo Marin (2009), os quilombolas dos rios Arari e Gurupá utilizam a expressão “Terra Gurupá” para produzir o reconhecimento de direitos à terra que ocupam. A comunidade Gurupá, localizada em Cachoeira do Arari, é uma área sujeita a conflitos violentos que remontam aos anos de 1970 quando da disputa pela posse da terra entre comunidades quilombolas e um conhecido fazendeiro que se dizia proprietário dessa área.

Percebe-se assim, que a disputa pela posse das terras marajoaras se inscreve no embate entre sujeitos sociais que defendem interesses antagônicos que envolvem as áreas política e jurídica. A certificação

de autodefinição como remanescentes de comunidades de quilombo requerida pela Associação Quilombola do Rio Gurupá (ARQUIG), em 2006, e concedida à comunidade Gurupá por meio da Fundação Palmares, em 2010, não garantiu o fim dos conflitos pelo uso da terra.

Figura 2 - Porto de escoamento de arroz da fazenda “Reunidas Espírito Santo”



Fonte: Benedito Cruz (2014)

A partir de 2010, com a introdução da cultura do arroz no Marajó reascendem-se as contradições pelo uso da terra na região. A rizicultura foi levada ao Marajó pelo fazendeiro Paulo César Quartiero que adquiriu 12 mil hectares de terras no entorno do município de Cachoeira do Arari, deixando a sede do município isolada por cercas das suas fazendas. A comunidade Gurupá, com cerca de 300 famílias, tem sido afetada pelas ações resultantes da implantação da rizicultura, pois a produção vem sendo escoada pelo

porto do Caracará (Figura 2), área requerida por esta comunidade quilombola.

Observa-se desse modo que os conflitos territoriais na região do Marajó giram em torno do uso do território: ora visto apenas como recurso voltado para reprodução do capital, como evidenciado no uso pela rizicultura; ora visto como “abrigo”, ou seja, voltado para reprodução dos sujeitos que habitam um determinado espaço onde retiram dele os meios necessários para sua reprodução social e que têm nele toda sua história de vida, representado pelos usos propostos pelas comunidades remanescentes de quilombos.

USO MONOPOLISTA E USO COLETIVO DO TERRITÓRIO: A EXPANSÃO DA RIZICULTURA EM CACHOEIRA DO ARARI

O município de Cachoeira do Arari se localiza na microrregião do Arari (Mapa 2), possui 3.102 km² e faz divisa com os municípios de Chaves, Soure, Salvaterra, Ponte de Pedras e Santa Cruz do Arari. Possui uma população estimada em 21.311 habitantes segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Censo IBGE, 2010), sendo a maioria residente na área rural, com 64% dos habitantes.

Mapa 1 - Localização geográfica do município de Cachoeira do Arari



Fonte: Fernando Alves (2014)

Segundo dados do Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará (IDESP), o município apresentou na primeira década do século XXI, mais precisamente entre 2002 e 2010, um Produto Interno Bruto (PIB) médio de R\$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de reais). O crescimento foi gradual desde R\$ 29.300.000,00 (vinte e nove milhões e trezentos mil reais), em 2002, até R\$ 69.500.000,00 (sessenta e cinco milhões e quinhentos mil de reais) em 2010, onde a participação da agropecuária foi

expressiva, correspondendo em 2002 a 45% do PIB do município – ficando atrás do setor de serviços (que correspondeu a 49% do PIB neste mesmo ano), porém caiu para 30% do PIB em 2010, enquanto o setor de serviços alcançou o patamar de 61% do PIB naquele ano (Tabela 1).

Tabela 1 - PIB (excluso impostos) de Cachoeira do Arari entre 2002 e 2010 (milhões R\$)

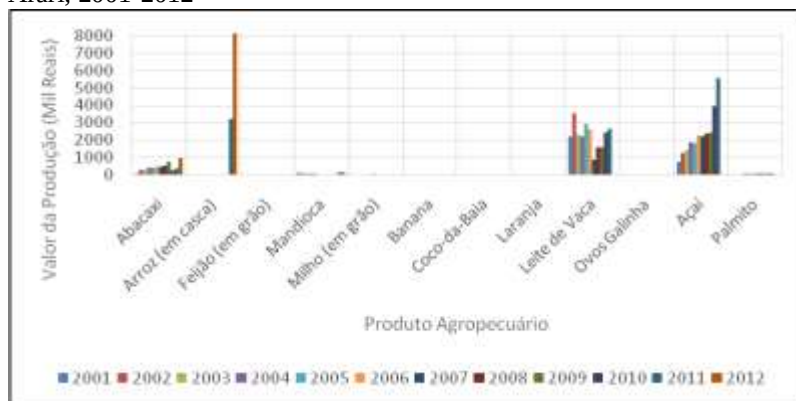
Ano	Agropecuária	Indústria	Serviços	PIB acumulado
2002	13.202	1.872	14.230	29.304
2003	13.894	2.179	15.617	31.691
2004	14.097	2.733	17.470	34.301
2005	14.607	2.963	19.293	36.863
2006	17.390	3.435	22.504	43.329
2007	17.399	3.552	25.535	46.486
2008	17.520	4.541	31.043	53.104
2009	17.895	4.731	39.148	61.774
2010	20.840	6.052	42.614	69.506

Fonte: IDESP (PARÁ, 2013a, adaptado)

Analisando a Tabela 1, percebe-se que Cachoeira do Arari conta com o setor de serviços como o principal participante no seu PIB total, porém no setor produtivo a agropecuária é mais expressiva que o setor industrial, praticamente conduzindo a base produtiva do município. Dados sobre o setor agropecuário, de acordo com o IDESP (PARÁa, 2013), mostram que o município apresentou maior expressividade na produção de leite de vaca, açaí e abacaxi entre os anos de 2001 e 2010. No mesmo período a produção de arroz é em nove anos inexistente, aparecendo apenas a partir de 2011/12, com

grande expressividade quando se compara com outras atividades produtivas (Figura 3).

Figura 3 - Gráfico da produção agropecuária no município de Cachoeira do Arari, 2001-2012



Fonte: Pará (2013n)

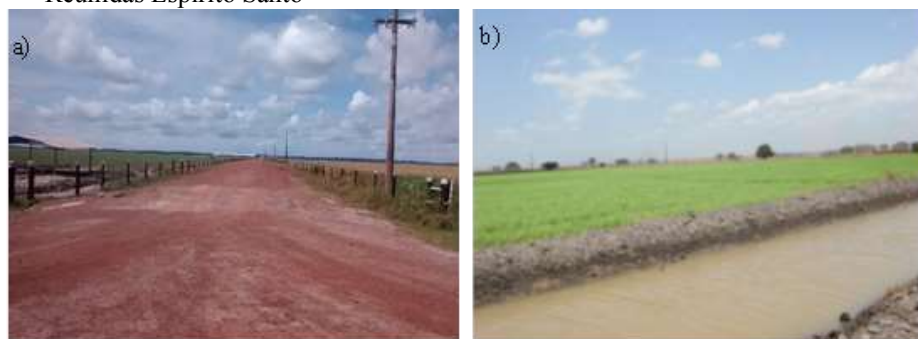
Tais dados foram apresentados com o objetivo de demonstrar a importância do extrativismo e da produção leiteira para o município, ainda que os mesmos não sejam tão próximos da realidade quanto deveriam ser, uma vez que a produção camponesa não é simples de ser levantada, assim como é o caso da rizicultura em grande escala a partir da segunda década deste século.

A introdução da cultura do arroz na ilha do Marajó a partir de Cachoeira do Arari (Figura 4) surge, em 2010, reascendendo as contradições pelo uso da terra.

A produção de arroz não faz parte nem mesmo da cultura produtiva recente do município, sendo instalada alheia às, e geralmente em detrimento, das demandas locais, culminando em

conflitos pelo uso do território entre o rizicultor e os demais agentes que historicamente já estavam estabelecidos no município, como os pescadores, os agricultores familiares e os quilombolas que têm acumulado obstáculos no desenvolvimento de suas atividades, seja em decorrência do monopólio da terra ou devido aos efeitos “colaterais” da rizicultura, como no caso do despejo de efluentes do arrozal no rio Arari, prejudicando a atividade pesqueira.

Figura 4 - (a) Entrada da sede da fazenda e (b) Arrozais da fazenda “Reunidas Espírito Santo”



Fonte: (a) Benedito Cruz (2014) e (b) Tarcísio Feitosa (GTI – MPE/PA) (2014)

Porém, a iniciativa conta com o apoio da Federação dos Agricultores do Estado do Pará (FAEPA) e do Governo do Estado do Pará. Para o presidente da FAEPA a rizicultura representa alternativa econômica viável, pois segundo ele, com pelo menos 100 mil hectares de arroz irrigado o estado do Pará poderá atingir autossuficiência em consumo, poderá também exportar para outras regiões brasileiras e, posteriormente, a região do Marajó poderá se tornar um dos maiores polos produtores de arroz do país. O Governo

do Estado do Pará também aposta na atividade como possibilidade de melhoria dos índices de vida na região já que pode representar oportunidade de emprego e renda.

Entretanto, o apoio à atividade rizicultora em Cachoeira do Arari por parte do governo estadual na verdade contribui para o fortalecimento do latifúndio capitalista moderno, que já este possui maior capacidade de produção e de competição no mercado nas escalas local, regional, nacional e internacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conflitos entre fazendeiros e quilombolas na região vêm sendo agravados na medida em que concessões e permissões são oferecidas para a implementação da rizicultura e tendem a se intensificar em decorrência do processo de desterritorialização vivido pela população local e do clima de instabilidade por se sentirem ameaçadas.

Neste processo, podemos afirmar que o território marajoara vem sendo transformado em função de interesses econômicos particulares de modo que a produção de base familiar e o extrativismo são largamente substituídos por uma atividade econômica intensiva em capital e no uso das riquezas naturais da região. Ou seja, a atividade rizicultora promove outro uso do território.

As potencialidades de investimento da atividade rizicultora para a economia local são promissoras e se realizam sob o acompanhamento e incentivo do governo do estado. No entanto, caso

esse investimento não aconteça com vistas ao desenvolvimento econômico e também social da região, respeitando as particularidades locais e regionais da população nativa, poderá, ao contrário, agravar processos já em curso como a concentração fundiária, mudanças nos hábitos de consumo da população local, perdas de identidade e da própria biodiversidade regional.

Isso significa que a implementação da referida atividade tende a promover o reordenamento do espaço social, já que implica na transformação acelerada nas formas de sobrevivência e do cotidiano da comunidade. Para a população quilombola, a terra não é vista apenas como meio de trabalho para realizar sua produção e garantir seu meio de vida. A relação que se estabelece com a terra enquanto propriedade familiar representa sua condição objetiva de existência enquanto ser. Para as famílias quilombolas a própria lembrança do espaço de residência é também lembrança da vida; de vida comunitária que se organiza sobre bases familiares.

REFERÊNCIAS

- ACEVEDO MARIN, Rosa. “Terra Gurupá” e direitos territoriais de quilombolas do rio Gurupá e Arari. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25. Fortaleza, 2009. *Anais...* Fortaleza: ANPUH, 2009.
- ACEVEDO MARIN, R.; RODRIGUES, E. T.; ARAÚJO, M. A. T. Quilombolas do rio Gurupá e a judicialização da violência. In: ALMEIDA, A. W. B. et al. (Orgs.). *Cadernos de Debates Nova Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos*. Manaus: UEA Edições, 2010. (Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia)
- HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARÁ. Procuradoria Geral de Justiça. *Cachoeira do Arari*: MPE e MPF recomendam titulação de quilombolas e licenciamento ambiental. Disponível em: <http://www.mppa.mp.br/index.php?action=Menu.interna&id=2782&class=N>. Acesso em: 29 jun. 2014.

SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. de; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). *Território: globalização e fragmentação*. Anpur/Hucitec: São Paulo, 1996.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SAQUET, M. A. *Abordagens e concepções sobre território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SPOSITO, E. S. *Geografia e Filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico*. São Paulo: UNESP, 2004.

STEDILE, João Pedro (org.). *A questão agrária no Brasil*. O debate tradicional 1500-1960. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

PARÁ. Secretaria de Estado de Gestão. Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará. *Indicadores de qualidade ambiental dos municípios da região de integração do Marajó*. Belém, 2013a.

_____. *Estatística municipal: Cachoeira do Arari*. Belém, 2013b. Disponível em:

<<http://www.idesp.pa.gov.br/EstatisticaMunicipal/pdf/CachoeiraArari.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2014.

O USO DO TERRITÓRIO RURAL PELAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE AGRICULTURA FAMILIAR NO BAIXO TOCANTINS, ESTADO DO PARÁ¹

Márcio Júnior Benassuly BARROS²

INTRODUÇÃO

A região do Baixo Tocantins, formada por onze municípios (Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé - Miri, Limoeiro do Arujú, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará e Tailândia), é um território de colonização antiga que data do século XVII.

O território segundo o censo demográfico do IBGE (2010), tem uma população de 739.881 mil habitantes, dos quais 53% vivem na zona rural, e uma área de 36.025,7 km². No que se refere aos aspectos econômicos o território apresenta uma economia pautada na agricultura e atividade florestal, com exceção do município de Barcarena que tem uma base industrial, sediando importantes plantas industriais como a Albrás e a Alunorte.

Historicamente a região sempre funcionou como um território fornecedor de recursos naturais para o mercado exterior, passando pela exploração das drogas do sertão, cana-de-açúcar, cacau, castanha-do-pará, pimenta-do-reino, açaí e dendê, estes dois últimos

¹ Uma versão ampliada deste trabalho foi apresentado no VI Simpósio Internacional de Geografia Agrária. VII Simpósio Nacional de Geografia Agrária. 1ª Jornada de Geografia das Águas. João Pessoa, Paraíba, 2013.

² Geógrafo. Doutorando em Geografia da Universidade de Brasília (UnB). Membro do grupo de pesquisa CNPq/UnB *Políticas públicas espaciais: os discursos dos atores*. Professor da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). E-mail: marcio.barros.@ufopa.edu.br.

produtos de exploração mais recente. A exploração destes produtos agrícolas pouco beneficiou a agricultura familiar, pois este modelo estava voltado para a exportação e o uso intensivo de capitais e a exploração do trabalho regional.

Esta situação de marginalização da participação nas políticas públicas levou à organização dos movimentos sociais na região a partir da década de 1980. Estes atores sociais marginalizados (trabalhadores rurais, atingidos por barragem, quilombolas, ribeirinhos, indígenas etc.) com o apoio inicial da igreja católica começam um intenso processo de organização e formação de novas lideranças rurais, sindicais, de vereadores etc. que passaram a reivindicar e cobrar mais atenção dos governos para o território do Baixo Tocantins. A luta inicial no território era por políticas públicas que verdadeiramente incluíssem os pequenos produtores, com acesso ao crédito, assistência técnica e uma política agrícola diferenciada da praticada em relação ao agronegócio. Com a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, uma nova política para o campo começa a ser implantada tendo no fortalecimento do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) a sua mais expressiva manifestação onde a agricultura familiar ganha uma importância crescente.

Em 2003 é criado o Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT), tendo como objetivo a redução da pobreza no meio rural brasileiro. Em 2008, o “Programa Território

Rurais” é ampliado sob o nome de Programa Territórios da Cidadania (PTC).

O BAIXO TOCANTINS EM EVIDÊNCIA

O Baixo Tocantins é uma unidade territorial do estado do Pará. Não se trata de um território completamente homogêneo, pois existem diferenças de caráter físico e humano nos municípios que compõem o mesmo.

Foi ao longo do vale do rio Tocantins que teve início a implantação de um conjunto de sistemas agrários para atender ao mercado externo ainda no período colonial. Este sistema implantado na região (drogas do sertão, cana-de-açúcar, cacau, castanha-do-pará, pimenta-do-reino) é um sistema que pouco possibilitou a inclusão da população da região do ponto de vista socioeconômico ao processo.

Neste aspecto, a importância do rio contribui para a formação e ordenamento dendrítico do território tocantino, ou seja, o rio passou a influenciar a localização das principais cidades da região, contribuindo para a formação de uma sociedade sub-regional de fortes traços ribeirinhos, e de uma economia muito ligada ao rio e à floresta.

Este padrão de ocupação da região descrito por Carlos Walter Porto Gonçalves (2005) como padrão rio-várzea-floresta perdurou até a década de 1960 na Amazônia. Esta ruptura ocorre a partir da relativa perda de importância do rio devido à construção da usina hidrelétrica de Tucuruí. A partir da década de 1960 inicia um novo

padrão descrito por Gonçalves (2005), como estrada-terra firme-subsolo. Neste novo modelo houve a necessidade da construção de rodovias para substituir a interligação da região que antes era feita pelo rio.

O Baixo Tocantins foi profundamente transformado pela atuação de grandes projetos de engenharia, que foram à usina hidrelétrica de Tucuruí e o complexo de alumínio Albrás-Alunorte, em Barcarena.

Estes dois grandes projetos são partes do Programa Grande Carajás (PGC) que previa a exploração dos recursos minerais na região sudeste do Pará. O PGC apresentava quatro núcleos básicos: Usina hidrelétrica de Tucuruí, ferro Carajás, alumínio de Barcarena e bauxita do Trombetas (COSTA, 2002). Para a viabilidade do PGC era necessário a oferta de energia intensiva para atender as demandas dos empreendimentos minerais a serem construídas.

É neste sentido, que é iniciada a construção da usina hidrelétrica de Tucuruí no rio Tocantins, no município de Tucuruí, em 1976, e sua inauguração ocorre somente em 1984. Paralelamente em Barcarena, ao logo do rio Pará é iniciada em 1980 a construção do complexo de beneficiamento de alumínio Albrás - Alunorte e inaugurado em 1985.

A implantação destes projetos promoveu profundas transformações de caráter social, econômico e espacial na região. A usina hidrelétrica de Tucuruí promoveu o fechamento do rio Tocantins para a navegação em um tempo em que o principal meio

de transporte da região era o fluvial. O fechamento do rio e a construção tardia da eclusa da usina concluída em 2010 contribuiu para uma modificação radical nos municípios do Baixo Tocantins, localizados à jusante da usina hidrelétrica de Tucuruí. Com o fechamento do rio para a navegação, estes municípios passaram a promover a abertura de rodovias e vicinais de integração entre os municípios da região e a capital do estado, Belém. Com esta mudança a economia predominantemente ribeirinha focalizada no extrativismo do cacau, castanha do Pará, borracha perde espaço para uma economia da terra firme (pimenta-do-reino, coco da baía e dendê) que passa a comandar a economia rural regional (BARROS, 2010).

Estas mudanças de uso do território regional contribuem para a formação de um espaço de uso híbrido, onde o rio e a rodovia são os personagens de destaque da região. O projeto Albrás - Alunorte implantado em Barcarena promoveu profundas transformações de ordem social, econômica e espacial, pois precisou implantar um conjunto de obras de engenharia como as plantas industriais da Albrás e da Alunorte, porto de Vila do Conde, usina de distribuição energética em Vila do Conde, cidadela de Vila dos Cabanos, estradas etc.

A chegada de um grande projeto em Barcarena provocou uma alteração espacial implicando na desapropriação de 40.000ha de terras no distrito de Murucupi e provocando o deslocamento de 500 famílias. Em 1970 Barcarena tinha uma população de 17.498

habitantes dos quais 86,35% eram de pequenos produtores rurais (MAIA; MOURA, 1995).

A implantação de grandes projetos como a Albrás - Alunorte e a usina de Tucuruí constituem-se pontos luminosos em um conjunto regional dominado pela pobreza representado por pontos opacos (SANTOS, 2008d; SANTOS; SILVEIRA, 2001).

Estes dois grandes projetos apresentam grandes resistências de se internalizarem na região onde estão inseridos. Como “projetos de enclave” não conseguem trazer benefícios para o entorno onde estão localizados. A presença destes dois grandes projetos de engenharia amplia o uso corporativo do território regional em detrimento do uso banal do mesmo no Baixo Tocantins.

Santos (2008e, p. 105) chama essas grandes obras de “grandes coisas artificiais, grandes objetos, produtos da história dos homens e dos lugares localizados no espaço”. A usina hidrelétrica de Tucuruí e a Albrás - Alunorte têm funcionado como verdadeiras ilhas de prosperidade em meio à pobreza do seu entorno (BARROS, 2003).

Esta modernização dos dois “grandes objetos” promove a exclusão e o uso corporativo do território, privatizando o seu uso por parte destas empresas. Neste sentido este uso corporativo do território na região promove a exclusão das populações tradicionais da região como os pescadores, pequenos produtores, índios, quilombolas, ribeirinhos, expropriados pela barragem de Tucuruí etc.

O espaço banal (SANTOS, 2008d) cede lugar para o espaço corporativo, privatizado pelos “grandes objetos” presentes na região

o que tem levado a conflitos entre empresas e a população tradicional carente da região. Em 2007 a sala de comando da usina hidrelétrica de Tucuruí controlada pela Eletronorte, foi ocupada pelos movimentos sociais da região, o que demonstra o descontentamento de parte da população regional com o uso do território por esta empresa.

No território do Baixo Tocantins a participação da agricultura tradicional familiar é expressiva. Este tipo de agricultura se caracteriza pelo uso intensivo de mão de obra e pelo baixo uso de máquinas. Esta agricultura praticada no território ainda se utiliza de técnicas manuais e com baixo agregamento técnico. Este fato se deve fundamentalmente em função das condições sociais e econômicas destes pequenos produtores rurais que são em geral muito baixas. Neste sentido, parte considerável da produção da agricultura familiar acaba sendo de subsistência, ou seja, para o próprio consumo da família, e uma pequena parte é vendida nas feiras municipais e supermercados, para a compra de objetos não produzidos pela família.

Este tipo de agricultura de subsistência extensiva é bastante carente em técnicas agrícolas, máquina que em geral não conta com boas condições para o escoamento da produção (estradas, porto etc.) e onde a assistência técnica é nula ou precária. Este tipo de agricultura é contrastada pela agricultura científica, moderna, intensiva em tecnologias, capitais e informações presentes na região

principalmente nos “grandes projetos agrícolas” do dendê sob controle da Petrobras biocombustível e Biovale.

Estes “grandes projetos agrícolas” vêm celebrando contratos de uso de pequenas propriedades rurais onde o agricultor fica na dependência do grande capital que estabelece todas as condições do negócio.

O Baixo Tocantins constitui-se historicamente como território da exclusão social, pois a formação histórica territorial da região sempre esteve voltada para a exploração de recursos naturais para exportação. Esta ocupação regional pouco contribuiu para a inclusão do homem do Baixo Tocantins.

Este cenário de marginalização da população regional deu início a um intenso processo de organização dos movimentos sociais no Baixo Tocantins. Esta organização está diretamente ligada à igreja católica, especialmente através das representações das dioceses de Abaetetuba e Cametá, onde nas décadas de 1980, teve início a um conjunto de formações para líderes, que posteriormente passaram a ocupar cargos nos sindicatos, associações, cooperativas, vereança etc. Na década de 1990, ocorre a aglutinação dos atores sociais da região no Movimento de Defesa e Desenvolvimento da Região Tocantina (MODERT).

Desde o início da criação do MODERT na década de 1990, a luta por políticas públicas compensatórias da Eletronorte em função dos grandes impactos ocasionados pela construção da hidrelétrica de Tucuruí na região foi intensa. A construção da usina de Tucuruí

afetou toda a bacia do Baixo Tocantins ocasionando perdas irreparáveis principalmente na pesca, na fauna, na flora, sistemas de marés, modo de vida de populações tradicionais.

O TERRITÓRIO USADO EM QUESTÃO

O conceito de território na geografia tem sido usado desde o século XIX até o presente. No século XIX este conceito foi trabalhado por Ratzel, onde o mesmo adquiriu uma ideia de posse (espaço vital) sendo apropriado por um determinado grupo ou pelo estado. Para Raffestin (1993) o território é considerado posterior ao espaço. Neste sentido, o espaço é considerado o palco da vida enquanto o território teria nas relações de poder e conflito o seu ponto central.

Santos (1996; 2008a) considera o território como sinônimo de espaço geográfico, devendo compreendê-lo com uma instância da sociedade. Para Santos (1996) a análise do território por si próprio não é interessante, mas sim o uso que se faz dele. Neste trabalho tomamos como referência a teoria espacial miltoniana onde espaço geográfico e o território usado está presente nas obras de Santos (2007; 2008a; 2008b; 2008c; 2008e; 2008f; 1996; 1979) e de Santos e Silveira (2001). Para o referido autor o território usado é sinônimo de espaço humano, isto é espaço habitado.

No livro *Espaço e método*, Santos (2008b) aborda importantes ferramentas de caráter teórico-metodológico que em muito ajudam na compreensão da totalidade social. Neste caso, o autor, parte da

concepção do espaço como uma instância da formação social e suas relações como a dimensão econômica, política e cultural, apontando para a forte relação existente entre espaço e sociedade. Para o autor analisado, “a estrutura espaço-temporal” onde “a sociedade só pode ser entendida através do espaço, já que o espaço é o resultado de produção, uma decorrência de sua história.” O que o autor chama a atenção é que tempo e espaço são categorias inseparáveis (SANTOS, 2008b, p. 68). Nesta obra, o autor irá definir as categorias forma, função, estrutura e processo.

Neste sentido, “forma é o aspecto visível de uma coisa [...]. Função sugere uma tarefa ou atividade esperada [...]. Estrutura implica a inter - relação de todas as partes de um todo [...]. Processo pode ser definido como uma ação continua [...] (SANTOS, 2008b, p. 69). Esta relação ocorre de maneira dialética onde não é possível tratar destas categorias de forma isolada uma da outra. Se agirmos desta forma perdemos a relação que existe entre as mesmas.

Estas categorias analíticas segundo Santos (2008b, p. 71) se “tomados individualmente, representam apenas realidades parciais”, mais se ao contrário “considerados em conjunto, porém, e relacionados entre si, eles constroem uma base teórica e metodológica a partir da qual podemos discutir os fenômenos espaciais em totalidade.”

Nesta obra o caráter holístico destas categorias é “visto em combinação, eles abrandam os efeitos da teorização de um único fator, que não leva em conta as características verdadeiras”

(SANTOS, 2008b, p. 70). A questão dos conceitos é essencial para a elaboração do estudo espacial. Desta forma “quando se estuda a organização espacial, esses conceitos são necessários para explicar como o espaço está estruturado” (SANTOS, 2008b, p. 72).

A durabilidade das formas e seus impactos sobre o movimento social onde é destacado o papel e o valor social sobre as formas. Para tanto, a “forma só se torna relevante quando a sociedade lhe confere um valor social” (SANTOS, 2008b, p. 73). Forma e significação social esta questão é retomada onde a dimensão social deve ser levada em consideração nos estudos sobre o espaço geográfico. A inseparabilidade concreta e conceitual das categorias o autor aprofunda o debate da não separação destas categorias de análises. Neste sentido, estas categorias só podem ser entendidas e estudadas em conjunto e jamais de forma isolada.

Neste particular o autor nos chama a atenção para a inseparabilidade das categorias que “para se compreender o espaço social em qualquer tempo, é fundamental tomar em conjunto a forma, a função e a estrutura, como se tratasse de um único conceito” (SANTOS, 2008b, p. 76). O desafio da análise espacial é o de se levar em consideração a forte relação existente entre estas categorias analíticas. O estudo parcelado deforma a análise espacial, pois não considera a totalidade existente entre estas categorias, ou seja, estrutura, processo, função e forma.

Não podemos perder de vista que o espaço é um produto social, e que a produção do espaço ocorre em decorrência da ação da

sociedade no espaço, “o espaço responde às alterações da sociedade, por meio de sua própria alteração” (SANTOS, 2008b, p. 77). Desta forma espaço e sociedade estão diretamente relacionados no processo dialético de análise do fato a ser estudado, neste caso a dimensão espacial da sociedade, pois “a totalidade do real, implicando um movimento (processo) comum de estrutura, função e forma, é uma totalidade concreta e dialética” (SANTOS, 2008b, p. 78). A relação entre sociedade e espaço é de tal forma que “sempre que a sociedade (totalidade social) sofre uma mudança, as formas ou objetos geográficos, (tanto os novos como os velhos) assumem novas funções” (SANTOS, 2008b, p. 67).

Santos (2008a) conceitua o espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações. No território usado está presente um conjunto de sistemas de objetos e sistemas de ações, sendo sinônimo de espaço habitado, de espaço humano (SANTOS, 1996). Para este autor o uso do território na atualidade tem uma crescente participação da técnica, da ciência passando pelo meio técnico científico informacional (SANTOS, 2008a, 2008e, 1996).

No contexto atual o uso do território tem sido usado por agentes hegemônicos do sistema capitalista, que promovem um uso corporativo do mesmo em detrimento do território banal de todos. Neste sentido, ocorre um conflito entre as escalas globais e locais do território, onde ocorre uma tendência de subordinação de certos territórios pelas normas, criando psicossfera e abrem caminhos para a

criação de tecnoesfera a serviço destes agentes hegemônicos principalmente do capital internacional.

O uso do território constitui-se um elemento fundante neste processo de investigação científica. Para Santos e Silveira (2006, p. 19), “por território entende-se geralmente a extensão apropriada e usada.” Aqui nossa investigação se propõe a analisar o uso do território rural em uma região tradicional da Amazônia paraense pelas políticas públicas de agricultura familiar. Neste sentido, convém verificar de que forma, por quem, para quem o território rural é usado no Baixo Tocantins.

Para Santos e Silveira (2006, p. 19), “o que interessa é discutir é então o território usado, sinônimo de espaço geográfico. Essa categoria, território usado, aponta para a necessidade de um esforço destinado a analisar sistematicamente a constituição do território”. O uso social do território rural pelos atores sociais é um elemento importante para a ampliação da cidadania no meio rural brasileiro, onde a redução da pobreza é certamente um dos desafios a serem superados.

Pensando no território brasileiro, Santos e Silveira (2006) afirmam que o mesmo é marcado por zonas de densidade e zona de rarefação, e que “é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto de análise social” (SANTOS, 1996, p. 15). Desta forma o território usado é constituído de “objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado” (SANTOS, 1996, p. 16).

No espaço brasileiro haveria necessariamente os espaços que mandam e os espaços que obedecem. O território apresenta duas características, constituindo um par dialético: densidade e rarefação, fluidez e viscosidade. O espaço por sua vez, também apresenta duas características: rapidez e lentidão e luminosos e opacos (SANTOS e SILVEIRA, 2006).

No território as maiores densidades técnicas e informacionais seriam formadas pelos espaços luminosos, os rarefeitos pelos espaços opacos, dos homens pobres e lentos do planeta. Na Amazônia podemos observar uma ocupação rarefeita, com um sistema híbrido onde convive o antigo e o moderno com um movimento lento e veloz em pontos isolados. No conjunto regional da Amazônia está presente a velocidade e a lentidão, onde existem áreas de densidades técnicas e de informações e da rarefação e onde fluidez e viscosidade são partes integrantes de um todo chamado Amazônia.

O USO DO TERRITÓRIO RURAL E O PAPEL DA AGRICULTURA FAMILAR NO BAIXO TOCANTINS, ESTADO DO PARÁ

O território do Baixo Tocantins segundo dados do IBGE (2010) tem uma população de 739.881 habitantes, onde 349.302 pessoas habitam a zona urbana o que corresponde a 47% da população regional. Enquanto que 390.579 pessoas habitam a zona rural, o que corresponde a 53% da população deste território.

No território do Baixo Tocantins existem, segundo o Censo Agropecuário de 2006, 32.365 estabelecimentos classificados como sendo de agricultura familiar. Já os estabelecimentos não familiares totalizam 2.635. Os estabelecimentos de até quatro módulos (familiares) representam 92% do total de estabelecimentos da região, enquanto que os acima de quatro módulos e considerados não familiares representam 8% das terras do Baixo Tocantins. Quando estudamos a distribuição das terras do território constatamos que 47% estão sendo usadas pela agricultura não familiar e 53% pela agricultura familiar. Existem municípios onde a concentração do uso das terras está no setor não familiar como ocorre em Tailândia (94%), Igarapé - Miri (53%), Limoeiro do Ajuru (62%) e Mocajuba (60%). Na maioria dos municípios do Baixo Tocantins o uso da terra se dá para fins da agricultura familiar como ocorre em Abaetetuba (60%), Acará (60%), Baião (55%), Barcarena (66%), Cametá (73%), Moju (56%) e Oeiras do Pará (54%).

O município de Tailândia que concentra o uso de 94% de suas terras para a agricultura não familiar concentra em seu território grandes empresas agrícolas como a Agropalma que explora o dendê. Em Igarapé - Miri que concentra 53% do uso para fins não familiares é terceiro maior produtor de cana-de-açúcar, que é uma cultura que exige grandes áreas. Limoeiro do Ajuru que concentra 62% de suas terras para fins da agricultura não familiar é o quarto maior produtor de cana-de-açúcar. Mocajuba que concentra 60% de seu território

para a atividade agrícola não familiar é o segundo maior produtor da pimenta-do-reino, atrás apenas de Baião.

Já os municípios onde mais da metade de seus territórios é destinada para uso familiar destacamos, Abaetetuba onde 60% de suas terras é destinada para agricultura familiar é maior produtor regional de cana de açúcar, seguido de Barcarena e Igarapé - Miri. Estes municípios no passado se destacaram como grandes produtores de cachaça, produto derivado de cana de açúcar, que abastecia todo o vale do rio Tocantins, além de comercializarem usando regatões que percorriam toda a região Norte do Brasil.

Segundo dados do IBGE (2006), o município do Acará concentra 60% de suas terras para fins familiares é o maior produtor do Pará de mandioca e o maior produtor de banana do território. Baião que concentra 55% é o maior produto de pimenta-do-reino do baixo Tocantins. Barcarena, que concentra 66% de suas terras para a agricultura familiar, é o maior produtor de maracujá e o segundo de abacaxi e cana-de-açúcar. Barcarena é o município com maior taxa de industrialização da região, pois concentra o maior projeto de alumínio do Pará, o complexo Albrás - Alunorte. Cametá que concentra 73% de suas terras para fins familiares é o maior produtor de cacau, pois seu território é em sua maioria de várzea onde esta cultura se adaptou muito bem. Moju concentra 56% de suas terras para fins familiares é o maior produtor de abacaxi, feijão, milho, banana, coco da baía e laranja.

No território do Baixo Tocantins, segundo dados do MDA (2012), havia 453 contratos assinados de agricultura familiar nos onze municípios que compõe a região o que representava um investimento de R\$ 2.853.462,5. Este valor foi destinado na safra do PRONAF 2011/2012. Em 2006 foram atendidas na região 32.375 agricultores familiares.

Os atendimentos por municípios devem a seguinte distribuição: Abaetetuba (4.451), Acará (4.248), Baião (1.971), Barcarena (815), Cametá (9.063), Igarapé - Miri (1.969), Limoeiro do Ajuru (2.589), Mocajuba (1.244), Moju (3.617), Oeiras do Pará (2.278) e Tailândia (130). Cametá que reapresenta o maior número de atendidos pelo Pronaf na região (9.063) teve em 2011/2012 aprovados R\$ 265.720,65.

Já Tailândia que apresentou o menor número de atendidos apenas 130 foi o município que acabou ficando com a maior parte dos valores do PRONAF de 2011/2012 que somou R\$ 719.524,26, além da aprovação de três projetos de pessoas jurídicas, também a maior aprovação nesta categoria no Baixo Tocantins.

No território do Baixo Tocantins os produtos da lavoura temporária que mais se destacaram em 2011 foram: abacaxi, arroz em casca, cana-de-açúcar, feijão em grão, mandioca e milho em grão. Neste tipo de lavoura o destaque na região é a mandioca que teve uma produção de 625.815 toneladas o que representa 90% de tudo o que foi produzido pela cultura temporária no Baixo Tocantins. O município do Acará se destaca como o maior produtor do Pará com 414.000, toneladas em 2011 (IBGE, 2011).

Já os produtos da lavoura permanente que mais se destacaram em 2011 foram à banana, cacau, coco da baía, dendê, laranja, maracujá e pimenta-do-reino. Na produção da cultura permanente o destaque é o dendê que concentra 85% da produção, coco da baía com 12%, banana com 2% as outras culturas com 1% da produção regional da cultura permanente. A cultura do dendê esta concentrada nos municípios de Tailândia, Acará e Moju que concentram 100% da produção regional. O coco da baía está concentrado em Moju, Acará, Barcarena e Tailândia sendo explorado principalmente pela empresa Sococo.

No que se refere ao extrativismo vegetal no Baixo Tocantins, o destaque é para a extração de açaí, que produziu em 2010 um total de 44.325 de toneladas. Outro produto de destaque é a castanha-do-pará que neste ano produziu 779 toneladas.

A situação social e econômica da população do território do Baixo Tocantins, no Pará, é bastante precária. Com uma população total de 739.881 habitantes onde 31% desta população vivem em condições abaixo da linha da pobreza, ou seja, com renda entre 140 a 70 reais mensais conforme critérios do IBGE\MDS. Existem municípios onde este percentual é superior à média regional de 31%. Em Abaetetuba (40%), Baião (49,4%), Acará (54,3%), Igarapé - Miri (54,2%), Limoeiro do Ajuru (63,7%), Mocajuba é (58,1%) e Oeiras do Pará (61,3%). Somente o município de Barcarena (30,3%) está em categoria inferior do percentual regional de população abaixo da linha de pobreza, que é 31%.

Estes dados apontam para problemas históricos da região que são o abandono e a falta de políticas públicas que ao longo do tempo

construiu este quadro de pobreza elevado. Na região os serviços públicos essenciais são precários e às vezes inexistentes como educação, saúde, saneamento básico, transporte, assistência social etc. Faltam escolas, hospitais e tantos outros serviços públicos vitais para o exercício da cidadania republicana.

O território do Baixo Tocantins é de extrema carência e presença do Estado em políticas públicas, onde 31% da população regional vivem na pobreza e onde 20% vivem na extrema pobreza. De uma população de 665.955 habitantes nos onze municípios 96.716 pessoas recebem auxílios do programa Bolsa Família, o que representa 13% da população regional como apontam dados de 2010 do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS).

Quando estudamos a origem dos domicílios pobres do Baixo Tocantins, constatamos que 219.566 são da zona rural, o que representa 65% da população pobre da região. Os pobres urbanos totalizam 118.692 pessoas, o que corresponde a 35% da pobreza regional. Neste caso constata-se que a pobreza está mais concentrada no meio rural. O meio rural do Baixo Tocantins é de extrema carência em serviços públicos onde as poucas políticas públicas que chegam à região ficam concentradas no meio urbano das cidades o que acaba agravando a situação da pobreza rural.

No setor de educação o ensino fundamental no meio rural geralmente é ofertado até o quinto ano, em poucos municípios da região encontraram escolas que oferecem as séries finais do ensino fundamental, ou seja, até o nono ano. Esta situação acaba por contribuir para agravar o êxodo rural na região, onde o acesso à educação representa a inclusão ou a exclusão de populações inteiras.

O mesmo ocorre com a saúde do meio rural que fica desprotegida das políticas públicas do setor. A rede de serviços presente no meio rural da região é praticamente inexistente e quando existe cobre apenas serviços de básicos, o que é insuficiente para a demanda reprimida (MDS, 2010).

Estas populações vivem em muitas situações isoladas em suas comunidades rurais, onde a dinâmica social e econômica é bem diferente do meio urbano. Dados do MDS apontam que em 2010 haviam na região 183.539 pessoas vivendo em extrema pobreza, o que representa uma média de 20% da população regional. No entanto em municípios como Abaetetuba (20,3%), Acará (28,6%), Baião (30,2%), Cametá (29,5%), Igarapé - Miri (30,8%), Limoeiro do Ajuru (38,4%), Mocajuba (30,2%), Moju (25,4%) Oeiras do Pará (38,0%) esta situação é superior à taxa regional de 20%. Somente em Barcarena (15,0%) e Tailândia (18,0%) este percentual é menor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho procura refletir sobre o uso do território rural no Baixo Tocantins, destacando as políticas públicas voltadas para o setor rural, com foco na agricultura familiar.

Os dados do censo agropecuário do IBGE de 2006 apontam para a grande representação da agricultura familiar do ponto de vista do número de estabelecimentos na agricultura familiar no Brasil (84,4%), Pará (88%) e no Baixo Tocantins (92%).

No entanto, quando comparamos a área que estes estabelecimentos da agricultura familiar ocupam, a situação se

inverte demonstrando uma grande concentração de terras no Brasil (24,3%), Pará (31%) e no Baixo Tocantins (53%). Quanto à capacidade de geração de emprego e renda de pessoal ocupado com a agricultura familiar no Brasil (74,4%), Pará (84%), isto mostra o grande potencial para a geração de trabalho e renda neste seguimento produtivo.

Outros dados apontam para a importância da agricultura familiar na produção de alguns produtos de origem vegetal como a mandioca (Brasil (87%), Pará (93%), baixo Tocantins (90%)) e o feijão (Brasil (70%), Pará (83%)). No setor de produtos de origem animal a agricultura familiar contribui com a produção de aves (Brasil (50%), Pará (31%)), suínos (Brasil (59%), Pará (79%)) e bovinos (Brasil (30%), Pará (33%)).

Neste sentido, os dados revelados pela primeira vez na história do Brasil pela pesquisa do censo agropecuário de 2006 do IBGE, contribuíram para o conhecimento de uma realidade até então desconhecida dos brasileiros que é o real papel da agricultura familiar na economia brasileira e seu impacto na vida da população nacional.

REFERÊNCIAS

- BARROS, Márcio Júnior Benassuly. *Grandes projetos, políticas públicas e qualidade de vida em Vila do Conde, Barcarena - PA*. 2003. TCC (Graduação em Geografia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2003.
- _____. Espaço, tempo e economia local no baixo rio Tocantins anterior e posterior à Usina Hidrelétrica de Tucuruí: O caso do

- município de Mocajuba- PA. In: ENCONTRO LATINO-AMERICANO CIÊNCIAS SOCIAIS E BARRAGENS, 3. Belém. 2010, *Anais*. Belém, 2010.
- BUARQUE, Sérgio C. et al. *Reflexões e proposições de políticas públicas de desenvolvimento territorial*. Brasília: IICA, 2012. v. 15.
- BRASIL. Lei 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. *Diário Oficial da União*. Brasília, 25.07. 2006.
- _____. MDA. *Plano Territorial Rural Sustentável do Baixo Tocantins*. Brasília, 2009.
- CASTRO, Edna Maria Ramos. Resistência dos atingidos pela barragem de Tucuruí e construção de identidades. In: CASTRO. Edna Maria Ramos; HÉBETTE. Jean. *Na trilha dos grandes projetos: modernização e conflito na Amazônia*. Belém: NAEA, 1989.
- COSTA, José Marcelino Monteiro da. Ocupação, integração e desenvolvimento da Amazônia: 60 anos de ação federal. In: MENDES. Armando Dias (org.). *A Amazônia e o seu banco*. Manaus: Editora Valer, 2002.
- IBGE. *Censo Agropecuário 2006*. Rio de Janeiro, 2006.
- _____. *Censo Demográfico*. Rio de Janeiro, 2010.
- _____. *Produção Agrícola Municipal 2011*. Rio de Janeiro, 2011.
- FAVARETO, Arilson. *Políticas de desenvolvimento territorial no Brasil: avanços e desafios*. Brasília: IICA, 2010. v. 12.
- ELIAS, Denise. *Globalização e agricultura*. São Paulo: Edusp, 2003.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Amazônia, Amazônias*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2005.
- HÉBETTE, Jean. (Org.). *O cerco estase fechando: o impacto do grande capital na Amazônia*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1991.
- LEITE, Sérgio Pereira et al. *Políticas públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil*. Brasília: IICA, 2011. v. 14
- MAIA, Maria Lucia Sá; MOURA, Edila A. Ferreira. Da farinha ao alumínio: os caminhos da modernização na Amazônia. In: CASTRO, Edna et al. (org.). *Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço*. Belém: UFPA, 1995. p. 223 -260

NAHUM, João Santos. *O uso do território em Barcarena: modernização e ações políticas conservadoras*. 2006. 126f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP, Rio Claro-SP, 2006.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 2008a. (Coleção Milton Santos, v. 1)

_____. *Espaço e método*. São Paulo: Hucitec, 2008b. (Coleção Milton Santos, v. 12)

_____. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 2008c. (Coleção Milton Santos, v. 10)

_____. *Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2008d.

_____. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 2008e. (Coleção Milton Santos, v. 11)

_____. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo: Hucitec, 2008f. (Coleção Milton Santos, v. 2)

_____. *Pensando o espaço do homem*. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2007a. (Coleção Milton Santos, v. 8)

_____. *O espaço do cidadão*. 7. ed. São Paulo: Edusp, 2007b. (Coleção Milton Santos, v. 8)

_____. *Território e sociedade*. Entrevista com Milton Santos. Entrevistadores Odete Seabra, Mônica de Carvalho e José Corrêa Leite. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

_____. O papel ativo da Geografia: um manifesto. *Revista Território*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 9, p. 103-109, 2000. (Publicado por ocasião do XII Encontro Nacional de Geógrafos, Florianópolis, julho de 2000)

_____. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, M. A. de; SILVEIRA, M. L. *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec; Anpur, 1996, p. 15-20

_____. *Espaço e sociedade: ensaios*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1979.

_____; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: o território e sociedade no início do século XXI*. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

_____; SOUZA, M. A. de; SILVEIRA, M. L. *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec; Anpur, 1996.

SOUZA, Maria Aparecida de. *Política e território: a geografia das desigualdades*. Fórum Brasil em questão. Brasília: UNB, 2002.

SILVEIRA, Maria Laura. Território usado: dinâmicas de especialização, dinâmicas de diversidade. *Ciência Geográfica*, Bauru-SP, n. 15, v.15, p.4 -12, jan./dez. 2011.

_____. O Brasil: o território e sociedade no início do século 21: A história de um livro. *Acta Geográfica*, Boa Vista, Ed. Especial cidades na Amazônia brasileira, p. 151-163, 2011.

A REDISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DA USINA HIDRELÉTRICA TUCURUÍ (PA)

Gilberto de Miranda ROCHA¹

INTRODUÇÃO

Uma discussão que tem despertado grande interesse no contexto da pesquisa urbana e regional diz respeito especificamente à relação entre grandes projetos hidrelétricos e a dinâmica populacional. Na literatura científica e técnica referente à problemática populacional e ambiental gerada a partir da instalação de grandes projetos hidrelétricos, se tem priorizado análises que privilegiam tanto as cidades, os espaços rurais quanto as populações indígenas, ribeirinhas, migrantes e assentadas.

Os estudos de Vainer (1990; 1991) e Vainer e Araújo (1992) são representativos no que tange à análise das transformações territoriais decorrentes da instalação de Usinas Hidrelétricas. Nesses casos as migrações são concebidas no contexto das transformações dos espaços regionais e locais. Castro (1992) e Magalhães (1992), em outra perspectiva, têm focalizado o deslocamento compulsório de populações tradicionais, indígenas e ribeirinhas na Amazônia, em especial.

Os estudos sobre aglomerações urbanas se associam normalmente às discussões referentes à mobilização da força de

¹ Professor Associado 4 do Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará (NUMA/UFPA). E-mail: gilrocha@ufpa.br

trabalho, à infraestrutura urbana de suporte ao empreendimento e aos impactos regionais e locais. Farah & Farah (1993), foram pioneiros, valorizando a vida cotidiana de populações migrantes nas vilas de barragens. Na Amazônia, os estudos urbanos e populacionais relacionados aos projetos hidrelétricos foram significativos. Análises sobre os impactos na estrutura urbana e nos serviços públicos impulsionados pela mobilidade do trabalho (VALENÇA, 1991); a construção de vilas e cidades (*Company Towns*) para atender as necessidades urbanas e de acolhimento populacional dos empreendimentos hidrelétricos (ROCHA, 2002) e; as relações entre os espaços urbanos projetados e as formações urbanas regionais, herdadas do passado e recentes, a fronteira urbana (MOUGEOT, 1988; ROCHA, 2009); constituíram temas relevantes.

Esse artigo tem por objetivo evidenciar a relação entre a construção de usinas hidrelétricas na Amazônia e a dinâmica populacional, com destaque ao processo de redistribuição espacial da população na Região de Integração do Lago de Tucuruí, estado do Pará e igualmente contribuir para a compreensão das implicações demográficas e territoriais de projetos hidrelétricos.

ESTADO DO PARÁ: EVOLUÇÃO E REDISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO NO TERRITÓRIO

No Estado do Pará, segundo o Censo Demográfico de 2010, a população alcançou o tamanho de 7.588.078 habitantes. A população do estado do Pará em sua maioria vive em cidades: 5.197.118 são

habitantes urbanos, ou seja, mais de 68,49% da população total do estado.

Estado	População residente por situação (rural e urbana) no período entre 1970-2010.							
	Situação do Domicílio							
			1970	1980	1991	1996	2000	2010
Pará	Urbana		1.021.195	1.666.993	2.596.388	2.949.017	4.114.827	5.197.118
	Rural		1.145.803	1.736.505	2.353.672	2.561.832	2.078.153	2.390.960
	Total		2.166.998	3.403.498	4.950.060	5.510.849	6.192.980	7.588.078

Fonte: IBGE. Censos Demográficos, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

A população do Estado teve um incremento de 30% no período entre 1991 a 2000, apresentando uma taxa de crescimento médio de 2,26% ao ano. O acréscimo mais significativo refere-se à população urbana, que passou de 2,59 milhões em 1991, para 4,11 milhões em 2000, com uma taxa média de crescimento anual de 4,71%. A população rural, em contrapartida, sofreu um decréscimo de 2,35 milhões, em 1991, para 2,07 milhões de habitantes em 2000. A população rural em 2010 alcançou a marca de 2.390.960 habitantes na zona rural, representando 31,51% do total.

De fato, o intenso processo de urbanização constitui o traço mais marcante da dinâmica populacional recente. Entre 1991 e 1996, a composição populacional rural/urbana mantinha-se mais ou menos equilibrada. No entanto, no período entre 1996 e 2000, o contingente demográfico urbano passa a patamar próximo de 70% da população total.

A distribuição espacial da população do estado do Pará, no período entre 1970 e 2007 reconheceu alterações significativas. Em 1970, sensivelmente a população rural era superior em número a

população urbana. E, em termos de concentração populacional urbana, Belém concentrava a maioria dos 1.021.195 habitantes das cidades do estado. Apesar de que a região metropolitana de Belém (1.380.836 habitantes é a população urbana de Belém e 1.993.271 habitantes urbanos da Região Metropolitana de Belém, segundo o Censo Demográfico, IBGE, 2010) duplicou nos últimos trinta anos, observa-se um processo de desconcentração e redistribuição da população.

Os dados mais recentes (IBGE, 2010) demonstram a emergência de número (9) significativo de cidades com população entre oitenta e cento e dez mil habitantes. A maioria são cidades que reconheceram revigoramento urbano fruto da implantação de grandes projetos de investimentos (mineradores, hidrelétricos, industriais e outros) e de obras de infraestrutura regional (rodovias). Ananindeua (470.590) já é a segunda cidade do estado, seguida de Santarém (215.947) e Marabá (186.122).

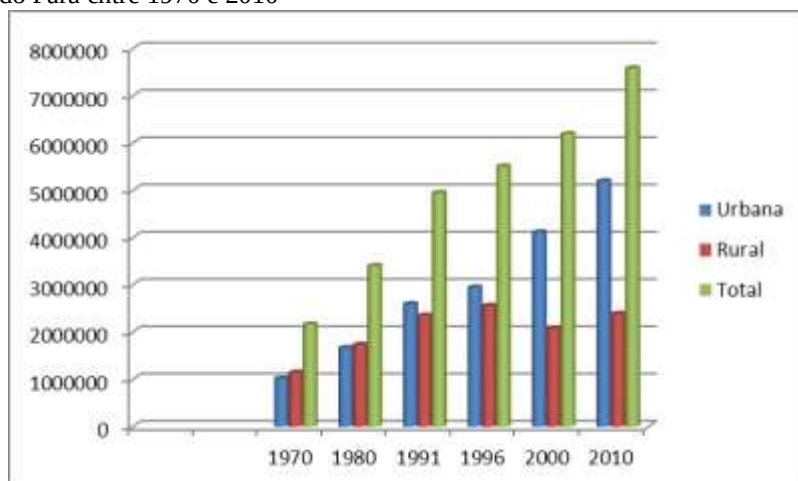
Ainda em termos da população urbana, houve a multiplicação do número de pequenas cidades, na faixa de 10 a 20 mil habitantes. Entre 1988 e 1996, sessenta novas cidades surgiram no território estadual, fruto das transformações demográficas, socioeconômicas e espaciais regionais. A maioria das novas cidades está localizada nas margens das rodovias, eixos de integração construídos nos últimos trinta anos. Isso alterou o padrão histórico de povoamento e distribuição da população regional e estadual. Houve, nesse sentido, significativo processo de interiorização do povoamento,

acompanhando os novos eixos de integração regional, as rodovias. Esse processo recente de urbanização do território, se constitui, inclusive uma expressão regional, conforme aponta Hogan *et all* (2008):

Do ponto de vista da distribuição da população, o crescimento populacional causado pela “ocupação recente” da Amazônia correspondeu à urbanização da região. Em 1970, 37% da população, na Amazônia Legal, vivia em áreas urbanas. Entre 1980 e 1991, a população passou de predominantemente rural para predominantemente urbana. Entre 1991 e 2000, a população rural caiu em termos relativos e absolutos; 69% da população vivia em áreas consideradas como urbanas, em 2000 (HOGAN *et all*, 2008, p. 97).

Em termos mesorregionais, também se estabeleceu alterações demográficas e espaciais da população do estado do Pará. A contagem populacional de 2007 (IBGE, 2007), atestou que as regiões do Baixo Amazonas e Tocantins ocupam o segundo e o terceiro lugar em número de habitantes. Concentra, cada uma, aproximadamente 650.000, habitantes. Juntas apresentam significativa representatividade do contexto estadual. Tapajós e Xingu são as regiões menos populosas, seguida das regiões do Marajó e Araguaia. De longe, a região metropolitana apresenta a maior densidade demográfica, cerca de 1.147,11 habitantes por quilômetro quadrado. As regiões do Xingu e Tapajós são também as regiões de menor densidade populacional.

Gráfico 1. Evolução da População total, urbana e rural residente no Estado do Pará entre 1970 e 2010



Fonte: IBGE. Censos Demográficos, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

ESTRUTURA ESPACIAL E A DISTRIBUIÇÃO POPULACIONAL NA ÁREA TUCURUÍ (1890-1970)

Ao longo do processo histórico podemos destacar dois grandes períodos que definiram a atual estrutura espacial da Região de Integração do Lago de Tucuruí: um primeiro, iniciado no final do século XIX cujo término remonta o final da década de 1960 do século XX (época em que a região denominava-se Médio Tocantins) e o segundo período, que tem início na década de 1970 e se estende aos dias atuais.

No período em causa, o processo de povoamento da Região do Lago de Tucuruí remontante ao século XIX está associado à colonização portuguesa e suas estratégias de controle territorial por meio de fortificações, período onde se construiu o Forte Nossa

Senhora de Nazaré e a existência do Caucho e da Borracha. Nesse período, os interesses de exploração extrativista definiram a necessidade de construção, inicialmente da Estrada de Ferro de Ligação Pará-Goyaz e posteriormente a Estrada de Ferro Tocantins entre o final do século XIX e início do século XX.

A estrutura espacial do Médio Tocantins e a Economia de Base Extrativista: 1890 – 1970

No entanto, o traço mais perene desse período que marcou a estrutura espacial da Região do Médio Tocantins, denominação da área de influência dos Municípios de Marabá e Tucuruí até então, era a economia de base extrativista da castanha-do-pará. A produção da castanha-do-pará se estendia na bacia hidrográfica do rio Itacaiunas e rio Tocantins do estado do Pará, área conhecida nos anos de 1980 como “Polígono dos Castanhais” e Marabá era o maior centro produtor da época.

A construção e conclusão da ferrovia entre Alcobaça e a localidade de Jatobal, pela margem esquerda do Rio Tocantins, com 117 quilômetros e 200 metros de trilhos estimulou o surgimento de surtos migratórios. Gradualmente, os migrantes ocuparam as terras próximas aos castanhais e às margens do rio, onde formaram as primeiras vilas. Esses pequenos núcleos ribeirinhos, hierarquicamente posicionados na rede de produção, circulação e consumo, que emergiram como pontos de estocagem da castanha, em função das necessidades do comércio, de concentração da produção na bacia hidrográfica e de moradia da força de trabalho utilizada,

para a extração da castanha e igualmente, para a construção da via férrea, “constituíam um conjunto articulado de localizações, isto é, numa rede, cuja função era a de viabilizar a extração do excedente” (VALENÇA, 1991; CORRÊA, 1991) , seja ele originário da diferença de preço da castanha e da rede comercial atacadista, seja dos lucros e juros exorbitantes do adiantamento dos meios de vida e de trabalho.

Embora essas localidades, vinculavam-se a atividades como organização da produção e serviços nos castanhais, a uma agricultura incipiente, a pesca, a extração de madeira e comércio. O espaço de vivência e produção e de auto-sustento das populações no Médio Tocantins abrangia, nesse sentido, um complexo ambiental diversificado que permitiam, sazonalmente, o acesso pelos trabalhadores a variados produtos agro-extrativistas. Agricultura e extração da castanha e de produtos naturais e o seu escoamento através do rio Tocantins e da Estrada de Ferro Tocantins respondiam pelas atividades dos habitantes, tanto dos povoados ribeirinhos como das áreas rurais.

O padrão de ocupação do médio Tocantins era evidenciado na disposição geográfica e em algumas denominações das localidades dispostas ao longo das margens do rio Tocantins: Breu Branco, Pucuruí, Jatobal, Remansão da beira... localidades ribeirinhas surgidas nas primeiras fases do processo de ocupação, e Remansão do centro... situadas, na época, distantes do rio e no interior do

território, formadas na segunda fase do processo de ocupação por camponeses migrantes.

Nesse contexto, duas cidades se destacavam, sobretudo pelas suas posições estratégicas e funções que exerciam: Marabá e Tucuruí. A primeira, localizada na confluência dos rios Itacaiúnas e Tocantins, desenvolveu-se em virtude do comércio da castanha e pelo fato de ser o centro produtor da economia extrativa, conforme DIAS (1959, p. 84).

Tucuruí, por sua vez, configura-se como uma localidade “rupture de charge” (DIAS, 1959), entreposto comercial, nóculo de articulação dos fluxos ascendentes e descendentes entre Belém e Marabá, através da navegação no rio Tocantins e da rede de canais que compõem a bacia hidrográfica do rio Itacaiúnas. Lá foram construídos armazéns para a estocagem da castanha e das mercadorias vindas de Belém para o abastecimento de Marabá e de ampla área para a qual passou a cumprir a *função redistribuidora* (VELHO, 1972).

A localidade de Alcobaça (Tucuruí, após 1947), além de se constituir nóculo de articulação entre o centro produtor (Marabá) e o centro exportador (Belém), se destacava pela sua especificidade de organização interna, expressando uma dicotomia sócio-espacial, revelando a gestão e influência da Companhia da Estrada de Ferro Tocantins.

O padrão de povoamento e ocupação do espaço da região do Médio Tocantins expressava a estrutura e funcionamento da

economia de base extrativista: um espaço da produção da castanha que se articulava ao sistema flúvioferroviário do Tocantins. As vilas e cidades hierarquicamente se posicionavam na rede urbana, ainda insipiente, e exerciam papel fundamental no que diz respeito a moradia da força de trabalho assim como na organização da produção e da circulação regional.

A CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA TUCURUÍ E AS TRANSFORMAÇÕES NA ESTRUTURA ESPACIAL: 1977 – 2007

O processo de construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, entre 1977 e 1985, imprimiu mudanças substanciais na estrutura espacial do Médio Tocantins construída ao longo da segunda metade deste século. A formação do reservatório hidráulico provocou a submersão da base material-geográfica anterior, da qual dependia entre 6 e 10 mil famílias. A inundação submergiu cerca de quatorze povoados ribeirinhos: a sede municipal do município de Jacundá, os povoados de Vila Delphos, Remansão do Centro, Remansão da Beira, Pucuruí, Breu Branco, Repartimento Central, Jacundazinho, Jatobal, Remansinho, Altamira, Ipixuna, Vila Tereza do Taurí, Santo Antônio e a antiga Estrada de Ferro Tocantins que junto com o rio Tocantins compunha o sistema flúvio-ferroviário responsável pela circulação da produção extrativa da castanha.

Igualmente, inundou trechos do Pic – Marabá, da rodovia Transamazônia e da Br – 422, que liga Tucuruí a essa rodovia, implantados na primeira metade da década de 70 pelo programa

viário e pelas políticas de colonização do Programa de Integração Nacional, e ainda deixou sob as águas cerca de 2.600 quilômetros de floresta das margens do rio Tocantins, incluindo parte da reserva indígena dos Parakanãs. Estudos realizados por Barrow & Mougeot (1982, p. 25), a partir de dados de 1980, estimaram que a população da área do reservatório hidráulico girava entre 25.000 e 55.000 habitantes.

Como processos simultâneos de desconstrução – reconstrução espacial, paralelamente, a desconstrução da estrutura espacial herdada do passado é substituída pelo novo espaço. A seguir, analisamos as alterações espaciais e na distribuição da população.

TAMANHO, RITMO DE CRESCIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO

A Região de Integração do Lago de Tucuruí abrange os municípios de Breu Branco, Goianésia do Pará, Novo Repartimento, Nova Ipixuna, Jacundá, Itupiranga e Tucuruí. Ocupa uma área territorial de 39.937,89 quilômetros quadrados. Segundo o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010), a Região abriga uma população de 359.445 habitantes e uma densidade demográfica de 8,11 habitantes por quilômetros quadrados. No contexto demográfico do estado do Pará, a Região de Integração do Lago de Tucuruí é a 9ª região em número de população.

Estado		População residente por situação (rural e urbana) no período entre 1970, 1980, 1991, 1996, 2000 e 2010.							
		Situação do Domicílio		Anos					
				1970	1980	1991	1996	2000	2.010
V	Lago de Tucuruí	Urbana		7.617	30.398	76.526	114.242	161.751	244.788
		Rural		9.869	61.236	85.120	92.898	111.062	114.657
		Total		17.486	91.634	161.646	207.140	272.813	359.445
01	Breu Branco	Urbana	-	-	-	-	9.491	15.952	29.303
		Rural	-	-	-	-	10.732	16.494	23.194
		Total	-	-	-	-	20.223	32.446	52.497
02	Goianésia do Pará	Urbana	-	-	-	-	10.857	14.878	21.083
		Rural	-	-	-	-	10.025	7.807	9.354
		Total	-	-	-	-	20.882	22.685	30.437
03	Itupiranga	Urbana		1.447	2.804	8.431	10.109	14.754	20.478
		Rural		3.899	12.847	28.580	27.662	34.901	30.780
		Total		5.346	15.651	37.011	37.771	49.655	51.258
04	Jacundá	Urbana		542	286	22.081	25.973	34.518	45.702
		Rural		1.677	14.574	20.931	13.553	6.028	5.673
		Total		2.219	14.860	43.012	39.526	40.546	51.375
05	Nova Ipixuna	Urbana	-	-	-	-	-	5.207	7.724
		Rural	-	-	-	-	-	6.659	6.921
		Total	-	-	-	-	-	11.866	14.645
06	Novo Repartimento	Urbana	-	-	-	-	9.840	15.524	28.065
		Rural	-	-	-	-	20.219	26.293	34.059
		Total	-	-	-	-	30.059	41.817	62.124
07	Tucuruí	Urbana		5.628	27.308	46.014	47.972	60.918	92.433
		Rural		4.293	33.815	35.609	10.707	12.880	4.676
		Total		9.921	61.123	81.623	58.679	73.798	97.109

Fonte: IBGE. Censos Demográficos, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

Fato importante que tem corroborado para a mudança do quadro demográfico regional é a presença da Usina Hidrelétrica de Tucuruí. Construída em duas etapas (1977 a 1984) e (1998 a 2007), a UHE Tucuruí impactou profundamente o espaço regional construído historicamente, ao ponto de redefinir a estrutura espacial e a organização socioeconômica: a estrutura produtiva com usos territoriais marcados pelo extrativismo da castanha-do-pará, pela pesca, extração de diamantes e todo o sistema de povoamento, de vilas e cidades nas margens da estrada de ferro Tocantins e do rio Tocantins – que consistia no sistema de circulação flúvioferroviário, foi substituído pelo um novo sistema espacial.

Segundo dados de Rocha (2008) e Rocha (2009), cerca de quatorze povoados ribeirinhos, incluindo uma sede municipal, Jacundá, trechos da rodovia Br – 230 (Transamazônica), a Estrada de Ferro Tocantins submergiram com a formação do reservatório hidráulico. Uma nova estrutura socioeconômica emergiu com a UHE. No que concerne ao uso do território, a agropecuária e a produção de energia despontam como atividades econômicas principais. As rodovias estaduais Pa – 150 e Pa - 269, Br – 422 e Br – 230, contornam o lago de Tucuruí e, são as responsáveis pelo sistema de circulação emergente.

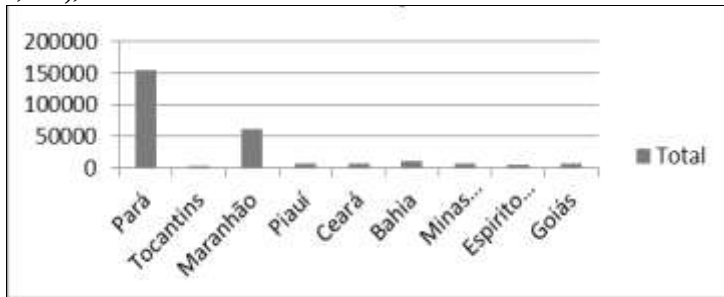
Demograficamente houve mudança no tamanho, no ritmo de crescimento, na distribuição espacial e na estrutura da população. Em 1970, 17.486 habitantes viviam na região. Dados de 2010 atestam uma mudança de mais de 350% do aporte demográfico. A Tabela 1

sintetiza os dados da população residente na região e sua evolução ao longo do período entre 1970 e 2010. O Município de Tucuruí é o mais populoso concentrando aproximadamente 25% da população total. Os municípios de Jacundá e de Novo Repartimento tem população superior a cinquenta mil habitantes. No Censo Demográfico de 2010, o município de Breu Branco (52.497) superou o tamanho da população de Itupiranga (51.258). Nova Ipixuna é o município menos populoso, concentrando apenas 14.645 habitantes.

Essas mudanças demográficas devem-se sobretudo a mobilidade do trabalho expressa nas migrações interregionais (Mapa 1). As migrações, nos últimos trinta anos são as responsáveis pela dinâmica apresentada. A construção da usina hidrelétrica qualificou o deslocamento populacional para a Região do Lago de Tucuruí, especificamente, como mobilidade do trabalho.

Desta feita, deve-se considerar, por um lado, o intenso fluxo migratório que se dirigiu para a área, como “(...) mobilidade do trabalho que atende à estratégia de formação do mercado de trabalho em áreas de fronteira de recursos” (BECKER, 1989:06). E, por outro, que, embora direcionada pela trajetória do capital e condicionada pelas ações do Estado no sentido de reestruturar o território, a mobilidade do trabalho é também fruto das estratégias de sobrevivência dos migrantes, que, expropriados e sem acesso à terra optam em suas regiões de origem, opta por se deslocar para novos territórios (BECKER, 1991; MEIRELHES, 1977).

Gráfico 2. População não-natural segundo a UF de origem (Região de Tucuuruí, PA), 2000

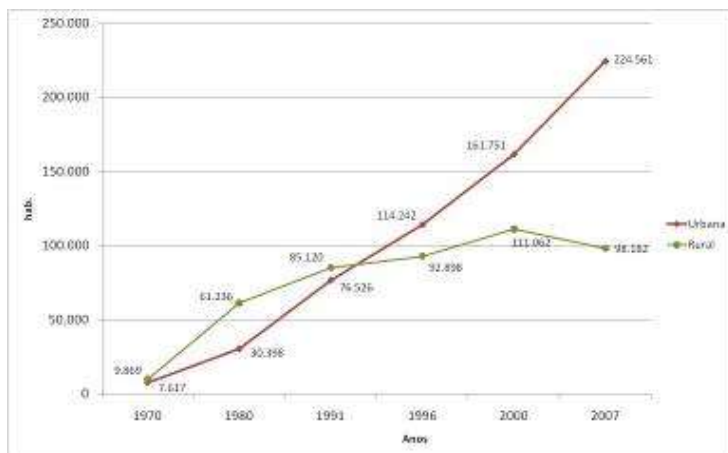


Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000.

Observa-se no gráfico 2 que na área de Tucuuruí, a maioria dos migrantes são de estados que compõem a referida região. Maranhão, Tocantins e o Pará apresentam volume maior de deslocamento populacional. Somente, o estado de Goiás apresenta fluxo migratório significativo e comparável aos estados da região. Prevalece, nesse sentido, a direção dos fluxos migratórios que historicamente caracterizaram a formação da população regional. As migrações intraregionais são hoje superiores as migrações interregionais. Fato importante a se destacar são os fluxos rural-urbanos. Constata-se que no período em causa o ritmo de crescimento foi intenso.

cidades frente a 98.182 habitantes das áreas rurais dos municípios integrantes do espaço regional (Contagem Populacional,2007). Em 2010, 244.788 habitantes vivem nas áreas urbanas. No campo, nas áreas rurais dos municípios de Novo Repartimento, Breu Branco, Nova Jacundá, Goianésia do Pará, Nova Ipixuna e Itupiranga a população rural se concentrou principalmente nos *assentamentos rurais* construídos por meio do PRT – Plano de Reassentamento de Tucuruí e pelo Grupo Executivo de Terras do Araguaia – Tocantins, GETAT e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA ainda no final dos anos de 1980 e 1990.

Gráfico 03 - Evolução da população urbana e rural para Região Lago de Tucuruí

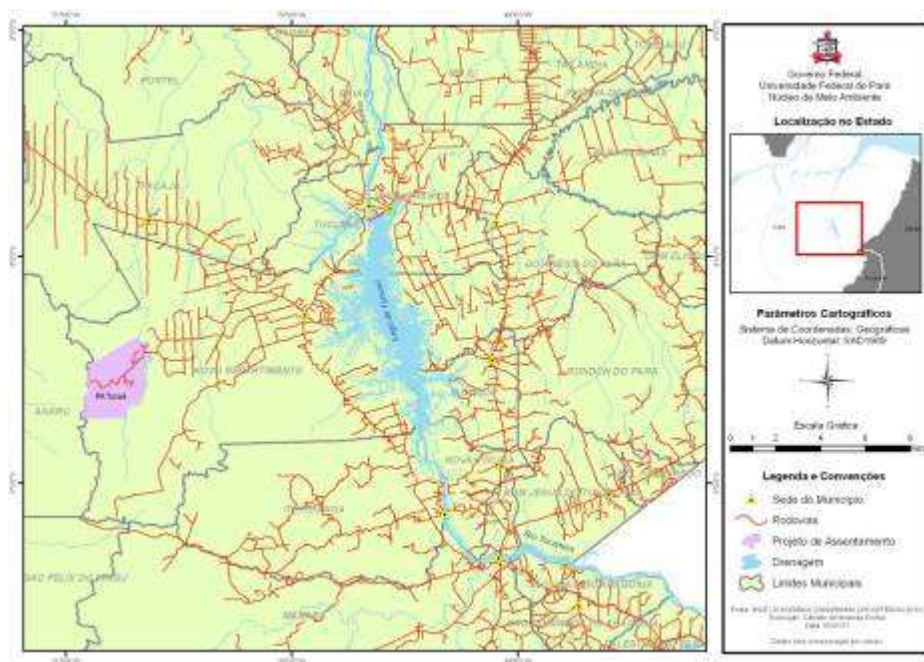


Fonte: IBGE- Censo Demográfico, 1970, 1980, 1991, 1996 e 2000. Contagem da Populacional, 2007

A expressividade da concentração populacional urbana reflete o processo histórico de formação do espaço regional. Nesse contexto

demográfico, novas cidades como Breu Branco e Novo Repartimento, construídas para abrigar a população que vivia nas margens do Tocantins e, Goianésia do Pará, Jacundá, Itupiranga e Nova Ipixuna respondem, em parte pela nova estrutura urbana que emergiu durante a construção da UHE.

Mapa 2. A Região de Integração do Lago de Tucuruí(Pa)



Na última década, entre 2000 e 2007, a taxa média geométrica de crescimento anual da população residente do Estado do Pará foi de 1,67% ao ano. Na região de integração do Lago de Tucuruí, no mesmo período, foi de 2,12%. Um ritmo de crescimento acima da média nacional. Internamente os municípios apresentam

comportamentos diferenciados. Breu Branco, por exemplo, apresenta ritmo galopante em relação aos demais municípios. 4,76%. Esse ritmo se associa aos novos projetos de exploração mineral e de siderurgia na região. A taxa geométrica anual de crescimento populacional do município de Itupiranga (-2,07) foi negativa. Os demais têm um ritmo de crescimento demográfico em torno de 2% ao ano, superior, à média do Estado do Pará, apresentando comportamento demográfico lento, em relação ao passado inclusive com tendências de perda de população.

As tendências de ritmo de crescimento da população urbana e a urbanização do território, atestam a diminuição da população do campo. Em 2007, em torno de 98.182 habitantes viviam no campo com ritmo de crescimento negativo(-1,53%). Em geral, a população rural está localizada nas margens das rodovias e nos assentamentos criados desde o início da década de 1970 (Projetos Integrados de Colonização, Pic's, Projetos de Assentamento, PA's). Além disso, a região apresenta população indígena concentrada nas reservas de Parakanã e Asurini. Essa distribuição atual apresenta diferença em relação ao padrão de povoamento do passado, nas margens dos rios e da ferrovia.

Na última década, as taxas de crescimento populacional urbano foram positivas em todos os municípios integrantes da região do Lago de Tucuruí (4,19). Em geral, pode-se reafirmar a tendência de concentração populacional urbana. Todos os municípios integrantes da região, apresentam tendências de êxodo rural e de acentuada

urbanização. Breu Branco, Nova Ipixuna e Novo Repartimento, tem destaque ainda por apresentar ritmo de crescimento urbano superior a 5% ao ano. Esse fato também tem importância fundamental. Dos municípios integrantes da região do Lago de Tucuruí, cinco apresentam taxa de urbanização superior a 50%. As taxas de urbanização de Tucuruí (95,70), Jacundá (92,11), Goianésia do Pará (68,43) são representativas.

A cidade de Tucuruí reconheceu profundas modificações na sua estrutura urbana. Em 1970, residiam no município de Tucuruí 9.921 habitantes dos quais 5.628 residiam na sede municipal. Em 1980 chegou a abrigar nada menos que 61.123 habitantes. Dados da Eletronorte atestam que na fase mais crítica da construção da UHE, Tucuruí concentrou 120.000 habitantes.

Hoje, 2010, trata-se de um município quase que essencialmente urbano. Na sede municipal vivem 92.433 dos 97.109 habitantes do município. A população rural está em torno de 4.676 habitantes.

Ocorre que a cidade de Tucuruí nas fases de construção da Usina Hidrelétrica concentrou praticamente toda a força de trabalho mobilizada para a construção da obra. Desde o início, o núcleo urbano não dispunha de condições infraestruturais para abrigar o contingente populacional que se deslocaria no período de construção da UHE. Para tanto, a empresa concessionária de energia e responsável pela obra, Centrais Elétricas do Norte do Brasil – ELETRONORTE, projetou uma nova estrutura urbana constituída de 4(quatro) núcleos urbanos: A vila Pioneira, a vila Permanente e as

vilas Temporária I e Temporária II. A primeira foi construída em 1977, no período inicial dos estudos de viabilidade do empreendimento. O crescimento da cidade de Tucuruí integrou-a definitivamente na sua estrutura urbana. As vilas Temporárias I e II foram desativadas logo após o término da primeira etapa da UHE.

A vila Permanente, a *Company Town* (TRINDADE e ROCHA, 2002), localizada a 7 quilômetros de Tucuruí é parte integrante da Usina Hidrelétrica na medida em que concentra o pessoal mobilizado para a operacionalização da UHE. Trata-se de um núcleo urbano que difere das formações urbanas regionais: desde o princípio já dispõe de estrutura com todos os equipamentos urbanos: água, esgotos, energia elétrica, centro de serviços, bancos, comércio e centro administrativo. Quando da finalização da primeira etapa da UHE Tucuruí, parte das habitações da Vila Permanente foi desativada. No período entre 1998 a 2007, a construção da segunda etapa da Usina Hidrelétrica e das Eclusas do Rio Tocantins, exigiram a mobilização novamente de força de trabalho. A requalificação, refuncionalização e ampliação dos espaços que compõem a Vila Permanente tornaram-se necessárias.

Segundo Rocha (1999), na Amazônia, a implantação desses núcleos urbanos representa um modelo de urbanização totalmente novo, que expressa um caráter diferenciado do surgimento de núcleos urbanos recentes e do passado na região. Três fatores asseguram a especificidade desses núcleos urbanos:

- a) Denotam pelas suas características e funções básicas, uma extensão da linha de produção do próprio empreendimento, “raison d’être” de sua existência.
- b) O caráter planejado desses núcleos, que já nascem dotados dos equipamentos urbanos (rede de água, esgotos, serviços e centro comercial e de serviços), diferencia-os do padrão regional de urbanização.
- c) Nutrem-se de uma certa autonomia econômica e “política” em relação ao contexto local e regional onde se inserem, dado que centralizam decisões, dispõem dos recursos financeiros e concentram a maior parte do pessoal qualificado.
- d) expressam uma concepção urbanística fechada, na forma de “enclave” urbano, que assegura a funcionalidade das atividades da empresa e o controle da força de trabalho mobilizada durante a construção e na fase de operação da obra.

Se, por um lado a *Company Town*, já dispõe das condições para o atendimento das necessidades do empreendimento, a cidade de Tucuruí ainda concentra uma estrutura marcada pela desigualdade e a segregação urbana. A construção da UHE transformou Tucuruí em uma cidade “livre”, uma vez que concentrou grande parte dos males advindos: prostituição, violência e crescimento urbanos desordenado são expressões do peso de empreendimento desse porte em cidades como Tucuruí.

A cidade, desde o final da década de 1970 quintuplicou em área urbana, redefinindo o centro comercial e multiplicando o número de

bairros para abrigar as transformações demográficas que reconheceu. Contudo, cabe destacar que quase a metade da população urbana a região do Lago de Tucuruí reside em apenas uma sede municipal, Tucuruí (92.433), que é a cidade mais populosa da área de estudo. Este caráter concentrado da população urbana de Tucuruí acentua o papel que a cidade desempenha na polarização do espaço regional do Lago de Tucuruí, por meio da prestação de serviços médico – hospitalares, educacionais, informação e de comércio e bancos

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme acentua Vainer (2007): os grandes projetos continuam portadores de um grande potencial de organização e transformação dos espaços, um grande potencial para decompor e compor regiões. A região do Lago de Tucuruí é expressão das transformações espaciais desencadeadas pela instalação de um grande projeto de investimentos: a Usina Hidrelétrica Tucuruí. Construída em duas etapas, 1976 – 1984 e 1998 – 2007, a UHE alterou profundamente a estrutura e os sistemas territoriais regionais e locais. Houve, de fato, a produção de um novo espaço regional, por um lado, alicerçado nas atividades agropecuárias e de geração de energia tendo as rodovias como principais eixos de integração e, por outro marcado por profundas desigualdades sociais.

Em termos demográficos houve alteração no tamanho, no ritmo de crescimento e na distribuição espacial da população. Como já observamos a região de integração do Lago de Tucuruí a mudança do

tamanho da população ocorreu graças aos processos migratórios, O que aliás, são ainda representativos em termos do ritmo de crescimento populacional. Um dos fenômenos mais expressivos quanto a redistribuição interna diz respeito à urbanização do território. Não somente houve acentuada concentração populacional urbana como ampliou o número de cidades na área. Hoje a maioria da população vivem em cidades cujo ritmo de crescimento é mais significativo do que nos espaços rurais.

A perda progressiva de população no campo atesta a relação íntima entre a urbanização e o acentuado processo de concentração de terras. Superior ao ritmo de crescimento regional a taxa de urbanização atingiu o patamar de 4,19% ao ano. No mesmo período houve decréscimo da população rural. Dados do último Censo Demográfico (IBGE, 2000) e da Contagem Populacional (IBGE, 2007), atestam que o contingente da população rural em 2000 era de 111.062 habitantes. Em 2007, estava em torno de 98.182 habitantes. O ritmo de crescimento também declinou estando em torno de -1,53%.Essas transformações são exemplificadoras dos rumos seguidos pelos espaços de acolhimento de grandes projetos de investimentos como as Usinas Hidrelétricas.

REFERÊNCIAS

- ARAGON, L.E. (ORG.) *População e meio ambiente na pan – Amazônia*. Belém: NAEA/UFPA, 2007.
- ARAGON, L.E. (ORG.) *População da pan – Amazônia*. Belém: NAEA/UFPA, 2006.

- BARROW, C.; MOUGEOT, L. *River basin development in Brazilian Amazonia: a preliminary appraisal of the Araguaia-Tocantins*, 1982, documento mimeografado.
- BECKER, B. et all. *Fronteira Amazônica. questões de gestão do território*. UNB/UFRJ, 1992.
- BERMANN, Celio. *Política energética no Brasil - encontro nacional do MAB. Reassentamento São Francisco*. Cascavel, dez 1998. mimeo.
- BRASIL. *Censo demográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.
- BRASIL. *Censo demográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.
- BRASIL. *Censo demográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.
- BRASIL. *Censo demográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.
- BRASIL. *Contagem populacional*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.
- BRASIL. *Censo demográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- ELETRONORTE. *Usina hidrelétrica de Tucuruí. memória do empreendimento*. Brasília, 1988.
- GOODLAND, Robert. Environmental assessment: Tucuruí hydroelectric project, Rio Tocantins, *The Cary Arboretum of the New York Botanical Garden*, 1977.
- HOGAN, ET AL. Dinâmica demográfica recente na Amazônia. In: BATISTELLA, M. et all. *Amazônia: natureza e sociedade em transformação*. São Paulo: Edusp, 2008.
- LARAIA, R.B. & DA MATTA. *Índios e castanheiros: a empresa extrativa e os índios no médio Tocantins*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra. 2ª. Edição. 1978.
- MAGALHÃES, Sonia Barbosa. Expropriação e mobilização: a dupla face da relação entre os grandes projetos e a população camponesa. In: HÉBETTE, J. [Org.]. *O cerco está se fechando*. Petrópolis: Vozes/FASE/NAEA, p. 176-198, 1991b.
- MOUGEOT, LUC. Planejamento hidroelétrico e reinstalação de populações na Amazônia: primeiras lições de Tucuruí, Pará. In: AUBERTIN, C. (org.) *Fronteiras*. Brasília: UnB; Paris; ORSTOM, 1988.
- ROCHA, G. M. Aspectos recentes da dinâmica demográfica da Amazônia. In: ARAGON, L.E. (ORG.) *População e Meio Ambiente na Pan – Amazônia*. NAEA/UFPA, 2007.

ROCHA, G. M. *A construção da usina hidrelétrica e a redivisão político – territorial na área de Tucuruí*. Tese de Doutorado. Usp.São Paulo, 1999.

ROCHA, G. M. Usinas hidrelétricas, apropriação dos recursos hídricos e o desenvolvimento regional. In: ARAGON, L. e GLUSENER-GODT, M. *A problemática do uso local e regional da água da Amazônia*. Belém: Naea/UFPa/Unesco.2003.

ROFMAN, A. e SIMONI, C. *Estrutura sócio-econômica regional y grandes inversiones. Preciosiones metodológicas Del processo de avaliación*. Ceur/Ciesu, 1988.

ELETRONORTE/FADESP/UFPa, *Eia/Rima UHE Belo Monte, Relatório Final*, 2000.

SUDAM/PNUD. *Diagnóstico e cenarização macrossocial da Amazônia legal: tendências demográficas recentes da região Amazônica*. Belém, Ministério da Integração Nacional, 2001. 76 p.

TORRES, H. G. e COSTA, H. *População e meio ambiente: debates e desafios*. São Paulo: Ed. Senac, 2000.

VAINER, C. E ARAÚJO, F. Implantação de Grandes barragens: estratégias do setor elétrico, estratégias das populações atingidas. *Travessia – Revista do Migrante*, São Paulo, n. 6, 1990.

VAINER, C. E ARAÚJO, F. *Grandes projetos hidrelétricos e o desenvolvimento regional*. Rio de Janeiro, Cedi/Ippur, 1992.

VELHO, O. G. *Estrutura agrária numa faixa da Transamazônica*. Museu Nacional. Rio de Janeiro, 1972.

CENTRO E CENTRALIDADE URBANA EM UMA CIDADE MÉDIA PARAENSE: REFLEXÕES A PARTIR DE MARABÁ, PARÁ¹

Jovenildo Cardoso RODRIGUES²

INTRODUÇÃO

O espaço geográfico paraense vem passando por um acelerado movimento de transformações territoriais como resultado dos processos de urbanização, da divisão territorial do trabalho, de concentração e desconcentração, de reestruturação urbanorregional. Tais elementos/processos tendem a produzir alterações significativas nas dinâmicas produtivas, no mercado de trabalho em escala local e regional. A articulação entre esses múltiplos processos socioespaciais apresenta íntima relação com os processos de modernização do território, com a implementação de "fixos" e "fluxos", com dinâmicas de mercado induzidas pela globalização da economia e sua manifestação nas escalas regionais e locais a partir do estímulo e redefinição do centro e da centralidade urbana em cidades médias amazônicas.

Quando se consideram ações e relações entre Estado e agentes econômicos, algumas cidades paraenses a exemplo de Marabá,

¹ Doutorando do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP/ Presidente Prudente. E-mail: jovenildounesp@hotmail.com

² O artigo em questão apresenta um conjunto de reflexões concebidas durante a construção da dissertação de mestrado deste autor, defendida no ano de 2010, junto ao Programa de Pós-graduação em Planejamento do Desenvolvimento, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA/UFPA. Não obstante, parte dos dados foram atualizados para esta publicação.

localizada no sudeste do Pará, passam a sofrer os impactos do processo de reestruturação produtiva, principalmente a partir dos anos de 1990, quando novas dinâmicas econômicas e demográficas para a região, associado a políticas desenvolvimento exerceram papel decisivo nas reconfigurações territoriais locais e na redefinição de centralidades urbanas (RODRIGUES, 2010).

Com efeito, o presente artigo objetiva abordar de maneira breve, alguns momentos do processo de formação socioespacial para entender como vem se configurando a centralidade urbana exercida pela cidade de Marabá no contexto do sudeste paraense a partir dos anos de 2000. Para tanto, o caminho teórico-metodológico adotado partiu de uma perspectiva que considera o movimento de transformações e contradições enquanto instância reflexiva primordial para pensar o engendramento imanente ao desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção no contexto de transformações econômicas e espaciais que configuram as manifestações particulares do modo capitalista de produção, bem como, a redefinição do centro e da centralidade urbana da cidade média de Marabá a partir dos anos de 2000.

O CENTRO E A CENTRALIDADE: NOTAS CONCEITUAIS

Tecer considerações acerca da centralidade urbana da cidade de Marabá pressupõe abordar, ainda que de maneira breve, o que se entende por centro e por centralidade. O termo "centro" deriva do latim *centru*, que significa ponta afiada, centro de circunferência, e

por extensão, de figuras geométricas. Dessa maneira, evidencia-se associação direta com uma perspectiva de pensamento que atribuiu um sentido geométrico ao respectivo termo.

No campo da economia, Christaller (1966) ao construir uma série de reflexões acerca da rede urbana na Alemanha nos anos de 1930, afirmou que o **centro** constitui nó principal de um lugar central, cuja área possui elevado poder de atração gravitacional, ao passo que a centralidade se constituiria como o conjunto de atributos do que é central.

Dentro de uma perspectiva geográfica, Sposito (2001) afirma que o centro é revelado por sua localização no território, por se constituir em fixo dotado de uma série de atividades comerciais e de serviços, enquanto a centralidade é desvelada por aquilo que se movimenta no território, pelos fluxos, estando relacionada, predominantemente, à dimensão temporal da realidade.

Ainda segundo Sposito (2001), a discussão acerca do centro e da centralidade deve ultrapassar o plano da localização das atividades comerciais e de serviços, para ser pensada a partir das relações entre essa localização e os fluxos que ela gera e que a sustentam. Desse modo, segundo a mesma autora, os fluxos permitem a apreensão da centralidade, posto que é por meio dos nódulos de articulação intra e interurbana que ela se revela.

Tourinho, (2006) caracteriza o Centro como um espaço qualificado, não só do ponto de vista funcional, mas principalmente por seus aspectos simbólicos e formais que têm, na força de sua

continuidade temporal e na permanência de seus aspectos coletivos, a capacidade de evocar uma imagem que o identifica enquanto tal. Ainda para Tourinho, (2006), a centralidade, enquanto qualidade do que é central, apresenta-se como conceito de significativa importância para a compreensão de aspectos da realidade urbana, na medida em que permite identificar a aptidão que certos elementos urbanos têm para promover e impulsionar fluxos de intercâmbio.

Para além de uma perspectiva puramente funcional, a centralidade, como dimensão relacional, revela, também, um caráter representativo de fenômenos urbanos dotados de elementos político-simbólico-culturais que refletem estruturas sociais, bem como relações de poder materializadas no Centro. Nesse sentido, Tourinho, A. (2006, p. 291) ressalta que:

[...] a centralidade do Centro não é apenas centralidade operativa ou funcional. Trata-se, também, de centralidade representativa. A centralidade do Centro representa a própria centralidade, que simboliza a qualidade dos fenômenos que ocorrem no Centro e, por extensão, nos centros.

Muito embora a centralidade não seja uma característica física, sua manifestação materializa-se no território de forma física, a partir da inter-relação que cada uma das partes do território tem, com o padrão referencial, ou seja, com o Centro. Assim, [...] *a relação que esse centro e os outros centros possuem com o território, não apenas fazem parte da Centralidade são a própria centralidade* (TOURINHO, A., 2006, p. 291).

Esses conceitos assumem importância diante da necessidade de se estabelecer uma abordagem geográfico-histórica acerca da natureza da centralidade urbana exercida pela cidade de Marabá no sudeste paraense. Tal perspectiva teórica, sobretudo as abordagens de Spósito (2001) permitem ainda que de maneira sucinta, abordar alguns momentos do processo de formação da centralidade cidade de Marabá, bem como, a condição atual desta "cidade multicêntrica"³ e sua importância no contexto do sudeste paraense. Algumas reflexões a esse respeito serão desenvolvidas a seguir.

A GÊNESE DA CENTRALIDADE DA CIDADE MARABAENSE

Compreender a centralidade da cidade de Marabá no contexto do sudeste paraense, exige uma reflexão acerca da natureza desta cidade, da sobreposição de processos que engendraram sua formação socioespacial. Neste sentido, a gênese da formação da centralidade urbana da cidade Marabá⁴ remonta aos últimos anos do século XIX, quando o então núcleo urbano de povoamento tornou-se ponto estratégico para a expansão da atividade mercantil do caucho (*Hevea Castilhoa*)⁵ (VELHO, 1981). Tal condição assumida por Marabá

³ A multicentralidade da cidade de Marabá pode ser evidenciada nas paisagens urbanas desta cidade, bem como na geometria espacial da mesma cidade média paraense, composta por cinco núcleos urbanos, quais sejam: Marabá Pioneira, Nova Marabá, Cidade Nova, São Félix e Morada Nova.

⁴ A cidade de Marabá localiza-se na subregião sudeste do Estado do Pará, nas proximidades da confluência entre os rios Tocantins e Itacaiunas.

⁵ A *Hevea Castilhoa* constitui-se em uma modalidade de planta que produz uma seiva de boa qualidade, similar à *Hevea Brasiliensis*, a partir da qual pode ser

definiu a importância deste núcleo urbano, para onde passaram a convergir grande parte da produção extrativa advinda desta sub-região (YOSCHIOKA, 1986). Paralelamente a isso, o ainda núcleo urbano de Marabá apresentou considerável crescimento econômico, devido a expansão das atividades produtivas de extração do látex, fato que desencadeou a indução de intensos fluxos migratórios em direção à sub-região sudeste paraense, advindos de diversos estados brasileiros, dentre os quais se destacaram os Estados do Maranhão e de Goiás (EMMI, 1999).

A partir dos anos de 1930, o núcleo urbano de Marabá passou a exercer a função de centro comercial estrategicamente situado, onde se localizava uma infraestrutura de transporte, que conectava os diversos vilarejos e núcleos urbanos e rurais do Sul do Pará à cidade de Belém, constituindo-se em elemento que tendeu a fortalecer a centralidade deste núcleo urbano (VELHO, 1981). Centro para onde convergiam as mais diversas atividades comerciais, de transporte, bem como, *locus* de atração de contingentes demográficos; o núcleo urbano de Marabá logo prosperou, passando a ser palco de atuação de uma emergente oligarquia local (YOSCHIOKA, 1986).

A expansão do capital mercantil convergiu como os anseios das oligarquias locais em formação, de tal maneira que, esse conjunto de fatores associados às novas dinâmicas econômicas e demográficas

transformada em látex, matéria-prima essencial para a indústria de pneumáticos que tendeu a expandir-se nos Estados Unidos, a partir do final do século XIX. Contudo, a extração da seiva requer o sacrifício da árvore, uma vez que, apenas a partir do corte integral desta árvore pode-se extrair a respectiva seiva (TOURINHO, 1991).

evidenciadas em Marabá contribuiu para a criação de um poder local institucionalizado (VELHO, 1981; EMMI, 1999). Cabe ressaltar aqui o intenso papel exercido por comerciantes locais que passaram a pressionar o governo do estado do Pará, no sentido de promover a emancipação deste território (VELHO, 1981).

Com efeito, as primeiras décadas do século XX constituem momentos significativos no processo de formação socioespacial e consolidação do núcleo urbano de Marabá, contribuindo para a constituição de uma relativa centralidade desta cidade média no contexto do Sul e Sudeste paraense, posto que a condição de importante centro comercial, de nó de articulação entre as atividades extrativas (borracha e castanha) no contexto mesorregional e as demandas dos mercados nacional e internacional, contribuíram para a conformação de uma cidade marcada pela reprodução do capital mercantil e por diversas relações com outros capitais nacionais e internacionais.

“MODERNIZAÇÃO DO TERRITÓRIO” E REDEFINIÇÃO DA CENTRALIDADE DE MARABÁ A PARTIR DOS ANOS DE 1970

Os anos de 1970 evidenciam um novo momento no movimento de transformações do território paraense, de modernização do território e de intensificação do processo de urbanização do espaço amazônico. As múltiplas transformações evidenciadas nesta região, naquele momento histórico estão diretamente relacionadas à forte ação do poder estatal com vistas a promover o processo

modernização do território paraense, de maneira a inseri-lo no contexto de competitividade da economia mundial.

Nessas circunstâncias, as ações estruturantes do poder público contribuíram para alterar substancialmente a lógica de organização do espaço regional amazônico, que até os anos de 1960, baseava em grande medida, nas redes de rios, que ditavam o tempo e o ritmo das atividades e da fluidez no território. A partir dos anos de 1970, evidencia-se a estruturação do espaço regional amazônico, que passou a se consolidar tendo como elemento de maior fluidez as redes rodoviária, urbana, de telecomunicações, hidrelétricas, que tenderam a privilegiar algumas cidades tradicionais, as quais passaram a conectar-se diretamente com outros núcleos urbanos a nível regional e mesmo extra-regional (CORRÊA, 1987).

É dentro dessa perspectiva que Marabá enquanto “cidade do capital mercantil”, pautada nas redes dendríticas, nas dinâmicas impostas pelo ritmo das redes fluviais; redefiniu sua centralidade, cujo elemento emblemático desse processo estará baseado na forte atuação do Estado por intermédio do projeto e do processo de colonização oficial, cujas dinâmicas de mobilidade estarão alicerçadas nas redes rodoviárias, elétricas, nas redes de transportes e de comunicações decorrente do intenso processo de estruturação espacial evidenciado a partir dos anos de 1970 (RIBEIRO, 1998).

Cabe ressaltar aqui o papel exercido por esta cidade como espaço de contenção de força de trabalho. Dentro dessa perspectiva, Marabá apresentou intenso fluxo populacional a partir dos anos de

1970. A esse respeito, os dados dos censos demográficos efetuados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE nas décadas de 1970 e 1980 demonstram que o respectivo município sofreu um incremento populacional da ordem de 245%, passando de 24.474 habitantes, para 59.881 habitantes respectivamente.

A cidade de Marabá, no período que compreende entre os anos de 1980 e 1990 constituiu-se palco de atuação do grande capital, cujo representante maior foi a VALE, que empreendeu uma racionalidade empresarial pautada em práticas de controle do território (BECKER, 1992). Para tanto, o Estado enquanto gestor do território exerceu papel essencial no âmbito da implantação e consolidação do domínio da respectiva corporação, seja como agente estruturador do território, seja como indutor de dinâmicas econômicas e demográficas para a sub-região sudeste do estado do Pará.

Dentro desse contexto de racionalidade produtiva empreendido para a sub-região sudeste do estado do Pará, a cidade de Marabá assumiu papel importante como entroncamento rodoferroviário constituindo-se base logística da VALE no âmbito da respectiva sub-região (BECKER, 1992). O intenso papel estruturador exercido pela VALE a partir dos anos de 1980 contribuiu para a constituição de Marabá, como espaço de fluidez das atividades econômicas modernas com vias a atender as novas demandas dos mercados local, regional e extra-regional⁶.

⁶ A década de 1980 representou um período de intensas mudanças no âmbito da Amazônia Oriental. Neste contexto, evidencia-se a implantação do projeto Grande Carajás no município de Marabá, bem como, a construção do corredor ferroviário de

O ritmo das transformações desta cidade revela-se nas paisagens urbanas de Marabá, pela expansão dos assentamentos urbanos na cidade, pela intensificação do fluxo de transportes no seu respectivo espaço intra-urbano, pelo aumento do número de ocupações, pela diversificação das atividades comerciais e de serviços que surgiram em Marabá com vias a atender às novas demandas do capital. Evidenciou-se também, a formação de *clusters* em Marabá, grupos de empresas que tenderam a aglomerar-se em determinados pontos do território da cidade, passando a atuar em atividades econômicas complementares, de maneira a atender demandas da corporação VALE, bem como, fornecer produtos e serviços para elites políticas locais capitalizadas. Dentro de tais circunstâncias, cabe ressaltar aqui a instalação do Distrito Industrial de Marabá (DIM), ocorrido na segunda metade dos anos de 1980, que passou a promover o beneficiamento de produtos extrativos minerais (PETIT, 2003).

O processo de modernização do território empreendido pelos grandes projetos, particularmente o Projeto Ferro Carajás (PFC) contribuiu para o desenvolvimento de uma lógica de regulação no/do território da cidade de Marabá pela VALE, posto que, o ritmo das atividades produtivas de comércio e serviços estava direta ou indiretamente relacionado aos interesses empresariais. A atuação do

exportação até o porto de Itaqui, no Maranhão (COELHO, 2005). A implantação destes empreendimentos na sub-região do sudeste do Pará trouxe consigo sérios rebatimentos socioespaciais em nível local, devido ao estabelecimento de uma racionalidade produtiva baseada na incorporação de novas verticalidades e horizontalidades à respectiva sub-região.

grande capital na cidade de Marabá tendeu a promover mudanças no âmbito da centralidade desta cidade, que se consolidou enquanto “pólo industrial” da sub-região sudeste paraense (SEPOF, 2006). Assim sendo, a cidade de Marabá teve sua condição de centro regional fortalecida a partir dos anos de 1980 e 1990.

Não obstante, as paisagens urbanas de Marabá dos anos de 1980 e 1990 revelam intensas contradições entre os centros dos núcleos urbanos, dotados de redes de energia elétrica e de comunicações e as áreas periféricas da cidade, espaços dotados de pouca ou nenhuma infra-estrutura de saneamento básico e energia elétrica (SEPOF, 2006). Tal fato permite que se revele a lógica de “desenvolvimento geográfico desigual” (HARVEY, 2004) que se estabeleceu no espaço intraurbano de Marabá.

O período que compreende entre o final dos anos de 1980 e meados dos anos de 1990 representou um momento de mudanças no âmbito da estrutura político-administrativa do território do sudeste paraense. Dentro dessa perspectiva, a constituição de 1988 estabeleceu algumas diretrizes, cujas bases estavam alicerçadas no processo de descentralização do poder da União, que atribuiu competências a Estados e Municípios.

Diante das novas configurações políticas evidenciadas, os diversos atores (VALE, fazendeiros, garimpeiros, camponeses, movimentos sociais) passaram a reivindicar junto ao governo estadual a criação de novos municípios, principalmente na sub-região do sudeste paraense (SILVA, 2004). Em razão de intensa pressão dos

diversos atores sociais, presentes e atuantes no cenário político da respectiva sub-região, ocorreu o processo de fragmentação de alguns municípios paraenses, e particularmente do território do município de Marabá, dando origem ao município de Parauapebas (SILVA, 2004).

Com efeito, Marabá representa um elemento emblemático que sintetiza o processo de expansão do grande capital e de privatização do território desta cidade, fazendo alusão a Santos (2008), para quem o território de uso e controle corporativo constitui-se espaço privatista sujeito a cooptação pela racionalidade empresarial. A centralidade exercida pela cidade de Marabá, no contexto atual, constitui-se produto e condição decorrente da (co)existência de múltiplos padrões de organização espaciais diversos que se sobrepõem e que revelam as especificidades da formação socioespacial desta cidade.

Por sua vez, a partir dos anos de 2009, a crise econômica mundial impactou significativamente o distrito industrial de Marabá, posto que das 13 (doze) indústrias instaladas no distrito industrial de Marabá no ano de 2009 (Sinobras, Cosipar, Simara, Usimar, Ibérica, Terranorte, Sidepar, Sidenor, Ferro-Gusa Carajás, Da Terra, Maragusa, Fermar), apenas a Sinobras encontra-se funcionando parcialmente (TRABALHO DE CAMPO EM MARABÁ, Novembro de 2013).

Ainda em relação ao espaço da cidade de Marabá e sua relação com a rede urbana paraense, torna-se necessário ressaltar as

diferentes especificidades de organização espacial que se sobrepõem em Marabá. Neste sentido, paralelamente aos padrões de organização “rio-várzea-floresta”, “estrada-terra firme-subsolo” (GONÇALVES, 2001) é possível identificar ainda um terceiro padrão a que denominaremos de “subsolo-ferrovia-cidade porto” (2010).

Este último padrão demonstra as conexões, o nível de fluidez existente entre Marabá e algumas cidades do sudeste paraense, bem como, as implicações socioespaciais decorrentes das novas "verticalidades" e "horizontalidades" impostas ao respectivo território. Tal fluidez proveniente de uma racionalidade organizacional produziu e produz sérios impactos à cidade de Marabá, principalmente no que tange à indução de processos de mobilidade do trabalho em direção ao espaço marabaense (RODRIGUES, 2010).

A cidade de Marabá no momento atual, constitui-se em espaço dotado de múltiplas espacialidades e temporalidades históricas sobrepostas e dialeticamente articuladas que revelam a centralidade urbana desta cidade ao longo do processo de formação socioespacial. Assim, considerando-se Marabá enquanto totalidade social é possível evidenciar neste *locus* a coexistência de um tempo lento da "cidade-ribeirinha", convivendo com um tempo da "cidade beira-de-estrada", da cidade à margem da ferrovia, da cidade conectada à rede aeroviária, relacionada a um ritmo mais acelerado decorrente das novas verticalidades e horizontalidades instaladas na região ao longo dos diversos momentos histórico-geográficos.

Com efeito, um esforço de síntese foi efetuado com vistas à caracterização de alguns dos principais momentos que nortearam a formação da centralidade da cidade de Marabá.

ELEMENTOS REPRESENTATIVOS DA CENTRALIDADE URBANA DE MARABÁ, NO SUDESTE PARAENSE

Quando se trata de analisar a centralidade atual da cidade de Marabá, existe uma série de possibilidades de utilização de variáveis para a construção de abordagens analíticas. Diante disso, propõem-se aqui uma abordagem a partir de elementos quantitativos, para, em seguida, estabelecer uma reflexão acerca da possibilidade de novas interpretações que possam explicar a centralidade atual de Marabá como cidade média.

Um primeiro indicador de centralidade aqui utilizado constitui o número de agências e postos de atendimento bancário no Sudeste paraense. Quando se compara o número de agências bancárias localizadas em Marabá e nas demais cidades, é possível evidenciar o papel de Marabá como importante cidade, que tende a atender demandas por serviços bancários das populações de cidades pequenas que fazem parte de sua área de influência.

O aumento do número de agências bancárias na cidade de Marabá, que segundo dados da FEBRABAN (2010) somavam-se 12 agências, atualmente correspondem a 17 agências (FEBRABAN, 2013). Ainda segundo a FEBRABAN, o número de agências da

Caixa Econômica Federal saltou de 1 (uma) no ano de 2010, para 3 (três) agências no ano de 2013.

Tabela 1: Cidades com Agências e Postos de Atendimento Bancário no Sudeste Paraense (2013).

Municípios	Nº de Agências	Nº de Pab's
Abel Figueiredo	0	0
Água Azul do Norte	0	0
Bannach	0	0
Brejo Grande do Araguaia	0	0
Breu Branco	1	0
Belém	121	80
Bom Jesus do Tocantins	2	0
Canaã dos Carajás	5	1
Conceição do Araguaia	5	0
Cumaru do Norte	0	0
Curionópolis	2	1
Dom Eliseu	5	2
Eldorado dos Carajás	1	0
Floresta do Araguaia	1	0
Goianésia do Pará	1	1
Itupiranga	3	0
Jacundá	4	1
Marabá	17	2
Nova Ipixuna	0	0
Novo Repartimento	4	0
Ourilândia do Norte	2	2
Paragominas	7	1
Parauapebas	13	2

Pau D'arco	0	0
Piçarra	0	0
Redenção	7	0
Rio Maria	2	0
Rondon do Pará	5	0
Santa Maria das Barreiras	0	0
São Félix do Xingu	3	0
São Domingos do Araguaia	2	0
São Geraldo do Araguaia	2	1
São João do Araguaia	0	0
Santana do Araguaia	2	2
Sapucaia	0	0
Tucumã	3	1
Tucuruí	8	3
Ulianópolis	2	0
Xinguara	5	0
Palestina do Pará	0	0
Sudeste Paraense	114	20
Estado do Pará	458	146

Fonte: FEBRABAN (2013) Adaptado pelo autor (2013)

O aumento do número de agências bancárias permite identificar tendências relacionadas aos aumento da demanda e fluxo de serviços bancários, bem como a relevância de determinadas cidades, a exemplo de Marabá no contexto de sua respectiva mesorregião.

Outra variável importante para efeito de compreensão da centralidade da cidade de Marabá, diz respeito à organização do poder judiciário Federal Estadual (Justiça Federal, Trabalhista,

Eleitoral e Estadual), no Estado do Pará. A esse respeito, a figura 2 permite que se evidencie, a um só tempo, uma hierarquia institucional do judiciário no Estado do Pará, tendo a cidade de Belém como a região que se apresenta no topo da hierarquia do poder judiciário paraense, onde se localiza o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, o Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, além da Seção Judiciária.

Por sua vez, ainda considerando a Tabela 2, as cidades de Marabá, Altamira, Castanhal e Santarém apresentam-se como cidades importantes no contexto da hierarquia institucional, uma vez que as mesmas abrigam subseções judiciárias. A Tabela 2 demonstra que os municípios de Altamira, Castanhal, Marabá e Santarém, constituem-se pólos onde se localizam subseções judiciárias, além de 21 varas que visam atender demandas por serviços judiciários.

Para além de uma hierarquia de poder do judiciário, distribuído pelo território paraense, esses dados evidenciam o processo de estruturação do aparelho institucional estrategicamente organizado e distribuído pelo território paraense. Esta estratégia de territorialização do poder judiciário ampara-se no discurso de centralidade das respectivas cidades, em razão do número de habitantes e, por conseqüência, em possíveis demandas sociais. Não obstante, para o caso da cidade de Marabá, é de fundamental importância entender a particularidade inerente às demandas por este tipo de serviço, em razão de constantes conflitos pela posse da terra,

e por intenso embate entre diversos agentes sociais que demandam os serviços deste aparelho institucional.

Tabela 2: Organização do poder Judiciário Federal e Estadual (Justiça Federal, Trabalhista, Eleitoral e Estadual) no Estado do Pará.

MUNICÍPIOS	REGIÃO	SEÇÃO	SUBSEÇÃO	VARAS
Abel Figueiredo	*	*	*	2
Altamira	*	*	Subseção Judiciária	4
Belém	TRF da 1ª Região, TRT da 8ª Região	Seção Judiciária	*	36
Bom Jesus do Tocantins	*	*	*	1
Brejo Grande do Araguaia	*	*	*	1
Castanhal	*	*	Subseção Judiciária	4
Eldorado dos Carajás	*	*	*	1
Goianésia do Pará	*	*	*	1
Itupiranga	*	*	*	1
Jacundá	*	*	*	0
Marabá	*	*	Subseção Judiciária	6
Nova Ipixuna	*	*	*	0
Palestina do Pará	*	*	*	0
Piçarra	*	*	*	0
Rondon do Pará	*	*	*	1
Santarém	*	*	Subseção Judiciária	7
São Domingos do Araguaia	*	*	*	1
São João do Araguaia	*	*	*	0

Fonte: Justiça Federal, Trabalhista, Eleitoral e Estadual do Estado do Pará, 2009; Adaptado pelo autor (2010)

Uma outra variável que permite evidenciar alguns aspectos concernentes à centralidade exercida pela cidade de Marabá, no

contexto do Sudeste paraense, diz respeito aos serviços de saúde oferecidos pelo município (Tabela 3). A esse respeito, a Tabela 3 apresenta dados do relatório de gestão da Secretaria de Saúde de Marabá, no ano de 2002. Esses dados apresentam os municípios pactuados com Marabá a nível ambulatorial, indicando a relação de dependência desses municípios, bem como o repasse de valores em dinheiro à Marabá (da ordem de R\$ 589.543,50 no ano de 2002), em razão dos serviços de saúde prestados aos demais municípios.

Tabela 03: Municípios Pactuados com Marabá a nível Ambulatorial – Ano 2002

Municípios	Valores Pactuados/anual em R\$
Abel Figueiredo	30.414,69
Bom Jesus do Tocantins	77.060,36
Brejo Grande do Araguaia	20.710,67
Curionópolis	5.639,30
Eldorado dos Carajás	25,5
Itupiranga	66.393,68
Nova Ipixuna	92.888,65
Palestina do Pará	1.931,91
Piçarra	13.733,01
Rondon do Pará	226.120,99
São Domingos do Araguaia	17.675,15
Xinguara	85,29
Jacundá	3.692,52
São João do Araguaia	25.264,98
Parauapebas	7.906,80
TOTAL	589.543,50

Fonte: Relatório de Gestão da Secretaria de Saúde de Marabá (2002).

Aqui vale fazer uma ressalva em relação aos dados apresentados, posto que, eles não definem número de pacientes, nem tipos de atendimento. Por sua vez, alguns valores apresentados na figura 3, como o valor repassado por Eldorado dos Carajás à Marabá, da ordem de R\$ 25,50, e Xinguara, com valor repassado de R\$ 85,29, aparecem com elevado nível de discrepância quando comparados com valores de repasses de outros municípios, fato que revela certa fragilidade dos dados.

Por sua vez, outra variável quantitativa constitui-se instrumento que permite evidenciar a centralidade da cidade de Marabá no contexto do sudeste paraense (Tabela 4), esta diz respeito à atuação da Universidade Federal do Pará e seu processo de interiorização. Neste sentido, a figura 4 demonstra a concentração de cursos da Universidade Federal do Pará na cidade Marabá, que apresentou 24 cursos de graduação até o ano de 2007; isso corresponde a cerca de 36% do total de cursos de graduação da UFPA no sudeste paraense.

Com efeito, os elementos apresentados a seguir, ainda que de maneira sintética e aproximativa, permitem evidenciar o papel exercido pela cidade de Marabá no contexto do sudeste paraense, como "cidade de responsabilidade territorial" (BITOUN, 2009), que concentra atividades de comércio e serviços públicos e privados essenciais para a "reprodução social" de parcela significativa da população do sudeste do Pará.

Tabela 04: Número de cursos de graduação ofertados pela UFPA nos municípios da Mesorregião Sudeste Paraense, 2007.

Município	Número de Cursos
Brejo Grande do Araguaia	1
Breu Branco	4
Canaã dos Carajás	2
Conceição do Araguaia	2
Dom Eliseu	1
Goianésia do Pará	1
Jacundá	4
Marabá	24
Ourilândia do Norte	2
Parauapebas	7
Rondon do Pará	6
São Felix do Xingu	1
São Geraldo do Araguaia	1
Tucumã	1
Tucuruí	8
Xinguara	2
Total	67

Fonte: PROPLAN/ UFPA/SISCA (2007)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar a centralidade urbana de Marabá pressupõe compreendê-la enquanto síntese de múltiplas determinações inerentes ao movimento de reprodução do capital no espaço-tempo, de transformações e estratégias de controle territorial, a partir da presença de aparelhos institucionais coercitivos ou deliberativos que revelam o papel de Marabá como centro de referência para o

atendimento de demandas por comércio e serviços (públicos e privados), configurando uma “**centralidade funcional**” (RODRIGUES, 2010).

Por sua vez, a condição de centro no qual se localizam serviços de internet, (a exemplo do Projeto NAVEGA PARÁ), aeroporto com fluxos diários em direção às grandes capitais brasileiras, a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, dentre outras instituições educacionais de ensino superior particulares, permitem identificar uma centralidade “**técnico-científico informacional**” na medida que esta cidade tende a se apresentar como “localidade central” da produção do conhecimento no Sul e Sudeste paraense (RODRIGUES, 2010).

Esta cidade apresenta, portanto, uma “**centralidade da formação e informação**” (RODRIGUES, 2010), posto que constitui sede de importantes instituições de educação que formam opinião e que projetam discursos e influenciam na formação e posicionamento político acerca de projetos para o sudeste paraense. Marabá possui ainda uma “**centralidade da decisão jurídica**”, uma vez que a partir das instituições localizadas nesta cidade (Governamentais, Movimentos Sociais, Ongs), promovem-se ações que afetam direta ou indiretamente os espaços rurais e urbanos, no sudeste paraense. A “centralidade política” da cidade de Marabá no sudeste paraense revela-se ainda pela condição de espaço a partir do qual se projetam contradiscursos e se promovem mobilizações sociais reivindicatórias,

no sentido de construção de contra-estratégias de resistência a ações do Estado e de agentes econômicos.

Como resultado de dinâmicas urbano-regionais, bem como de processos de produção do espaço intraurbano, a cidade de Marabá passou a exercer função no contexto do sudeste paraense, esta relacionada à condição de “centro comercial e de serviços”. Essa condição se revela a partir do exercício de uma centralidade em relação ao meio rural de sua *hinterland*.

Atualmente, Estado e agentes econômicos têm apresentado ações no sentido de fortalecer uma racionalidade produtiva que tende a repercutir em novas relações de trabalho e na constituição e intensificação de conflitos entre agentes sociais em escala intraurbana.

As implicações de tais ações podem ser evidenciadas na nova divisão social do trabalho e na divisão espacial interna da cidade, na forma de zonas centrais relativamente infraestruturadas, que tendem a atender demandas por serviços desta cidade, do meio rural e de outras cidades da área de influência de Marabá, e zonas periféricas, que tendem a abrigar migrantes em busca de trabalho e melhores condições de vida.

As novas relações de produção do espaço intraurbano de Marabá permitem que se evidencie o paradoxo entre uma “cidade econômica”, dotada de certa densidade técnica e uma “cidade de conflitos”, como reflexo da reprodução da precariedade, da fome, da pobreza e da inclusão precária.

O processo de produção do espaço da cidade de Marabá e sua relação com a rede urbana possui íntima articulação com dinâmicas econômicas inerentes ao capital internacional e sua relação com os lugares. Nesse sentido, ao longo da formação de sua centralidade, a cidade de Marabá configurou-se como espaço fornecedor de produtos extrativos para o capital comercial, bem como para outras regiões do território brasileiro. Tal condição influenciou na formação de processos aglomerativos e na estruturação de dinâmicas econômicas, demográficas e espaciais, contribuindo para a formação da centralidade urbana desta cidade média.

Por sua vez, as políticas urbano-regionais, baseadas em matrizes de crescimento econômico, empreendidas pelo Estado para a cidade de Marabá, repercutiram e repercutem em rápida transformação da realidade urbana desta cidade. É diante desse contexto de ação estatal e de produção das relações sociais de produção que a cidade de Marabá passa a exercer uma centralidade urbana no contexto do sudeste paraense, como "cidade de responsabilidade territorial"(BITOUN, 2009), como espaço estratégico a partir do qual se projetam discursos governamentais desenvolvimentistas, ações modernizadoras, além de serviços públicos e privados de maneira a atender demandas sociais de parcela significativa da população do sudeste paraense.

Diante dos múltiplos processos e suas manifestações na produção do espaço urbano de Marabá, bem como na formação e consolidação da centralidade urbana exercida por esta cidade média

no sudeste paraense, torna-se fundamental refletir criticamente acerca da natureza do Estado e das dinâmicas de modernização do território paraense enquanto possibilidade para se pensar em políticas públicas que expressem princípios de autonomia individual e coletiva, de maneira a se promover a melhoria da qualidade de vida e aumento da justiça social para a maioria dos cidadãos marabaenses.

REFERÊNCIAS

- BECKER, B. Gestão do território e territorialidade na Amazônia: a CVRD e os garimpeiros em Carajás. In: LENA, P.; OLIVEIRA, A. E. (Org). *Amazônia: a fronteira 20 anos depois*. 2. ed. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1992, 363p.
- BITOUN, J. Tipologias das cidades brasileiras e políticas territoriais. In: BITOUN, J; MIRANDA, L. *Desenvolvimento e cidades no Brasil: contribuições para o debate sobre as políticas territoriais*. Recife: FASE. Observatório das Metrôpoles, 2009, 194p.
- CHRISTALLER, W. *Central places in central Germany*. Englewood Cliffs, Prentice-Hall. 1966.
- COELHO, M. C. N. A CVRD e a (re)estruturação do espaço geográfico na área de Carajás (Pará). In: *Brasil: questões atuais de reorganização do território*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2005.
- CORRÊA, R. L. A periodização da rede urbana da Amazônia. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v.49, n.3, p.39-68, jul./set. 1987.
- EMMI, M. F. *A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais*. 2. ed. Belém: UFPA/NAEA, 1999.
- GONÇALVES, C. W. P. *Amazônia, Amazônia*. São Paulo: Contexto, 2001, 178p.
- HARVEY, David. *Espaços de Esperança*. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2004.
- PETIT, P. *Chão de Promessas: elites políticas e transformações econômicas no Estado do Pará pós-1964*. Belém: Paka-Tatu, 2003.
- RIBEIRO, M.A. C. *A complexidade da rede urbana Amazônica: três dimensões de análise*. Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em

- Geografia), Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998. 335p.
- RODRIGUES, Jovenildo Cardoso. *Marabá: centralidade urbana de uma cidade média paraense*. Belém, 2010. 188 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.
- SANTOS, M. *Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). *Urbanização e cidades: perspectivas geográficas*. Presidente Prudente: GAsPERR, 2001.
- SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DO MUNICÍPIO DE MARABÁ. *Diagnóstico do Plano Diretor urbano de Marabá*, 2006.
- SILVA, J. M. P. da. *Poder, Governo e Território em Carajás*. 2004. 198 f. (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, UNESP, Presidente Prudente, 2004.
- TAVARES, M. G. *A dinâmica espacial da rede de distribuição de energia elétrica no Estado do Pará (1960-1996)*. 1999. 290f. Tese (Doutorado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGG, Rio de Janeiro, 1999.
- TOURINHO, Andréa de Oliveira. Centro e centralidade: uma questão recente. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). *Geografia das metrópoles*. São Paulo: Contexto, 2006.
- TOURINHO, H. L. Z. *Planejamento urbano em área de fronteira econômica: o caso de Marabá*. UFPA/NAEA. Dissertação (Mestrado). BELÉM: NAEA/PLADES. 1991.
- VELHO, O G. *Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica*. Rio de Janeiro: J. ZAHAR, 1981.
- YOSCHIOKA, H. *Avaliação de implantação de um núcleo urbano em área na Amazônia: o exemplo de Nova Marabá, Pará*. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Geografia FFLCH da USP, 1986.

MODO DE VIDA, TERRITORIALIDADES E PAISAGENS NO BAIXO RIO MERUÚ (IGARAPÉ-MIRI/PARÁ)¹

Rosemildo Santos LIMA²

Christian NUNES DA SILVA³

INTRODUÇÃO

O espaço amazônico caracteriza-se por sua grande diversidade socioambiental. Esta constatação tornou-se fator de reconhecimento internacional da importância deste espaço para a humanidade. No entanto, a história de valorização do espaço amazônico sempre esteve atrelada à possibilidade da exploração de seus recursos naturais como criticamente se posiciona Becker (2006).

Os recursos sempre foram vistos como potencialidades econômicas a serem explorados, transformados e aproveitados dentro de uma lógica capitalista que valoriza o espaço regional sobre o prisma da rentabilidade e das possibilidades de obtenção de lucro. Tal lógica traz em seu bojo a exploração, não apenas dos recursos naturais amazônicos e da transformação de suas paisagens, mas também a exploração das populações que tradicionalmente já

¹ Artigo apresentado à disciplina Gestão dos Recursos e Meio Ambiente na Amazônia do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará (PPGEO-UFPA).

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará (PPGEO-UFPA). E-mail: santoslima28@hotmail.com

³ Geógrafo, Doutor em Ecologia Aquática e Pesca. Professor da Faculdade de Geografia e Cartografia da Universidade Federal do Pará (FGC/UFPA). Professor e Vice-coordenador do Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO/UFPA). Coordenador do Laboratório de Análise da Informação Geográfica (LAIG/FGC/UFPA). Pesquisador do GAPTA/UFPA. E-mail: cnunes@ufpa.br.

ocupavam o espaço e em muito contribuíram para a sua manutenção e equilíbrio. Populações essas que não são homogêneas, pois são populações urbanas, tribos indígenas, quilombolas, seringueiros, castanheiros, ribeirinhos etc. que fazem do espaço amazônico e seus recursos elementos *sine qua non* de suas vivências e existências.

Em muito, o saber tradicional, os valores, as crenças e anseios dessas populações foram negligenciados, pois não se afinavam com a noção de “progresso” trazida pela exploração capitalista da região e nem tão pouco seus saberes foram compreendidos, pois estavam mais afinados com o que a ciência moderna rotulava de senso comum, logo, fora da compreensão que a ciência moderna dava ao mundo. Assim as populações amazônicas foram duplamente marginalizadas, por um lado houve a expropriação de seus espaços tradicionais para que fosse feita a exploração de recursos econômicos e por outro lado sempre houve a desvalorização de seus saberes.

Porém, mesmo sendo marginalizadas, as particularidades e as identidades locais ainda são múltiplas, um campo fecundo para emergir novas ideias e possibilidades de construção de alternativas em busca de possibilidades que fujam a lógica, já arraigada da inserção da região, na carruagem da produção e do desenvolvimento econômico, que negligencia a natureza, os homens e mulheres locais, mas explora seus territórios e transforma suas paisagens.

A identidade aqui defendida é parte integrante da constituição do território, sendo esta definida como:

um *código genético local*, material e cognitivo; é um produto social, da territorialização e se constitui no

patrimônio territorial de cada lugar, econômica, política, cultural e ambientalmente. A identidade é formada pelas edificações (monumentos, infra-estruturas, cidades, pontes...), línguas, mitos e ritos, a religião, enfim, pelos *atos territorializantes* dos atores sociais e históricos; significa *sedimentos* em certo lugar, no qual há uma *co-evolução* social e natural” (SAQUET, 2010, p. 148). (grifos do autor).

Pensando o contexto regional amazônico, essas particularidades e identidades territoriais estão presentes de forma bastante clara em seus espaços, sejam eles urbanos, ou às margens, das paisagens aparentemente monótonas, dos rios e das várzeas fertilizadas de vida, onde o tempo parece não ter pressa, onde o lugar parece fazer parte de outro tempo, onde as ideias e os saberes, em muito desprezados, se colocam como possibilidade de construções dialógicas para a diversificação de um debate que vise novas possibilidades de desenvolvimentos territoriais na Amazônia.

O artigo aqui apresentado tem como objetivo construir uma análise interativa entre a produção econômica e a apropriação do espaço pela comunidade local a partir da constituição de suas territorialidades e dos significados dados à paisagem, valorizando o saber local e as significações dadas ao espaço e aos recursos utilizados para a manutenção econômica dos ribeirinhos do baixo rio Meruu em Igarapé-Miri no Pará.

Assim, a análise que aqui se pretende é pensar o espaço amazônico sob o prisma de sua complexidade cujo objetivo é discutir, a partir de revisão bibliográfica, observação empírica e entrevista focalizada, a constituição da paisagem, das

territorialidades e do modo de vida da comunidade ribeirinha do baixo rio Meruu em Igarapé-Miri, no estado do Pará. Tal esforço perpassa primeiramente pela definição daquilo que entendemos como espaço; posteriormente percepção das territorialidades e também da paisagem para melhor compreensão da emergência de um modo de vida particular que se constitui a partir das estratégias de sobrevivência adotadas pela comunidade local.

Pensamos como opção metodológica a compreensão do espaço à luz do materialismo histórico e dialético perpassado por um diálogo com alguns preceitos das abordagens da Geografia Cultural, pois entendemos que tanto as territorialidades quanto a paisagem local está inserida em um contexto identitário e cultural que lega significado de pertencimento da comunidade ao espaço por ela ocupado.

ESPAÇO, TERRITÓRIO E PAISAGEM NO BAIXO RIO MERUU

O espaço é o objeto apropriado e interpretado pela Geografia. Compreender o espaço e sua dinâmica é uma competência assumida pelos geógrafos. É no espaço que é possível ver refletida a dinâmica social que se materializa nas formas construídas e nos significados dados a elas pelas ações dos indivíduos em sociedade.

Neste contexto a compreensão do espaço geográfico amazônico como um todo ou de uma de suas frações, como o do baixo rio Meruu, perpassa pela compreensão da sociedade local, não de forma isolada, mas em sua relação com outros espaços, dentro de um

quadro complexo de ações de diferentes matizes e escalas que se constituem dentro de uma lógica temporal que é ao mesmo tempo econômica, política, e também, em um quadro cultural que se fundamenta não apenas nas formas materiais, mas também na imaterialidade que dá significado à vida cotidiana. “Todas as culturas resultam de um trabalho de construção e dispõem de *know how* e de saberes relativos ao espaço, à natureza, à sociedade, aos meios e as maneiras de explorá-lo” (CLAVALL, 2002, p. 113).

O espaço aqui pensado não é um concreto acabado, e nem tão pouco é somente materialidade de ações e de formas. O espaço é relacional, temporal e dinâmico, conformado por sistemas complexos de objetos, sejam construídos, sejam naturais e sistemas de ações, como assim o define Santos (2004). As ações em muito são intencionais e obedientes a propósitos alheios ao espaço onde elas se materializam. Porém, há ações permeadas de sentidos, de afirmações de pertencimento e da afirmação da identidade do grupo que habitam o espaço. Para estes os sistemas de objetos, materializados nas paisagens, são formas com significados simbólicos e identitários, que torna-se um espaço de vivência e de reconhecimento do seu lugar no mundo.

Quando uma parcela do espaço é apropriada e organizada por uma determinada sociedade, como afirma Raffestin (1993), ele se transforma em território, que seria a prisão que os homens constroem para si a partir do espaço: “ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator

‘territorializa’ o espaço” (RAFFESTIN, 1993, p. 143). O território assim constituído pode ser apropriado de diferentes formas pelos atores sociais, podendo ser para uns abrigo, ou como um mero recurso. Em Gottman (2012), território é constituído a partir das relações sociais se afirmaria como portador de segurança e gerador de oportunidade.

O território então seria construído a partir do espaço. Neste contexto espaço e território seriam pares imbricados e que em muito se confundem. Na constituição tanto do espaço, quanto do território inevitavelmente a paisagem está presente, sendo esta a materialização das formas naturais e humanas que dão feições particulares ao espaço. A paisagem atribui uma certa identidade ao território e o imbuí de valor e significados bastante particulares e complexos.

As paisagens ribeirinhas, como a do baixo rio Meruu (Imagem 1), e suas formas construídas traduzem o saber constituído a partir da observação da dinâmica natural. A forma de fazer nesta perspectiva traz em si também o sentido simbólico da apropriação do espaço e consequentemente da afirmação identitária do território:

[...] a presença do homem à margem do rio constrói paisagens artificiais, na medida em que engenha objetos que possibilitam a adaptação às alternâncias das fases terrestres e aquáticas do ambiente, por exemplo, os canteiros suspensos (jirau), utilizados pelos agricultores para o cultivo de hortaliças nos períodos de cheia e enchente; a palafita, moradia preparada para receber a subida das águas e, quando necessário, levantar o seu assoalho (piso); o flutuante, uma construção típica das margens dos rios na

Amazônia, que garante ao habitante permanecer em sua propriedade ou até mesmo migrar para outras localidades durante a cheia [...]” (PEREIRA e WITKOSKI, 2012, p. 276).

A citação acima reflete apenas uma parcialidade do saber das populações tradicionais e como estas se relacionam com seus espaços. Pensando a partir da complexidade do espaço, Castro, Gomes e Corrêa (2012) colocam-no como um desafio a discussão referente à sua apropriação a partir das práticas sociais que se transformam e se revelam em uma ordem coerente. Sendo assim, “o espaço, mais do que manifestação da diversidade e da complexidade sociais é, ele mesmo, uma dimensão fundadora do ser no mundo, mundo esse, tanto material quanto simbólico que se expressa em formas, conteúdos e movimentos” (CASTRO; GOMES; CORRÊA, 2012, p. 7).

PAISAGEM E CULTURA NO BAIXO RIO MERUU

O município de Igarapé-Miri localiza-se na mesorregião do Nordeste Paraense e na microrregião de Cametá. Está a 78 km de distância da capital paraense (Belém), no baixo Tocantins. Possui, de acordo com o censo demográfico do IBGE (2010), 58.077 habitantes. É um município que possui a maior parte de sua população vivendo na área rural perfazendo um total de 31.872 habitantes enquanto que na zona urbana são 26.205 habitantes.

De acordo com Damasceno (2009), do ponto de vista econômico predominam em Igarapé-Miri as atividades agrícolas e

extrativas, sendo que nas primeiras destacam-se a produção do cacau e da pimenta-do-reino. Quando se trata da produção extrativa o grande destaque do município é o açaí com uma produção bastante significativa o que o coloca entre os dez maiores produtores do estado do Pará conforme informações do IBGE (2010).

Imagem 1 – Paisagem ribeirinha do baixo rio Meruu



Fonte: Lima (2013)

Segundo o Censo da Produção da Extração Vegetal e Silvicultura do IBGE (2011), a produção de frutos de açaí, em 2011, registrou um aumento de 73,1% em relação a 2010, justificado pelo aumento da demanda regional, nacional e internacional pelo produto.

Seguindo pela PA-407, a 17 km do centro do município de Igarapé-Miri, fica a Vila de Maiauatá (Imagem 2), sede do 2º distrito de Igarapé-Miri, localizada na confluência do rio Meruu Açu e do rio Maiauatá que dá nome à vila. Maiauatá é uma vila que se constitui por uma área central, onde se localizam vários estabelecimentos comerciais que em grande parte abastecem os moradores do baixo rio Meruu com mantimentos e gêneros alimentícios em geral, também

possui bares, escola, uma pequena igreja e um porto que serve de elo entre a parte continental e as áreas das ilhas (Imagem 3). Para o porto é trazida e comercializada uma grande parte da produção local, como peixes, camarão, palmito, com destaque para o açaí.

Imagem 2 – Entrada da Vila **Imagem 3** – Porto da Vila Maiauatá Maiauatá



Fonte: Lima (2013)

A paisagem do baixo rio Meruu parece ser mais uma paisagem comum das várzeas amazônicas com a presença de palafitas ao longo das margens e as embarcações típicas da região que a todo momento cortam as águas, com seus ruídos característicos, que não incomodam, pois é um dos elementos que marcam a paisagem regional, outro destaque é presença marcante dos açaizais, um dos principais recursos apropriados pela população local. Sendo assim os sons e fluxos de embarcações, as palafitas e o rio são elementos marcantes e que mais sobressaem à percepção.

A mera descrição da paisagem não é suficiente, juntamente com sua apreensão através dos sentidos, para compreendê-la em essência, pois esta, não está no nível do visível, sendo assim a paisagem é

passível de interpretação. Cabe ressaltar que a compreensão e interpretação do sentido da paisagem não é a mesma para todos, há várias formas de percebê-la, compreendê-la e apreendê-la, isto vai depender de quem o faz, como o faz e porque o faz.

A dimensão da paisagem é a dimensão da percepção, o que chega aos sentidos. Por isso, o aparelho cognitivo tem importância crucial nessa apreensão, pelo fato de que toda nossa educação, formal ou informal, é feita de forma seletiva, pessoas diferentes apresentam diversas versões do mesmo fato.

[...]

A percepção é sempre um processo seletivo de apreensão. Se a realidade é apenas uma, cada pessoa a vê de forma diferenciada; dessa forma, a visão pelo homem das coisas materiais é sempre deformada. Nossa tarefa é a de ultrapassar a paisagem como aspecto, para chegar ao seu significado. A percepção não é ainda o conhecimento, que depende de sua interpretação e esta será tanto mais válida quanto mais limitarmos o risco de tomar por verdadeiro o que é só aparência” (SANTOS, 1997, p. 21).

Sendo assim, tão importante quanto apresentar uma definição de paisagem, é necessário compreender de que forma as paisagens foram construídas e sobre que bases elas são mantidas. Também se faz necessário buscar o entendimento de como a paisagem atinge os que estão diretamente a ela vinculados e sobre aqueles não participam diretamente de sua vivência e nem tão pouco vivenciaram sua construção.

Mais do que a aparência, a paisagem possui uma essência carregada de significados e simbolismo, nunca compreendidos e vistos da mesma forma por todos. Sendo assim a paisagem exige

interpretação, compreensão e para isso se fazer é necessário compreender a dinâmica da sociedade que a construiu.

Não podemos reduzir a paisagem meramente ao nível do visível, da percepção das formas que lhes dão visibilidade, da disposição dos objetos nelas presentes. Cada objeto, seja ele natural ou construído socialmente, carrega em si conteúdos distintos que somados aos outros podem apresentar pistas para o entendimento do modo de vida cotidiano.

A paisagem então é combinação complexa e dinâmica de diferentes elementos datados de diferentes tempos e marcados por significações variadas. A paisagem assume diferentes concepções e diversificações nas diferentes ciências e também no mais diverso meio social, por possuir um caráter polissêmico como bem afirma Name (2010). Maximiano (2004) apresenta algumas dessas variações como a concepção da UNESCO, para a qual a paisagem é a estrutura do ecossistema; do Conselho Europeu sendo compreendida como a tradução do olhar humano sobre a combinação de aspectos naturais e sociais e também as variações que ela assume em diferentes países. Cabe aqui ressaltar que o ponto comum em todas as concepções e versões daquilo que se chamou de paisagem é a sua percepção, tendo a visão como elemento privilegiado de sua apreensão.

Na Geografia, a paisagem é uma categoria de análise espacial e se apresenta sob múltiplas concepções influenciadas pelas diferentes escolas do pensamento geográfico. As diferentes abordagens assumem uma diversidade de interpretação que está intimamente

ligada ao tempo e espaço, bem como ao posicionamento teórico-metodológico adotado pelo geógrafo.

Pensamos então a paisagem do baixo rio Meruu dentro de uma perspectiva que a imbuí de significados para a população local que pode ser inserida sobre o prisma da cultura local. De acordo com Claval (2010), é a cultura que dá sentido para existência das pessoas, enquanto seres individuais, bem como dos grupos nos quais eles estão inseridos.

A cultura incorpora, assim, valores. Estes têm uma tripla finalidade: primeiro, guiar a ação, inscrevendo-a em um quadro normativo; segundo, sublinhar a especificidade de tudo que é social, alçando a uma dignidade superior o que passa por procedimentos de institucionalização, e, terceiro, dar um sentido a vida individual e coletiva (CLAVALL, 2010, p. 97).

Os valores incorporados pela cultura dentro da sociedade, a partir de sua tripla finalidade estão diretamente inseridos em um quadro social no qual as pessoas constituem suas territorialidades a partir de suas relações interpessoais e com o seu entorno, dando significado a suas ações e a paisagem construída que ultrapassa a mera disposição das formas num dado espaço. A paisagem corresponde à concretização da identidade do sentido de pertencimento e de reconhecimento do estar e viver em um dado espaço onde não se é estranho. A paisagem se constitui em objeto geográfico não estanque e nem desprovido de significado. Em muito o significado dado à paisagem está ligado à cultura local.

A cultura é entendida tanto como o trabalho, a interação direta dos seres humanos com a natureza na

produção (agricultura, policultura, vinicultura, silvicultura etc.), quanto a consciência, o conjunto de ideias, valores, crenças e a ordem moral. Paisagem e cultura carregam em si, portanto, uma oposição constante entre “materialidade” e “imaterialidade” (NAME, 2010, p. 165).

Materialidade e imaterialidade se combinam nas paisagens e as dotam de valor simbólico, pois onde existem pessoas, existem relações sociais e destas com as paisagens nas quais estão inseridos, traduzidas em relações subjetivas que são ao mesmo tempo individuais e coletivas.

A compreensão do mundo feita pelos homens não é algo nato ou herdado, trata-se de um aprendizado que se dá desde a infância e se vai afirmando ao longo do tempo. Neste sentido tal aprendizado se constitui e se afirma também por meio de mediações simbólicas do mundo, das suas representações, das possíveis respostas às perguntas as mais diversas, respostas que podem ser provisórias, mas ainda sim respostas, cuja finalidade é uma versão explicativa do mundo.

Há sempre respostas para todas as perguntas. Cabe lembrar que uma mesma pergunta pode ter uma infinidade de respostas. No mundo acadêmico as respostas devem ser dadas dentro de um quadro teórico-metodológico que garanta a sua validade. Mas no mundo vivido fora do eixo acadêmico, as perguntas também não ficam sem respostas e estas contemplam visões de mundo, de existência e dão sentido à própria vida, mesmo que parciais e cercadas de misticismo e pautadas no senso comum. Elas são representações do mundo em que dada sociedade está inserida.

A paisagem é uma construção cultural, nunca acabada, nunca interpretada com um único valor, nunca percebida de forma homogênea, nunca representada da mesma forma, uma mesma paisagem é preta de diferentes significados, pois seu significado depende de seu significante e este é ser histórico, social que percebe a paisagem a partir da sua vivência e inserção num determinado meio social.

As representações podem variar de uma simples contemplação, ou da possibilidade de obtenção de algum recurso que possa ser explorado e transformado em recurso financeiro. Mas pode ser um meio de sobrevivência e de vivência, onde a materialidade se funde e se mistura em uma teia complexa e inseparável entre a produção material e a produção imaterial. Ao mesmo tempo que se traduz em matéria rentável e palpável, solidifica o simbólico, alimenta o imaginário e dá sentido de pertencimento e existência física e cultural.

Heidrich (2008) apresenta a paisagem, dentro da perspectiva renovada da Geografia Cultural, como sendo o elemento importante para a análise territorial, pois o conceito passa acolher o campo das representações e das identidades.

TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE

A paisagem está sempre inserida em um determinado espaço com características próprias e pode marcar a existência de um determinado território. O território é um campo de forças que se consubstancia a partir de uma rede de relações sociais, mediadas e projetadas em um espaço no qual há a produção de uma identidade,

pois está ligado a capacidade dos agentes em controlar, distinguir, separar e classificar os indivíduos e os grupos sociais (SACK, 1986).

O território é um instrumento de poder a serviço dos processos padronizadores, sendo assim o território é movimento e permanência. Permanência e movimento são os pares dialéticos que dão materialidade e existência temporal do território.

Os movimentos se inserem no âmbito das articulações, das redes que perpassam sobre o território que trazem novos agentes e ações num povir indefinido e incessante, ora causando grandes e notórias transformações nas paisagens, ora em um movimento mais lento, mas sempre constante e ininterrupto. A permanência diz respeito aos elementos que dão sentido de pertencimento aos indivíduos que habitam os territórios, é o que lega sentido e significado ao território, pois são imbuídos de simbolismo, é o lugar da referência e da existência da própria vida cotidiana.

Mais do que fonte de sobrevivência, a terra é um registro simbólico por excelência e, apesar da racionalidade moderna ter conquistado os espaços objetivos das relações sociais, as representações permanecem nos dispositivos simbólicos, nas práticas codificadas e ritualizadas, no imaginário e em suas projeções (CASTRO, 2010, p. 157).

Saquet (2007) coloca o território como meio e processos das relações sociais (alteridade) e das relações de exterioridade (homem-natureza), desenvolvendo-se no tempo histórico e no tempo das simultaneidades. De Paula (2011) apresenta uma releitura da categoria território a partir de uma abordagem humanista, passando a

entendê-lo como território vivido, este que expressa um movimento de inclusão das dinâmicas socioespaciais de pequena escala ao interesse do geógrafo. Saquet e Briskievicz (2009) propõem uma abordagem (i)material do território compreendendo a noção de territorialidade como um processo de relações sociais, tanto econômicas, políticas e culturais de um indivíduo ou de um grupo.

Existem cargas simbólicas no território que nos permitem pensá-lo não apenas sob a ótica do mercado por meio de seus fluxos materiais, mas há também os fluxos imateriais e uma carga simbólica que significa e dá sentido ao território habitado pelas pessoas. “O território é um espaço natural, social e historicamente organizado e produzido e a paisagem é o nível do visível e percebido desse processo” (SAQUET, 2007, p. 142).

Para Santos (2000), o território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer aquilo que nos pertence. É a base do trabalho, da resistência, das trocas materiais e espirituais e da vida sobre os quais ele influi.

As territorialidades dos indivíduos sempre são múltiplas (HAESBAERT, 2006) e são elas que dinamizam os espaços, dão o caráter relacional e temporal do território. Esse porvir se constitui em uma miríade de transformação que afirma o pertencimento dos grupos locais, ou seja, dialeticamente é o movimento que cimenta o pertencimento dos grupos ao território. Os territórios se materializam mediante a existência das territorialidades que carregam consigo as mudanças e as permanências das paisagens.

Assim, territorialidade diz respeito à dimensão vivida na medida em que denota fatores que acontecem nas relações mais diretas entre as pessoas e o espaço. A territorialidade é o qualitativo de qualquer fenômeno territorial, independente da escala dele. A distinção entre territórios oriundos da dimensão vivida e a territorialidade está no papel que a dimensão vivida tem dentro destas noções (DE PAULA, 2011, p. 109).

O espaço que é reconhecido e dotado de valor e importância margeado por relações de poder e pertencimento transfigura-se em território vivido que seria uma categoria para compreender a organização do espaço a partir da vivência e funcionalização cotidiana do espaço.

Neste sentido as territorialidades são dotadas de valor. Tal valor deve ser compreendido dentro de um quadro multidimensional cujas relações de produção ou mesmo de vivências diárias são permeadas pelo poder. Como bem afirma Raffestin (1993) sobre a impossibilidade de se manter relações que não sejam marcadas pelo poder:

De acordo com nossa perspectiva, a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens “vivem”, a mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e /ou produtivistas. Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. Os atores sem se darem conta disso, se automodificam também. O poder é inevitável e, de modo algum, inocente. Enfim, é impossível manter

uma relação que não seja marcada por ele (RAFFESTIN, 1993, p. 158-159).

MODO DE VIDA E ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA NO BAIXO RIO MERUU

Vidal de La Blache (2012, p. 144) afirmava que “nas regiões tropicais húmidas a água é um elemento com o qual o homem vive em contínua familiaridade”. Se pensarmos essa afirmação dentro do contexto dos ribeirinhos da região amazônica, percebemos o quanto é pertinente tal afirmação. No baixo rio Meruu, essa constatação é notória, porém já bastante complexizada devido às multiplicidades de usos que se fazem do rio e também pela inserção de novos elementos que tangem a vila em uma lógica perpassada por fluxos globais.

Assim, questões como o intenso processo de globalização cultural vivido no momento atual são de grande relevância, a ponto de alguns autores acreditarem em um tipo de *padrogeinização dos modos de vida* na sociedade atual, isto é, devido a evolução dos meios de comunicação e transporte, observa-se que modos de vida dominantes tentam se impor a modos de vida menos abrangentes e mais tradicionais (SILVA, 2006, p. 38). (grifos do autor)

Assim, o modo de vida local não se dá em si mesmo, mas a partir das relações que são mantidas no espaço, entre as pessoas próximas e distantes, entre o local e o global. O próprio conteúdo do rio ganha novas nuances e complexidade. Mas ainda é um dos elementos mais marcantes na paisagem local o que em muito contribui para a afirmação de um modo de vida particular. Segundo

Cruz (2008), “o modo de vida está ligado às formas de ver o mundo, interpretá-lo e agir sobre ele, buscando sentido para a existência e para a trajetória de vida no presente e no futuro” (CRUZ, 2008, p. 97).

Tendo em vista os diversos usos que do rio se fazem, seja para a circulação, o lazer, as necessidades mais básicas como beber, cozer os alimentos, lavar roupas e utensílios domésticos, retirar alimentos etc. Em muitos casos é pelo rio que chega o novo, nas cargas que circulam através das embarcações e é por eles também que muitos dos recursos explorados na região são transportados.

É tendo como referência o rio que podemos denominar grupos humanos de ribeirinhos, porém, cabe aqui ressaltar que desenvolver a vida cotidiana e as diversas territorialidades que isso implica, nas várzeas dos rios amazônicos, não nos autoriza a afirmar que todos que vivem sob essa condição compartilham do mesmo modo de viver às margens dos rios e lancem mão das mesmas estratégias de sobrevivência.

É a relação não só com o rio, mas com os recursos que são aproveitados, sejam para comercializar ou para se alimentar, as relações sociais e formas de organização e territorialização, os valores embutidos nessas relações múltiplas, os hábitos, os costumes que se dão com certa coerência e dinâmica particular é que pode autorizar a se pensar em um modo de vida, ou seja, não existe um modo de vida ribeirinho na Amazônia. O que existe de fato é uma gama muito variada de relações e interações sociais e dessas com o

espaço habitado às margens dos rios que nos permite pensar sempre no plural, ou seja, modos de vidas.

Sorre (1984) pondera que os adeptos de diferentes grupos humanos trazem maneiras coletivas que são incorporadas ao fundo individual e que mesmo pertencente a um grupo cada homem pertence a vários grupos, cujos interesses não são forçosamente os mesmos.

Dito isto, a população ribeirinha do baixo rio Meruu, em seu fazer e existir cotidiano, desenvolve um modo de vida específico, que está ligado às relações, ao trabalho, as suas territorialidades e desenvolvem estratégias de sobrevivência que garantem a sua existência material e imaterial.

As particularidades dos ribeirinhos do baixo rio Meruu mostram o quanto o diverso é presente dentro do contexto regional. Essas particularidades múltiplas mostram o quão são complexas as comunidades amazônicas e o quão diversificada é a percepção dos indivíduos sobre os lugares nos quais estão territorializados, pois pensar o território dentro de uma lógica, não apenas material ou econômica, mas também subjetiva, é vê-lo enquanto construto de identidade, sendo esta o fator que lega particularidades sociais aos lugares e a natureza complexifica ainda mais a questão legando as particularidades ambientais.

Assim as formas naturais, mais as construídas, combinadas com as relações sociais, criam laços entre os homens e o seu lugar, que é único e contextualizado, temporal e dinâmico, não isolado, não

inerte. Estes fatores contribuem para a constituição disso que chamamos modo de vida. É dentro destas circunstâncias apresentadas que Mota (2008) apresenta essa relação entre o indivíduo e seu espaço vivido:

De forma simples e usual pode-se pensar que a particularidade coloca o indivíduo num contato mais imediato com o seu espaço de vivência, seu lugar, visto que coloca o indivíduo particular em contato com a sua individuação refletida pela alteridade, mesmo que a negada (MOTA, 2008, p. 65).

Assim, as paisagens, as territorialidades e o modo de vida local não se constroem no isolamento, há sempre uma articulação, mesmo que indireta, com espaços externos. Tais articulações podem ser premeditadas, conscientes ou mesmo impostas e autoritárias, ou também consensuadas.

O que a primeira vista parece endógeno a um recorte espacial deve sua existência igualmente a fatores externos mais ou menos remotos no tempo, ou atinentes a escalas mais abrangentes, enquanto que o exógeno, por seu turno, amiúde tem a sua influencia filtrada por peculiaridades internas. Os significativos “endógenos” e “exógenos” possuem valor operacional, mas seu emprego não pode levar a que se perca de vista que são mutilações. Em última instância, o endógeno e o exógeno se acham amalgamados no bojo dos processos históricos (SOUZA, 2010, p. 49).

No caso particular a que se pretende este estudo colocamos um elemento, em particular e entre tantos outros, como o elo com novas externalidades que no dizer de Mota (2008), seria o elemento de genericidade entre o local e outras realidades, no caso em questão o elemento-elo seria o açai.

O açaí, mais que um simples fruto, para muitas comunidades amazônicas é um elemento que faz parte da cultura e é um dos elementos identitários de muitas territorialidades locais e que marcam as paisagens ribeirinhas do baixo rio Meruu (Imagem 4)

Imagem 4 – Açaizais no baixo rio Meruu



Fonte: Lima (2013)

Assim a produção do açaí no baixo rio Meruu, além de ser um recurso gerador de renda, também cimenta a identidade local, bem como é fator inquestionável na constituição de um modo de vida que se divide basicamente em função da safra do fruto do açaizeiro e de sua entressafra, isso se dá devido à sazonalidade da produção.

Sendo assim em cada período do ano há desenvolvimento de estratégias de sobrevivência bastante distintas. No período da safra a população ribeirinha local se volta quase que totalmente para o trabalho da colheita e da comercialização do produto. De acordo com relatos de alguns moradores é o período da fartura, onde se planeja a ampliação e/ou reforma da casa, a aquisição de bens materiais, enfim é o período onde o fator econômico insere a comunidade em um

circuito do mercado de compra e venda. Muitos abandonam as atividades secundárias para dedicarem-se exclusivamente a colheita do açaí.

É comum, inclusive, a contratação de mão-de-obra de apanhadores para dar conta da demanda exigida pelo mercado. O comércio é feito em alguns casos individualmente para atravessadores ou através de associações que negociam diretamente com fábricas.

As territorialidades e as paisagens adquirem novas dinâmicas, pois os pequenos trapiches de madeira situados nas frentes das palafitas ficam constantemente abarrotados de rasas⁴ (Imagem 5) cheia do fruto, esperando a passagem do barqueiro para levar o produto para ser comercializado.

Imagem 5 – Rasa de açaí



Fonte: Lima (2014)

⁴ A rasa, uma medida local que consiste em duas latas de 20 litros (28,4 kg), é confeccionada com talos de arumã (*Ischnosiphon ovatus* Kck e.) (HOMMA et al., 2006, p. 12).

Os fluxos são mais intensos, tanto pelos rios, como pela PA-140 que liga a Vila de Maiauatá, no baixo rio Meruu ao centro do município (conhecida localmente como a rodovia do açaí). Sendo assim novos atores passam a fazer parte da dinâmica local, novas territorialidades passam a se sobrepor as já existentes. Dentro desse quadro é que podemos falar de múltiplas territorialidades existentes no baixo rio Meruu, tal qual como pondera Haersbert (2006).

A estratégia da sobrevivência nesse período de safra está intimamente ligada à produção do açaí, seja ela direta, ou indiretamente, pois o comércio local, principalmente na Vila de Maiauatá que serve com bens e serviços as localidades do baixo Meruu, é revigorado com a maior circulação do dinheiro proveniente da comercialização dos frutos, o que permite maior consumo.

Já no período da entressafra, a produção do açaí não é totalmente nula, mas diminui bastante. A comunidade local adota diferentes estratégias para sobreviverem, neste caso elas são mais individualizadas, pois cada família busca a melhor forma de se manter. Pequenas criações de animais, cultivos de algumas hortaliças; a caça (esta atividade segundo relatos de moradores é cada vez menos praticada devido à sua escassez), trabalhos temporários como a carpintaria naval, pesca, principalmente para a alimentação ou em pequena escala para o comércio como acontece com o camarão (Imagens 6 e 7).

Imagem 6 – Prática da carpintaria naval



Fonte: Lima (2013)

Imagem 7 – Matapi, para a pesca do camarão



Fonte: Lima (2013)

Na entressafra também, alguns se dedicam à extração do palmito que se dá em paralelo à limpeza dos açazais, ou seja, o manejo que prepara a área para a próxima safra. Isso se dá com a retirada das árvores mais altas e mais velhas que comprometem o desenvolvimento das mais novas e a própria integridade física do apanhador, pois tais árvores, além de não produzirem tanto, são muito altas, dificultando a colheita.

Assim essas árvores são cortadas e delas, em alguns casos, é extraído o palmito que serve tanto para o consumo da família, como para ser comercializado. Porém nem todos os ribeirinhos locais comercializam o palmito, pois alegam que o trabalho é muito e o retorno financeiro é baixo.

A dinâmica da vida local se dá a partir da safra e da entressafra do açaí, o que confere aos ribeirinhos do baixo Meruu um modo de vida bastante particular. Essa particularidade pode ser percebida tanto na dinâmica da paisagem local quanto pelas múltiplas territorialidades que se sobrepõem ganhando mais espessura na safra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fazer alusão ao espaço amazônico, forçosamente, perpassa pela lógica da diversidade. Qualquer afirmação que visa a tentativa da homogeneização socioespacial já se constrói fadada ao equívoco, numa perspectiva mais otimista, pois não raro esse tipo de análise traz em si um conteúdo ideológico bastante significativo e vinculado a interesses quase sempre econômicos de apropriação e expropriação socioambiental.

As palavras que, em nosso ponto de vista, melhor traduzem o espaço amazônico são: multiplicidade e complexidade, que são traduzidas em sua forma e conteúdo, fixos e fluxos, paisagens e dinâmicas, territórios e territorialidades. Em cada fração do espaço amazônico essa dinâmica se apresenta sempre carregada de significados e significantes que dão ao lugar características próprias, dinâmicas particulares o que resulta em estratégias de sobrevivência que marcam os modos de vida das comunidades locais.

No caso da localidade aqui tratada, fica evidente a constituição de um modo de vida que se afirma no tempo e no espaço a partir das relações que os sujeitos travam entre si e deste com os usos que se fazem do espaço. O espaço é tornado território, pois é apropriado e usado para a manutenção econômica e também cultural da comunidade.

De um lado temos a produção e a reprodução material da comunidade e de outro temos paralelo e mesclado naquela, a produção e reprodução imaterial que juntas formam um modo de

vida particular no baixo rio Meruu, cuja paisagem é a tradução dessa produção material/imaterial, pois reflete a sociedade que a construiu e marca em parte a identidade local e dá maior espessura ao enraizamento.

Percebemos que o modo de vida no baixo rio Meruu está muito ligado ao período da safra e da entressafra do açaí, que é o principal recurso econômico, mas também simbólico e marcante na paisagem local, explorado pela população local. A partir de sua sazonalidade em diferentes períodos do ano são desenvolvidas estratégias de sobrevivência o que implica em diferentes territorialidades assumidas pela população local para lidar com as condições postas nos diferentes períodos do ano.

Neste sentido as territorialidades dos agentes locais são múltiplas e assumem amplitudes diferentes de acordo com o período do ano que está ligado a safra e a entressafra do açaí, pois as relações sociais e de poder também ganham novas dimensões e amplitudes de acordo com o período do ano. Isso força a compreensão do espaço amazônico em sua multiplicidade, pois sua compreensão perpassa pela compreensão de seu contexto espacial e temporal.

Outro ponto relevante a que chegamos é o fato de que a produção espacial local gera a formação de paisagens carregadas de significados o que confere uma identidade ao local, o sentido de pertencimento ao lugar. Assim vemos que a produção material, não necessariamente, está desvinculada da produção imaterial e simbólica. Dentro desta perspectiva pensamos o espaço não apenas

sobre a lógica de sua produção desigual, mas também a partir de sua produção diferenciada.

O espaço e o modo de vida no baixo rio Meruu são caracterizados, então, a partir do cotidiano que está imbricado nas estratégias de sobrevivência adotadas pela comunidade. Estratégias essas, ora pensadas coletivamente, ora individualmente, mas ambas, se dão em consonância com a relação dos indivíduos com seu espaço de vivência, pois ao mesmo tempo que é o lugar da abstração também é o lugar da concretude, da existência e de como se percebe essa existência. Isto compõe o cenário da construção de um modo de vida particular. Território, territorialidade, paisagem, estratégias de sobrevivências e modo de vida no baixo rio Meruu são elementos essenciais para se pensar a produção desigual, mas também diferenciada do espaço, cuja dinâmica é carregada de elementos culturais que cimentam um modo de vida particular e dinâmico.

REFERÊNCIAS

- BECKER, Bertha K. *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*. Rio de Janeiro, Garamond, 2006.
- CASTRO, I. E. Imaginário político e território: natureza, regionalismo e representação. In: CASTRO, I. E; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). *Explorações geográficas: percursos no fim do século*. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. p. 155-196.
- CASTRO, Iná Elias de. GOMES, Paulo Cesar C. CORRÊA, Roberto Lobato. *Olhares geográficos: modo e ver e viver o espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- CLAVAL, P. As abordagens da Geografia Cultural. In: CASTRO, I. E; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). *Explorações*

geográficas: percursos no fim do século. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. p. 89-117.

_____. “A volta do cultural” na Geografia. *Mercator - Revista de Geografia da UFC*, Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 19-28, 2002.

CRUZ, N. N. D. Modos de vida e territorialidades nos assentamentos de reforma agrária. *R. RA'E GA*, Curitiba:UFRPR, n. 16, p. 93-100, 2008.

DAMASCENO, E. M. S. L. *Associativismo, desenvolvimento endógeno e formação da cadeia produtiva do açaí em Igarapé-Miri: um estudo de caso*. Belém: NAEA/UFPA, 2009. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará.

DE PAULA, F.C. Sobre a dimensão vivida do território: tendências e a contribuição da fenomenologia. *GeoTextos*, Salvador, v. 7, n. 1, p. 105-126, jul. 2011.

GOTTMANN, J. A Evolução do Conceito de Território. *Boletim Campineiro de Geografia*, Campinas-SP, v. 2, n. 3, 2012. Tradução Isabela Fajardo e Luciano Duarte. Revisão Fabrício Gallo.

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização*. São Paulo: Contexto, 2006.

HAESBAERT, R.; PEREIRA, S. N.; RIBEIRO, G. (org.). *Vidal, Vidais: textos de geografia humana, regional e política*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

HEIDRICH, A. L. Sobre nexos entre espaço, paisagem e território em um contexto cultural. In: SERPA, Angelo (Org.). *Espaços culturais: vivências, imaginações e representações*. 1. ed. Salvador: EdUFBA, 2008. v. 1, p. 293-311.

HOMMA, A. K. O; NOGUEIRA, O. L; MENEZES, A. J. E. A; CARVALHO, J. E. U; NICOLI, C. M. L; MATOS, G. B. Açaí: novos desafios e tendências. *AMAZÔNIA: Ciência & Desenvolvimento*, n. 2, v. 1, p. 07-23, 2006.

MAXIMIANO, L. A. Considerações sobre o conceito de paisagem. *R. RA'E GA*, Curitiba: UFPR, n. 8, p. 83-91, 2004.

MOTA, G. Entre a comunidade e o lugar: aportes teóricos para um debate. In: TEISSERENC, P.; ROCHA, G. de M.; MAGALHÃES, S. B.; GUERRA, G. A. D. (Orgs.). *Coletividades locais e desenvolvimento territorial na Amazônia*. Belém: NUMA, 2008. p. 26-42.

NAME, L. A natureza como outro de diferentes partes: uma discussão sobre Ratzel e alteridade. *Revista Bibliográfica De Geografía y Ciencias Sociales*. Universidad de Barcelona. Vol. XV, nº 854, 2010.

PEREIRA, Marcelo Souza e WITKOSKI, Antônio Carlos. Construção de paisagem, espaço e lugar na várzea do rio Solimões-Amazonas. *Novos Cadernos NAEA*. v. 15, n. 1, jun. 2012, p. 273-290

POLLICE, F. O papel da identidade territorial nos processos de desenvolvimento local. Tradução: Andrea Galhardi de Oliveira, Renato Crioni, Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro Oliveira. *Espaço e Cultura*, UERJ, RJ, n. 27, p. 7-23, jan./jun. 2010.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

SACK, R. D. *Territorialidade humana: sua teoria e história*. Cambridge University Press, 1986.

SAMIR, A. R. Geografia Humanista: História, conceitos e o uso da paisagem percebida como perspectiva de estudo. *R. RA'E GA*, Curitiba: UFPR, n. 13, p. 19-27, 2007.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: USP, 2004. (Coleção Milton Santos).

_____. *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. *Metamorfoses do espaço habitado*. 5. ed. São Paulo: HUCITEC, 1997.

SAQUET, M. A. *Por uma Geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial*. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

_____. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade. *Geosul*, Florianópolis, v. 22, n. 43, p 55-76, jan./jun. 2007.

_____; BRISKIEVICZ, M. Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. *Caderno Prudentino de Geografia*, Presidente Prudente-SP, n. 31, v.1, p. 3-16, 2009.

_____; SANTOS, R. A. dos ; VALE, A. L. F. O território: diferentes abordagens e conceito-chave para a compreensão da

migração. *Faz Ciência*, Franc. Beltrão-PR: UNIOESTE, v. 7, p. 11-26, 2005.

SILVA, C. N. *Territorialidades e modo de vida de pescadores do rio Itaquara, Breves-PA*. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

SORRE, M. *Geografia*. Tradução: Januário F. Megale, Maria Cecília França e Moacyr Marques. São Paulo: Ática, 1984.

SOUZA, M. L. A expulsão do paraíso. O “paradigma da complexidade” e o desenvolvimento sócio-espacial. In: CASTRO, I. E; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). *Explorações geográficas: percursos no fim do século*. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. p. 43-88.

VERA, L. M. de O. M. A paisagem sob a perspectiva das novas abordagens geográficas. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10. São Paulo, 2005. *Anais...* São Paulo: USP, 2005.

ZANATTA, B. A. A abordagem cultural na Geografia. *Temporis(ação)* (UEG), v. 1, p. 249-262, 2008. Disponível em: <<http://www.nee.ueg.br/seer/index.php/temporisacao/article/view/28/45>>. Acesso em: 17 dez. 2013.

Todos os direitos reservados

Grupo Acadêmico
Produção do Território e Meio Ambiente na Amazônia - GAPTA
e-mail: cnsgeo@yahoo.com.br